



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ANA CRISTINA DE SALES

**O INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC): ENTRE
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS E A DEFESA DE DIREITOS, DA CULTURA E
DO PATRIMÔNIO CULTURAL (1988-2015)**

FORTALEZA

2023

ANA CRISTINA DE SALES

O INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC): ENTRE
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS E A DEFESA DE DIREITOS, DA CULTURA E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL (1988-2015)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: História e Educação Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S155i Sales, Ana Cristina de.

O Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) : Entre experiências educativas e a defesa de direitos, da cultura e do patrimônio cultural (1988-2015) / Ana Cristina de Sales. – 2023.
279 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

1. Casas da Memória. 2. História oral. 3. IMOPEC. 4. Memória. 5. Patrimônio cultural. I. Título.

CDD 370

ANA CRISTINA DE SALES

O INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC): ENTRE
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS E A DEFESA DE DIREITOS, DA CULTURA E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL (1988-2015)

Tese apresentada ao curso de Doutorado em
Educação Brasileira da Universidade Federal
do Ceará, como requisito para obtenção do
título de Doutora em Educação. Área de
concentração: Educação Brasileira

Aprovada em 11/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Antônia Lis de Maria Martins Torres
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Cláudia Freitas de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Paula Cristiane de Lyra Santos
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Telma Bessa Sales
Universidade Vale do Acaraú (UVA)

À Ana Luísa, minha filha!

À Célia Guabiraba (*In memoriam*), que sua trajetória de resistência nos encoraje a lutar por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de mais uma etapa na vida acadêmica é motivo de grande agradecimento e reflexão sobre o caminho percorrido. Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida e por me manter firme diante dos dias difíceis. Em segundo lugar, expresso minha gratidão a um vasto número de pessoas que cruzaram meu caminho e foram fundamentais ao longo desta jornada. A escrita de uma tese, embora muitas vezes solitária, é enriquecida pelo calor do coletivo, pelas palavras que inspiram e pelas trocas de boas energias. A todos que torceram, oraram e enviaram boas vibrações, o meu agradecimento.

Ao professor Almir Leal pelo acolhimento, amizade, comprometimento e confiança depositada em mim e no meu trabalho. Suas palavras afetuosas e seguras fortaleceram minhas capacidades de pesquisa e escrita do texto.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa por contribuírem para que o texto da tese tivesse um corpo definido e tomasse os rumos da pesquisa.

À Célia Guabiraba (*In memoriam*) e aos demais membros do Instituto da Memória do Povo Cearense pelo comprometimento com a justiça social.

Aos narradores da pesquisa pelo consentimento das entrevistas. Aprendi e me senti acolhida por cada um de vocês, Antônio José, Malvinier Macêdo, Jesus Jeso, Simone Pereira, Nadja Soares, Bernadete Neves, Alex Ratts, Océlio Teixeira, Cristina Holanda, Joaquim dos Santos, Alex Alves, José Erison, Neldiana Nonato, Judite Chaves e Diego Cesar, foram entrevistas que representam afeto e sensibilidade.

Em nome da professora Patrícia Alcântara, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC por ter me acolhido durante esse percurso e, em especial sou grata à Linha de História e Educação Comparada (LHEC) pelas trocas afetuosas e comprometidas.

Ao amigo Cícero Joaquim, meus sinceros agradecimentos por todo apoio desde a graduação, de orientador a colega de trabalho e amigo de todas as horas. Obrigada por ter me apresentado o material do IMOPEC, pelos conselhos, partilha de conhecimento, parcerias e trocas afetuosas.

Aos professores e colegas da LHEC, em especial a Edvaldo Rodrigues e Jasmine Castro, pelas trocas sempre valiosas e irmandade durante o processo de escrita.

Agradeço imensamente as amigas que construí ao longo do tempo e que se fazem presente nos mais diversos momentos, em especial Maria Arleilma, Paula Cristiane, Carlos Almeida, Egberto Melo, Josefa Nunes, Maurício Neto, Israel Ozanan, Mônica

Emanuela, Tereza Diniz, Fatiana Carla, Cícero Ednaldo, Nívia Luiz, Roberto Viana, Izonary Teixeira, Raíssa Nayanne, Ézia Sousa, Maria Edina, Cecília Souza, Paloma Cristina, Cícera Oliveira, Luana Albuquerque, Juliana Silva, Alyni Oliveira e Jussara Viana.

As secretárias do Departamento de História da URCA, Edvane e Idalécia, pelas boas risadas e amizade.

Aos funcionários da secretaria do PPGE, pelo pronto atendimento aos pedidos que fiz a essa secretaria.

Aos meus pais, Francisco Ferreira Sales (*In memoriam*) e Francisca Ferreira Sales (*In memoriam*), pessoas que em minha vida construíram a base para o amor, para viver e enfrentar os desafios do mundo. Minha eterna saudade e gratidão!!!

Aos meus irmãos, Reinaldo, Joelma, Francinaldo, Expedito, Arnaldo e Itamar, pelo cuidado e orações, vocês são fortalezas em minha caminhada, abrigo nos dias mais difíceis.

Aos meus queridos/as sobrinhos e sobrinhas que vi nascer e crescer, que hoje celebram comigo suas conquistas, em especial à minha sobrinha Joyce, que está sempre comigo e contribuiu na elaboração dos mapas de localização.

A minha tia Joana, mulher inspiradora, a quem tenho respeito e gratidão pelo cuidado desde sempre. Obrigada pelas orações diárias.

Ao meu esposo, Ricardo Martins, pelo companheirismo, parceria e também por compartilhar sonhos e desafios comigo. Agradeço pela compreensão nos meus muitos momentos de angústia e recolhimento para a escrita.

A minha filha, Ana Luísa, que me ensina todos os dias sobre o amor, paciência e cuidado.

A CAPES, pela bolsa e incentivo à pesquisa, que foi fundamental para o andamento do Doutorado, da pesquisa e escrita da Tese, publicação de artigos e participações em eventos.

Enfim, agradeço a todos que me apoiaram e me constituíram nessa trajetória. Família, amigos/as, professores/as, companheiros/as de formação e profissão, aos meus/minhas alunos/as e orientados/as de todas as instituições que já trabalhei.

Da lama ao caos
Composição: Chico Science

Posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar
Posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar

Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana
Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana

O sol queimou, queimou a lama do rio
Eu vi um chié andando devagar
E um aratu pra lá e pra cá
E um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue, virou gabiru

Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça

Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura
"Aê minha véia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir"

E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar...

RESUMO

Buscou-se na tese compreender a experiência educativa organizada e desenvolvida pelo Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) entre os anos de 1988 a 2015, problematizando as ações desenvolvidas e as lutas perseguidas pela instituição, a fim de ressignificar a memória e o patrimônio cultural através dos movimentos sociais. O texto foi desenvolvido a partir das reflexões da História Social, dialogando com os conceitos de Educação Popular, Memória Social, Patrimônio Cultural e Movimentos Sociais. A pesquisa foi desenvolvida mediante o uso de fontes escritas e orais. Em relação às fontes de cunho escrito, destacaram-se: o boletim Raízes e a revista Propostas Alternativas, veículos de informações impressos, publicizados pelo Instituto como instrumento pedagógico de combate. Já o material a partir das narrativas orais foi elaborado por meio das artes da escuta e das relações com as pessoas que participaram da Instituição, dentre elas: sócios fundadores e membros do curso à distância “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”. O estudo indicou que o Instituto produziu uma série de materiais, registrados em boletins, revistas, fotos, vídeos, cartilhas, inventários e catálogos, que surgiram diante da necessidade de divulgar propostas e questionamentos sobre o Ceará e suas populações. Através desses registros, o IMOPEC buscou promover o protagonismo de diversos sujeitos ao dar-lhes a oportunidade de narrarem suas histórias e inseri-las na história do Ceará. Desse modo, a instituição se afirmou como uma voz denunciante das agressões sociais e culturais, direcionando seu discurso para o fortalecimento das lutas dos diversos atores esquecidos pela historiografia cearense. Assim, o IMOPEC se evidenciou como um coletivo político, oriundo de diferentes movimentos sociais sob uma forte, íntegra e diligente liderança e se constituiu como um Instituto para se provocar, se associar e atuar com extratos sociais atingidos por ações de governos neoliberais das décadas de 1990-2000 que alteraram significativamente suas formas de vida e sociabilidade, seja nas questões patrimoniais e/ou ambientais.

Palavras-chave: Casas da Memória; História oral; IMOPEC; Memória; Patrimônio cultural.

ABSTRACT

The thesis aimed to understand the educational experience organized and developed by the Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) between 1988 and 2015, problematizing the actions and the struggles pursued by the institution, in order to provide a new meaning to memory and cultural heritage through social movements. The text was developed based on reflections on Social History, dialoguing with the concepts of Popular Education, Social Memory, Cultural Heritage and Social Movements. The research was developed using written and oral sources. In relation to written sources, the following stood out the Raízes bulletin and the Propostas Alternativas magazine, printed information vehicles, published by the Institute as a combat pedagogical instrument. The material from the oral narratives was prepared through the arts of listening and relationships with people who participated in the Institution, including founding partners and members of the Distance Learning Course “Memory and Cultural Heritage of Ceará.” The study indicated that the Institute produced a series of materials, recorded in bulletins, magazines, photos, videos, booklets, inventories, and catalogues. These materials emerged in response to the need to publicize proposals and questions about Ceará and its communities. Through these records, IMOPEC sought to promote the protagonism of various subjects by giving them the opportunity to narrate their stories and insert them into the history of Ceará. In this way, the institution asserted itself as a voice denouncing social and cultural aggressions, directing its discourse towards strengthening the struggles of the various actors forgotten by the historiography of Ceará. Thus, IMOPEC demonstrated itself as a political collective, coming from different social movements under a strong, integral and diligent leadership and constituted itself as an Institute to provoke, associate and act with social strata affected by actions of neoliberal governments in the decades of 1990-2000 that significantly changed their forms of life and sociability, whether in terms of heritage and/or environmental issues.

Keywords: Houses of Memory; Oral history; IMOPEC; Memory; Cultural heritage.

LISTA DE QUADROS E MAPAS

Quadro 1 -	Principais temas discutidos no biênio 1992/1993	101
Quadro 2 -	Principais temas discutidos no biênio 1994/1995	102
Quadro 3 -	Principais temas discutidos no biênio 1996/1997	103
Quadro 4 -	Principais temas discutidos no biênio 1998/1999	104
Quadro 5 -	Principais temas discutidos no biênio 2000/2001	105
Quadro 6 -	Principais temas discutidos no biênio 2002/2003	105
Quadro 7 -	Principais temas discutidos no biênio 2004/2005	106
Quadro 8 -	Principais temas discutidos no biênio 2006/2007	108
Quadro 9 -	Principais temas discutidos em 2008/2009/2015	109
Quadro 10 -	Temas Revista Propostas Alternativas	118
	Mapa de localização das Casas da Memória de Jaguaribara e Jaguaretama	150
Quadro 11 -	O Significado e as novas aprendizagens para os jovens e adolescentes que participavam da Casa da Memória	153
Quadro 12 -	Carta ao IMOPEC de crianças e adolescentes que estagiaram na Casa da Memória de Jaguaribara	156
	Mapa de localização da Casa da Memória de Porteiras	183
Quadro 13 -	Temas debatidos nos Seminários “Espaço Aberto à Cultura” - organizados pelo REMOP	185
Quadro 14 -	Eixos de atuação da Associação Retratores da Memória de Porteiras .	191
Quadro 15 -	Os Encontros Estaduais em Fortaleza e os temas debatidos	214
Quadro 16 -	Avaliação dos Jogos Pedagógicos pelos professores	245
Quadro 17 -	Dificuldades e sugestões apontadas pelos docentes	246
Quadro 18 -	Fatores de mudança nos movimentos sociais	256
Quadro 19 -	Fatores de permanência nas lutas sociais	257

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 -	Imagens do boletim Raízes	95
Figura 2 -	Cupom de assinatura do Boletim Raízes	97
Figura 3 -	Revista Propostas Alternativas	112
Figura 4 -	Fotografia que contem Célia Guabiraba a esquerda e Ana Cristina à direita no Centro de Documentação Patativa do Assaré do IMOPEC	128
Figura 5 -	Mala da Memória	146
Figura 6 -	Casa da Memória de Jaguaribara	149
Figura 7 -	Carta dirigida ao IMOPEC	159
Figura 8 -	Casa da Memória de Nova Jaguaribara	161
Figura 9 -	Folder da Campanha de Arrecadação de objetos para a Casa da Memória de Porteiras	180
Figura 10 -	Fachada da primeira Casa da Memória de Porteiras	182
Figura 11 -	Atual sede da Casa da Memória de Porteiras	184
Figura 12 -	Fotografia da inauguração da Biblioteca Comunitária Célia Guabiraba .	190
Figura 13 -	Fotografia da Biblioteca Célia Guabiraba	191
Figura 14 -	Momento formativo no Encontro Estadual do IMOPEC	211
Figura 15 -	Retorno da atividade do curso à distância, ano de 2008	222
Figura 16 -	Imagem das cartilhas dos três jogos pedagógicos	234
Figura 17 -	Cartela do jogo pedagógico “Bingo Cultural do Ceará”	235
Figura 18 -	Jogo pedagógico “Bingo Cultural do Ceará”	235
Figura 19 -	Peças do jogo pedagógico “Descobrimdo o Ceará”	236

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDOC	Centro de Documentação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora
CF	Constituição Federal
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DHDPG	Departamento Histórico Diocesano Padre Gomes
EP	Educação Popular
ESPACULT	Espaço Aberto à Cultura
ESPLAR	Centro de Pesquisa e Assessoria
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FEC	Fundo Estadual da Cultura
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FLONA	Floresta Nacional do Araripe
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDA	Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas
IMOPEC	Instituto da Memória do Povo Cearense
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LHEC	Linha História e Educação Comparada

MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
NHISTAL	Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PRODETUR	Programa do Ministério do Turismo
PT	Partido dos Trabalhadores
REMOP	Retratores da Memória de Porteiras
SECULT/CE	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SESC	Serviço Social do Comércio
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IMOPEC	52
2.1	A formação do grupo: sujeitos, processos de mobilização e lutas	53
2.2	O projeto de transformação social do IMOPEC e os governos mudancistas no Estado do Ceará	71
3	O ESPAÇO FORMATIVO DO IMOPEC: SABERES HISTÓRICOS E FORMAÇÃO POLÍTICA	92
3.1	“Preservar a História para resistir”: a história do Ceará a partir das publicações do IMOPEC	92
3.2	O Centro de Documentação Patativa do Assaré: acervo e espaço formativo ...	121
4	MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: “LUGARES DE MEMÓRIA” E LUTAS SOCIAIS A PARTIR DO IMOPEC	134
4.1	Semeando Casas de Memória: a experiência do IMOPEC em Jaguaribara, Jaguaretama e Porteiras	136
4.1.1	A experiência da Casa da Memória de Jaguaribara: “o que se perde e o que se leva”	141
4.1.2	A experiência da Casa da Memória em Jaguaretama: o poder público municipal e o apoio do IMOPEC	164
4.1.3	A experiência da Casa da Memória de Porteiras: percursos de uma juventude questionadora	171
5	O PATRIMÔNIO CULTURAL E A ARTICULAÇÃO PROPOSTA PELO IMOPEC	197
5.1	O Curso de Formação à Distância “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”: uma ferramenta de luta e transformação social	203
5.2	Nas trilhas da cultura e da memória: Os Jogos Pedagógicos a partir da história do Ceará	227
5.3	O enfraquecimento do grupo e o anúncio do fim	248
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
	FONTES	269
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais aqui são tomados como referência político-pedagógica, uma matriz educativa, que atua em diferentes dimensões da sociedade, por meio de vivências e processos sociopolíticos de aprendizagem. Neste sentido, buscamos na tese, compreender a experiência educativa voltada ao patrimônio cultural e a memória organizada e desenvolvida pelo Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) entre os anos de 1988 a 2015. Para tanto, fez-se relevante a discussão em torno do contexto histórico e sociocultural que motivou a criação dessa instituição de memória, bem como as teias e mobilizações estabelecidas por ela como ferramenta de resistência dentro das comunidades, parcerias com ONGs, lideranças religiosas e movimentos sociais.

O Instituto foi uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, que iniciou suas atividades em 1988 na cidade de Fortaleza-CE, e teve como princípio “estimular a recuperação e a atualização da memória do povo cearense em sua diversidade e contribuir para a construção de suas identidades como sujeitos históricos” (Raízes, 2001, n. 31, p. 02).

A importância do papel da memória como elemento de transformação política e instrumento de combate, nos induziu investigar as lutas empreendidas pelo IMOPEC contra a cultura do esquecimento, do abafamento e silenciamento das vozes que buscou preservar. A discussão enveredou pelo olhar das fontes para entender até que ponto a instituição impulsionou novas relações e significados nos espaços político e sociocultural.

Por meio de suas produções, o Instituto procurou ampliar o nível de compreensão dos sujeitos a partir da reflexão sobre suas próprias realidades, sempre atentando para a relação entre a história do Ceará e os saberes populares compartilhados. Além disso, o IMOPEC construiu a própria narrativa de si, destacando sua trajetória, propósitos, permanências e mudanças. Se automeceu “uma voz denunciante frente às agressões e aos desrespeitos sofridos pelas populações residentes no Ceará” (Raízes, 2015, n. 64, p.1). Nesse entendimento, analisamos as matrizes historiográficas tratadas pela instituição, a fim de entender as definições utilizadas na acepção de povo, patrimônio cultural e memória.

O Instituto reforçou o discurso da necessidade da preservação da Memória e do Patrimônio Cultural, colaborando na criação de três Casas de Memória, são elas: Jaguaribara (1998), Jaguaratama (2005) e Porteiras (2007), em funcionamento até os dias atuais. Além disso, implementou o curso de formação à distância sobre “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará” em 2001. Os participantes do curso se reuniram em grupos e elaboraram em 2005 e 2006 três jogos pedagógicos: “Bingo Cultural do Ceará”, “Trilha da Cultura Cearense” e

“Descobrimos o Ceará”. Os jogos objetivavam enfatizar sobre a memória de grupos sociais, tendo como referência tradições, costumes, lendas, mitos, paisagens, datas, personagens, música, culinária, arquitetura, odores, folclore, dentre outros. A proposta era levar algo lúdico às escolas, tendo como foco o Patrimônio Cultural e a Memória. A partir dessas prerrogativas investigamos o processo de mobilização e atuação do IMOPEC nas comunidades para criação das Casas da Memória e as práticas sociais dos participantes do curso de formação à distância em seus bairros, escolas e espaços de convivência.

O IMOPEC também expressou sua atuação com ênfase no fortalecimento dos movimentos sociais e no “resgate”, na preservação e valorização da “cultura popular”. Além do curso de formação à distância, promoveu ações como seminários, fóruns, organização de museus comunitários, campanhas de “conscientização”, dentre outras. Com isso, o Instituto passou a produzir, publicizar, difundir e preservar conhecimentos sobre a história e a memória do Ceará, sobretudo relacionadas às experiências não narradas nos livros. Essas produções foram analisadas e entendidas a partir de um movimento de escrita em prol da intervenção social.

Compreender a experiência educativa trilhada pelo IMOPEC, é antes de tudo estudar os movimentos dos diversos sujeitos nas lutas por seus direitos, por meio do resultado de experiências comuns ou não (herdadas ou partilhadas) e das camadas populares em múltiplas dimensões do viver, dentre eles: movimentos reivindicatórios, lutas por direitos sociais e políticos, expressões culturais, organizações comunitárias, familiares, etc.

Partimos da hipótese que o IMOPEC através de seu trabalho político e pedagógico se voltou para as populações empobrecidas do Ceará, assumindo um exercício sensível na transformação social destas populações. Do mesmo modo, apostou na formação social e política dos sujeitos, favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades e luta pela cidadania.

Embora o IMOPEC tenha se destacado em múltiplas ações sociais, educacionais e culturais no âmbito estadual, regional, nacional e internacional, por meio de sua atuação, desconhecemos pesquisas em âmbitos de mestrado e doutorado dedicadas à compreensão da história do Ceará a partir das pesquisas e publicações do Instituto. Tais observações justificam os recortes e reforçam o ineditismo desta pesquisa.

Esperamos com o estudo ressaltar a importância que o IMOPEC teve para a história do Ceará, ao promover a divulgação, valorização e preservação da memória e do patrimônio cultural por meio de ações e narrativas dos cearenses, que “saíram” da invisibilidade social ao se tornarem sujeitos de suas próprias histórias. Ao mesmo tempo,

almejamos contribuir para as questões que estão se consolidando no campo da pesquisa dos movimentos sociais e das contradições resultantes das desigualdades sociais presentes no Estado.

A proposta, toma como recorte espacial as regiões do Ceará na qual a instituição atuou, levando-se em consideração que as publicações e as ações do Instituto perpassaram vários municípios do Estado, em especial a capital e região metropolitana, o Vale do Jaguaribe e o Cariri. Já o recorte cronológico é análogo ao ano de início das atividades (1988), até o momento em que o grupo decidiu pelo encerramento no ano de (2015).

Durante os 27 anos que o IMOPEC atuou, abrangeu uma diversidade de iniciativas sociais, educacionais, políticas e culturais. Era sócio da Associação Brasileira de ONGs–ABONG¹ e recebeu por alguns anos apoio de várias pessoas e instituições no país e fora dele², destacando-se agências internacionais e ONGs nacionais, a saber: Solidarité Socialiste da Bélgica e Trocaire da Irlanda, que auxiliavam no eixo de ações a serem desenvolvidas e nas questões financeiras.

A Solidarité Socialiste ou SOLSOC é uma Organização não Governamental aprovada pela Cooperação Belga para o Desenvolvimento. Segundo consta na página da instituição belga, esta é uma das organizações internacionais de solidariedade da Ação Comum Socialista que atua em parceria com diferentes componentes, “apoando os movimentos sociais e organizações da sociedade civil na África, na América Latina e no Oriente Médio, a fim de contribuir para a mudança social progressista, secular e democrática” (<https://www.solsoc.be>). Já a Trocaire, é uma agência da Igreja Católica Irlandesa que desenvolve ações desde 1973, “atuando em nome dos oprimidos e marginalizados” (<https://www.trocaire.org/about/>). De acordo com Leilah Landim (1993), havia concorrências veladas tanto por financiamentos, quanto por “bases” nas relações entre as ONGs nacionais e as agências internacionais.

¹ Segundo a página da ABONG (<https://abong.org.br/>), a mesma é uma associação nacional criada em 1991 com o objetivo de fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) brasileira que trabalham na defesa e promoção dos direitos e bens comuns. A instituição atua em parceria com movimentos sociais e dialoga com o governo a partir de questões voltadas ao meio ambiente, igualdade de direitos e de todas as formas de discriminação.

² Segundo Landim, (1993, p. 10) “o universo dos centros de assessoria e apoio”, ou de “educação popular”, atuais “ONGs”, nasceu e existe num movimento incessante de estabelecimento e renovação de dois tipos de “clientela”, o das relações com determinadas agências internacionais e também das relações com as “bases”, com os grupos e organizações compostas por setores dominados da população entre os quais desenvolvem suas atividades. É nesse caminho, ainda segundo a autora, que se constroem alianças e lealdades, que transitam especialistas, moedas fortes, ideias e modelos de atuação, dentro da moldura enquadradora dos “projetos”.

Agências internacionais e “ONGs” nativas compõem um campo transnacionalizado de instituições interdependentes, onde as relações com os target groups, os grupos-alvo, os beneficiários do “Terceiro Mundo” na ponta da cadeia, são a fonte de legitimidade última da existência dessa grande estrutura (Landim, 1993, p. 10).

Nesse sentido, há uma interdependência entre agências internacionais e organizações não governamentais locais que operam em um campo transnacional. Por sua vez, as agências internacionais detêm maior poder e recursos em comparação com as ONGs locais, resultando em relações desiguais e dependência constante das organizações locais aos financiamentos e diretrizes das agências internacionais. Do mesmo modo, as agendas e prioridades são moldadas por perspectivas e interesses externos, que muitas vezes não refletem nas necessidades reais das comunidades locais. No entanto, foi por meio dessas parcerias e relações que o Instituto desenvolveu seus eixos de trabalho.

Dentre as ações empreendidas pelo IMOPEC que mais se destacaram, enumera-se três grandes empreendimentos de infraestrutura econômica relacionadas a água (barragem, porto e rio). A luta contra as construções da Barragem do Castanhão³, do Complexo Industrial e Portuário do Pecém⁴, e por último, a transposição do Rio São Francisco⁵. Estas foram três iniciativas distintas embasadas no chamado governo de mudanças, que inferiu nos movimentos contrários uma conjuntura de conflitos, tensões e resistência. Nesse sentido, a luta do IMOPEC dizia respeito as questões culturais, políticas e ambientais do Ceará, provocados pelos avanços do projeto do Estado desenvolvimentista, movimentado pelas forças políticas e econômicas, que reivindicavam o papel de industrializar e modernizar o Estado, inserindo a economia cearense nos circuitos nacional e internacional.

³ A Barragem do Castanhão, com capacidade para armazenar 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, está localizada no Estado do Ceará. Esta obra hídrica foi concebida como parte da política governamental de implementar mudanças significativas na região. Contudo, sua construção resultou na remoção da população que residia na área urbana do Município de Jaguaribara, afetando aproximadamente 3.650 pessoas. Além disso, impactou consideravelmente a população rural dos municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Alto Santo e Jaguaribe, totalizando cerca de 12.000 pessoas (RAÍZES, IMOPEC, 1992).

⁴ O Porto do Pecém é um terminal portuário situado no distrito de Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Fortaleza. Sua construção iniciou-se em 1995, como mais uma obra de grande porte do Governo do Ceará em parceria com o Governo Federal. A realização dessa obra visava reduzir o tempo de trânsito entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa, proporcionando uma média de 7 dias para alcançar o destino. Os governos enxergavam com otimismo a oportunidade de atrair investimentos significativos e impulsionar as exportações brasileiras. No entanto, o Instituto de Memória e Preservação Cultural (IMOPEC) lutava em prol das famílias de pescadores artesanais e dos moradores de comunidades próximas ao litoral. Na perspectiva do IMOPEC, o Porto do Pecém resultou em exclusão social e na expropriação da cultura das populações nativas, ocasionando desafios e impactos adversos para essas comunidades (IMOPEC, RAÍZES, 1997, n. 19).

⁵ O boletim Raízes de número 57 intitulado “Mobilização popular em defesa do São Francisco”, dedicou-se à discussão dos impactos que o projeto de transposição do Rio São Francisco acarretaria, com foco especial nos benefícios para grupos empresariais, tanto nacionais quanto estrangeiros. Esses grupos estavam vinculados aos setores da construção civil, energia elétrica, fruticultura irrigada para exportação, carcinocultura e siderurgia.

O intenso debate econômico e social nas variadas esferas públicas e segmentos da sociedade fizeram parte do contexto das duas últimas décadas do século XX, momento marcado pelo processo chamado de redemocratização do Brasil, depois de um longo período de Ditadura Militar.

Com alterações importantes no contexto sociopolítico e econômico no Estado do Ceará, nos anos 80 do século passado, o governo saiu das mãos do grupo ligado a Gonzaga Mota, que governou de 1983 a 1987, e entrou na fase que ficou conhecida por governo de mudanças, na qual faz referência à ascensão ao Palácio do Cambeba⁶, através do grupo ligado ao Centro Industrial do Ceará-CIC⁷, tendo como liderança principal Tasso Jereissati. Tasso, governou o Estado de 1987 a 1990; de 1995 a 1998; 1999 a 2002. O chamado mudancismo teve outro expoente, Ciro Gomes, sua gestão foi nos anos de 1991 a 1994.

As gestões desses governos ficaram conhecidas pela modernização da máquina administrativa cearense, promoveram uma gestão técnica e neoliberal, de modo que tivesse um equilíbrio orçamentário e eficiência na máquina estatal. Nesses anos, houve grandes atrativos para empresas de fora virem investir no Estado, havendo a chamada “guerra fiscal”. As empresas cearenses passaram a disputar investimentos com o setor privado nacional e multinacional.

Com as pregações mudancistas, a geração Cambeba, produziu uma oligarquia empresarial, com considerável força política e com o projeto de modernização autoritária do setor público (Gondim, 2007, p. 419), ficando no governo por mais de 20 anos. Entretanto, tinha os grupos que eram contrários a esses governos, destacando-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), bem como, lideranças ligadas aos movimentos sociais. Esses grupos se sentiam insatisfeitos e não representados pelos cambebistas. O questionamento dos movimentos contrários ao governo, eram: a quem beneficiou as mudanças desses governos? Onde essas mudanças chegavam? Foi nesse contexto de insatisfações e resistência em âmbito estadual, mas também nacional que surgiu o IMOPEC, na tentativa de combater a exclusão social, imposta por meio da propagação da “ideia de desenvolvimento e progresso de forma elitista e excludente, sem considerar o que

⁶ Sede do poder executivo, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, no bairro do Cambeba. Essa nomenclatura Palácio do Cambeba passou a designar os governistas e seus simpatizantes.

⁷ No final da década de 1970, surgiu no Ceará uma nova geração de empresários que foram, aos poucos, assumindo a indústria e o comércio. Grupo jovem e estudiosos da economia capitalista. Na década de 80 o núcleo ligado ao CIC ganhou força de atuação política, elegendo em 1986 Tasso Jereissati governo do Ceará. Ver mais em GONDIM, Linda M. P. Os “governos das mudanças” (1987/1994). In: Uma nova história do Ceará. SOUZA, Simone de (Org.). 4ª edição, Fortaleza, 2007.

está posto ao longo da história de populações e de povos, comunidades tradicionais e redutos ambientais” (Propostas Alternativas, 2010, p. 04).

Ressaltamos que não é nosso intuito diminuir a abrangência das mudanças na cultura política implementadas por esses governos, segundo Gondim (2007, p. 423) os cambebistas “deram um salto na superação do clientelismo e criaram condições mínimas para o exercício dos direitos de cidadania”. Estes governos, com a finalidade de transformar a administração pública para garantir a eficiência financeira, aliados a rearranjos na estrutura formal a uma política autoritária e pouco inovadora, acrescenta-se o contexto excludente de desmobilização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais. “Apesar do crescimento na economia do Ceará e da modernização de métodos de gestão pública, permaneceu longínqua a meta de acabar com a miséria absoluta no Ceará”⁸ (Idem, p. 424).

Em contramão aos modelos de gestão pregados pela política econômica neoliberal difundida no país e no Estado, o IMOPEC passou a oportunizar aos grupos e movimentos populares um espaço para pesquisa, discussão e divulgação da memória popular, desenvolvendo um trabalho pedagógico que contemplava temáticas como cultura, patrimônios cultural e ambiental, conflitos sociais, as desigualdades, etc., dando ênfase as comunidades, as periferias, homens e mulheres que não deixaram seus nomes nos anais da história, pessoas que precisavam lutar diariamente pela sobrevivência. Por meio dessa experiência, o Instituto ampliou as possibilidades e as formas de estar no mundo desses sujeitos.

A pedagogia do IMOPEC através do patrimônio e da memória – aspectos teóricos

Ao refletirmos sobre a experiência educativa protagonizada pelo IMOPEC, encontramos um caminho de leituras que nos ajudaram a sistematizar trabalhos imprescindíveis para o estudo da educação popular e dos movimentos sociais na sua relação com a memória e o patrimônio cultural. Apesar do Instituto lidar com uma multiplicidade de temas e questões, aqui delimitamos em suas principais linhas de atuação.

⁸ A produção da escrita que trata do Estado do Ceará durante o período de atuação desses governos é sólida dentro do campo das ciências humanas, destacando-se trabalhos como os de Linda Gondim (2007) “Os governos das mudanças” (1987-1994) que aborda o modelo de gestão dos cambebistas e as transformações na forma de administrar; O livro “O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais”, organizado por Rejane Accioly Carvalho (2009) traz através dos textos elementos importantes para compreensão de formas tradicionais de dominação política e dos novos personagens que adentraram na cena política cearense; do mesmo modo, Josênio Camelo Parente no ano 2000, publica sua tese em formato de livro “A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses”, na qual buscou um modelo alternativo de explicação da realidade sócio política cearense, tratando da “fragilidade estrutural” de nossas elites. Além dos trabalhos mencionados, existe uma série de artigos, dissertações e teses que contemplam essa discussão.

A vinculação a linha de pesquisa “História e Educação Comparada”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, nos possibilitou enveredarmos por discussões favoráveis a um movimento nas ciências humanas, especialmente na História, Sociologia, Antropologia e Educação, tendo como foco de análise a interdisciplinaridade. A dinâmica de transitar entre áreas do conhecimento, favoreceu pensar a educação através do movimento no tempo, no espaço e na história.

Desse modo, é possível pensarmos a pesquisa enquanto espaço de intercâmbio, cabendo a nós pesquisadores fazermos o exercício de comparar e transitar por meio de uma circulação de influências, identificando como as ideias caminham e são recebidas. O ato de comparar nos permitiu ainda fazer conexões por meio de estreitamento de laços e posturas, além de ser relevante para entendermos a mobilidade das coisas e as influências recebidas por estas no tempo. É um processo de desnaturalizar o que parece natural, de identificar os nexos estruturantes e os fios que interligam uma sociedade a outra.

Quando escolhemos um determinado objeto de pesquisa, devemos considerar as diversas perspectivas e possibilidades que o saber histórico nos oferece, lidando com sua versatilidade e complexidade que ocorre mediante escolhas, experiências, concepções e da própria forma de pensar a história e o mundo.

Nossas escolhas enquanto pesquisadores são influenciados pelos caminhos percorridos desde a infância, acrescida da bagagem sociocultural vivida, bem como de concepções e ideologias políticas que são parte constitutiva do modo como vemos e vivemos em sociedade. Assim, partimos de reflexões e sugerimos problematizações através de nossos engajamentos e enfrentamentos. Déa Ribeiro Fenelon, apontou que:

... se estamos lutando por algo, seja em nossa prática social, seja acadêmica, é pelo reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e, sobretudo, de considerar que a nosso ver estaremos produzindo uma história que será sempre política, porque é inserida no seu tempo e comprometida com ele. Por isso, vale enfrentar qualquer debate que leve em consideração essa possibilidade, na esperança de estarmos, de alguma maneira, com nosso trabalho ajudando a construir o futuro, na perspectiva transformadora, a que sempre nos propusemos (Fenelon, 1993, p. 02).

Além de nossas preferências e influências, vale ressaltarmos que o saber histórico se remodelou ao longo do tempo, sendo repensados os problemas e formas de ver e usar as fontes. As mudanças ocorreram com a escola metódica e com o materialismo histórico, tendo em vista um fazer historiográfico preocupado não apenas em trazer à tona as grandes estruturas, mas também, homens e mulheres comuns e suas maneiras de agir, pensar, fazer, sentir, etc. Houve uma ampliação no campo do conhecimento da história, sendo legitimados

novas áreas de investigação e inúmeras temáticas, dentre elas, o urbano, a mulher, a infância, a morte, “todos reclamando um lugar dentro do contexto mais amplo da história e da temática da cultura” (Idem, p. 03).

Neste sentido, fomos conduzidos pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Social, sem, no entanto, ignorar a dimensão cultural que se faz presente nas questões sociais, principalmente, nos trabalhos que o IMOPEC desenvolveu e articulou. A História Social surgiu num contexto britânico, em especial inglês, após a Segunda Guerra Mundial (1950-1960). Se desenvolveu como uma dupla resposta a história tradicional e as vertentes deterministas do Marxismo.

Inicialmente retomou a tradição marxista de Marx e Engels, tendo como diferencial uma visão de mundo ampla, com conceitos dialéticos, e não estáticos. A História Social se consolidou depois dos anos de 1960, sendo que nas décadas de 1960 e 1970 esteve fortemente marcada por uma crescente sofisticação de métodos quantitativos para a análise das fontes históricas. Suas fontes privilegiavam as questões eleitorais, fiscais, demográficas e, sobretudo, cartoriais e judiciais, como contratos de casamento, testamentos, inventários post-mortem, dentre outros (Castro, 1997).

No Brasil, a História Social⁹ se evidenciou nos anos de 1970 e 1980, em resposta ao fim do regime militar e início da redemocratização. Trazia em seu bojo a discussão da história dos trabalhadores e do movimento operário, da escravidão, dos movimentos sociais, do uso da lei, da justiça e do direito, etc., tratando das mudanças humanas em seu tempo; regida por uma lógica histórica que evidencia a vida e os costumes de pessoas simples e de seus contrários, nas suas relações de poder, tensões sociais e da luta cotidiana pela sobrevivência; abarcando conflitos e processos de mudanças e de transformações do ser humano. Assim, a História Social dialoga com os postulados da economia, da sociologia, da crítica literária e da antropologia, priorizando a análise histórica através da dinâmica do trabalho e de seus agentes, o qual são os trabalhadores.

A nossa proposta chamou para o diálogo o entendimento da História Social como aquela que compreende o ser humano numa visão global, para além das questões e dos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de sua existência. Déa Ribeiro Fenelon a partir da década de 1990, destacou que o grande foco do campo da História Social são as

⁹ Seus postulados trabalham com um grande repertório de fontes, abrindo novas perspectivas e temáticas, dentre elas destacamos: as mais variadas formas de resistência negra; solidariedades e conflitos entre escravos; libertos e pobres livres; manifestações culturais de matrizes africanas na Colônia e Império; a luta pela liberdade como um processo contínuo; cotidiano; processo de abolição vista de uma perspectiva popular, etc., ou seja, no campo da história social da escravidão (Fenelon, 2009).

minorias sociais nas suas relações de poder e no reconhecimento de novos sujeitos e de sua importância nos processos coletivos que conformam a história (Fenelon, 2009).

Não há como negar, foi a partir de suas concepções e perspectivas que os chamados ‘temas malditos’, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nessa historiografia. Também hoje as investigações sobre grupos jovens, sua música e suas práticas, a música popular, as festas comunitárias, a cultura popular enfim, constituem objetos legitimados pela História Social e desenvolvidos com rigor metodológico, que os trazem para o campo de discussão, já instaurado sobre a cultura (Fenelon, 1993, p. 04).

O interesse pelo processo histórico de expansão dos direitos sociais e atuação de novos sujeitos em cena por meio dos movimentos sociais ampliou os horizontes de pesquisa da História Social, havendo o que Fenelon chamou de democratização da escrita da história, na qual, alargaram-se os temas, sujeitos sociais, metodologias e as fontes entendidas como expressão da experiência humana.

Sendo assim, a História Social é um campo que nos auxiliou a pensar a educação e a pedagogia desenvolvida pelo IMOPEC enquanto movimento articulado ao contexto social, as lutas e disputas em que atuaram; do mesmo modo, ter uma visão relacional do objeto, perceber os interesses, vínculos, prática ou projeto social que também não são neutros. Fenelon nos ajudou a refletir sobre o reconhecimento de novos sujeitos e de sua importância nos processos coletivos que conformam a história.

Ao lançarmos nossos olhares para as relações entre os diferentes territórios que o IMOPEC circulou nos seus fazeres históricos e sociais, relativas ao trabalho desenvolvido com a memória e o patrimônio cultural por meio da promoção de cursos, publicação de textos, organização de acervos, etc., os dois termos aqui foram entendidos enquanto um campo em disputas e resistência; produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais (Fenelon; Cruz; Peixoto, 2004, p. 06).

O trabalho do sociólogo Eder Sader “Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980” nos auxiliou no entendimento de como os novos sujeitos sociais mantiveram autonomia frente ao Estado e alargaram as fronteiras da política (Sader, 1988, p. 314).

Sader nos ajudou a pensar a cena histórica de sujeitos que experimentaram se deslocar de seus “centros” de igrejas, esquerdas e sindicatos e passaram a ter autonomia. Esse arranjo, Sader nomeou de emergência de um novo sujeito coletivo, por possibilitar criar condições para o exercício da cidadania e o alcance da organização dos trabalhadores, que se

auto-organizaram e traçaram diversas alternativas de lutas a partir de objetivos e interesses comuns, sem estar preso a organizações ou instituições determinadas. Esse foi o caminho que os movimentos sociais utilizaram na construção de um projeto alternativo de democracia e políticas participativas. Sader nos apresentou ainda a necessidade de compreensão da política para além dos espaços oficializados, encadeado com a vida cotidiana dos mais diferentes grupos sociais.

As experiências dos sujeitos sociais do IMOPEC indicaram atores sociais e instituições tradicionais na agenda da justiça social, a exemplo: da igreja, sindicatos e partidos políticos, mesmo entendendo a crise dessas estruturas, principalmente a igreja. Parte dos membros do IMOPEC não encontravam mais nela a oportunidade para debater temas relacionados aos problemas vivenciados pelos mais pobres e invisibilizados, resolveram criar um espaço destinado a essas e outras discussões. A experiência do IMOPEC por meio do material publicizado pelo próprio Instituto e das entrevistas nos mostrou que essas instituições em crise, ainda poderiam ser uma alternativa para fortalecer e ampliar suas lutas e reivindicações, como os partidos políticos de esquerda e as Comunidades Eclesiais de Base, que tinham o seguimento da Teologia da Libertação e o compromisso com as causas ligadas aos que mais precisam. Desse modo, O IMOPEC não tinha como objetivo caminhar sozinho, mas atrelado aqueles que buscavam um novo projeto de sociedade, voltado a cidadania e participação democrática. O que não quer dizer que não houvesse divergências e embates entre essas instituições, ora o IMOPEC atuava com “autonomia” em relação as essas estruturas como nos apontou Sader em relação aos novos sujeitos quando entram em cena, ora trabalhavam em colaboração. Nesse sentido, é interessante não perdermos de vista as contradições que fazem parte dos processos históricos, para não incorremos no risco de homogeneizarmos as instituições e suas finalidades.

Ao intencionarmos compreender a experiência educativa que o IMOPEC desenvolveu e articulou, pensamos nas diversas formas de organização do Instituto enquanto um coletivo político, oriundo de diferentes movimentos sociais. Nesse sentido, a ideia de experiência tratada por nós diz respeito aos caminhos que o IMOPEC enveredou nesse processo de busca de transformação social, as forças que ele cruzou, as estratégias usadas para serem percebidos e ouvidos e como executavam suas ações nos diversos recantos do Estado.

E. Thompson (1981, pp. 180-201) nos desafiou a entender a experiência educativa a partir das ações dos sujeitos na história; das relações que são estabelecidas; das lutas empreendidas pelos trabalhadores e a militância vivenciada ao longo do percurso, como uma forma de reconhecer a si e aos outros em suas ações, em um contínuo movimento histórico.

Sendo assim, a ideia de experiência em Thompson se justifica para entendermos as diversas experiências que se encontraram e se influenciaram na luta contra as desigualdades sociais no Ceará. Essas experiências através do trabalho pedagógico do IMOPEC vislumbravam uma concepção de emancipação e transformação social alinhada aos princípios de Paulo Freire (2011), ou seja, focada na libertação dos oprimidos por meio da conscientização e da participação ativa na própria libertação, elementos importantes e inerentes a Educação Popular (EP), termo aqui analisado a partir das contribuições de Moacir Gadotti (1994, 2003), Carlos Brandão (2002) e Paulo Freire (2011).

Para estes autores, pensar uma educação que atenda às necessidades das populações menos favorecidas, excluídas de direitos básicos, principalmente de uma formação de sujeitos críticos e conscientes de seus fazeres históricos, requer direcionarmos a educação para atender as demandas da sociedade, a partir da realidade do povo, uma educação que atue de forma emancipatória e transformadora da realidade dos menos favorecidos, e principalmente voltada para a construção democrática de um projeto de nação, que supere as desigualdades que ainda marcam nosso tempo.

A EP é uma corrente teórica que vem dialogando com os diferentes processos históricos, por isso, vem seguindo as transformações epistemológicas e organizativas. No seu cerne tem como preocupação o respeito à pluralidade e a valorização das vivências e da identidade cultural, por meio de um projeto cultural e pedagógico alternativo. Em alguns boletins Raízes, o IMOPEC trazendo a luta dos movimentos sociais usa o conceito de Educação Popular, especialmente quando traz a experiência das Casas da Memória e seu importante papel pedagógico na formação de consciências e modos de organização.

A EP enquanto concepção analítica, originou-se na América Latina como uma alternativa as pedagogias e práticas tradicionais e liberais que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político. “Por isso mesmo, nasce e constitui-se como “pedagogia do oprimido”, vinculada a organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social” (Paludo, 2005, p. 04) a partir de uma nova ordem econômica, política e social.

Esse projeto de sociedade ao qual defendia a EP passa por três momentos¹⁰ diferentes no país, o primeiro volta-se a formação ligada a escolarização e os modos de

¹⁰ A EP no primeiro momento vem se contrapor as teorias tradicionais e liberais que conviviam como modelo de escolarização desde o período de transição do país agrário-exportador para um modelo urbano industrial. Nesse sentido, a EP nasce em contraposição as correntes tradicional e liberal, com a finalidade de um projeto alternativo nos espaços formais e não-formais da educação. No segundo momento a EP firma-se enquanto movimento de apoio às reformas de base do campo e da cidade. A EP continuava se contrapondo as tendências

organização; o segundo toma como proposta a valorização da cultura popular; e o terceiro não menos importante uma EP a partir da formação para os processos de organização e “conscientização” político-ideológica.

Sendo assim, Gadotti acentuou que a educação popular tem-se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e descodificar os temas geradores das lutas populares. Ela visa colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas, “trata de diminuir o impacto da crise social da pobreza, e de dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial” (Gadotti, 2003, p. 15).

A EP esteve e está sintonizada com os debates de seu tempo, revisitando políticas públicas participativas e voltadas para os interesses da maioria da população. Nos interessa para a tese pensarmos a EP no seu terceiro momento, ou seja, aquele que se dedica aos processos de organização e conscientização como categorias centrais. A conscientização como entendimento da percepção da realidade e das suas contradições, já a organização a partir de um espaço destinado ao grupo que luta em oposição as contradições ainda tão marcantes em nosso tempo. Esses dois mecanismos desempenharam importante papel no IMOPEC, que organizava as pessoas em grupos ou associações de moradores para debaterem os problemas de suas comunidades e juntos lutarem para ter seus direitos assegurados. Conforme Paludo, a EP,

[...] dialoga com o movimento internacional dos trabalhadores; vinculada às condições de vida das classes populares e compromissada com a melhoria da sua qualidade de vida; vinculada às diferentes propostas e às forças que a representam e disputam os rumos do desenvolvimento brasileiro; inserida no processo de constituição de um novo projeto de sociedade; esperançosa de, via educação, contribuir para a emancipação das classes populares e para a sua entrada no cenário político; dando uma grande ênfase à construção do poder popular; realizando a formação política e conscientizando para a ação; articulando a formação com a organização e com a luta; desejosa de promover o protagonismo popular – povo como sujeito de sua história; com ênfase maior nos espaços não formais e relacionando, de modo incisivo, a formação com a organização das classes populares e com os processos de luta (Paludo, 2005, p. 07).

tradicional e liberal, acrescida de um cristianismo que se voltava aos pobres e da teoria de Paulo Freire. Por último, num contexto de Ditadura Militar, a EP se volta as lutas populares exigindo abertura política e retorno ao Estado de legalidade, através das pautas discutidas pela EP os Movimentos Sociais passam dão ênfase as expressões “povo sujeito de sua história” e “protagonismo popular”. Ver PALUDO, Conceição. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: Anais do 8º Seminário Internacional de Educação, realizado pela FEEVALE, no período de 3 a 6 de agosto de 2005, em Novo Hamburgo, RS.

Desse modo, a EP nos subsidiou para pensarmos a experiência do IMOPEC num movimento comprometido com as classes populares, vinculada a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao qual, prioriza a educação para a emancipação, fortalecendo o poder popular, na promoção de uma formação política, voltada ao protagonismo das comunidades, enfatizando a relação entre formação, organização e luta das classes populares.

O objetivo inicial do IMOPEC era trazer à tona as memórias dos movimentos sociais no contexto da ditadura militar, e ao longo dos anos sua proposta se dilatava para a ideia de uma Universidade Popular, no sentido de uma prática pedagógica lançada ao encontro e intercâmbio dos movimentos sociais para fortalecimento de novas formas de resistência e reinvenção da emancipação social. O projeto da Universidade Popular não chegou a se concretizar, mas muitas pautas foram contempladas, a saber: a luta contra a globalização neoliberal, o capitalismo, o colonialismo, o racismo, o sexismo e outras relações de dominação e de opressão.

Sendo assim, a EP nos auxiliou na compreensão dos sujeitos a partir de seus processos de emancipação e de uma pedagogia voltada para a cidadania, tornando o ser humano capaz de construir coletivamente a própria história (Brandão, 2002). A EP é construída pelas pessoas que estão à margem das relações de poder e todos os que com elas se comprometem, ou seja, a educação é dos e para os sujeitos populares.

Já para pensarmos a categoria do patrimônio cultural, usamos como base as contribuições de François Hartog (2006), para entendermos como os diversos sentidos do patrimônio foram se configurando ao longo do trabalho desenvolvido pelo IMOPEC, bem como, a tentativa da instituição de livrar os diversos grupos do esquecimento (Hartog, 2006, p. 265).

“A história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (Poulot, 2012, p. 12). Neste entendimento, a memória e o patrimônio se tornaram categorias dominantes para pensarmos “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (Hartog, 2006, p. 261) em seus regimes de historicidades. Os significados que as pessoas atribuem ao patrimônio e a memória, como nos alertou Paulo Freire (2011), não é neutra, por implicarem princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade, sendo esta necessariamente situada historicamente.

Na década de 1980, a discussão sobre o patrimônio e memória fizeram parte da pauta de diversos movimentos sociais, temas antes tratados pela esfera do Estado “e dos intelectuais que dirigiam as agências de preservação histórica. A partir de então, tais

proposições difundiram-se pela sociedade civil, sendo reinterpretados e utilizados por grupos e associações civis como um instrumento de luta política” (Gonçalves, 2015, p. 213). Essas ponderações aconteceram em meio à virada antropológica e cultural, favorecida pelo contexto da redemocratização brasileira. O debate sobre o direito à memória foi reconhecido pela Constituição de 1988, que desloca a atribuição de valor cultural do Estado para a sociedade. Nesse contexto, as concepções de patrimônio e memória, foram traçadas num campo de disputas, contestações e dissensos, através da participação de variados atores sociais, a exemplo, os marginalizados e silenciados pelos discursos hegemônicos.

Os movimentos sociais foram fundamentais na concepção de cidadania democrática, reivindicando direitos na sociedade e contestando antigas hierarquias sociais, que ditam lugares fixos na sociedade para os cidadãos. A luta visou democratizar o regime político e as práticas que conduzem à exclusão e à desigualdade (Oliveira, 2008, p. 38).

Nessa conjuntura de lutas e resistência, a dita cultura brasileira passou a ser discutida “para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade” (Canclini, 2011, p. 160). Entretanto, como nos diz Fonseca (2017, p. 22) “relativamente às políticas culturais no Brasil, parece indicar que nada mudou no campo “periférico” das políticas estatais: a questão cultural raramente aparece na agenda dos partidos políticos ou nos discursos de eventuais candidatos”. Assim, cabe considerarmos a assertiva de que a cultura se faz como atribuição de significados e sentidos, caracterizada por conflitos e tensões.

Nossa discussão pautou acerca do patrimônio cultural tratado sob diferentes olhares, não fazendo distinção quanto a natureza de bens patrimonializados e sua gestão, não que essas questões não sejam importantes ou devam ser ignoradas. Damos enfoque ao entendimento do patrimônio cultural enquanto perspectiva sócio histórica e política, fazendo-se necessário trazer a historicidade das relações estabelecidas com a memória e os movimentos sociais.

Essas relações se estreitaram nas três últimas décadas do século XX, principalmente com a redemocratização e com as manifestações dos mais variados movimentos (feminista, de jovens, indígenas, negros, etc.) da sociedade civil de modo geral. As práticas organizativas dos grupos em cenário nacional e local se estruturaram e assumiram papel de destaque pela via da mobilização social, de recursos e pela defesa dos direitos negados de cidadania, edificando e conduzindo a resistência social em um terreno minado por relações de poder não democráticas e excludentes.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2008) foi

[...] nos movimentos sociais autônomos, espontâneos, fora de institutos tradicionais de representação como os partidos – que se operaram mudanças na cultura política, que procurou quebrar as relações clientelísticas presentes em parte do sistema político da época – sindicatos, Estado e partidos políticos implantados sob a égide da ditadura (Oliveira, 2008, p. 175).

As ações desses movimentos sociais autônomos da década de 1970 se transformaram em lutas por cidadania e por direitos. Pautados na denúncia e lutas para rever hierarquias e privilégios.

Esses movimentos sociais autônomos não reivindicavam apenas bens materiais, mas também o reconhecimento de sua capacidade de participar e de mudar os padrões sociais. Desafiavam os esquemas de representação política, lutavam pelo reconhecimento de sua identidade, e conseguiram conferir significado político às suas dificuldades e demandas (Idem, p. 175).

Sendo assim, durante o período de transição do regime militar para o regime democrático, os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na construção do cenário político e social do Brasil. Houve por parte deles atuação na formulação e aprovação da Constituição Federal de 1988, onde se estabeleceram bases para o reconhecimento e garantia de novos direitos, impulsionando mudanças na estrutura política, jurídica e social do país, na qual, a cidadania envolvia “o direito a ter direitos”.

No Brasil, a autonomia dos movimentos sociais começou a mudar a partir das eleições de 1982. Esses movimentos começaram a se relacionar com as agências públicas no âmbito da saúde, da educação, do conselho da mulher e mais adiante, do conselho da criança e do adolescente. Abriram-se novos espaços de relacionamento entre as organizações privada e pública. A dinâmica dessa luta envolveu aproximações e conflitos, assim como negociações com esferas do poder público. Os membros dos movimentos sociais passaram a levar suas demandas para os governos e a se relacionar com assessorias e órgãos das prefeituras e dos governos estaduais. Igualmente relevante foi a relação desses movimentos com as organizações não governamentais (ONGs) e com seus quadros técnicos (Oliveira, 2008, p. 176).

Na década de 1980, as ações coletivas de aprofundamento da democracia estavam difundidas pela atuação das organizações não governamentais, ao qual “os interesses coletivos e privados eram negociados e onde se dava à interconexão entre experiências de organizações internacionais com as demandas da sociedade brasileira” (Idem, p. 178).

Dentro desse cenário, os sujeitos da preservação e da luta pela memória formam um grupo articulado em torno de causas específicas, ajustando suas estratégias conforme as necessidades dos grupos, utilizando métodos variados, tais como abaixo-assinados, manifestações públicas e digitais, pareceres de especialistas e técnicos, pressões políticas, aulas públicas, dentre outras ações. Carlos Brandão ressaltou que o saber da comunidade,

torna-se fração do saber daqueles que, presos ao trabalho, existem à margem do poder. Existem no interior de mundo sociais rigidamente pela desigualdade, que dedicam uma boa parte do saber que produzem à consagração da própria desigualdade (Brandão, 2006, pp. 28-29).

O IMOPEC por meio de suas narrativas buscou (re)criar e atualizar um léxico político e sociocultural contrastante aos interesses da dominação e do silenciamento das práticas sociais.

O trabalho do IMOPEC tem sido referência pela opção de abordar a realidade e as condições do Ceará, colocando o povo como protagonista e parte interessada em manter, construir e transformar seu espaço para longe do que tem feito os governantes e as elites do Ceará... o IMOPEC tem acompanhado, subsidiado e construído novos passos de resistência [...] (Raízes, 2001, p. 08).

Quais espaços de resistência o Instituto construiu? Quem participou dele? O entendimento dessas questões se faz importante para compreendermos como as comunidades atendidas tornaram-se protagonista e interessada na preservação, construção e transformação de seu próprio espaço. Um desses espaços de resistência foram os materiais publicizados pelo IMOPEC, os quais são também fontes de nossa pesquisa.

Inventário das Fontes – a produção do IMOPEC

As fontes que contribuíram ao texto da tese são aquelas produzidas pelo IMOPEC.

O uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais. Ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade de tratamento de fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso (Janotti, 2010, p. 10).

A indicação das fontes as quais nós pesquisadores nos apropriamos não deve transparecer que teremos acesso direto aos envolvidos, suas vontades e vozes. Uma vez que, as fontes, assim como seus autores, são interessadas. É fundamental, ao se trabalhar com qualquer fonte, discutir os critérios possivelmente adotados por quem as produziu, de modo a melhor decifrar a informação que ela nos fornece (Bacellar, 2010, p. 66). Como acena Pinsk (2005) as fontes são o material os quais os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos.

Desse modo, contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! (Bacellar, 2010, p. 63).

Tania Regina de Luca (2010) observou que foi na década de 1970 do século passado que os trabalhos passaram a valer-se de jornais e revistas como fontes. A preocupação com a história da imprensa não era nova, “mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (Luca, 2010, p. 111).

O receio ou desprezo pela imprensa vinha da tradição positivista do século XIX e primeiras décadas do século XX, por meio da ideia de busca da verdade dos fatos. Cabia ao historiador ser livre de qualquer envolvimento com seu objeto de pesquisa, valendo de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e distanciadas de seu próprio tempo (Idem, p. 112). Nesse entendimento, a imprensa não era adequada para recuperação do passado, pois trazia um conteúdo distorcido e subjetivo.

A escola francesa dos *Annales* na década de 1930, reconheceu as potencialidades da imprensa, assim como tantas outras fontes. Mas, somente nas últimas décadas do século XX houve o reconhecimento de fato pela intermediação da terceira geração dos *Annales*, através da multiplicação de novas temáticas e novas formas de ver e usar as fontes. Padrões antes consagrados pelos historiadores, foram repensados. Por muito tempo, tais pesquisadores se preocuparam com os aspectos políticos, sociais e econômicos, deixando o cultural de lado, como fosse algo menor.

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens, as crianças, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da história (Luca, 2010, p. 113).

A variedade de temas e fontes se tornaram múltiplas. Para Tania Regina de Luca, “ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (2010, p. 118). “A discussão em torno do estatuto do que se publica na imprensa já foi – e continua sendo – objeto de acirradas polêmicas. Há objetividade e neutralidade? É possível distinguir notícia e interpretação?” (Idem, p. 139). Mesmo se tratando da imprensa militante, o grupo faz escolhas, organizam, fazem interpretação e narram da maneira que lhe é peculiar, as notícias que devem chegar até os leitores.

Quando elegemos o material produzido pelo IMOPEC como fonte, consideramos que esta fonte tem duplo papel, ao mesmo tempo, em que traz informações aos seus leitores também objetiva formá-los. Sendo assim, nos coube a análise das motivações que levaram a

conferir publicidade a determinado assunto. Dado que, “os discursos adquirem significados de muitas formas... a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista planeja atingir” (Luca, 2010, p. 140).

Neste sentido, recorreremos ao material difundido pelo IMOPEC com a finalidade de compreendermos a divulgação das ideias expostas, as falas, as ferramentas utilizadas e ações que foram manifestadas por meio de uma imprensa que chamamos aqui de militante. Em relação à documentação pertencente ao acervo ligado ao movimento operário, Tania de Luca acentuou que essas fontes são:

dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação (Luca, 2010, p. 119).

A imprensa operária difundia um manancial de informações que não era balizado na grande imprensa. Nos jornais comuns a classe trabalhadora até hoje aparece em virtude de desordens e índices negativos ligados a economia e a educação. Assim, os meios de comunicações são ferramentas importantes para resistir ao sistema imposto pelos dominantes.

O IMOPEC produziu um corpus documental vasto, todos valiosos para compreensão da memória, do patrimônio e dos saberes produzidos por ele nos anos de 1988 a 2015, objeto dessa pesquisa. Inicialmente realizamos um levantamento de informações encontradas nos registros do Instituto, no qual o boletim Raízes destacou-se como principal difusor de ideias e ações, um veículo de informação em circulação a partir de 1992.

O boletim teve como proposta primeira “provocar a discussão e o aprofundamento de questões significativas para o Movimento Popular, na contribuição para o resgate das formas de resistência ao modelo econômico e cultural que há 500 anos vem sendo imposto ao povo latino-americano” (Raízes, 2001, p. 04). O grupo ligado ao IMOPEC nutriu a esperança que por meio de suas publicizações, levariam “um mundo novo”, mesmo sem a visibilidade da grande imprensa. Adelaide Gonçalves no texto “Raízes, um instrumento de combate” enumera algumas definições sobre as finalidades do material que consta nas edições do boletim Raízes (2001):

Menos que uma definição de política editorial, RAÍZES se inscreve na tradição da “palavra impressa” como instrumento pedagógico de combate. Ao manifestar em seu projeto comunicativo, “Desejamos que o Boletim não seja apenas mais um informativo”, recupera dimensões do “fazer jornalístico” cuja virtualidade reside nos

propósitos articulados da discussão, do debate, da reflexão pela palavra que instiga, incita, subverte, e potencialmente, (re)cria e atualiza um léxico político e sociocultural contrastante aos interesses da dominação e do silenciamento das práticas sociais engendradas pelos movimentos sociais [...] RAÍZES propugna o debate criativo e criador, aliado ao compromisso social com a produção de conhecimento, cuja finalidade é “oferecer um pequeno reforço ao processo longo e sofrido de conquista da cidadania, abrindo espaços ao debate e oportunizando a expressão de opiniões e visões distintas” (Gonçalves, 2001, pp. 04-05).

Os membros que faziam parte da instituição decidiam as pautas dos próximos números e os modos como iriam intervir no apoio aos movimentos sociais. Ao todo foram 64 publicações, os quais estão disponíveis na Casa de Memória em Porteiras, Sul do Ceará; no Centro de Memória da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), *Campus* da Universidade Estadual do Ceará-UECE de Limoeiro do Norte-CE. Além de algumas escolas municipais que receberam parte do material, cedido por Maria Célia Guabiraba, uma das idealizadoras do IMOPEC. Bem como de acervos pessoais, pois, os membros, sócios e apoiadores das causas do Instituto recebiam exemplares dos boletins.

O boletim tinha um pequeno formato, em torno de 8 a 10 páginas, com uma tiragem trimestral de 1.500 exemplares, atingindo pequenos grupos nas salas de aula, professores e lideranças comunitárias (Gonçalves, 2001, p. 05), disseminando seus conteúdos em pequenos círculos de leitura, debate e reflexão.

RAÍZES pode passar de mão em mão, pode ser lido em voz alta, permite praticar a “leitura comentada” nos círculos de opinião que o movimento dos trabalhadores criou e recriou em tantos lugares e em vários tempos. Como não trabalha com os conteúdos efêmeros da notícia e da informação desistoricizada, RAÍZES pode ser também um índice, entre outros, do generoso inventário que se possa realizar das lutas sociais no Ceará, nas décadas finais do século XX (Idem, 2001, p. 05).

Dessa maneira, o boletim Raízes é narrado pelo Instituto como um meio de comunicação e, como um instrumento de construção da memória e da conscientização social. O boletim conectou pessoas, histórias e movimentos ao longo do tempo, criando uma narrativa contínua que oferece uma compreensão sobre a evolução das lutas e a resistência das comunidades no Ceará. Cabe questionarmos: qual imprensa alternativa teve tamanha expansão e alcance financeiro? Na perspectiva do próprio boletim, as publicações sempre enfrentavam condições materiais adversas. No entanto, o número de quatro edições anuais e uma tiragem de 1500 exemplares por edição, demonstra que, em certos períodos, os recursos não foram tão escassos como dizia a instituição.

Escreveram para o Raízes: sociólogos, antropólogos, pedagogos, historiadores, denotando a contribuição da universidade para o Instituto. Escreveram também, educadores populares, lideranças comunitárias, urbanistas, advogados, fotógrafos, militantes de pastorais,

sindicalistas, entre outros, todos alinhados ao discurso dos movimentos sociais e dos enfrentamentos das desigualdades do Estado.

O boletim tinha uma estrutura de linguagem formal, mas de modo acessível aos diferentes públicos. Nas páginas introdutórias (páginas um e dois) chamava atenção para os temas tratados, informes e últimas notícias. As páginas seguintes eram dedicadas a pequenos artigos com temáticas diversificadas, assinalando por vezes relatos de experiência ou dados de pesquisas estaduais e nacionais.

O IMOPEC publicizou também a Revista Propostas Alternativas, com “a pretensão de divulgar de forma ainda mais ampla e profunda questionamentos e propostas alternativas para as questões em debate” no Estado do Ceará (Guabiraba, 2015, p. 08). As publicações se iniciaram partir de 1992, sob o registro ISSN 1677-6631. Cada edição apresentou um tema sobre o Ceará, entrelaçando-a com questões globais, nacionais e regionais (IMOPEC, 2015). Ao todo foram 17 exemplares, na ordem a seguir: 1. Castanhão, um projeto questionado (1992); 2. A face excludente do governo Ciro Gomes (1994); 3. Velho Chico, agonia ou ressurreição (1994); 4. CIC: a razão esclarecida da FIEC (1995); 5. Fome e estrutura do poder no Ceará (1998). Percebemos que esses cinco primeiros números foram dedicados para questões políticas e governamentais. Já os próximos temas se voltaram para as discussões culturais e patrimoniais, vejamos: 6. Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade cultural do Ceará – I (1999); 7. Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade do Ceará – II (2000); 8. Memória e Patrimônio Cultural do Ceará – I (2001); 9. Memória e Patrimônio Cultural do Ceará – II (2002); 10. Memória e Patrimônio Natural do Ceará – I (2002); 11. Memória e Patrimônio Natural do Ceará – II (2003); 12. Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – I (2004); 13. Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – II (2005); 14. Religiosidade cearense – I (2006); 15. Religiosidade cearense – II (2007); 16. Memória e Transformação Política (2010); 17. Memória dos Movimentos Ambientais do Ceará (2014).

A revista contou com a cooperação de graduandos, graduados, pós-graduandos e pós-graduados que colaboravam com artigos dentro dos eixos explorados em cada número. Propostas Alternativas era utilizada no Curso de Formação à Distância, os partícipes faziam a leitura e discussão dos textos em grupos, elaborando estratégias para colocarem na prática em suas comunidades.

Acrescenta-se ao Raízes e a Propostas Alternativas uma variada tipologia de fontes produzidas pelo IMOPEC, tais como: cartilhas, livros, vídeos, álbuns fotográficos, inventários, catálogos e os jogos educativos. Este último foi resultado do curso de formação à

distância que funcionou entre os anos de 2001 e 2010¹¹. O curso e os eventos foram dedicados aos educadores, estudantes e lideranças dos movimentos sociais, mobilizando participantes distribuídos em 215 grupos. Ainda como resultado do curso, professores e membros do Instituto se reuniram e propuseram três produtos educativos e pedagógicos, de modo a estimular alunos e professores a descobrir, valorizar e preservar os “lugares de memória” de seus municípios, de suas regiões e do Estado do Ceará.

Os jogos pedagógicos organizados pelo IMOPEC nos permitem entender variados enredos, grupos, culinária e patrimônio cultural cearense. É uma fonte importante para a problemática da pesquisa, porque evidencia os caminhos que o Instituto trilhou para trazer à tona a memória e a identidade do povo cearense.

Além do material produzido pela instituição, foram utilizadas fontes orais obtidas por meio de entrevistas. Como destacado por Portelli (2016, p. 18) “a memória oral é mais do que um mero depósito de informações, é um processo contínuo de elaboração e reelaboração de significados”. Nesse contexto, entrevistamos diversos sujeitos que se envolveram com a instituição, incluindo seus fundadores, aqueles que prestaram serviços remunerados e participantes de cursos e eventos promovidos pelo Instituto. Abordaremos sucintamente quem são esses indivíduos e de que lugar social eles falam. Especialmente os sócios e colaboradores, dado que os demais entrevistados aparecerão com maior veemência no quarto capítulo que trata do curso à distância. Nesta perspectiva, “é importante estarmos conscientes de quem é nosso interlocutor; que bagagem de vida traz consigo, inserido que está numa realidade social e histórica que o condiciona e influi em suas aspirações e perspectivas” (Khoury, 2021, p. 33).

Na categoria sócios fundadores¹² do IMOPEC, entrevistamos Antônio José Cunha da Silva, bacharel em Administração Pública pela UNILAB, Redenção-CE, no ano de 2017 e ex-estudante do curso de História da UECE. Antônio José fez parte da organização do IMOPEC, sua relação com Célia Guabiraba e sua irmã Fátima se deu na época em que o mesmo trabalhava na Cáritas e as irmãs Guabiraba na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O entrevistado permaneceu durante todo período de atuação do IMOPEC, principalmente na parte administrativa.

Outro membro entrevistado que participou do início das atividades foi Océlio Teixeira de Souza. Durante o período de institucionalização, Océlio Teixeira cursava História

¹¹ Os módulos do curso foram finalizados com a revista de nº 16: Memória e Transformação Política (2010). Entretanto, os grupos permaneceram formados até 2015 com o encerramento das atividades.

¹² Os sócios fundadores são aqueles que participaram e assinaram a Ata de Fundação do IMOPEC (informação retirada do Estatuto do IMOPEC de 07 de junho de 1988).

na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e também era membro do Partido dos Trabalhadores (PT). Através de suas conexões partidárias, ele manteve contato com um sociólogo vinculado à Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza nos anos 80 e que possuía proximidade com as irmãs Guabiraba. Foi por meio dessas conversas com o sociólogo que Océlio Teixeira obteve informações sobre o grupo que planejava estabelecer uma instituição externa para a preservação da memória do Ceará. Ele permaneceu no Instituto desde a sua fundação até o ano de 1994, quando assumiu o cargo de professor efetivo de História na Universidade Regional do Cariri (URCA), localizada na cidade do Crato, no Sul do Ceará.

Na categoria sócio efetivo¹³, entrevistamos Francisca Malvinier Macêdo, bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), membro do Centro de Pesquisa e Assessoria – ESPLAR¹⁴ desde 1986, aposentada por esta instituição desde 2012. Ela teve seu primeiro contato com Célia Guabiraba enquanto trabalhava no Centro de Documentação do ESPLAR. Foi nesse contexto que Célia a chamou para se juntar ao IMOPEC. Dessa forma, Malvinier passou a dividir seu tempo entre as duas instituições, entre outras atividades que realizava¹⁵.

Já na categoria sócio honorário¹⁶, fizemos entrevista com Nadja Maria de Moraes Soares Goes. Profissional com duas formações acadêmicas obtidas na Universidade Federal do Ceará (UFC), uma em Letras e outra em Biblioteconomia, além de ser especialista em Gerenciamento de Bibliotecas Públicas e Escolares pela Universidade de Brasília (UNB). Durante sua graduação em Biblioteconomia, Nadja Maria realizou um estágio no ESPLAR sob a supervisão de Malvinier Macêdo. Célia e Fátima Guabiraba buscavam indicação de uma bibliotecária para iniciar o processo de organização do acervo do IMOPEC, sendo Nadja

¹³ Sócio efetivo, segundo consta no Estatuto do IMOPEC, são as pessoas que fazem parte do compromisso teórico ou prático com o trabalho popular na perspectiva dos fins da entidade (informação retirada do Estatuto do IMOPEC de 07 de junho de 1988).

¹⁴ O ESPLAR foi criado a primeira vez como Escritório de Planejamento e Assessoria Rural-ESPLAR. Parou de funcionar durante o período da Ditadura Militar por conta da falta de recursos. Quando ele foi reconstituído em 1984, permaneceu a sigla, mas passou a ser Centro de Pesquisa e Assessoria.

¹⁵ Segundo a entrevistada, sua atuação no campo social se deu quando ela era muito jovem. “Comecei no grupo de jovens lá no Fomento, em Iguatu-Centro Sul do Ceará, onde me criei. Fui do Centro Acadêmico do Curso de Biblioteconomia da UFC. Cheguei ao ESPLAR em 1986, lá estava sempre envolvida em alguma campanha. Em 1998, comecei a participar de umas reuniões representando o ESPLAR, e isso, desdobrou na criação do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido, que ainda hoje atua fortemente no Estado, que foi quem trouxe o Programa Um milhão de Cisternas para o Ceará. Em 2003, eu participei da organização e mobilização do Fórum Cearense de Segurança Alimentar e Nutricional e ainda participo. Desde 2014, integro o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará e estou no Grupo de Pesquisa de Política em Segurança Alimentar na UECE, que é um grupo multidisciplinar” (Entrevista cedida em 20/04/2021).

¹⁶ Sócio honorário são as pessoas físicas ou jurídicas que, através do seu trabalho, expressem publicamente um compromisso que se identifica com a filosofia da entidade (informação retirada do Estatuto do IMOPEC de 07 de junho de 1988).

Maria a escolhida para essa função, na qual trabalhou de forma contínua por 10 anos¹⁷. Quando os projetos de financiamento chegavam ao fim, ela aguardava em espera por novas oportunidades para dar continuidade ao trabalho. Durante esses intervalos, Nadja Maria assumia outras ocupações profissionais.

Nessa mesma categoria, entrevistamos Cristina Rodrigues Holanda, profissional com formação em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra e doutoranda pela mesma instituição. O contato com o IMOPEC surgiu a partir da recomendação de seu orientador de pesquisa. Em relação a esse aspecto, Cristina pontuou:

Foi logo depois da defesa da minha dissertação na UFC, quem me apresentou ao IMOPEC foi o professor Régis Lopes, ele já tinha relações com o IMOPEC, e na época, Célia pediu contribuições para ele. Ele publicou no boletim Raízes e acho que deve ter outro artigo do Régis na revista, e, foi por meio do Régis que cheguei a Célia ou a Célia chegou até a mim. Eu lembro que a Célia, eles estavam organizando a revista Propostas Alternativas e nessa conversa a Célia perguntou se eu não queria contribuir com um artigo e foi o primeiro artigo que fiz depois da minha dissertação, eu defendi a dissertação em dezembro de 2004 e eu publiquei no ano seguinte na revista Propostas Alternativas. Então, foi assim que eu conheci o IMOPEC, a Célia me convidando para publicar um artigo na Propostas Alternativas, eu publiquei e, a partir daí, surgiu um convite para eu trabalhar diretamente com elas em várias frentes, mas inicialmente muito voltada para o curso de Formação de Agentes Culturais (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, concedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021).

Cristina Holanda, foi contratada¹⁸ para atuar em diversas atividades, incluindo a realização de correção de materiais e acompanhamento do curso à distância e, posteriormente, participação na captação de recursos.

Na categoria de colaboradores, realizamos uma entrevista com Alecsandro José Prudêncio Ratts (Alex Ratts), antropólogo, geógrafo e professor da Universidade Federal de Goiás. Ratts nos relatou como foi o seu contato com o IMOPEC na década de 1990.

¹⁷ Na entrevista realizada dia 06/05/2021, Nadja Maria, pontuou: “Era um trabalho remunerado, mas meio filantrópico, não era uma remuneração vinculada ao valor do salário vigente no Brasil. O valor pago a quem prestava algum serviço para o IMOPEC, era calculado conforme o que havia disponível em dinheiro para a aplicação no projeto onde a pessoa ia trabalhar. Quem tratou sobre esse assunto comigo foi a Célia. Ela fazia questão de explicar, que o Instituto era uma ONG, funcionava à base de projetos, e que não tinha muitas entidades mantenedoras, o dinheiro era pouco. A pessoa que ia prestar algum serviço, poderia escolher ficar ou não. Eu aceitei, por estar me formando e aquela ser a primeira oferta de trabalho. Achei importante aceitar e passar pela experiência de trabalho em uma ONG. Sempre que se discutia entre os colegas bibliotecários sobre salário, o meu era diferenciado, assim também como número de horas trabalhadas, como o tratamento, o ambiente de trabalho, acolhimento, entre outros.

¹⁸ No meu caso fui paga, eu acho que em média um salário mínimo por mês, para me dedicar principalmente a esse trabalho da leitura das cartas e reenvio, acompanhamento mais digamos de perto desse curso, eu ia com a Célia para as formações no interior, ficava aqui nas formações também na capital, como peguei uma fase de transição que foi justamente a saída da Solidariedade Socialista, comecei a fazer projetos de captação de recursos.

Eu soube de Célia, Fátima e Antônio José ainda quando eu militava em movimentos da Igreja Popular, da Teologia da Libertação, eu era da Pastoral da Juventude do meio popular, como movimentos muito politizados a gente tinha não só a crítica social, as desigualdades, as discriminações, mas a gente também tinha a crítica da Igreja, teve um atrito com a cúpula da Igreja, nós fizemos uma articulação de leigos e foi editado um livro de poesias e eu mandei um poema para esse livro, só que eu não sabia que era Célia e Fátima que estavam fazendo. Em 1991 mais ou menos elas já tinham o IMOPEC, mas ainda não era tão conhecido, elas me procuraram para fazer o jornal, que se tornou o jornal Raízes, eu já escrevia um pouco para os movimentos, já tinha uns textos aqui/acolá, eu desenhava muito, meus desenhos eram sobre a preservação ambiental da lagoa da Maraponga e as pessoas começaram a conhecer meu trabalho em desenho, e nem é tão bom assim (risos) (Entrevista realizada com Alex Ratts, concedida a Ana Cristina de Sales, em 05/08/2021).

A narrativa de Ratts destaca seu envolvimento com os movimentos da Igreja, especialmente a Teologia da Libertação. Ele participou da Pastoral da Juventude, onde questões de desigualdade social e discriminação eram debatidas. No entanto, essa militância gerou tensão com a estrutura eclesiástica, evidenciando divergências entre uma base engajada e a liderança religiosa. Esses conflitos internos elucidam a diversidade de perspectivas na igreja e a complexidade na interseção entre os movimentos sociais e os ambientes religiosos. Ratts, continua:

Todos nós tivemos problemas porque é uma instituição, a Igreja, a Escola, a Universidade aquelas instituições que Foucault estudou, então, elas são muito cheias de barreiras, cheias de fronteiras, quando você quer ser muito rebelde e transgressor a instituição vai lá e, na verdade, não é a instituição, mas as pessoas que se acham representantes daquela instituição (Idem).

A resistência a comportamentos “transgressores” por parte das pessoas que compartilham, representam ou protegem as instituições de poder, tornam-se barreiras para aqueles que desejam questionar e desafiar a estrutura conservadora. Assim, se faz necessário atentarmos aos conflitos internos que surgiram em relação ao papel da igreja em meio às classes populares. Ao mesmo tempo, é importante considerar a influência da igreja progressista na organização das classes populares ao desencadear uma transformação de perspectiva para muitos desses grupos durante a década de 1980.

Ainda na categoria de colaboradores, realizamos uma entrevista com Maria Bernadete Neves, licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia de Caruaru e freira da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria. Ela conheceu Célia Guabiraba através da CNBB.

Olha foi assim, a Célia, professora e historiadora, trabalhando lá na Universidade Federal, ela estava fazendo uma pesquisa e a universidade estava exigindo que ela voltasse logo. Então, ela resolveu se desligar da Universidade. Ela trabalhou um tempo na CNBB, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e lá na CNBB quando veio a notícia do Castanhão foi em setembro de 1985, ela estava trabalhando

lá, fomos fazendo amizade e tudo, nessa época ela sonhando em ter uma ONG para salvar a História e a Cultura das pessoas. Elas fundaram o IMOPEC em 1988 e começaram a se encontrar com a gente em 1989, fundando a Associação dos moradores (Entrevista realizada com Maria Bernadete Neves, concedida a Ana Cristina de Sales, em 01/06/2021).

Irmã Bernadete, como é conhecida, descreveu o contexto no qual Célia Guabiraba, professora e historiadora, desvincula-se da Universidade Federal do Ceará devido à exigência de retorno ao trabalho, que ocorreu após seu retorno de um mestrado realizado em Portugal. Durante seu período na CNBB, em 1985, quando surgiram as notícias sobre a construção do Castanhão, Célia começou a estabelecer relações e amizades com a irmã Bernadete. Foi nesse período que Célia concebeu a ideia da criação de uma instituição segundo a narrativa da entrevistada. Posteriormente, com a fundação do IMOPEC em 1988, irmã Bernadete chamou a organização para se unir à igreja na oposição à construção da barragem do Castanhão. Em 1989, formaram a associação de moradores em Jaguaribara.

A fala da irmã Bernadete aponta para a motivação pessoal de Célia Guabiraba e o desejo de preservação da história e da cultura local como descobertas para a fundação do IMOPEC. Nesse sentido, a criação de ONGs surge muitas vezes como uma alternativa para realizar “sonhos pessoais”, atividades e objetivos não atendidos nas estruturas tradicionais. Isso levanta questões sobre as limitações ou exceções das instituições acadêmicas, ou governamentais em atender às necessidades culturais e históricas das comunidades, resultando na necessidade de iniciativas independentes, como as ONGs. No entanto, é importante notar que as ONGs, embora muitas vezes preencham vazios, sejam eles pessoais ou de uma comunidade, enfrentam suas próprias dificuldades. Eles podem tornar-se dependentes de fontes de financiamento privados, o que pode orientar a direção das atividades para atender aos requisitos dos financiadores, muitas vezes em detrimento dos objetivos originais ou das necessidades reais das comunidades.

Voltando aos entrevistados, além daqueles diretamente envolvidos com o IMOPEC, realizamos entrevistas com indivíduos que participaram do curso de formação à distância “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará” e das atividades organizadas pelo Instituto. A seleção desses participantes foi realizada inicialmente com base na identificação de seus nomes nas publicações do boletim Raízes e da Revista Propostas Alternativas. Em alguns casos, identifiquei perfis desses participantes em redes sociais (Instagram e Facebook) e os contatei diretamente por estas plataformas. Outros contatos foram estabelecidos por meio de afinidade com pessoas próximas. A cada escuta realizada, um novo entrevistado era indicado, ampliando a diversidade de perspectivas. Porém, as entrevistas foram efetuadas em

duas regiões do Estado, no Cariri e Vale do Jaguaribe, em função também de ter sido nessas duas regiões a experiência das três Casas da Memória (Jaguaretama, Jaguaribara e Porteiras). No Cariri cearense, foram entrevistados Simone Pereira da Silva¹⁹, Cícero Joaquim dos Santos²⁰, Diego César dos Santos²¹ e Alex Alves de Oliveira²². Já no Vale do Jaguaribe entrevistamos José Erison Lima Pereira²³, Jesus Jeso Carneiro Freitas²⁴, Neldiana Nonato de Oliveira²⁵ e Francisca Judite Maia Chaves²⁶.

Ao todo foram realizadas 15 entrevistas, no período que corresponde ao mês de março de 2021 como sendo a primeira entrevista, e a última em agosto de 2023. Após a gravação, as falas foram transcritas e em seguida devolvidas a cada narrador, que por sua vez concordou na utilização de sua fala para escrita deste texto de tese. Visto que,

a coisa mais importante no trabalho com fontes orais, no trabalho de campo, é que não se trata de trabalhar com papéis, ou com coisas, ou com animais, mas de trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais. É um trabalho de relação e, como todos os trabalhos de relação, levanta questões políticas e questões éticas. Isso é fundamental (Portelli, 2010, pp. 2-13).

Portelli, nos chama atenção para o caráter relacional na pesquisa com as memórias orais, enfatizando que lidar com histórias de vida e testemunhos de pessoas envolve questões

¹⁹ Licenciada em História, com mestrado e doutorado na mesma área, Simone Pereira fez parte do grupo de Farias Brito e, posteriormente, do grupo do Crato. Sua conexão com o IMOPEC se deu através de seu irmão, Eldinho Pereira, que foi apresentado a Célia quando esta visitou o município de Farias Brito. A partir desse primeiro contato, Eldinho Pereira formou o grupo.

²⁰ Licenciado em História, com mestrado e doutorado na mesma área, o Professor é adjunto do Departamento de História na Universidade Regional do Cariri (URCA). Fez parte do grupo de Porteiras e sua introdução ao IMOPEC foi por meio de Simone Pereira, já envolvida no curso. Com os demais membros do grupo de Porteiras, denominados Retratores da Memória de Porteiras (REMOP), eles fundaram a Casa da Memória de Porteiras e a Associação correspondente. Na Universidade em que atua como professor, Joaquim dos Santos tem liderado projetos de extensão e iniciação científica dedicados às publicações do IMOPEC. Após completar o curso à distância, Joaquim dos Santos tornou-se membro do IMOPEC como sócio.

²¹ Licenciado em História e professor de história na SEDUC/CE, atua na cidade de Juazeiro do Norte. Fez parte do grupo de Barbalha. Sua introdução ao IMOPEC ocorreu por meio dos colegas de sala da URCA, Simone Pereira e Joaquim dos Santos.

²² Licenciado em História, com mestrado e cursando atualmente o doutorado na mesma área, o professor atua na área de História na Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada. Anteriormente, fez parte do grupo de Barbalha. Sua conexão com o IMOPEC ocorreu por meio dos colegas de sala da URCA, Simone Pereira e Joaquim dos Santos. Observação: Alex Alves e Diego César fizeram parte do mesmo grupo.

²³ Professor de História e Geografia da SEDUC/CE, atua na cidade de Limoeiro do Norte. A participação de José Erison no Instituto ocorreu quando ele trabalhou no município de Alto Santo, próximo a Jaguaribara. Enquanto atuava em Jaguaribara, Erison foi apresentado ao IMOPEC e convidado para formar um grupo junto aos demais professores do município de Alto Santo.

²⁴ Funcionário público do município de Jaguaribara, fez parte da comissão da juventude contra a construção da barragem do Castanhão, e desempenhou um papel significativo como um dos principais representantes da Casa da Memória de Jaguaribara.

²⁵ Professora de História cedida a Secretaria de Educação do município de Jaguaretama. Fez parte do curso à distância do IMOPEC a partir da indicação do secretário de educação da época e da diretora de cultura Judite Chaves.

²⁶ Atua no serviço público de Jaguaretama e desempenhou um papel fundamental como diretora de cultura na formação da Casa da Memória de Jaguaretama.

políticas e éticas. Ou seja, da necessidade de considerarmos o contexto social, político e ético ao utilizar essas narrativas, respeitando a dignidade e a perspectiva das pessoas entrevistadas. Em relação à ética e o poder no trabalho com fontes orais, Portelli as coloca em distintos níveis, “no da relação do historiador, do pesquisador, com as instituições do poder político, cultural e acadêmico; e no da relação entre o historiador e os sujeitos que nos ajudam a buscar uma história alternativa, uma História outra” (Idem).

Dentro dessa perspectiva, estabelecemos um diálogo sobre formas pelas quais esses compromissos devem nortear os procedimentos específicos da história oral. Cada pessoa é um amálgama de muitas experiências forjadas no embate das forças sociais em que vive. Quando, no diálogo, propomo-nos a compreender e explicar tendências históricas que ele expressa e representa, lidamos com sua subjetividade, memória e, ao mesmo tempo, buscamos entender sua narrativa em seus significados próprios, no complexo campo de forças que o condiciona e no qual reage (Khoury, 2021, p. 32).

No diálogo queremos compreender e interpretar as narrativas, respeitando diferenças e reconhecendo o ponto de vista de nosso interlocutor. Nesse trabalho, Portelli nos alerta para as relações entre subjetividade e interpretação histórica: conversar com uma pessoa é considerá-la com respeito, pelo valor e pela importância de cada uma, por ela ser diferente de todas as outras; seu ponto de vista é, ou pode ser, representativo de uma tendência histórica (KHOURY, 2021, p. 33). Por isso, procuramos nas entrevistas evidenciar o diálogo entre entrevistador/entrevistado, deixando visíveis as intervenções, a presença das pausas, dos silêncios, dos risos, das lágrimas e das expressões dos narradores.

Diante das radicalizações que temos vivido, que favorecem reações mais emocionais do que avaliações ponderadas, a experiência de diálogo é um movimento rico e significativo, de crescimento mútuo, se os interlocutores se mostram dispostos a observar, refletir e trocar. Entrevistador e entrevistado trazem para a entrevista uma agenda própria, que vai sendo reajustada ao longo do diálogo e da vida. Podemos dizer que a entrevista é um texto em elaboração e, um bom resultado, depende de nós mesmos (Khoury, 2021, p. 34).

Considerando a relevância acadêmica deste estudo e a intenção de sua divulgação por meio de artigos em revistas, submetemos o projeto de tese para análise na Plataforma Brasil, que direciona a proposta para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará (UFC). O CEP avaliou e aprovou o projeto, evidenciando seu aspecto ético e a responsabilidade com os participantes envolvidos. A aprovação do CEP sob o parecer de n.º

4.979.771 foi um passo fundamental para assegurar a integridade da pesquisa e a proteção dos direitos dos narradores²⁷.

A maioria das entrevistas foi realizada durante o contexto da pandemia da COVID-19, não sendo possível o contato físico tão necessário entre entrevistador e entrevistados, bem como, o olho no olho, a performance, os gestos, posições do corpo, tipos de interações imprescindíveis nas entrevistas de história oral. Uma vez que, “a pesquisa, o ensino, a própria história oral, são feitas principalmente de encontros, relações entre pessoas (e é realmente frustrante que, nos tempos de pandemia, as reuniões ocorram principalmente através do meio desencarnado da rede)” (Portelli, 2021, p. 11). Por outro lado, o meio virtual foi aquele que possibilitou a realização do diálogo, devido ao contexto pandêmico.

A plataforma Google Meet, na qual a comunicação a distância oferece imagem e voz, constituiu como ferramenta necessária no momento de contingenciamento. Logo, a entrevista online foi o meio usado por nós para compreendermos as falas e expressões dos narradores. A base de entendimento para as entrevistas online se deu através das contribuições de Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães (2020), pesquisadores que refletiram sobre a possibilidade de realização de entrevistas online conduzidas conforme os princípios da história oral.

A proposta de “realização de entrevistas à distância, por meio da internet e do uso de suas diferentes plataformas de comunicação para conversas e chamadas em tempo real” (Santhiago; Magalhães, 2020, p. 02) tem início em 2014 nos Estados Unidos. Mesmo com poucas adesões no começo, as entrevistas online eram vistas como uma possibilidade de diminuição de custos, tendo em vista a distância geográfica em que na maioria das vezes se encontram pesquisador e narrador. Os autores destacaram ainda, a questão cultural, que com o avanço das tecnologias cada vez mais as relações sociais são mediadas por máquinas, na qual “a presença física não é mais um critério de definição do que se considera uma relação social” (Idem, 02).

As entrevistas online, não vista com bons olhos a princípio, devido aos padrões já consagrados para uma boa interação em história oral, passou a ser discutida como um cenário possível nos primeiros meses do ano de 2020 com a explosão de casos da COVID-19 em todo o mundo. Não só as entrevistas online passaram a ser uma possibilidade ou necessidade no

²⁷ Mesmo o Comitê de Ética colocando a necessidade de não identificação dos narradores, os mesmos não demonstraram nenhum impedimento quanto a aparição de seus nomes. Desse modo, optamos por evidenciar quem são os narradores, tendo em vista, o papel social que cada um desempenha nos variados âmbitos da sociedade.

campo digital diante do contexto de isolamento social, houve uma adaptação nas formas de trabalhar e se relacionar em diversos âmbitos.

Neste sentido, o formato de entrevista online nos ocorreu como uma oportunidade de escuta e trocas audiovisuais síncronas. Após a escolha dos narradores, entramos em contato com estes e agendamos uma data e horário que fosse acessível ao entrevistado. Especificamos a plataforma que seria utilizada e que o conteúdo seria gravado.

Um aspecto a ser destacado no trabalho de história oral, que não é simples, é, de fato, ter acesso, conseguir realizar a entrevista, visto que as agendas devem ser estabelecidas de forma que seja um momento preparado, construído para aproximar entrevistador e entrevistado, considerando as expectativas de ambos para com um documento oral – que será uma fonte de pesquisa – que não está pronto, que será fruto do diálogo realizado na entrevista (Sales, 2021, p. 45).

No dia da entrevista o link de acesso foi encaminhado e a sala aberta no horário agendado. Vale ressaltarmos, que as entrevistas online só foram exequíveis pelo fato dos narradores terem acesso e intimidade com as mídias digitais em videoconferência. Constituindo-se assim, a prática de entrevistas online como uma barreira para uma parte da população brasileira que não tem acesso às tecnologias digitais.

Por outro lado, através destas ferramentas ampliaram-se as possibilidades de escuta por meio da oralidade. Pesquisadores há grandes distâncias dialogam em tempo real com seus narradores e que, apesar de contratempos práticos como queda de energia ou de conexão da internet, pode ter uma alternativa útil quando o presencial não for possível.

Santhiago e Magalhães (2020) apontaram uma sequência de estudos que ora tratam de vantagens, ora de desvantagem em relação ao trabalho com entrevistas online. Entretanto, os dois autores esperam que por meio das pesquisas que forem surgindo através do uso da coleta de “dados em interações à distância, síncronas, por videoconferência, seja possível extrair, proposições visando apontar a superação das dificuldades de critérios imprescindíveis a história oral” (Santhiago; Magalhães, 2020, p. 09), como a oralidade, imediatez, dialogicidade e situacionalidade.

Para garantirmos que esses quatro elementos sejam mediados no trabalho metodológico com entrevistas à distância, ainda seguimos as prerrogativas de Santhiago e Magalhães (2020), para isso, eles destacaram a importância de alguns cuidados técnicos no momento da entrevista, na qual o pesquisador deve estar atento a possíveis ruídos no áudio; do mesmo modo, garantir ao entrevistado toda a informação que se faça necessária em relação ao tema pesquisado, isso assegura a credibilidade e confiança do investigador.

Outro ponto a ser considerado é a forma de autorização de uso da entrevista, que pode ser gravada ou assinada e escaneada, garantindo que o texto produzido a partir da entrevista possa ser utilizado pelo pesquisador. Nesse sentido, julga-se fundamental enviar uma cópia do material aos narradores.

Os entrevistados desta pesquisa se mostraram “confortáveis” durante o percurso narrado, tivemos diálogos produtivos e duradouros, por vezes prolongaram-se em quase três horas de conversa e outros com menor tempo de duração, o que não diminuiu o teor de importância da narrativa. Vale destacarmos que na entrevista de história oral se necessário o respeito, paciência, flexibilidade e paixão autêntica de conhecer os outros e de estar com eles em uma história compartilhada (Portelli, 2010).

Tivemos cuidado, atenção e respeito para com os entrevistados, tendo em vista que quem faz o processo de mediação é uma máquina, na qual o contato através das expressões do corpo fica à mercê daquilo que a tela através da câmara do computador pode mostrar ou não.

A personagem principal do IMOPEC não foi entrevistada, Maria Célia de Araújo Guabiraba, líder e idealizadora da instituição. Por vezes tentamos marcar uma conversa, porém Célia demonstrava resistência em conceder a entrevista. Tal comportamento em relação à entrevista denota uma postura de cautela e reserva sobre determinados assuntos que tocam o Instituto. Sempre muito educada, de voz mansa e de enorme gentileza, dava notícias quase que diariamente por meio de mensagens enviadas pelo celular. Por meio de suas mensagens continuava com seu trabalho de resistência ao sistema governamental opressor, denunciando desmandos e defendendo os direitos daqueles que são invisibilizados pelo processo histórico de ontem e de hoje.

Entretanto, quando tocávamos no assunto da entrevista, havia algum empecilho voltado para questões de saúde sua ou de familiares, a organização do acervo que seria transferido para a Cidade de Limoeiro do Norte e do retorno de documentos dos cursistas do curso de Formação à Distância. Sabemos que de fato ocorreram todas essas ocupações, mas entendemos também que falar do IMOPEC traria para ela à tona muitas lembranças do Instituto possivelmente ainda não cicatrizadas, tendo em vista o encerramento das atividades em 2015. Como disse uma das entrevistadas – “não se separa IMOPEC e Célia Guabiraba, os dois são um só”. A decisão do grupo pelo fim das atividades do Instituto pode ter deixado marcas não superadas. E a conversa sempre ficava para outro momento.

Célia Guabiraba foi acometida por um problema de saúde e, em meio aos dias de repouso para sua recuperação, ela gentilmente enviava mensagens com poemas, canções e

notícias sobre seu quadro de saúde. Mesmo lutando e estando rodeada de cuidados de familiares, amigos e profissionais da saúde, Célia Guabiraba veio a óbito no dia 28 de agosto de 2021. A partida dela nos deixou entristecidos, para além da entrevista que não foi concedida, mas porque perdíamos de forma física uma mulher que lutou, resistiu, escreveu, se doou para as populações mais empobrecidas do Ceará.

Para entendermos os desmembramentos de como o Instituto foi oficializado em 1988, tivemos as contribuições de Antônio José Cunha da Silva, que ao lado de Célia e Fátima conduziram e planejaram as ações do grupo. Foi por meio de Antônio José que tivemos acesso a um conjunto de nomes como possibilidades para entrevistas, bem como, das atas de fundação e extinção do IMOPEC, além dos estatutos da entidade. A análise das atas de fundação e extinção do IMOPEC, juntamente com seus estatutos, desempenham um papel crucial na compreensão dos propósitos, trajetória e evolução desta instituição. Tais documentos são de grande valor para capturar os fundamentos, as diretrizes e as visões que nortearam suas atividades, ao mesmo tempo, em que oferecem um contexto detalhado e um olhar sobre as nuances históricas que moldaram sua jornada.

É importante lembrarmos que, ao examinar esses registros, foi necessário considerarmos o contexto histórico em que foram criados. Eventos históricos, mudanças políticas, sociais e econômicas podem ter influenciado a redação e implementação dos estatutos e das atas. Essas fontes primárias proporcionam um panorama da evolução do IMOPEC e das forças que moldaram sua trajetória, desde a sua fundação até a sua extinção.

Desse modo, temos um conjunto de fontes, todas imprescindíveis para escrita do texto. Como nos apontou Yara Khoury (2004, p. 116) “sem termos respostas para as questões que nos colocamos sobre o futuro, vamos sondando o passado, buscando entender os modos e os sentidos das amplas mudanças históricas, e, assim, podemos melhor atuar nos destinos sociais”, sem perder de vista a reflexão histórica, os processos e lugares da experiência social.

Assim, o conjunto de fontes disponíveis para essa pesquisa, que inclui as atas de fundação e extinção do IMOPEC, estatutos, boletins, revistas e entrevistas, nos oferecem a possibilidade de compreendermos a experiência educativa organizada e desenvolvida pelo Instituto a partir das lutas sociais e das transformações políticas e culturais no contexto cearense. Através dessas fontes, podemos acompanhar os discursos, as perspectivas e as reivindicações que ecoaram ao longo do tempo, capturando as vozes daqueles que estiveram envolvidos nas diversas batalhas por justiça e transformação social.

Percurso investigativo e divisão dos capítulos

Os caminhos percorridos até aqui foram de muitas inquietações e contribuições partilhadas com amigos, professores e o orientador ao longo do processo de escrita e busca as fontes. Através dessa relação tão necessária, foi possível uma série de ponderações que permitiram rever um leque de questões, a fim de melhor definir o objeto, a escrita e as referências de estudo.

O trabalho de pesquisa com fontes a partir de narrativas orais se deu por volta de 2010, época em que cursava Licenciatura em História na URCA, com sede na Cidade do Crato-CE. Naquele período atuava como estagiária no Serviço Social do Comércio (SESC), que por meio de uma parceria com o Departamento Histórico e Diocesano Padre Gomes (DHDPG) nos cedeu (eu e outra colega estagiária) para que desenvolvêssemos o trabalho de limpeza e catalogação de documentos, cartas e jornais que tratavam de Padre Romão Batista e os fatos de Juazeiro, junto aquela instituição. Foi uma experiência fantástica, viver na prática aquilo que discutíamos em sala durante o curso, o cuidado com a limpeza, leitura e catalogação dos escritos do século XIX e primeiras décadas do século XX. Eu procurava ali minha inspiração de tema para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Pois bem, estávamos catalogando jornais regionais e foi a partir daquele material que veio o despertar para a temática que suscitou a pesquisa de conclusão de curso. O objeto de estudo versou sobre o culto religioso à Cruz da Baixa Rasa, uma romaria centenária que acontece anualmente na zona rural do Crato-CE, alusiva a memória de um homem que padeceu de sede e fome na parte que recobre a Floresta Nacional do Araripe (FLONA). A tradição oral dos narradores que também são devotos da Cruz serviu de base para entendimento daquela conjuntura de morte trágica no Cariri cearense no final do século XIX.

Prosegui os estudos na mesma linha temática no curso de mestrado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sediada na mesma cidade que leva o nome da instituição. As discussões partiam da relação morte, memória e religiosidade não-oficial na Romaria à Cruz da Baixa Rasa e mais uma vez as entrevistas foram necessárias e essenciais para produção e escrita do texto da dissertação. Como nos diz Portelli, (1996, p. 70) “as memórias nos oferecem um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”. Em uma escuta atenta no trabalho de ouvir o outro, nós enquanto pesquisadores nos envolvemos através das vozes que contam, sentem, expressam poesia, emoções, verdades, imaginações. A História Oral vai além do que o termo aparenta exprimir. Não se trata

meramente de uma fala qualquer captada por um historiador, ou nas palavras de Portelli (2016, p. 10), “não são encontradas, mas a cocriadas pelo historiador”.

Ao concluir o mestrado, dei uma pausa na pesquisa acadêmica e me dediquei à docência numa Escola da rede pública estadual do Ceará. Lá desenvolvia em conjunto com os estudantes um trabalho de escuta por meio de entrevistas com vaqueiros do município de Acopiara-CE. Os narradores contavam sobre a lida no campo e o trabalho desenvolvido desde a infância. O resultado do projeto a época foi submetido junto a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) 16, na feira de ciência. Desse modo, o vínculo com as entrevistas orais se cruzou com a vida acadêmica e o trabalho na docência. Assim sendo, o trabalho com a história oral desde o período da graduação revisitou memórias que por muito tempo foram invisibilizadas dos documentos históricos oficiais.

Já a relação com o IMOPEC se iniciou em 2016, quando Célia Guabiraba doou ao Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades (NHISTAL), grupo de pesquisa da URCA, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), várias caixas do material produzido pelo Instituto durante os anos de sua atuação. O material foi doado às escolas públicas do Cariri. O líder do núcleo, o professor Cícero Joaquim dos Santos, me apresentou as publicações e ao perceber meu interesse, pediu autorização para que me fosse doado uma caixa desse material (revistas, boletins, folder, dentro outros).

No primeiro semestre de 2018, foi submetido o projeto de pesquisa à seleção de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC, cujo título “Uma voz denunciante”: a experiência educativa do Instituto da Memória do Povo Cearense (1988-2015)”. Com a aprovação foram revistos a partir das conversas com o orientador e apresentações de trabalhos nas disciplinas no primeiro ano de curso uma série de questões.

A fala do orientador sempre partia do mesmo ponto, chamando atenção para não reescrever a história tal qual o IMOPEC já narrou. Assim como, fazer algumas delimitações, pois o Instituto produziu e atuou por 27 anos, muitas demandas suscitaram debates importantes para constar em um único trabalho de conclusão de curso de doutorado. Desse modo, a sugestão partiu de inventariar as fontes, ou seja, conhecer e realizar um levantamento do material a ser investigado. Através desse levantamento, constatou-se que a instituição se envolveu ao menos em onze perspectivas ou frentes de atuação, sendo que cada perspectiva promoveu outros tantos debates.

Os *povos originários* e suas populações; as questões de *gênero*; os *negros* e as comunidades quilombolas; a *política*; a *educação*; o *meio ambiente* na defesa pela água, a terra, a natureza e a reforma agrária; a *religiosidade*; os *movimentos sociais*; a *memória*; o

patrimônio cultural e a *cultura popular*. Esses temas perpassam o interior da pesquisa, entretanto, os recortes se fazem presente a partir das categorias de análise da memória, do patrimônio cultural e dos movimentos sociais. A escolha por essas categorias se deu em razão de ser as principais frentes de lutas e resistências.

Quando pensamos na “experiência educativa” organizada e difundida pelo IMOPEC, ressaltamos a necessidade de pensar as teias que o Instituto cruzou, o processo de mobilização articulado, as frentes de combates e tensões sociais enfrentadas na busca por resistir as desigualdades sociais no Ceará. A partir da ideia de experiência educativa, questionamos: em quais condições políticas, econômicas e sociais houve a institucionalização do Instituto? Quais ferramentas de resistência foram desenvolvidas e articuladas pelo IMOPEC? Como o Instituto mobilizou e atuou dentro das comunidades? Quem tinha acesso as suas produções? Quais as matrizes historiográficas tratadas? Que elementos do patrimônio e da memória o IMOPEC buscou preservar? Quais as lutas empreendidas pelo IMOPEC para ressignificar a memória através dos movimentos sociais? Com quais forças o IMOPEC lidou? Quem financiava os projetos do IMOPEC? E com quais interesses? Ao final de 27 anos, quais os ganhos para o movimento social organizado no Ceará? Ao final da escrita da tese, estas perguntas nos deram subsídios para responder o objetivo geral da pesquisa.

Partimos pela coleta de dados sobre os sujeitos envolvidos nas ações do IMOPEC; as ações que estavam sendo movidas; os argumentos utilizados pela ONG; a mobilização dos diversos sujeitos; e a luta pelo Patrimônio Cultural e Memória. Assim sendo, foi possível observarmos, os mecanismos de transformação da realidade das comunidades, as entrelinhas dos inúmeros discursos que se apresentaram, desde a denúncia através da escrita, de palestras, exibição de documentários, os indícios de como as pessoas diretamente envolvidas descreveram suas lutas.

O método indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989. pp. 169-178) nos serviu para analisarmos e investigarmos as fontes em seus detalhes, seguindo as pistas e os sinais na tentativa de observarmos realidades mais profundas. Pois,

se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional [...] pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais [...] funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de modo geral, não deixa transparecer (Idem, pp. 169-178).

Partindo da ideia de Ginzburg, o paradigma indiciário está envolto no princípio de que apesar de a realidade se apresentar ilegível em alguns aspectos, ela pode ser decifrada

mediante determinadas pistas, rastros ou indícios, nos dando a possibilidade de observação através das relações entre razão, sensibilidade, natureza e cultura, em que assumindo um estatuto frágil, seja possível obter resultados relevantes.

Ginzburg ainda nos fez refletir sobre verdade histórica, na qual as provas visíveis e palpáveis não são as únicas passíveis de serem averiguadas pela narrativa histórica. Alguns “momentos excepcionais”, vistos como momentos de crise, podem ser reveladores de uma dada normalidade, num sentido de fazerem emergir verdades cotidianas.

Já as narrativas a partir das entrevistas foram guiadas pela metodologia da História Oral, acreditando que suas premissas partem de uma percepção do passado como um processo histórico inacabado. Esta metodologia permitiu compreender a vida dos sujeitos envolvidos diretamente no trabalho estudado, por isso, é reconhecida como história viva. Os narradores sentem-se parte do contexto histórico, promovendo a compreensão de processos sociais, entendendo a experiência humana em suas múltiplas dimensões.

O alcance da história oral possibilitou revelarmos a atuação dos sujeitos antes desprezados na história, facilitando o entendimento humano em suas múltiplas dimensões. O que era antes silenciado e esquecido agora tem-se a capacidade de ser contestado pelas disputas e afirmações da memória.

Foram entrevistados vários segmentos que compunham a organização do IMOPEC, destacando-se: os sócios fundadores, colaboradores, participantes de cursos e seminários. Assim, temos o

delicado desafio de estranhar as memórias dos narradores. E, se para alguns intelectuais, isso parece um problema que pode comprometer a objetividade da história que conto, diferentemente, penso ser um fator agregador, pois no caso deste estudo, isso tem a possibilidade de pluralizar e fertilizar o lugar da interpretação, bem como me ajudar a pensar sobre os casos narrados e as tessituras das contações, além de imaginar a fabricação deste escrito (Santos, 2017, p. 19).

Através das experiências dos sujeitos compreendemos suas vivências, suas subjetividades, práticas e valores, suas formas de observar o mundo. O uso da fonte oral, instiga o historiador a problematizar a constituição das memórias, fazendo-se necessário uma reflexão ampla. Mesmo quando há fontes impressas, a oral só enriquece, amplia. As falas poderão dar um colorido diferente à História, informar ou revelar o que está latente, enfim, é um processo e não um texto acabado. As fontes não se excluem, elas se cruzam (Portelli, 1997).

Por intermédio da História oral, percebemos que a memória é objeto de negociação, devido está atrelada à construção da identidade. Envolve-se no sentimento de

unidade, e continuidade (Alberti, 2010, p. 160). Podendo assim, falar de uma história da memória de grupos, comunidades ou de um país. “A história oral é uma arte da escuta, uma arte baseada num conjunto de relações” (Portelli, 2016, p. 12) possibilitados por meio do diálogo, da memória, da história e da relação entre o que é falado e a escrita do historiador.

Apresentados a construção, os recortes do objeto de estudo, os referenciais teóricos, lançamos luz sobre a divisão do trabalho. A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado: **Do contexto histórico e da institucionalização do IMOPEC**, abordamos a respeito das condições históricas e sociais que favoreceram a institucionalização do IMOPEC em 1988, sinalizando para as pautas reivindicadas e o público atendido. Buscamos identificar as parcerias com outros órgãos e instituições, a exemplo: Organizações Não Governamentais no Brasil e no exterior, lideranças de partidos, universidades e movimentais sociais a fim de acompanhar a produção de discursos para concretização das lutas empreendidas em relação à memória e ao patrimônio cultural. Para tanto, fez-se relevante traçarmos os mecanismos utilizados como ferramenta de resistência, enumeramos o material produzido: boletins, revistas, folders, participação em debates, organização de acervos, documentários, ata de fundação, estatutos, etc.

No segundo capítulo, intitulado: **O espaço formativo do IMOPEC: saberes históricos e formação política**, tratamos das ferramentas escritas produzidas pelo Instituto. Dentre elas, o boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas, materiais que tiveram a finalidade de divulgar o trabalho que vinha sendo desenvolvido e também ser fonte de informação, reivindicação e luta por justiça social. Desse modo, as publicizações foram de grande valia para o entendimento dos debates e temas que o IMOPEC teceu ao longo de sua trajetória. Ainda nesse capítulo, discutimos a respeito da guarda e preservação de um conjunto de documentos e livros que o Instituto tinha em seu acervo, buscamos entender como ocorreu a dinâmica do espaço na busca pela construção de saberes e processos formativos. O Centro de Documentação Patativa do Assaré abrigou uma variedade e tipologia de documentos, em especial, aqueles que tocam a sociologia e história cearense.

No terceiro capítulo, intitulado: **Memória e transformação social: “lugares de memória” e lutas sociais a partir do IMOPEC**, analisamos as ações do IMOPEC enquanto instrumento de luta a partir da memória. Ressaltamos sobre o processo de mobilização junto as comunidades, os enfrentamentos em relação a ressignificação da memória através dos movimentos sociais. Para tanto, o Instituto deu suporte para criação de três Casas da Memória, situadas em Jaguaribara (1998), Jaguaretama (2005) e Porteiras (2007). Além de cursos, fóruns e debates, sendo possível identificar as forças que o IMOPEC lidou.

O quarto e último capítulo, intitulado: **O patrimônio cultural e a articulação proposta pelo IMOPEC**, tratamos das ações que o IMOPEC desenvolveu em relação ao patrimônio que este preservou, bem como as ferramentas utilizadas. Destacando-se o Curso de Formação à Distância e os Jogos Pedagógicos. Analisamos como os conceitos de Memória, História e Patrimônio Cultural foram usados na formação de sentidos de passado, passados, esses articulados na formação de outros públicos, como agricultores, artesãos, donas de casa, dentre outros. No último tópico tratamos das tensões e enfrentamentos que resultaram no fechamento das atividades do Instituto em 2015. Por sua vez, entendemos que o fechamento de um ciclo duradouro como esse trilhado pelo IMOPEC não significou o fim do Instituto, acreditamos que o IMOPEC se faz presente de algum modo nas ações daqueles que participaram, nas Casas da Memória em funcionamento até hoje, nas produções escritas e midiáticas organizadas, enfim, o Instituto permanece nas lutas pelos direitos humanos e em defesa da cultura, do patrimônio cultural e ambiental do Ceará.

Portanto, esperamos que através da tese possamos responder às questões a que nos propomos e levantar outras tantas pertinentes para o entendimento de ações político-pedagógicas que partam de um projeto de sociedade no qual a Educação seja feita para o povo, com o povo e a partir de suas vidas, saberes e culturas. Em especial, que nos interroguemos sobre as desigualdades que tanto assolam nosso país. As causas nas quais o IMOPEC lutou se fazem presente na atualidade, principalmente desde o golpe político de 2016, que culminou na destituição da primeira presidenta eleita, testemunhamos um cenário caracterizado por governança caótica, conservadorismo exacerbado e o ressurgimento de práticas de cunho fascista e ultra direita. Assim, em meio a essa turbulência, as discussões que nosso trabalho propõe emergem como urgentes e necessárias.

A atualidade traz à tona conceitos cruciais como justiça social, participação popular e a criação de um sistema educacional inclusivo para todos os cidadãos. Nesse contexto, as lutas e conquistas do IMOPEC desempenhou um papel orientador para enfrentar esses desafios, enfatizando a importância de movimentos sociais empenhados na construção de uma sociedade democrática.

Dessa forma, a tese não se limita a uma análise dos passos e enfrentamentos que o IMOPEC se debruçou, mas também projeta sua luz sobre o porvir, reforçando a importância de uma avaliação crítica e ação engajada no sentido de uma transformação social efetiva. Nossa pesquisa almeja o estabelecimento da justiça social e ao mesmo tempo ressalta a relevância do respeito pelas diversidades e da construção coletiva de um futuro mais promissor. Essa questão se revela pela força da metodologia da história oral e vai ao encontro

do que disse Portelli (2010), que toda História é algo mais: não só conhecimento do passado, mas intenção de mudar o presente e o futuro.

2 DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IMOPEC

A proposta do IMOPEC foi gestada em Fortaleza – capital do Ceará, durante três anos, de 1985 a 1987, por meio de reuniões, conversas informais e debates. Nessas ocasiões, foram definidos os objetivos e elaborados o estatuto da entidade, que observava a necessidade de formulação de um novo projeto de sociedade para o Brasil, que fosse não excludente e que a cidadania e a dignidade humana estivessem na base de emergência dos novos sujeitos sociais. Com isso, reuniu nomes combativos e atuantes nas lutas sociais.

Em 1988, ano de sua fundação, passou a atuar a partir de dois eixos centrais de trabalho, o viés cultural e o ambiental. As questões voltadas à cultura tiveram destaque em todo percurso da instituição, sua finalidade consistia em “resgatar” e divulgar as experiências de organizações de cunho popular. A forma como as comunidades se reunia e debatia suas fraquezas e potencialidades, segundo o IMOPEC, era um processo importante na conquista da cidadania. Com isso, o Instituto através de suas ações buscou fomentar uma formação voltada à tomada de consciência dos grupos no que tange as políticas públicas e de seus impactos perante àquelas realidades. Políticas essas, que tiveram graves conflitos de natureza sociocultural e ecológica. Destacaram-se como exemplos, a construção da Barragem do Castanhão e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará (PRODETUR).

A área de abrangência do Instituto foi o Estado do Ceará, entretanto, a presença maior se deu no Vale do Jaguaribe, onde colaborou na criação de Associação de Moradores e Casas da Memória (em Jaguaribara e Jaguaretama), realizou seminários, dentre outras ações. O Sul cearense, a capital e região metropolitana também se destacaram como expoentes de lutas do IMOPEC. Nesses espaços, várias lideranças ligadas aos movimentos sociais, enveredaram pela rememoração dos acontecimentos, pessoas e lugares, evitando o esquecimento de populações e agrupamentos humanos, por meio do registro em fotografias, depoimentos, documentários, Casas da Memória, boletins, revistas, etc., contribuiu para fortalecer o sentimento de pertencimento e reconstrução da identidade social.

Desde o ano de sua fundação, a instituição teve como limitação a dificuldade de recursos financeiros, dependendo do financiamento estrangeiro para suprir demandas básicas, como manter o quadro de pessoal, visando garantir a capacitação do grupo e sua própria existência. Para manter as atividades, o IMOPEC procurava apoio junto a associações, institutos, organizações não governamentais no Brasil e no exterior, colaborações individuais, dentre outras.

É com base nestas proposições que tratamos neste capítulo do processo histórico da constituição e consolidação do IMOPEC enquanto espaço de resistência e reafirmação política. Seus projetos e ações coletivas serviram de base para identificação de lutas e bandeiras levantadas pela instituição. Nesse percurso, acompanhamos a produção de ferramentas para combater as injustiças e mazelas sociais enfrentadas pelas populações pobres cearenses. Estes mecanismos contribuíram para elaboração da identidade local e luta pela cidadania.

2.1 A formação do grupo: sujeitos, processos de mobilização e lutas

Nessa época eu morava em Limoeiro, trabalhava na Cáritas e conhecia a Célia e a Fátima da CNBB Regional/Nordeste I – é de lá que a gente se conheceu, lá da pastoral. Na verdade, havia uma vontade já desde muito tempo por parte da Célia, principalmente, de montar uma espécie de projeto que trabalhasse o resgate do período da Ditadura Militar sobre outro ponto de vista, dos movimentos e da Sociedade Civil. Isso acabou sendo o grande projeto do IMOPEC, mas que nunca saiu do papel, a gente fechou o Instituto e nunca conseguiu, acabou que não se concretizou esse projeto. E aí, havia conversas, nessas primeiríssimas conversas eu não participava. Eu só fui me meter mesmo na criação quando começou o rompimento com a CNBB, porque era assim – a gente tinha nos anos 80/83, nos anos 80 quase a década inteira, a gente tinha no Ceará a Igreja Católica, que era muito comprometida com as questões sociais, com questões políticas locais, nacionais e havia um grupo de bispos no Ceará. Naquela época, a gente chamava de combativos, essas palavras hoje já não fazem muito sentido. Era uma época em que a gente fazia muitos momentos de análise de conjunturas sociais, políticas, econômicas, da religião do país e do Ceará. Foi uma época que o Ceará passou por transformações políticas importantes – a entrada dos empresários no governo estadual, a derrocada dos ditos coronéis na política, a ascensão do Tasso Jereissati vindo do Centro Industrial do Ceará, nessa época trabalhávamos com a CNBB, digo nós, a Fátima Guabiraba, a Célia Guabiraba, eu pela Cáritas e nós tínhamos na CNBB uma turma que fazia esse trabalho de engajamento e análise política local de uma forma muito efetiva. Estou dizendo isso, porque uma boa parte da motivação para criação do Instituto foi exatamente quando a gente não contando mais com esse espaço da Igreja para fazer um trabalho de debate e discussão política, de análise da conjuntura econômica do país a gente precisava criar esse espaço (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Antônio José Cunha da Silva fez uma contextualização geral do momento político e histórico em que aconteceram as motivações para surgimento do IMOPEC. Instituição que nasceu num momento importante de retomada democrática e em meio a um turbilhão político contínuo. Como disse Sidney Chalhoub (2001, p. 15) “tempo que deixou saudade, era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva. A história vivida pertencia também a empreitada de produzir conhecimento histórico”. Um campo profícuo também para debates teóricos, exploração de fontes e possibilidades de novas pesquisas, “um estado de excitação política e intelectual” (Idem, p. 16), foi quando diversos

atores da sociedade civil se uniram diante da necessidade de pensar processos de integração que ultrapassassem “os limites do mercado e incorporasse novas práticas de cidadania, de democracia e de sustentabilidade” (Freire, 2018, p. 16).

Como dito na entrevista acima, os sócios fundadores do Instituto são oriundos da Igreja Católica Progressista e da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais e dos centros de Educação Popular, essas organizações durante os anos de 1960 a 1980 promoveram e apoiaram os movimentos sociais no Brasil, devido seu engajamento político no combate as injustiças sociais e no chamamento para a importância dos direitos humanos no Brasil.

A chamada Igreja Popular ou Combativa estimulava os trabalhadores a resistirem nas lutas de sua classe, no esforço de construir uma sociedade nova, acreditava-se “que a salvação começa a acontecer dentro da História e que o Reino, na sua expressão temporal, assume formas políticas e econômicas determinadas, onde o direito à propriedade é submetido à função social da terra” (Santos, 2009, p. 58).

No Ceará, esse movimento da Igreja no trabalho prestado com o povo se firma na década de 1980, quando foi criada a Regional Nordeste I²⁸. A Igreja minoritária, como era chamada, assumia o papel de evangelização no compromisso com a prática de libertação dos povos marginalizados pela pobreza. Os militantes normalmente eram leigos comprometidos com os movimentos populares e os partidos de esquerda, geralmente pertenciam às Comunidades Eclesiais da Bases-CEBs e inspiravam-se na Teologia da Libertação, na qual se buscava a fé, na prática da justiça (Idem, p. 59). Desse modo, a Igreja utilizava uma pedagogia com linguagem acessível na finalidade de que o povo entendesse sobre seus modos de vida e a partir desse entendimento “preservasse a identidade desses sujeitos coletivos, com várias consequências políticas de grande importância” (Carvalho, 2009, p. 94).

Naquele contexto e seria em qualquer lugar onde eu estivesse, na minha cabeça tinha que se preparar o povo para ser agente de sua história, não é ter pessoas fazendo e outras acolhendo. A linha de trabalho da gente era essa, inspirado em Paulo Freire, e hoje em dia, eu digo assim, não foi nem em Paulo Feire, mas em Jesus Cristo, quando ele viu os ‘discípulos de Emaús. Depois da Ressurreição eles iam a caminho de outro canto, saindo de Jerusalém, abandonando, e ele se pôs a caminho com eles e perguntava, “o que vocês estão falando?” e eles foram dizendo: “mas vocês não

²⁸ A Regional Nordeste I foi o nome dado ao desdobramento do Secretariado Regional Nordeste, durante VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB em 1964, que tinha a finalidade de criar meios e condições para que a Igreja Regional se ajustasse à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II. A CNBB designava para estar à frente do Regional o bispo Diocesano titular da Sede do Regional. Em 1980, na XVI Assembleia Geral do Regional Nordeste I, realizada em Teresina-PI, foi votado pelos participantes do Regional Nordeste I o desdobramento do próprio Regional, passando a se chamar Nordeste 1, somente o Estado do Ceará. Informação retirada do <https://www.cnbbnel.org.br/quem-somos/> acesso em 21/01/2022.

estão lembrados que a escritura já dizia isso?”, então, esse método de Paulo Freire é igualzinho ao método de Emaús, que Jesus usou. A gente tinha todo esse desejo que cada comunidade tivesse uma equipe organizada para assumir as suas atividades, a sua história, a sua vida (Entrevista realizada com Maria Bernadete Neves, concedida a Ana Cristina de Sales, em 01/06/2021).

Maria Bernadete Neves, trabalhou por 31 anos na cidade de Jaguaribara-CE²⁹, fazendo um trabalho de base e acolhimento aos problemas das comunidades. A entrevistada compara a pedagogia de Paulo Freire ao método de Emaús, utilizado por Jesus Cristo. O método de Emaús está presente na Bíblia, no texto de Lucas, capítulo 24, versículos 13-35. As lições dessa pedagogia evidenciam o encontro de Jesus com os discípulos de Emaús através de um clima de diálogo e comunhão fraterna. Ao encontrar Jesus, os discípulos assumiram a missão de formar comunidades e anunciar o Cristo. “Os discípulos voltam à comunidade com um novo olhar, com um espírito novo, com melhor compreensão da missão” (Lc 24,13-25). A comparação dos dois métodos realizada por Bernadete Neves é ilustrativa de uma formação baseada na dialogicidade e na formação de sujeitos, elementos tão caros a humanização na prática educativa.

Vale ressaltar que esse não era um movimento de toda a Igreja, mas de uma ala mais progressista que construiu a pauta em favor do povo. Foi durante o Concílio do Vaticano II³⁰, a partir de 1962, que houve esse processo de abertura para uma série de modificações na instituição católica, dentre elas a missão social. Dom Helder Câmara foi a principal liderança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O mesmo buscava a adesão de todo o episcopado nacional ao projeto de renovação na Igreja Católica brasileira. Nas dioceses do Nordeste, havia uma preocupação acentuada com as desigualdades sociais, essa preocupação refletia a influência significativa de Dom Helder na participação dos leigos nas ações da Igreja, bem como fazendo com que a Igreja fizesse, oficialmente, a sua opção para a Igreja dos Pobres.

Em consonância discursiva com a proposta do Concílio Vaticano II, inaugura-se em 24 de agosto de 1968 – em Medellín, na Colômbia – a segunda Conferência Geral

²⁹ Bernadete Neves chegou em Jaguaribara em 1979, segundo ela em entrevista realizada em 01/06/2021, “queria uma vida no meio dos mais pobres”, ao ser atendida pela Congregação, muda-se para aquela cidade juntamente com outra freira. Em Jaguaribara, Bernadete além do trabalho missionário, se dedicou à docência, quando ministrava uma disciplina para o Segundo Grau (nível médio). Com a notícia da barragem do Castanhão em 1985, Bernadete junta-se a população e aos movimentos contrários a construção da barragem. A luta contra a construção da barragem durou de 1985 a 1992, após 1992, a luta foi para que os direitos do povo não fossem ceifados.

³⁰ O Concílio do Vaticano II aconteceu principalmente a partir da direção de bispos e teólogos europeus. O contexto dos anos de 1960 e 1970 foi protagonizado pela diminuição da influência da Igreja Católica Romana no mundo moderno, esse momento possibilitou a construção do catolicismo progressista. Suas principais características foram à aproximação da Igreja para com os pobres e a tentativa de se libertar da disciplina tridentina.

do Episcopado Latino-americano. Ela foi convocada pelo Papa Paulo VI para disseminar sistematicamente os ensinamentos do Concílio, adequando-os à realidade e às necessidades da América Latina. Paulo VI, em seu discurso inaugural, chamou a atenção de todos em relação a possíveis problemas e confusões doutrinárias, salientando, principalmente, o perigo representado pelo Marxismo ateu. Atribuiu a este a possibilidade de provocar dissensões para alcançar a dialética de classes. Percebe-se que alguns saberes do marxismo estavam fazendo eco nos discursos do clero, e isso ocorria devido à inclusão de incumbências e características antes distantes do que significava ser Igreja Católica. O que era puramente transcendentalidade tornara-se materialidade – os mistérios de Cristo eram, a cada dia, traduzidos como a busca por justiça social, pois só ela conseguiria tornar todos iguais, filhos de um mesmo pai (Souza, 2013, p. 25).

O Papa Paulo VI expressou preocupação com a presença de ideias marxistas entre o clero, o que refletia uma mudança de postura na Igreja Católica, do foco somente na transcendentalidade, passa a preocupar-se com questões sociais e a busca pela justiça. A partir de Medellín, a Igreja enfrentou vários desafios, como: inflação, crises nos governos, ascensão de ideologias militaristas, imposição de políticas de segurança nacional e governos repressivos. Esse contexto levou ao gradual afastamento entre a Igreja e o Estado, em meio a pressões de forças econômicas globais.

Neste insólito diálogo entre religião e sociedade, o marxismo se torna um norte. Imersos nesse pensamento, universitários e clérigos criam associações, movimentos, grupos que assumirão a responsabilidade de responder pela Igreja, pelo evangelho diante dos problemas específicos de seus países. Isso trouxe como consequência uma gradativa tomada de consciência sobre os valores peculiares à América Latina. Investiam, para isso, numa concepção de educação libertadora, essa permitiu que o povo se considerasse agente de sua própria história (Idem, p. 25).

Essa discussão facilitou o diálogo da igreja com os não crentes, em particular, no que diz respeito à integração da fé em Cristo e da comunhão eclesial com as necessidades dos empobrecidos. Esta última, estava alinhada aos preceitos dos movimentos marxistas. À qual, vários teólogos adaptaram a leitura das teorias de Karl Marx para atender aos anseios dos cristãos engajados na busca pela libertação dos oprimidos.

O que para alguns teólogos havia em comum entre a opção cristã e a marxista era, entre outros aspectos, a esperança. Diferentemente do que prega a Igreja oficial, não se esperava apenas a volta de Jesus, o arrebatamento dos justos e, sim, cultivava-se uma esperança ativa, que conseqüentemente subvertia a lógica dos conservadores, estes catequizavam os fiéis baseados na fé e na esperança, nas promessas de Cristo como “recompensa”, “prêmio” pelos quais não é necessário lutar. Os fiéis, portanto, silenciam; mantêm-se pobres e passivos, pois, assim, serão dignos de alcançar o Reino dos céus. Já os que praticavam a Teologia da Libertação entendiam que, embora a salvação aqui na terra não ocorresse em sua plenitude, as ações salvíficas teriam que ser fermentadas na realidade humana e revelariam mediações históricas de uma realidade maior (Souza, 2013, p. 32).

Enquanto os conservadores ensinavam aos fiéis à espera do Cristo baseada na fé e na promessa de recompensas divinas sem esforço pessoal, os seguidores da Teologia da Libertação argumentavam que a salvação deveria se manifestar na realidade humana por meio de ações transformadoras, mesmo que a plenitude dela não ocorresse nesta vida. Ainda conforme Souza (2013), Dom Hélder Câmara expressava a ideia de que no marxismo existiam verdades fecundas que podiam servir como um guia para a Teologia da Libertação. Nesse sentido,

Inferimos, portanto, que a Teologia da Libertação vê no marxismo um instrumental de análise que permite enxergar as contradições impostas pelo capitalismo e “saná-las” a partir da criação de um sistema alternativo – o socialismo. E tal visão criou para a Igreja uma teologia contextualizada, que faz intervir a teologia no contexto sócio-histórico e lê a teologia contextualizadamente. Mesmo que, de um lado, reconheçamos no marxismo: o ateísmo, o materialismo, o imanentismo – o que não levaria à assunção do marxismo pela Igreja – de outro vemos que a Teologia da Libertação se coaduna com o marxismo através da ideologia marxista e seus anseios pela revolução popular que culminará no socialismo (Idem, p. 36).

Entretanto, a opção pelos pobres não desencadeou uma igreja popular, uma vez que, a “identidade do povo se opõe necessariamente à Igreja hierárquica e às suas relações com o poder” (Idem, p. 36). Com isso, houve tensões e conflitos internos nas variadas posições da Igreja, principalmente da parte mais conservadora da instituição, que não aceitava com bons olhos uma parcela do clero, em especial da América Latina ligados aos movimentos políticos. Essas tensões ampliaram a crise na instituição Católica, ocasionando também o afastamento das classes dominantes e do Estado, ambos alegavam que “não conseguiam se adaptar à nova mensagem difundida pela Igreja, taxando-a muitas vezes de subversiva. Em muitas situações líderes do clero foram reprimidos devido às ideologias que pregavam” (Sousa, 2014, p. 27).

Além da crise interna que a Instituição Católica enfrentava – relacionada a sua atuação junto aos setores populares, no início da década de 1960 o país passava por uma polarização política, econômica e social, que resultou no golpe militar de 1964. Parte da hierarquia Católica apoiou a queda do presidente João Goulart em 1964, e do mesmo modo, passaram a pressionar a esquerda Católica e os bispos progressistas (Brunow, 2010, p. 34). “Muitos abandonaram a instituição por não estarem mais vinculados ao pensamento vigente, por perseguições morais, psicológicas e às vezes físicas concernentes as ideias que defendiam” (Sousa, 2014, p. 26).

O IMOPEC, surge nesse cenário de crise da Igreja, mas também de crise no contexto sociopolítico e econômico a qual o país enfrentava desde os anos de 1960 com a

ditadura militar. Célia Guabiraba e Fátima Guabiraba, foram as idealizadoras e principais lideranças³¹ do IMOPEC, mulheres e irmãs comprometidas com as questões sociais, com questões políticas locais e nacionais que durante o período da ditadura militar lutaram contra o governo autoritário. No final da década de 1970, Célia Guabiraba assumiu a direção do jornal “Mutirão”³², veículo alternativo de informação livre que desenvolveu um trabalho de resistência democrática popular de 1977 a 1982 no Estado do Ceará.

No Jornal “Mutirão” era tratado das problemáticas que afetavam e ainda hoje tocam acentuadamente a população, como: discussões relacionadas aos danos ambientais e urbanos, os problemas relacionados à saúde, a educação, a repressão, a questão democrática, dentre outros.

Célia Guabiraba mediante o trabalho de direção no Jornal Mutirão em 1978 sofreu perseguição política, sendo obrigada a comparecer à sede do Departamento da Polícia Federal para dar explicações sobre a legalidade do jornal, que funcionava com a certidão comprobatória fornecida via cartório. A perseguição ao Mutirão se dava especialmente ao núcleo que contribuía com matérias, financeiramente comprando, vendendo e distribuindo os jornais, ganhando apoiadores que se uniam e se mobilizavam. Com isso, a Polícia Federal pediu explicações aos diretores do Mutirão “Célia e Silas, para que entregassem a lista completa com os nomes e endereços de assinantes, colaboradores, vendedores e distribuidores do jornal” (Bizerril, 2019, p. 94), mesmo com a insistência e pressão por parte do delegado da Polícia Federal os nomes não foram fornecidos. Esse processo de intimidação aconteceu com vários jornais da imprensa alternativa livre espalhados no Ceará e por todo país, os quais, eram chamados de clandestinos pelos órgãos repressores.

A imprensa combativa, nos dizeres de Célia Guabiraba, era símbolo anunciador de um Brasil que estava por vir, aquele que seria construído pela juventude livre e engajada na busca por justiça social. “Sim, porque o país que vocês construirão não terá apenas as aparências ou as formas de democracia – terá igualmente o seu conteúdo” (Bizerril, 2019, *Apud*, Mutirão, n.º 6, julho de 1978). Desse modo, o Mutirão em suas páginas denunciava crítica e objetivamente à ditadura militar e suas consequências no país, abraçava a luta pela democratização, a luta pela anistia, defendendo os presos políticos perseguidos pelos

³¹ Os entrevistados apontaram que Célia Guabiraba por seu jeito de conduzir o IMOPEC não se autodenominava líder do IMOPEC. Além da Célia e Fátima, Tereza e Consuelo Guabiraba irmãs das duas, também contribuíram com o trabalho realizado pelo IMOPEC.

³² Ver o livro: BIZERRIL, Benedito: O Jornal Mutirão (1977/1982): fragmentos da memória da resistência democrática e popular. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2019. No livro Bizerril trata da luta de um grupo de profissionais liberais, jornalistas e políticos opositores ao regime militar. Tal grupo funda e mantém circulando por cinco anos o Jornal “Mutirão”, um veículo de informação impresso que se destacou no Estado pelas bandeiras dos direitos sociais e liberdades democráticas.

militares, enfim, a luta pelos direitos humanos. O jornal ambicionava atingir às camadas populares e ser um representante destes grupos e setores da população que não tinham acesso e nem apoio da chamada “grande imprensa”.

Célia Guabiraba, além de fazer parte desse núcleo de combate à ditadura, trabalhou na CNBB, ao lado de sua irmã Fátima Guabiraba, estas assessoravam Dom Aloísio Lorscheider, bispo adepto a linha progressista e libertadora nas práticas sociais da Igreja Católica. As duas irmãs ao longo de suas andanças nos interiores do Estado participavam de reuniões de associações de bairros e de Sindicatos rurais, por meio de um trabalho de Pastoral Social, voltado as causas dos marginalizados, especialmente dos mais pobres. Além disso, Célia atuou na docência na Universidade Federal do Ceará, na pesquisa e na militância política e social, se empenhou nas causas dos excluídos do campo e da cidade.

Quando o jornal encerrou suas atividades e as irmãs Guabirabas não estando mais atuando na CNBB³³, o grupo do IMOPEC é pensado e formado.

Na verdade, havia uma vontade já desde muito tempo por parte da Célia, principalmente, de montar uma espécie de projeto que trabalhasse o resgate do período da Ditadura Militar sobre outro ponto de vista, dos Movimentos e da Sociedade Civil. Isso acabou sendo o grande projeto do IMOPEC... (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

O projeto inicial do IMOPEC de trazer as memórias da ditadura a partir do ponto de vista dos movimentos sociais e da sociedade civil, segundo Antônio José, não se concretizou. Entretanto, o próprio Instituto produziu e publicizou materiais que trazem essa discussão, o boletim Raízes número 09 de 1994 traz o debate sobre as marcas deixadas pelos 30 anos da Ditadura Militar. Da mesma forma, o Raízes n. 64 de 2015 no texto de Rosa Maria Martins Pereira “Colher memórias é uma forma de seguir em frente”, a autora destacou a importância da luta no cenário político democrático durante os últimos 30 anos, pós-Ditadura Militar. Lutas estas sistematizadas, por iniciativa do IMOPEC, com apoio de pesquisadores de várias partes do Ceará, com a finalidade de (re)criar estratégias de enfrentamento político³⁴.

³³ Sobre as motivações que levaram Célia e Fátima Guabiraba a romper com a CNBB, não encontramos no material disponibilizado pelo IMOPEC informações a respeito. Nas entrevistas, os narradores não souberam ou optaram por não falar sobre as razões que levaram a esse rompimento.

³⁴ Trazendo para um contexto atual, marcado pela disseminação de desinformação e Fake News, a Associação Nacional de História (ANPUH) vem fazendo uma discussão desde 2019, ao empreender projetos voltados para a História como uma ferramenta eficaz no enfrentamento do negacionismo. Os projetos envolvem publicar pequenos textos, mas também incentivam o uso de plataformas audiovisuais, como podcasts, para alcançar um público mais amplo.

Antônio José, destacou na entrevista que a ideia do Instituto se deu no coletivo. Entretanto, Célia Guabiraba manifestava há algum tempo o desejo de um projeto que considerasse a memória dos movimentos populares, e das condições de vida do povo.

Tinha um grupo que estava considerando formar, criar uma instituição voltada para a memória do Ceará, a memória do povo cearense, a memória das lutas, aí foi quando conheci a Célia e a Fátima, como eu disse foram as duas que encabeçaram esse movimento (Entrevista realizada com Océlio Teixeira de Souza, concedida a Ana Cristina de Sales, em 15/07/2021).

As irmãs Guabirabas, em especial Célia, proveniente desse contexto de lutas e enfrentamentos sociais, passaram a procurar e dialogar com pessoas que compartilhassem a preocupação e o engajamento com a história, cultura, identidade e memória dos cearenses. Isso ocorreu por meio de uma rede de colaboração e troca de conhecimentos, buscando fortalecer ainda mais o propósito de preservar, difundir e lutar pelas pautas sociais, ambientais e culturais.

O grupo inicial, segundo consta na Ata de Fundação do IMOPEC, disponível na Casa da Memória de Porteiras, foi composto por nove membros, a saber: Marcelino Sivinski (presidente), Maria Célia de Araújo Guabiraba (secretária), Albaniza Nunes Pereira (tesoureira), Maria Lúcia Teixeira, Geraldo Bandeira Acciolly, Ana Rita Parisse Acciolly, Maria de Fátima de Araújo Guabiraba, Océlio Teixeira de Souza e Antônio José Cunha da Silva. Ressaltamos que Célia mesmo dando o pontapé inicial para a formação do núcleo, não foi a presidente da entidade desde o começo.

A escolha das funções acontecia em consenso e havia um rodízio entre os membros, “a gente se reunia, consensuava, avaliava quem queria, pedia para as pessoas se colocarem, quem queria, quem não queria, as pessoas todas muito ocupadas, aí não dava, a gente ficava tentando ajustar, fazer os ajustes para compor a diretoria” (Entrevista realizada com Francisca Malvinier Macêdo, concedida a Ana Cristina de Sales, em 29/04/2021). No entanto, a entrevistada ressalta que “Célia podia estar em que cargo fosse, mas para nós a liderança era Célia, porque a gente ia lá na reunião, mas não ficava lá e Célia ficava no miudinho do dia a dia, ela e Fátima (irmã dela) e com Antônio José. Antônio José ajudou demais, foi fundamental (Idem)”. Os três nomes mencionados aparecem durante as entrevistas como sendo o “núcleo duro” do IMOPEC, ou seja, aqueles que tiveram presente do início ao fim do Instituto, e, principalmente, aqueles que tomavam frente nas iniciativas e projetos, que após aprovação do grupo eram colocados em prática.

As reuniões para pensar a formação e os objetivos da instituição se deram a partir de 1985, normalmente aconteciam na casa da Célia Guabiraba e de sua irmã Tereza. Após três

anos, o projeto da instituição se concretizou em 31 de maio de 1988, havendo a Assembleia Geral com um número de nove participantes, para aprovar e discutir o estatuto da entidade, bem como, as linhas de trabalho do Instituto. Essa linha cronológica é importante para traçarmos a história do IMOPEC através de um recorte institucional, todavia, consideramos que os agentes que fazem parte da organização têm uma história de lutas e ocupam posições com relação ao campo político, religioso e acadêmico.

O nome Instituto da Memória do Povo Cearense deu-se exatamente com a finalidade de abarcar o Estado na totalidade, não se tinha pretensão de recortar a atuação em alguns municípios específicos, a luta do IMOPEC estava prevista em todos os lugares no qual os direitos deixavam de ser assegurados. O estatuto foi registrado em Cartório no dia 07 de junho de 1988, constando sua denominação, sede e objetivos. Em seu primeiro artigo destacou-se:

Art. 1º - O Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC – é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede a Av. Dom Manuel, 1197 e foro na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Parágrafo único: O Instituto da Memória do Povo Cearense adotará a sigla IMOPEC para todos os fins jurídicos e sociais (Estatuto do IMOPEC, 07/06/1988).

A sede do IMOPEC funcionou durante os 27 anos em três salas cedidas por Célia Guabiraba e Tereza Guabiraba. O espaço fazia parte da residência das duas irmãs. No ambiente aconteciam as reuniões e assembleias, abrigava também o acervo de livros da biblioteca do IMOPEC. No segundo artigo são expostos os objetivos, a natureza da instituição aparece como um espaço de apoio aos movimentos sociais.

Art. 2º - O IMOPEC tem por objetivos:

- I. realizar estudos e pesquisas no âmbito do movimento da cultura e da religiosidade popular, da história, da sociologia, da antropologia, da política e ciências afins;
- II. documentar as experiências e lutas de libertação do povo cearense de construção de um novo projeto de sociedade;
- III. assessorar grupos de base e comunidades no registro, arquivamento, divulgação e estudo da memória popular e dos movimentos sociais;
- IV. prestar serviços técnicos e de consultoria, mediante contrato, a instituições públicas e privadas, desde que tais serviços atendam à natureza dos objetivos do IMOPEC;
- V. oportunizar aos grupos e movimentos populares o espaço necessário ao estudo, pesquisa, consulta, arquivamento e divulgação da memória popular nas suas múltiplas dimensões;
- VI. estabelecer extensa rede de comunicação e de troca, no âmbito do estudo, pesquisa, documentação e do conhecimento daí advindo, entre grupos, comunidades e instituições, utilizando-se com essa finalidade de instrumentos adequados.

Parágrafo único: Todos esses objetivos convergem para um único, ou seja, preservar a memória do povo cearense e contribuir para a construção de sua identidade como sujeito histórico.

As finalidades da instituição são colocadas em seis incisos que se desdobram na perspectiva da pesquisa, da documentação/arquivamento, divulgação, assessoramento, prestação de serviços, oportunização e estabelecimento de comunicação para e com os movimentos sociais, com a finalidade de preservar a memória e a construção da identidade dos cearenses como sujeitos históricos. Para tal feito, o terceiro artigo elucida como serão alcançadas as metas.

Art. 3º - Para atingimento de seus objetivos, o IMOPEC:

- a) manterá em seu quadro de pessoal, técnicos habilitados nas diversas áreas do conhecimento para atender às atividades de estudo, pesquisa, documentação, arquivo, divulgação e outros serviços pertinentes às suas finalidades;
- b) obterá, se necessário for, serviços técnicos de pessoas ou instituições técnicas nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- c) celebrará convênios com órgãos confessionais, governamentais, federais, estaduais, municipais e entidades de Direito Público ou Privado, locais, nacionais ou internacionais, para que seus objetivos sejam realizados;
- d) receberá doações de pessoas físicas e jurídicas, assim como provenientes de promoções sociais.

Para concretização dos objetivos, o IMOPEC, em 1998, contratou os serviços de uma bibliotecária para organizar o acervo e prestar consultorias na organização de arquivos nas cidades as quais o Instituto atuava, além de realizar parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais, destacando-se duas entidades, uma da Bélgica e outra da Irlanda. Essas instituições apoiavam financeiramente o custeio das despesas na sede do IMOPEC, deslocamentos, eventos, publicações, dentre outros.

Uma das rubricas que tínhamos de maior despesa era o Correio, nós contamos com alguns projetos no tempo de existência do Instituto, contamos com algumas instituições, principalmente uma instituição belga, chamada Solidariedade Socialista, que nos apoiou durante alguns anos. Então, nós tínhamos a grana para o telefone, para fazer um contato, para imprimir os boletins, para imprimir os cadernos e tantas outras despesas correntes, para pagar a internet, quando começou essa comunicação via internet (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Sem essas parcerias teria sido inviável o Instituto permanecer por tanto tempo atuando. As assinaturas dos associados não eram suficientes ou não conseguiam manter os gastos. Dentre a categoria de sócios, a primeira era a dos sócios fundadores – aqueles que participaram e assinaram a Ata de Fundação do IMOPEC, com um número de nove participantes; segundo, a dos sócios efetivos – eram compostos por pessoas que assumiram o compromisso teórico ou prático com o trabalho popular do Instituto; a terceira, era dos sócios colaboradores – diziam respeito as pessoas físicas ou jurídicas que faziam doações para auxiliar na manutenção dos serviços, atividades e na consecução dos objetivos da entidade; a

última categoria, era dos sócios honorários – composta por pessoas físicas ou jurídicas que através do seu trabalho expressavam publicamente um compromisso que se identificava com a filosofia da instituição.

Nas publicações havia sempre o chamado para que os leitores passassem a colaborar através das assinaturas, “não tínhamos grana para publicar, sem grana não publica, como é que publica sem grana? O resto era mantido por doações nossas, esse dinheiro pagava apenas despesas correntes para funcionamento do Instituto” (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021). Algumas vezes as publicizações deixaram de circular ou demoravam sair por falta de dinheiro.

O IMOPEC fazia parte da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e foi um dos sócios fundadores da instituição. Através da participação nas assembleias da ABONG, o Instituto articulava-se com outras ONGs em Fortaleza, estabelecendo parcerias. As três mais citadas pelos entrevistados foram o Instituto Terramar, o Cetra e o Esplar. O Terramar é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, atuante nos direitos ao meio ambiente, ao território, à diversidade cultural, ao trabalho e ao exercício político. Já o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que desempenha seu trabalho em diversos seguimentos, a saber: a agroecologia e convivência com o Semiárido, ações socioambientais, juventude rural, etc. Por sua vez, o Esplar é uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, que desenvolve atividades para a agroecologia e a agricultura familiar. A cooperação entre essas ONGs ocorria por meio de empréstimo de uma sala para uma reunião ou evento, doação financeira para pagamento de despesas com publicação, assessoria, dentre outros.

Já o contato do IMOPEC com as cooperantes estrangeiras, uma da Bélgica e outra da Irlanda veio do período em que a Célia e a Fátima trabalhavam na CNBB. Naquela época era comum a busca de recursos para a expansão do trabalho pastoral e social, acompanhando as comunidades estrangeiras que haviam se deslocado para os países latino-americanos.

As parcerias e financiamentos internacionais aconteciam a partir de voluntários cooperantes estrangeiros, formada por Igrejas, organizações de solidariedade e governos de vários países. Essas instituições auxiliavam financeiramente às organizações e movimentos sociais nos países do Sul ou de terceiro mundo, com o intuito de “consolidar a democracia” participativa. As agências internacionais de cooperação, conforme Landim (1993), surgem após a Segunda Guerra Mundial tendo como característica a adaptabilidade a diferentes conjunturas internacionais, dentre elas a industrialização, a mobilização do capital para o desenvolvimento e o comércio internacional. A concepção de cooperação está associada a

ideia de ajuda, auxílio, trocas comerciais e benefícios mútuos. Para Mourão (1987), a cooperação internacional refletia a política de afirmação dos estados hegemônicos e sua vontade de interferir no plano internacional, principalmente nas relações norte-sul. Assim, a alocação de recursos era direcionada para áreas onde os países doadores tinham interesses específicos em fortalecer sua presença e influência.

A cooperação internacional ou cooperação para o desenvolvimento dos países europeus (França, Alemanha, Bélgica e Holanda), de uma maneira geral, esteve inserida no conjunto de ações que os governos estruturaram como política estatal para países em desenvolvimento ou em situação de emergência no âmbito da sua política externa. Evidentemente, cada um definiu sua política a partir não apenas de demandas e dinâmicas internas à sua história, às suas formas de organização política e social, ao seu lastro cultural, mas também de sua inserção na cena mundial e da relação com os países apoiados por sua política externa de cooperação (Haddad, 2014, p. 126).

“Os fundos movimentados pela cooperação internacional também serviram à estratégia de contraposição a uma possível expansão comunista, refletindo diretamente as tensões da Guerra-Fria” (Roque, 2001, p. 23). Para exercer esse controle, era basilar que os países mais desenvolvidos contribuíssem com os avanços dos denominados países subdesenvolvidos. No âmbito social, uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países de Terceiro Mundo. Para Fernandes (2004), as agências cooperantes advindas dos Estados Unidos e de parte da Europa

Necessitavam de parceiros locais que conseguissem formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica. Não tinham como chegar diretamente aos movimentos sociais devido à estabilidade institucional. E assim, surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos (Fernandes, 1994, p. 80).

O termo ONG foi importado das agências de financiamento. Na América Latina eram conhecidas como “Centros Populares”, posteriormente ampliados para expressão ONG. A expressão ONG é da década de 1940. Esse nome foi dado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na intenção de designar as entidades que trabalhavam com projetos humanitários ou de interesse público (Landim, 1993; 1998; Vieira, 2001). Como já dito, essa perspectiva é parte de uma estratégia mais ampla do sistema capitalista, tratava-se do “Nacional Desenvolvimentismo” (1930-1964), cujas políticas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI, visando o progresso e a modernização da sociedade, pela via do crescimento econômico (Machado, 2012).

No entanto, o processo de modernização dos países receptores permaneceu na condição de dependência externa, “sobretudo por não promover um processo de

industrialização orgânico, uma autonomização do Estado nacional em relação ao poder dos países mais desenvolvidos e uma independência da sociedade civil” (Fernandes, 1994; Machado, 2009, p. 45). Segundo Mariângela Wanderley (1998) essas contradições geraram aumento da inflação, arrocho salarial e movimentos reivindicatórios da classe operária por melhores condições de salários e trabalho.

Nessa conjuntura, as ONGs continuaram a surgir na América Latina, contribuindo com o sistema capitalista a partir do abrandamento das questões sociais provenientes desse sistema. É nessa conjuntura contraditória que as ONGs passaram a contribuir para a “construção” da democracia participativa. No Brasil, o termo ONG só se popularizou a partir da década de 1980 (Gohn, 2000), embora Landim (1993) destaque que muitas ONGs já existiam nas décadas de 1960 e 1970.

As ONGs no Brasil emergem durante a ditadura militar, um período que coincide com a estratégia de desenvolvimentismo latino-americano em integrar a internacionalização do capital. As ONGs originadas nesse contexto contavam com financiamentos internacionais e recebiam o respaldo das alas progressistas da Igreja Católica (Fernandes, 1994). Na ditadura militar, os movimentos sociais foram violentamente reprimidos por defenderem um modelo de sociedade alternativo, pautado na busca por democracia e justiça. As reivindicações desses movimentos representavam uma ameaça ao sistema capitalista. Nesse contexto, tanto os movimentos sociais quanto as ONGs que os apoiavam tiveram um papel significativo nesse cenário de luta por direitos.

Desse modo, a cooperação internacional europeia nasceu de um conjunto de interesses econômicos, políticos e religiosos, que levaram a um incremento da sua participação com a América Latina, nos anos 1960 e seguintes, em um contexto de ditaduras políticas. Entre esses interesses, a solidariedade internacional apoiou um conjunto de ONGs no seu trabalho político-pedagógico de reconstruir a democracia nesses países (Monte, 2004).

Não há uma definição universal sobre as ONGs, dada a multiplicidade de atividades que essas organizações executam em várias esferas da sociedade. Da mesma forma, a definição comum delas como entidades não lucrativas, não assistencialistas e não governamentais geralmente aceita, mas não é absoluta, uma vez que existem variações nas práticas e objetivos das ONGs.

A diversidade das organizações não governamentais levou Gohn (2000) a identificar quatro categorias de ONGs atuantes no Brasil: as filantrópicas, as de desenvolvimento, as voltadas para o meio ambiente e as de cunho cidadão, vistas pela autora como representantes modernos do engajamento social na América Latina (Gohn, 2000, p. 59).

Contudo, ela ressalta que nem todas as ONGs “trabalham na linha da militância e da politização da sociedade civil, como os movimentos sociais. Apenas uma parcela das ONGs cidadãs evocam o mundo da política, da participação, ao contrário das [...] assistencialistas” (Idem, 2000, p. 59).

Com base na classificação elaborada por Gohn, o IMOPEC estaria categorizado como parte das chamadas ONGs “cidadãs”. Segundo a autora, essas organizações emergem e se desenvolvem com o campo das associações e dos movimentos sociais, definindo seu papel como agente de democratização, uma característica distintiva não apenas no Brasil, mas também em alguns outros países da América Latina. Direcionadas para a defesa dos direitos de cidadania, essas organizações operam tanto no ambiente urbano quanto rural, estabelecendo redes de solidariedade, apoiando ou participando de programas e serviços sociais essenciais e de emergência, ao mesmo tempo, em que se envolvem com grupos minoritários sujeitos à discriminação.

Juridicamente, as ONGs³⁵ são “sociedades civis sem fins lucrativos”, o Código Civil Brasileiro de 1916, as reconhece como pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos, não fazendo distinção jurídica entre as ONGs. Desse modo, o termo abarca: art.16, I – “As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e fundações”. O IMOPEC utiliza seu registro legal consoante o de sociedade civil.

Landim (1988, 1993), caracteriza ONGs no Brasil consoante um serviço prestado ao outro, “não a si; mas não há quaisquer outro, ou de qualquer forma, mas a serviço de determinados movimentos sociais de camadas da população oprimidas, ou exploradas, ou excluídas, numa perspectiva de transformação social” (Landim, 1988, p. 24), ou seja, a ONG se destina a prestar um trabalho para um público específico, agindo conforme Souza (1991, p. 142) como “micro-organismos do processo democrático, espaço de referências, lugares de inovação e criação de novos processos”, ou espaços de criação da utopia democrática.

As ONGs na década de 1970 têm em sua pedagogia uma ação direcionada a educação popular, trabalho de assessoria, conscientização, organização, autonomia, direitos humanos e cidadania. Na qual, procuravam “conscientizar” os setores populares, e assim, contribuir aos movimentos, associações e instituições na mobilização e reivindicação de

³⁵ As ONGs, por serem na sua acepção “sem fins lucrativos” são isentas de impostos de renda, não tem intuito de remuneração aos seus dirigentes; do mesmo modo, não distribui os lucros a qualquer título; aplicação integral dos recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais; escrituração de suas receitas e despesas mantidas em livros revestidos em formalidades(...); desde que prestem às repartições lançadoras do imposto as informações determinadas por lei(...) CF (art.130).

direitos sociais. Evidenciamos que a experiência educativa do IMOPEC se deu nessa direção, ou nessas palavras de ordem, mediante um compromisso de lutar para e com as pessoas. A palavra “conscientizar” é pensada pelos membros do Instituto, no sentido que quando se ensina, se aprende, ou seja, um sistema de trocas de saberes, uma relação de idas e vindas no processo de aprender.

É relevante pontuarmos que mesmo o IMOPEC pertencendo a ABONG e em seu estatuto se colocar enquanto ONG, percebemos diferentes fases e atuações assumidas pela instituição durante os anos de funcionamento. Os entrevistados destacaram o papel do Instituto como “centro de assessoria e apoio” aos movimentos sociais, ora desempenhando atribuições do próprio movimento social, mas pouco se referem ao Instituto enquanto ONG. Para além do estatuto e da filiação a ABONG, o IMOPEC se enquadra nas acepções de uma ONG? Quais tensões estão situadas nessa definição?

A partir dos anos 90 do século passado, as ONGs se multiplicaram e se diversificaram para além do seu sentido original, configuraram outro posicionamento de enfrentamento, passaram a priorizar a “parceria” com o Estado e/ou empresas, alargando seu campo para o desenvolvimento autossustentável, uma linhagem “filantrópica empresarial”. As palavras-chave deslocaram-se para “ecologia, democratização, diversidade cultural, geração de renda, gênero, direitos de cidadania, etc.” (Coutinho, 2004, p. 02).

As ONGs vindas de um contexto militante de cultura participativa das décadas de 1970 e 1980, como é o caso do IMOPEC, orientadas com base na assessoria e apoio aos movimentos populares, defrontaram-se com o aparecimento e a consagração, de novas ONGs de cunho estratégico mercadológico, as novas instâncias passaram a concorrer nas mesmas agências financiadoras e se legitimaram alicerçadas nas semelhantes regras de reconhecimento.

Em consequência disso, o Instituto juntamente com outras ONGs se reuniram para questionar a respeito dos papéis assumidos por estas, conforme consta no boletim Raízes,

as organizações não governamentais brasileiras e cearenses estiveram reunidas em várias ocasiões para tratar da questão do desenvolvimento e da construção da democracia. Até que ponto as ONGs compreendem que o processo de acumulação de forças deve ser vinculado a formulação de novas propostas? Qual o seu papel na década de 90? Quais são as dimensões de desenvolvimento que inspiram a nossa ação? (Raízes, 1992, n. 04, p. 02)

No mesmo ano, oito³⁶ ONGs abordaram em um Fórum a persistência da forma tradicional de fazer política no Ceará, procuraram identificar o que havia de moderno na administração do Estado e como os movimentos populares encaravam naquele momento as possíveis alterações ocorridas na administração e nos próprios movimentos sociais. Esses debates demonstram o quanto as organizações estavam inteiradas e apreensivas com o que estava por vir em relação a sua categoria. Revelava também, a resistência dentro do próprio movimento de ONGs na possibilidade de mudar o foco de atuação e parcerias com o mercado. O universo das ONGs, nesse momento, nos sugere um contexto fronteiro e marcado por ambiguidades, o número de ONGs se alargava e ao mesmo passo as possibilidades de manipulações. Salientamos que as ONGs de cunho cidadã, como expressado por Gonh (2000), na década de 1990 passaram a ser minoria no universo das ações coletivas desenvolvidas nos espaços públicos sem fins lucrativos.

Em setembro de 1993, o boletim Raízes acentuou que as ONGs do Nordeste estiveram presente em Fortaleza para discussão e análise de sua organização institucional. As pautas orientaram-se na seguinte ordem: “reordenamento do Estado, o papel das ONGs, políticas públicas, a Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida, a expressão pública das ONGs, planejamento e gerenciamento” (Raízes, 1993, n. 7, p. 02).

Em 1999, o IMOPEC por intermédio do Boletim Raízes, reafirma sua opção política, comprometida com o “resgate”, divulgação e preservação da memória do movimento social popular no Ceará.

Sentimos a necessidade de deixar claro aos parceiros, colaboradores e leitores a importância que conferimos à construção política de uma entidade que investe todos os seus esforços no resgate, divulgação e preservação da memória do movimento social popular no Ceará. Possibilitar o acesso à informação a um público mais amplo e diversificado, levou-nos a abrir espaço a temas e autores que normalmente não alcançam os meios tradicionais de comunicação. Ao fazê-lo, temos consciência de estar contribuindo para a construção da História. Garantir a permanência de fatos e atores considerados descartáveis pelas elites dominantes é motivo de satisfação e orgulho. Reafirmamos o propósito de prosseguir na mesma linha, buscando articular o saber popular ao saber científico, o que sem dúvida preenche um vazio existente em nossa cultura (Raízes, 1999, n. 28, p. 01).

O Instituto sentia a necessidade de reafirmar seu papel enquanto uma organização de mediação política, devido às disputas internas nos movimentos sociais, a vinculação com as ONGs, ao passo que buscou “trabalhar uma visão da história em movimento, não aquela história que se passou e está lá atrás, mas a história como um processo em movimento de uma

³⁶ O boletim Raízes não traz os nomes dessas instituições. A informação se encontra na segunda página do Raízes que contém as notícias do IMOPEC. São notas breves e informativas das atividades realizadas e/ou que o Instituto tenha participado.

sociedade que se movimenta, se constrói e reconstrói nas batalhas” (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

A maneira que o IMOPEC se organizava e evidenciava suas lutas, nos sugerem que em seu processo de institucionalização se revelou como mais um agente na sociedade capaz de se colocar contra as diferentes formas de discriminação, fome e preconceito, etc., para resistir ao sistema opressor atuou junto a diversas forças, por exemplo: entidades sindicais, populares, ONGs, movimentos sociais, de comunidades. Além de cooperar com e nesses espaços, o Instituto contribuiu na criação de outros formatos de resistência, destacando-se: associações de moradores; cursos de formação à distância; casas da memória, documentários, dentre outros.

Assim, compreendemos o IMOPEC como um coletivo político originado de diversos movimentos sociais (CNBB, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Igreja progressista e outros), sob uma liderança forte, íntegra e diligente. Ele se constituiu como uma ONG para engajar-se, associar-se e atuar junto a setores sociais impactados pelas ações dos governos neoliberais nas décadas de 1990 e 2000, que provocaram mudanças significativas em suas formas de vida e sociabilidade, abrangendo questões patrimoniais e/ou ambientais. Enquanto sociedade civil organizada, esse coletivo político, não filiado partidariamente, implementou uma agenda de prioridades sociais que surgiram seguindo as demandas dos movimentos sociais, como os afetados pela barragem do Castanhão e a formação da estrutura exportadora (Porto do Pecém), dentre outros. O objetivo era criar uma luta política que priorizasse as minorias afetadas por esses processos hegemônicos que definiam um padrão empresarial para o Estado do Ceará, com foco na educação patrimonial, na formação política, na criação e na organização de associações de moradores e movimentos sociais que representam vozes oprimidas.

A pedagogia desenvolvida no Instituto se dava na base do compromisso político das pessoas envolvidas com a causa que a instituição defendia, o regime de trabalho era voluntário, seja na assessoria ou na formação de agentes culturais, as pessoas que compunham a equipe desempenhavam seus trabalhos fora do IMOPEC e tiravam uma parte de seu tempo para projetos alternativos e de intervenção social.

Percebemos que as ações do grupo se davam por meio de estratégias de modo a organizarem as pessoas em suas comunidades e bairros, planejando junto aqueles sujeitos delineamentos ao enfrentamento de suas condições sociais e econômicas a partir da compreensão da realidade vivida, que apontava o caminho da organização e da articulação, sendo esta, a maneira de se fortalecerem. Organização e articulação são duas palavras-chave

na pedagogia que o IMOPEC desenvolveu a partir de seu projeto social e político em defesa dos menos favorecidos.

Portanto, o grupo do IMOPEC se constituiu como um coletivo político que promoveu e fortaleceu o suporte aos movimentos sociais, por meio de uma rede de mobilização e articulação com diversos agentes dispostos a intervenção. Esses entrelaçamentos nos mostram que à medida que o grupo agia, se faziam sujeitos nas relações sociais, lutando por justiça, dignidade e cidadania.

Para nós é interessante percebermos como o Instituto planejou e colocou em prática elementos de sua experiência educativa, a fim de consolidar um projeto social que interviu no campo da memória e do patrimônio cultural com a finalidade de luta e transformação social. Valendo-se de um pensamento crítico, possibilitou aos indivíduos estarem mais próximos um dos outros, compartilhando em comum desafios, anseios e alegrias, espaços de vivências, reflexão, troca de saberes, formação de opinião e construção do conhecimento coletivo.

Em outras palavras, o IMOPEC buscou estimular as pessoas a se reconhecerem como sujeitos sociais que devem lutar por reconhecimento e visibilidade, pois a mudança social depende da ação dos sujeitos sobre a realidade e a não aceitação resignadamente da realidade. Isto implica reflexão coletiva e dialógica sobre os fatores que contribuem para reforçar os problemas sociais. O que para Freire (1980, p. 82) representa “o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens”.

Esses significados são articulados pelo Instituto por meio de uma rede de sociabilidades e articulação com outros organismos sociais, como as universidades e os movimentos sociais, por exemplo, que também produzem conhecimento e forçam o Estado a tomar decisões que atendam as demandas dos sujeitos sociais.

Desde o processo de consolidação, o IMOPEC passou a atuar a partir de dois eixos centrais – o cultural e o ambiental. Para tal empreitada o Instituto usou de espaços e ferramentas diversas para divulgar e fortalecer suas experiências, na qual serão discutidas durante o percurso da tese, em especial aquelas dedicadas aos processos culturais. A forma como as comunidades se reunia e debatia suas fraquezas e potencialidades, segundo o Instituto, era um processo importante na conquista da cidadania, uma sequência que voltava o “olhar da realidade como totalidade, e não de forma segmentada, partindo do particular para o geral, regressando ao particular para transformá-lo” (Raízes, 2003, n. 42, p. 3).

2.2 O projeto de transformação social do IMOPEC e os governos mudancistas no Estado do Ceará

O cotidiano mostra-me com frequência muito alarde os feitos governamentais, em contraste com o aviltamento da dignidade dos nossos conterrâneos. O funcionalismo estadual atravessa período crítico, com salários vergonhosos. As nossas esquinas abrigam rostos constrangidos e mãos pedintes de trabalhadores rurais enxotados de suas terras, por falta de condições de permanência. A rua concebe crianças cada vez menos crianças pela busca precoce de um trabalho.... Como me orgulhar de ser cearense, como tanto se insinua, vendo chegar extermínio de crianças e adolescentes ao Estado...? (Raízes, 1992, n. 04, p. 03).

A denúncia do boletim Raízes em 1992 trouxe diversos elementos da realidade vivida por muitos cearenses, em que ficou evidente a discrepância entre os feitos governamentais propagandeados nas últimas três décadas, expostas nacionalmente nas mídias pela expectativa de desenvolvimento econômico e social. No entanto, o boletim apontou uma crítica contundente à realidade enfrentada pela população, evidenciando a indignidade em que parte dela vive.

Para Irllys Barreira (2002), a projeção que se fazia do governo se deu sob o signo da ruptura, cujo slogan “governo das mudanças”, liderado por Tasso Jereissati ocupou a cena política cearense, projetando o Ceará para o restante do país como um modelo de Estado moderno. Esse delineamento inicia na década de 80 do século passado, quando se construiu no Ceará novas roupagens nos modos de fazer política, fundamentadas no rompimento com os governos coronelistas que estavam no poder desde o período da Ditadura Militar. As provocações aos coronéis (César Carls, Virgílio Távora e Aduino Bezerra) e ao coronelismo tornaram-se elementos basilares e estratégicos ao surgimento de “novos” atores políticos rumo a um novo processo de hegemonia.

Empresários na política é a regra no Estado burguês. Ele, os seus representantes, sempre estiveram nos parlamentos, legislando e dando suporte à estabilidade das relações capitalistas de produção. O novo está no projeto arrojado de uma fração da burguesia ligada aos setores mais tradicionais e implantando um projeto alternativo. O tradicional, está aliado ao empreguismo, paternalismo, e, sobretudo, ao clientelismo, ligado a dependência do homem rural ao “coronel” (Parente, 2009, p. 197).

O novo projeto burguês evocava regras e legitimação de competências diferentes das utilizadas pelos coronéis. Por sua vez, o grupo pró-mudanças detinha capital político e simbólico, de maneira que a herança partidária e laços de fidelidade foram substituídos por critérios que destacavam e priorizavam a formação intelectual e a experiência administrativa (Barreira, 2002).

Nesse sentido, o que caracterizou o governo mudancista nos últimos 30 anos no Estado do Ceará? Houve alteração no modo de fazer e atuar na política cearense? O projeto político que se dizia modernizador na década de 1980 concretizou seus objetivos? Com as “mudanças” implementadas nesses governos alterou-se a distribuição de renda no Estado? Os chamados governos das mudanças têm início em 1987, quando assumiu o governo do Estado Tasso Jereissati, à época um jovem, empresário e político que ansiava junto a seu grupo “mudarem” os rumos da política cearense. Ao vencer o pleito eleitoral, Tasso deu início a um novo paradigma nas relações Estado, economia e sociedade. No governo defendeu-se o equilíbrio da política de ajuste neoliberal através da eficiência da máquina administrativa e a probidade com a coisa pública (Gondim, 1995, p. 07).

O grupo de empresários defendia a lógica de economia capitalista, um Estado menos burocrático, funcionários capacitados e a máquina pública compatível com os anseios empresariais modernos. Eficiência e modernidade são palavras-chave para o novo modelo de gestão. Entretanto, ao mesmo tempo que o grupo criticava a velha política clientelista, seus familiares enriqueceram através dos incentivos do Estado. Os jovens empresários mudaram de fato os rumos da política cearense? Em que medida romperam com as velhas práticas?

Segundo Gondim (1995) o governo “mudancista” começou pela organização das finanças do Estado que se encontravam em situação lastimável: as receitas correntes não eram suficientes para pagar a folha de pessoal, salários atrasados por três meses, policiais e juízes em greve. Para regularizar essas demandas foram necessárias uma série de medidas, em relação à contabilidade, reestruturação organizacional e fortalecimento das finanças públicas.

Com relação à reforma administrativa, logo nos primeiros dias do governo Tasso Jereissati foram baixados vários decretos moralizadores que, entre outras medidas, tornavam nulos os atos de nomeações, contratações, promoções e transferências praticados nos nove meses anteriores; eliminavam diversas gratificações e exigiam o registro de presença diária para todos os servidores, excetuando-se alguns cargos de chefia e outros casos previstos em lei (Idem, p. 13).

O modelo de racionalidade administrativa adotado inicialmente continuou nos anos seguintes, tendo como marca a eliminação do nepotismo e do empreguismo, tão marcante nas gestões anteriores. Porém, como consequência prevaleceu a terceirização da administração pública, se sobressaindo a mão-de-obra sem vínculo empregatício e contratos temporários, ocasionando uma série de prejuízos aos direitos dos trabalhadores. Como afirma Gondim (1995, p. 14) “com resultados insuficientes para reverter o quadro de intensa pobreza no Ceará”, sendo necessárias uma soma de políticas públicas dos governos federal e estadual, em especial na educação e distribuição de renda.

O governo do Tasso, em particular o primeiro, orientou-se numa “política de austeridade, sem a preocupação de buscar apoios e alianças na classe política ou em outros setores da sociedade civil” (Idem, p. 08). Por esse motivo recebeu várias críticas pelos mais diversos segmentos da sociedade, as quais não conseguiam acesso ao governador. No primeiro ano da gestão rompeu com alguns grupos de jornalismo, por não aceitar pagar as dívidas do governo anterior e ter feito cortes na folha dessa categoria. Entretanto, tinha acesso ao principal grupo de comunicação de emissora televisiva. Além dos jornalistas, somaram-se o partido político PCdoB, professores e outras alas políticas da esquerda (Idem, p. 08). A justificativa do governo era de que essas pessoas queriam permanecer sob as asas do poder governamental. Esse modo de fazer política desagradou e vários segmentos passaram de apoiadores a opositores. Todavia, por mais que houvesse muitos desgastes, Tasso conseguiu fazer seu sucessor Ciro Gomes, e em seguida, voltou ao governo por mais oito anos.

As gestões seguintes tiveram o apoio de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, assumiram os pleitos: Lúcio Alcântara (2003-2006); Cid Gomes (2007-2010; 2011-2014) e Camilo Santana (2015-2018; 2019-2022). Vale ressaltarmos, que esses governos tiveram formas próprias de atuação e vieram de partidos diferentes, mas se utilizaram dos mesmos modos de fazer política dos mudancistas. Aqui não é nosso interesse analisar todas essas gestões, mas de contextualizar o momento político ao qual passava o Estado na época da institucionalização do IMOPEC, nesse caso, os governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

O chamado projeto de modernização não agradava a toda sociedade cearense, os grupos ligados à esquerda e parte do funcionalismo público se mostravam descontentes com as práticas autoritárias e a falta de diálogo nas negociações. O governo se sustentou intolerante aos movimentos políticos e sociais de oposição, em detrimento da falta de diálogo, chamava os grupos que se manifestavam contrários a suas práticas de manipuladores da esquerda (Gondim, 1995).

O IMOPEC foi uma das instituições que se manteve resistente as políticas desses governos, que, por sua vez, não privilegiaram os grupos marginalizados. O Instituto denunciou os desmandos do chamado governo de mudanças, usando suas publicações e vídeos, chamou atenção das autoridades e do povo para os temas do meio ambiente, do turismo predatório, da distribuição de renda, da educação, da especulação imobiliária e a ação das empreiteiras e tantos outros. “O IMOPEC sempre era oposição ao governo das mudanças, basta folhear o boletim Raízes que a gente vai se deparando com registros que remetem a isso” (Entrevista realizada com Francisca Malvinier Macêdo, concedida a Ana Cristina de Sales, em 29/04/2021). Os registros são inicialmente remetidos à luta do povo de Jaguaribara-

CE contra a construção da Barragem do Castanhão, primeira grande causa apoiada pelo IMOPEC.

Quando conheci o IMOPEC foi exatamente na luta da defesa dos moradores da antiga Jaguaribara. Naquele processo de construção da Barragem do Castanhão, do desapropriar não só da antiga cidade, mas das comunidades, o IMOPEC teve um papel importante nisso, de levar a questionar as coisas (Entrevista realizada com José Erison Lima Pereira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 22/03/2021).

O Instituto fez um trabalho de dar visibilidade aos sujeitos por meio de narrativas e memórias ricas em reflexões que configuram a vida social. O IMOPEC se mostrou contra a construção da barragem de 6,8 bilhões de metros cúbicos de água por diversos fatores, dentre eles: os impactos ambientais, a transferência da população para outra área e, conseqüentemente, a perda da memória e da identidade. Jaguaribara estava situada no médio Jaguaribe, a 287 km de Fortaleza, contava com uma população em média de 9.544 habitantes. O governo do Estado alegava que a finalidade da barragem seria controlar as enchentes do rio Jaguaribe, podendo abastecer com a construção, a cidade de Fortaleza. O Castanhão era apresentado como uma política pública a longo prazo com múltiplos benefícios, inclusive, um recurso necessário às vítimas das secas periódicas.

Todavia, o IMOPEC e as pessoas que se diziam não favoráveis a obra da barragem, aderiram a uma contraproposta, que por sua vez, sugeriam a construção de várias barragens de porte inferior. A luta continua no boletim Raízes, praticamente em todas as edições, trazem elementos que retratam a construção da barragem e as conseqüências para o povo de Jaguaribara e lugares circunvizinhos.

Sobre a importância das manifestações culturais e a resistência ao modelo imposto pelas industriais do Ceará, o Raízes destacou, “após 15 anos de resistência da população, de afrontas e preconceitos, quando se afirmava aos quatro ventos ser aquela uma terra onde só havia “calango, xique xique e pedras” é preciso reconhecer e proclamar a importância cultural de Jaguaribara” (Raízes, 2000, n. 31, p. 01). É possível deprendermos mediante o Raízes que as autoridades governamentais não se preocupavam com os componentes que identificavam o povo de Jaguaribara, as falas depreciativas pontuadas no boletim, são reveladoras de um poder público que a todo custo queria concretizar seu projeto de modernização, ambicioso plano de oferta e disciplina do uso da água, não importando a quem e o que fosse sacrificado.

As histórias de vida de cada família, as formas simples de executar tarefas do dia-a-dia, as diversões e folguedos, as relações com a natureza, são manifestações culturais que marcam a presença do homem no espaço jaguaribano. Não se destroem impunemente, sobretudo quando essa destruição significa a implantação de um

amplo projeto voltado para os interesses da elite empresarial que dirige o Ceará. Torna-se indispensável a preservação da memória, tendo em vista a construção da resistência ao modelo imposto pelas elites, que deve prosseguir após a mudança definitiva para uma nova cidade (Raízes, 2000, n. 31, p. 01).

Além da denúncia em relação à preservação da memória, é imperativo considerar as complexidades subjacentes à construção da barragem, incluindo, a luta de classes através da concentração de terra, o domínio do latifúndio empresarial e a dependência opressiva do povo camponês na busca por terra e recursos hídricos. Esses elementos demonstram a necessidade de transformação na justiça social e, também do enfrentamento às questões estruturais e relações de poder.

A luta do Instituto em Jaguaribara iniciou-se em 1988, ou seja, desde a institucionalização do IMOPEC. Célia Guabiraba e Fátima Guabiraba através do trabalho realizado na CNBB conheciam a Irmã Maria Bernadete Neves, uma das principais mobilizadoras da luta contra a edificação da barragem, a partir das conversas entre elas e da necessidade de lideranças engajar-se à luta, o grupo aliou-se a causa, sendo uma das suas grandes frentes de mobilizações e enfrentamentos. Acrescentaram-se a luta o Movimento dos Atingidos por Barragens e a Cáritas de Limoeiro do Norte.

O embate com o governo do Estado atravessou anos; inicialmente, as tensões foram motivadas pela oposição à construção da barragem. Posteriormente, após a aprovação da obra, as tensões surgiram na interseção dos direitos das pessoas, especialmente no acesso às suas compensações sociais, econômicas e financeiras. Essas pessoas tiveram que abandonar não apenas suas residências, mas também tudo o que representava sua memória e sentimento de pertencimento.

Atuação do Instituto em Jaguaribara junto à população, a primeira coisa que fizemos foi mobilizar, mobilizar as pessoas, chamar as pessoas para conversar. Nesse ponto, o trabalho em parceria em conjunto com a Igreja Católica foi fundamental, com essa comunidade das irmãs Cordimarianas. A gente mobilizou a população e o passo seguinte foi buscar formas organizativas para enfrentar a luta, e aí, nasceu nessa luta a associação de moradores. O trabalho do Instituto do ponto de vista pedagógico na luta, ele é muito importante junto com associação de moradores de Jaguaribara... E aí, a gente foi pautando nessa atuação, nessa linha da própria população assumir a luta e assumir o questionamento da obra da barragem do Castanhão (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

O processo de mobilização tocou as pessoas e por meio do diálogo se uniram para enfrentar a luta contra a barragem do Castanhão. Através do diálogo culminou na criação da associação de moradores, uma forma organizativa para canalizar os esforços da comunidade na defesa de seus interesses e direitos. Na associação, o Instituto fornecia informações e

conhecimentos relevantes para a população poder compreender melhor os impactos da barragem e os possíveis desafios que enfrentariam. Esse apoio auxiliou no fortalecimento da consciência coletiva e na tomada de decisões sobre suas vidas e o futuro da comunidade.

O Instituto buscava integrar historicamente os sujeitos marginalizados e repensava a estrutura da sociedade por meio da construção de vivências e experiências pelos indivíduos envolvidos. Atuava na problematização da realidade, na sensibilização e na intervenção social por meio de diversos atos e atividades. O passo inicial era a mobilização das pessoas; convocando as lideranças de bairros, da zona rural e das periferias; nas reuniões buscavam desvendar como os poderes hegemônicos usavam/usam de estratégias para invisibilizar e desqualificar os indivíduos. O segundo passo era a formação dos grupos, que deveriam reconhecer suas fragilidades e potencialidades de crescimento e firmamento na luta por maior participação nas decisões e nas relações sociais. Khoury (2021, p. 29) nos traz contribuição para refletirmos sobre esses modos de articulação:

Não importa se nos movimentamos em espaços pequenos ou amplos; o importante é olhar para o outro e, em diálogo, ampliar nossa consciência crítica. É preciso destrinchar como a dominação, a exclusão e a resistência se engendram e, assim, avançar na construção da democracia que queremos (Khoury, 2021, p. 29).

O ato de “olhar para o outro” envolve uma abertura para compreendermos diferentes perspectivas e experiências de vida, nos ajudando a enxergar além de nossa própria realidade. Nesse sentido, o diálogo é uma ferramenta poderosa para a construção de pontes entre pessoas com diferentes ideias, valores e crenças, permitindo o entendimento das estruturas de poder e as dinâmicas sociais que perpetuam desigualdades e injustiças.

A organização das lideranças, nos dizeres do IMOPEC, era um trabalho de “formiguinha”, mas que se agigantava nos desejos e expectativas de criarem novos espaços de comunicação e intervenção na sociedade. Como espaço alternativo e resistência, o Instituto deu visibilidade às desigualdades e denunciou a violação de direitos dos recursos hídricos, da terra e da memória.

Não possuímos nenhuma fórmula ou “poção mágica” que deva ser adotada por algum interessado. Para nós, tão longa sobrevivência deve-se a uma única causa: o IMOPEC existe por exigência do momento histórico. Somos obrigados, compelidos a existir, apesar de não termos recursos financeiros que possibilitem nossa expansão. Estamos “colados” às exigências e no momento em que delas nos afastamos, com certeza fecharemos as portas. Essa presença contínua do IMOPEC no dia-a-dia cada vez mais difícil do nosso povo, nos leva a ser fiel à nossa proposta inicial, sem que com isso estejamos parados no tempo, sem condições de adaptação às novas conjunturas. O que muda é o nosso arco de alianças com o movimento social, que

vem sendo ampliado e nos oferece respaldo, respeito e segurança (Raízes, 1995, n. 14, p. 08).

A referência à ausência de uma “fórmula mágica” diz respeito a não existência de uma solução simples para os desafios enfrentados pelas comunidades. O trabalho do IMOPEC segundo o boletim, não se baseia em respostas prontas ou soluções padronizadas, mas na escuta atenta das demandas locais e na adaptação às diferentes realidades enfrentadas pelas pessoas. O momento histórico ao qual a fonte menciona está atrelada ao cenário nacional e local, de descaso com a saúde e segurança pública, o saneamento básico, a garantia de direitos, a educação, a fragilização da democracia, a economia de exclusão – preocupada apenas com a lógica da dinâmica do mercado como detentora da resolução dos problemas, inclusive os sociais.

Nesse quadro de direitos ceifados, o IMOPEC juntamente com outros movimentos reivindicatórios, buscava recuperar bandeiras tão caras aos movimentos populares, a saber: a solidariedade, a descentralização, a parceria e a mobilização no enfrentamento ao projeto neoliberal, presente no país desde o governo Collor de Melo. O projeto político e econômico neoliberal assume a bandeira da retirada do Estado da economia e concede ao mercado papel determinante. No Brasil, a partir dessa proposta, tem-se privatizado muitas empresas públicas desde a década de 1990, objetivando a circulação de capital internacional e a integração do país ao mercado mundial.

Todavia, a proposta neoliberal beneficia(va) as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais, ocasionando aos países pobres ou em processo de desenvolvimento, como é o nosso caso, o desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional. Em relação ao Estado do Ceará, o Instituto apontou que houve o enxugamento da máquina administrativa, ocasionando elevados prejuízos sociais. Acrescenta-se a isso,

o sucateamento da educação, a incúria e o descaso com a saúde, o crescimento vertiginoso da prostituição de crianças e adolescentes estimulado por um turismo realizado sem a mínima infraestrutura. A cólera e a atual epidemia de dengue demonstram a precariedade do modelo neoliberal (Raízes, 1994, n. 10, p. 03).

No boletim de número 10, o Instituto traz uma série de problemas e desafios enfrentados pelas sociedades em contextos neoliberais. O sucateamento da educação é um grave obstáculo ao desenvolvimento dessas sociedades. Investir em educação é investir no futuro, pois uma educação de qualidade é a base para a formação de cidadãos críticos,

produtivos e participativos. O modelo neoliberal enfatiza a competitividade e a privatização, levando a disparidades no acesso à educação e perpetuação das desigualdades sociais. Já o descaso com a saúde impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas. A saúde é um direito humano fundamental, um sistema de saúde de qualidade e acessível é essencial para garantir o bem-estar da população. A ausência de uma atenção adequada à saúde resulta em agravamento de doenças, falta de prevenção e tratamento, afetando especialmente os menos favorecidos.

O Raízes traz ainda como consequência da política econômica neoliberal, o crescimento vertiginoso da prostituição de crianças e adolescentes, apontando falhas na proteção e assistência a essa parcela da população. Sendo necessário ações de prevenção, conscientização, políticas de proteção social e combate à exploração sexual. No Estado do Ceará, a questão da prostituição recebeu maior destaque em 1993, quando a Resolução n. 667 deu origem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Prostituição Infantil. Essa investigação concluiu haver uma rede informal de exploração da prostituição infantil em Fortaleza. Além disso, o Estado participou da Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou a prostituição infantil em todo o Brasil. Quanto ao turismo, é importante reconhecer que ele pode trazer benefícios para o crescimento local, mas precisa ser cuidadosamente planejado e regulamentado para evitar consequências negativas, principalmente no que toca a prostituição.

O boletim Raízes continuou denunciando o modelo neoliberal, lançando luz ao público leitor sobre as consequências devastadoras do modelo implementado.

No Ceará, um marketing avassalador vende gato por lebre. Nunca os direitos humanos foram tão agredidos, os bens da natureza destruídos, a escola e a saúde públicas desmontadas, como nos dias atuais. Tais ações são rotuladas de modernização e progresso. Comunidades inteiras são invadidas, seus patrimônios arrasados, seus hábitos e costumes menosprezados, numa completa inversão da coisa pública. Constrói-se com recursos públicos e privatiza-se em benefício de alguns comparsas (Raízes, 1998, n. 23, p. 01).

A referência à venda de “gato por lebre” apontou para a manipulação da informação para favorecer interesses particulares em detrimento do bem-estar da população. O uso de termos como modernização e progresso para mascarar a destruição ambiental, a desvalorização da cultura local e a privatização de recursos públicos é uma estratégia comum usada por alguns setores para justificar suas ações. A exploração desenfreada de recursos naturais não considera os impactos ambientais e sociais a longo prazo, comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras. Dessa maneira, o Raízes alerta-nos para a necessidade

de estarmos atentos e conscientes das manipulações de discursos e das consequências das ações integradas em nome do progresso. Além disso, nos chama atenção o olhar crítico e participativo para garantir que as decisões políticas atendam ao interesse coletivo e protejam os direitos humanos, o meio ambiente e a cultura das comunidades locais.

Diferente do que prega(va) o neoliberalismo, o IMOPEC defendia uma proposta democrática-popular, na qual o Estado devia atuar em parceria com a sociedade e o capital privado, a fim de estimular o crescimento e a redistribuição da renda e da riqueza, dando prioridade a produção de bens e serviços públicos, além de expandir o mercado interno das massas. Porém, “não tem sido fácil a construção da proposta do IMOPEC. Dificuldades financeiras, limitação da infraestrutura são fragilidades que nos acompanham internamente” (Raízes, 1998, n. 23, p. 01), as dificuldades eram relatadas constantemente. O Instituto precisava se manter, se deslocar para as comunidades, elaborar suas publicações, e tudo isso, necessitava de investimento privado, para além do esforço intelectual participativo.

Ao mesmo tempo, em que o Instituto usava de suas publicações para denunciar o que chamava de desmandos, apontava alternativas que acreditava ser alicerce de um novo poder político. O boletim n. 03, de 1992, interrogou sobre os gastos públicos envolvendo eventos políticos/festivos com a finalidade de atrair eleitores, que por sua vez, os gastos saíam dos recursos públicos.

Até que ponto podemos dizer que a cultura brasileira incorporou como contra valores a corrupção e o engano? Os de cima insistem na tecla do grandioso. Grandes obras, grandes “reformas”, “a revolução do ensino”, showmícios. O povo é transportado às carradas para aplaudir artistas que arrastam um grande público: Leandro e Leonardo, Chitãozinho e Xororó, Chiclete com Banana... cinquenta ônibus ajudaram a lotar a grande Praça no Conjunto José Walter³⁷. Quantos milhões de cruzeiros estão sendo gastos nesses espetáculos? De onde provêm os recursos? (Raízes, 1992, n. 03, p. 01).

Expressões musicais nacionais para atrair grande número de pessoas gerava engajamento, por meio de uma apresentação musical dessas que alguns sujeitos tinham a possibilidade de participar, já que eram eventos gratuitos. Os chamados showmícios a partir do ano de 1996, usavam do exibicionismo, os candidatos que estavam com a máquina pública traziam normalmente as bandas que se encontravam no auge, encarecendo cada vez mais os

³⁷ O marketing da campanha de Tasso deu início uma nova forma de fazer propaganda política no Estado, os showmícios foi uma delas, que se popularizou nas eleições de 1986, no Ceará. Showmício é um ato público, na qual os candidatos expõem suas propostas e em seguida atrações musicais de repercussão nacional se apresentam a fim de atrair o grande público.

cofres públicos³⁸. Vale nos indagarmos: as expressões artísticas locais e dos setores populares tinham espaços nessas apresentações? As comunidades eram escutadas?

Nesse sentido,

O enfrentamento das profundas estruturas de desigualdades que geram a degradação social e ambiental, e a necessária construção de processos democráticos que conduzam os caminhos para uma efetiva transformação são tidos como “desordem” e “atraso”. Assim, apesar das conquistas instituídas pelas lutas populares, o pensamento e a crítica dos movimentos sociais que explicitam e questionam essas estruturas, propondo outros rumos, costumam ser, pelos poderes dominantes, desqualificados, invisibilizados e/ou situados no plano da desigualdade (Propostas Alternativas, 2014, p. 05).

O periódico Propostas Alternativas traz a necessidade de construção de processos democráticos que possam conduzir a uma transformação efetiva. Isso implica na criação de espaços participativos onde diferentes vozes e perspectivas podem ser ouvidas e consideradas nas tomadas de decisões. Segundo a revista, a ideia era buscar alternativas que não apenas combatessem as desigualdades, mas também que promovessem a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

O trecho ressaltou, ainda, que esses esforços de mudança costumam ser vistos como “desordem” e “atraso” pelos poderes dominantes, os quais tentam desqualificar o processo de conquista de direitos e de uma noção de cidadania construída a partir da ação coletiva. Segundo a fonte, os poderes dominantes desqualificam, ignoram ou querem silenciar as vozes dos movimentos sociais que questionam as estruturas de desigualdade e propõem alternativas. A desqualificação ocorre através da invisibilização dos problemas e das propostas dos movimentos sociais, assim como, por meio da tentativa de enquadrar suas demandas como meros “problemas de desigualdade”, evitando assim um confronto mais amplo com as estruturas de poder protegidas.

Dessa forma, a experiência educativa desenvolvida pelo IMOPEC nos revela como os sujeitos por meio da participação popular podiam emergir enquanto protagonista na cena pública no Estado do Ceará. Os grupos assessorados pelo Instituto foram além do protesto contra as condições precárias de vida e da busca por melhorias em suas comunidades. Os segmentos populares ousaram desafiar a ordem estabelecida, controlada por uma elite

³⁸ Sobre a questão do dinheiro público investido nas campanhas eleitorais, em 2022 foi aprovada a Resolução n. 8.041, que trata do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, denominado Fundo Partidário. Existe de forma eminente uma grande problemática no que se refere à transparência dos valores recebidos, uma vez que, as informações estão disponíveis para acesso da população, mas, a exposição se dá de forma técnica e especializada, o que acaba dificultando e inviabilizando o limite que envolve o controle social exercido pelo cidadão.

conservadora que historicamente nunca conquistou a plena cidadania dos segmentos populares.

Ao se tornar veículo de questionamento do *status quo*, o IMOPEC abriu caminho para uma análise crítica das estruturas de poder e privilégios, revisitando as desigualdades sociais e o papel ativo dos cidadãos “comuns” na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Sobre isso, a revista *Propostas Alternativas* acentuou,

Um dos desafios que se impõe a toda sociedade, é o de estabelecer processos democráticos que possibilitem a ampliação da participação política e com ela a legitimação e reconhecimento de diferentes formas de se pensar a organização da vida social, as relações sociedade/natureza e as demandas práticas que disso resulta. Nesse processo, a riqueza da diversidade cultural, a potencialidade democrática, os direitos humanos ampliados (os conquistados e os a serem conquistados) e a instituição dos sujeitos coletivos são elementos imprescindíveis e estão na pauta dos movimentos sociais e ambientais, cujos acúmulos de conhecimentos e práticas em muito tem a colaborar com a produção do bem comum (*Propostas Alternativas*, 2014, p. 06).

A citação trouxe sobre o desafio de se estabelecer processos democráticos que permitam a ampliação da participação política e o reconhecimento de diferentes formas de pensar a organização da vida social. Ao longo dos anos, movimentos sociais têm trabalhado pela conquista e ampliação dos direitos humanos, lutando contra a discriminação, a opressão e a violação dos direitos fundamentais. Nesse entendimento, os movimentos sociais têm mobilizado pessoas em torno de causas comuns, promovendo a solidariedade, a conscientização e a ação coletiva.

Segundo o Instituto, o fortalecimento desses sujeitos coletivos enriquece a capacidade de resistência e a transformação social. Acrescentamos a essa visão, “a transformação política de decisão sobre os territórios, o avançar nas conquistas democráticas, a construção de novas concepções de mundo e vida digna, e a inserção na forma como a sociedade estabelece relações com a natureza” (*IMOPEC, PROPOSTAS ALTERNATIVAS*, 2014, p. 06).

No contexto das críticas à ação do governo estadual, encontramos na revista a seguinte declaração:

O Estado empreendedor e omissivo em relação aos direitos, cujas autoridades vendem territórios com suas populações, transformam as cidades em nichos de mercado, e coloca o corpo e a sexualidade das mulheres a serviço do capital, dizima, desqualifica e desconsidera a diversidade cultural, numa reprodução do racismo e do etnocentrismo que marca nossa história (*Propostas Alternativas*, 2014, p. 07).

A crítica ao Estado empreendedor, direcionou o olhar a práticas que prejudicam os direitos das pessoas. É mencionado pela fonte, a venda de territórios com suas populações, implicando na remoção forçada de comunidades locais em prol de interesses econômicos. Além disso, a transformação das cidades em nichos de mercado, onde os interesses comerciais são privilegiados em detrimento das necessidades e direitos das pessoas. A fonte chama também atenção para a exploração do corpo e da sexualidade das mulheres em benefício do capital, destacando como isso as submete a relações de poder desiguais. A omissão do Estado nesse sentido, resulta na dizimação, desqualificação e desconsideração da diversidade cultural.

Ainda tecendo críticas ao governo sobre o projeto de modernização e construção de grandes obras, a revista continua:

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém, as políticas de turismo, assim como a construção da Barragem Castanhão e mais recentemente a transposição do Rio São Francisco são alguns dos ícones dessa modernização. Implementados de forma autoritária, financiados e estruturados por recursos públicos, e ideologicamente enganadores da boa vontade e necessidades das populações, esses projetos estão marcados pela violência política e institucional. Seus impactos sociais e ambientais sobre a natureza e as populações, foram, e são, amplamente denunciados pelos movimentos sociais e ambientalistas (Propostas Alternativas, 2014, p. 07).

O trecho evidenciado reforça a compreensão de que as decisões do governo eram tomadas em processos e instâncias anteriores aos limitados diálogos com a população local, a exemplo de projetos grandiosos, a saber: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a construção da Barragem Castanhão e a transposição do Rio São Francisco. Esses projetos, embora anunciados como progressistas, são apontados pelo IMOPEC, como exemplos de implementações autoritárias, movidos por financiamento público e orientados por ideologias que não atendem às necessidades reais das populações. É evidente que esses projetos não impactaram apenas o meio ambiente, trouxeram consequências sociais profundas. O Instituto citou a violência política e institucional subjacente à sua implementação, que ignorou as vozes das comunidades afetadas.

As perdas sofridas por essas populações são justificadas em nome de um suposto “interesse público”, as quais são caracterizadas tanto por promessas de emprego e desenvolvimento quanto pela aceitação dos sacrifícios necessários para alcançar esses objetivos. Essa dinâmica, nas prerrogativas da revista, levanta questões sobre a falta de participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão. Nessa perspectiva, as autoridades governamentais abriam o debate a respeito de determinado tema, sendo que a decisão já havia sido tomada. Sobre isso, a revista nos trouxe:

Os licenciamentos e audiências são meros instrumentos burocráticos, encarados como entrave e instrumentalizados pelo tecnicismo e pela chantagem que impõe aos afetados a fatalidade da aceitação, que fragmenta e divide os direitos. É assim que, a perda da terra, a contaminação dos ambientes, os riscos à saúde pública e o agravamento de problemas sociais como a exploração sexual e o abuso de drogas industrializadas, tornam-se, contraditoriamente, condições para acesso à saúde, à educação, ao emprego e ao saneamento (Idem).

Os processos de licenciamento e as audiências públicas, que deveriam ser mecanismos de participação e diálogo, são percebidos pelo IMOPEC como meras formalidades burocráticas. Um processo que desconsidera a voz e os direitos das comunidades afetadas, tratando-as como obstáculos a serem superados. Para a revista, ao serem submetidas a essa chantagem, as comunidades são pressionadas a aceitarem as decisões impostas, resultando na fragmentação e divisão de seus direitos, criando um ambiente de desigualdade de poder, onde as vozes e necessidades das comunidades são negligenciadas em favor dos interesses econômicos e políticos envolvidos. As consequências desses projetos são profundas e contraditórias. A perda da terra, a contaminação ambiental³⁹ e os riscos à saúde pública são destacados pelo Instituto como consequências inevitáveis.

Podemos inferir ainda que o agravamento de problemas sociais, relacionados a exploração sexual e o abuso de drogas industrializadas, surgem como consequência direta desses projetos. Nesse intento, observamos uma dinâmica preocupante no processo de desenvolvimento: em vez de investir na garantia de condições adequadas para a dignidade nas comunidades afetadas, observa-se o uso das fragilidades, ausências e vulnerabilidades históricas dessas populações para perpetuar injustiças, desigualdades e sofrimentos.

Por outro lado, dentre as respostas às denúncias e às legítimas insurgências dos prejudicados, está a sua criminalização e a banalização dos crimes contra os militantes que, de defensores dos direitos, passam a ser interpretados na força da lei como vândalos, perigosos à ordem pública (Propostas Alternativas, 2014, p. 08).

A revista Propostas Alternativas apontou para a criminalização e a banalização dos crimes contra aqueles que denunciam e se insurgem contra essas injustiças. Os militantes

³⁹ Essa discussão voltou a fazer parte da história recente de nosso país, quando no ano de 2018, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, representante do governo de ultra direita Jair Bolsonaro, defendeu a exploração “capitalista” da Amazônia, a regularização de áreas griladas, inclusive na Amazônia, em benefício do agronegócio, da mineração e garimpo ilegal e invasão de terras indígenas. Tendo em vista que o Brasil detém a maior floresta tropical, a savana mais rica e a maior biodiversidade do planeta, a política de Ricardo Salles aumentou o desmatamento, batendo recordes; além de incêndios florestais; aliança com madeireiros ilegais; desmonte da fiscalização, bem como, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o negacionismo climático, dentre tantos outros. O ministro através de suas ações desmedidas tornou-se uma ameaça global e inimigo do meio ambiente. Saber mais em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-23/investigado-ricardo-salles-deixa-comando-do-meio-ambiente-em-meio-a-desmatamento-recorde.html> acessado em 01/11/2023.

que defendem os direitos das comunidades são frequentemente interpretados como vândalos perigosos à ordem pública, criminalizando suas ações de resistência e luta por justiça, ou seja, os defensores dos direitos sociais são estigmatizados e tratados como ameaças à ordem, enquanto aqueles que perpetuam as injustiças são protegidos e beneficiados pelas estruturas de poder.

Para reverter esse quadro, o Instituto buscou garantir a dignidade e os direitos das pessoas nos processos de desenvolvimento, através por meio de processos de valorização e promoção da participação efetiva dos sujeitos nas decisões que afetam suas vidas, garantindo seu acesso à justiça e proteção contra a criminalização injusta.

Nesse contexto, se tem uma coisa que devemos legitimar, respeitar, admirar e acolher, é a capacidade criativa, organizativa e solidária das lutas ambientalistas no Ceará. Sem recursos, com baixa legitimidade e apoio dos poderes públicos, pouco reconhecimento da maioria da sociedade, os grupos locais, as organizações da sociedade civil, as pastorais sociais, os intelectuais militantes, setores acadêmicos, servidores públicos engajados, e, vez ou outra, o Ministério Público, os movimentos ambientalistas vão abrindo caminho, se anunciando como sujeitos, denunciando violências, aprofundando reflexões, construindo sinergias e mobilizando solidariedade (Propostas Alternativas, 2014, p. 09).

No contexto apresentado, o IMOPEC destacou a importância de legitimar, respeitar, admirar e acolher a capacidade criativa, organizativa e solidária dos movimentos no Ceará. Esses movimentos enfrentam diversos desafios, como a falta de recursos, baixa legitimidade e apoio dos poderes públicos, além do pouco reconhecimento por parte da maioria da sociedade. No entanto, eles continuam perseverando e desempenhando um papel fundamental na defesa do meio ambiente.

Apesar das limitações e dos obstáculos enfrentados, os movimentos sociais, continuam abrindo caminho em direção à conscientização e à ação. Eles se afirmam como sujeitos ativos em suas lutas, denunciando as violências ambientais, aprofundando reflexões, construindo parcerias e mobilizando as pessoas em torno de sua causa. Frente a esta contextualização, afirmamos que a atuação desses movimentos foi e é crucial para despertar a consciência da sociedade em relação à importância da preservação e para pressionar por mudanças políticas e práticas sustentáveis. Assim:

Nesse percurso, não se busca somente conscientização da sociedade, mas também a incidência nos espaços de decisões e nos significados de cidadania, de democracia, de problemas comuns, do que é natureza, de como estamos e nos relacionamos com ela. Portanto, não se trata, como alguns querem supor, de um culto ao verde, mas de uma profunda consciência sobre as necessidades de transformação e sobre a razoabilidade de construirmos caminhos que possibilitem a construção do bem comum, que, na contramão do desenvolvimento econômico, implica em participação

e partilha. Tampouco se trata de meras perspectivas românticas, mas, sobretudo, de posicionamento ético e político frente ao mundo, à vida e à existência. Portanto, nada mais realista (Propostas Alternativas, 2014, p. 09).

O IMOPEC ressaltou nessa fala que o trabalho dos movimentos ambientalistas não se trata “de um culto ao verde”, mas sim de uma profunda consciência sobre a necessidade de transformação e da construção de caminhos que possibilitem a construção do bem comum. Nessa perspectiva, a experiência educativa organizada pela instituição desempenhou um papel necessário e urgente ao oferecer ferramentas para que os indivíduos compreendessem os fundamentos da cidadania e da democracia, e a maneira em que esses conceitos se relacionam com questões ambientais e o bem-estar coletivo.

Desse modo, paralelamente a essa busca por maior democracia e direitos, também se manifestaram contestações vigorosas contra as consequências da globalização neoliberal. A adoção dessas medidas, promovendo a liberalização dos mercados e a redução do papel do Estado na economia, trouxe efeitos controversos. Muito se argumentou que essas políticas exacerbaram os desafios socioeconômicos já existentes, agravando o desemprego, o empobrecimento e a desigualdade social em várias nações latino-americanas.

Além disso, a globalização neoliberal trouxe preocupações ambientais e conflitos territoriais à tona. A exploração intensificada dos recursos naturais levou à manipulação ambiental, levantando questões sobre a sustentabilidade e o impacto a longo prazo. Conflitos envolvendo a posse da terra e a gestão da água também emergiram, destacando a interseção complexa entre a exploração econômica, os direitos das comunidades locais e a preservação dos ecossistemas.

Nesse contexto, diversos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativistas se levantaram como vozes ativas na defesa dos direitos humanos, na promoção da justiça social e na busca por alternativas a política econômica neoliberal. Eles desempenharam um papel fundamental ao chamar a atenção para as lacunas nas políticas inovadoras e ao reivindicar uma abordagem inclusiva e sustentável para o desenvolvimento.

O início dos anos 2000 na América Latina foi uma época de efervescência política, social e econômica, caracterizada pela dualidade entre a busca pela democracia e a consolidação dos direitos, por um lado, e os desafios decorrentes das políticas neoliberais e da globalização, por outro. Essa complexidade gerou um terreno fértil para debates, ações coletivas e redefinições das agendas sociais em todo país.

Através dos movimentos sociais, foi possível desenvolver uma análise crítica desses discursos, questionando a lógica do desenvolvimentismo e seus efeitos sobre as

comunidades, o meio ambiente e as desigualdades sociais. Sendo assim, o IMOPEC, provoca uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento adotado no país, questionando as narrativas dominantes que exaltam o progresso econômico sem considerar os impactos sociais, ambientais e culturais. Para tal, esses debates se tornam relevantes para promover a compreensão dos discursos e a conscientização sobre as contradições presentes nesse contexto.

Do mesmo modo, as remoções forçadas de comunidades pobres e negras para as obras da Copa e a pressão sobre o território do Povo Tapeba para se construir uma refinaria da Petrobras na região do Porto do Pecém, são exemplos das escolhas do Governo do Estado. Já no poder Legislativo, o estardalhaço que os parlamentares cearenses têm feito em torno da Refinaria Premium II, chega a ser cômico, se não fosse trágico, pelo alto nível de banalização e invisibilização, junto à população, de todos os impactos sociais e ambientais fartamente reconhecidos e denunciados pelas populações que já experimentaram esse processo nos seus territórios (Propostas Alternativas, 2014, p. 09).

Esses exemplos revelam as consequências de decisões políticas tomadas sem considerar os impactos sociais e ambientais sobre as comunidades afetadas. A revista apontou para a falta de sensibilidade por parte do Governo do Estado ao ignorar os impactos negativos dessas obras sobre as populações locais. Nos alertou também para a necessidade de uma maior transparência, responsabilidade e prestação de contas por parte dos governantes e legisladores em relação às decisões que afetam diretamente as comunidades e o meio ambiente.

Aqui vale pontuar que as pessoas, individualmente, a sociedade e os poderes públicos precisam compreender que quando não podem caminhar pelas ruas sob o risco da violência, é porque de alguém foi tirado alguma coisa, em muitos casos, a própria dignidade. Porém, não é construindo presídios, reduzindo a maioridade penal ou promovendo a internação compulsória dos dependentes químicos, ou, ainda, promovendo e sendo condescendente com a violência policial que se vai resolver seus problemas e nem tampouco os problemas sociais e a violência dos oprimidos. Aliás, é mister reconhecer que a violência dos oprimidos é, em enorme medida, os efeitos das violências dos opressores. Por outro lado, a cidadania, interpretada como mera possibilidade de consumo num modelo incapaz de incluir a população, gera um lumpesinato no campo e na cidade, criminalizado e alvejado pela iniciativa reacionária e conservadora que contra-ataca, mediante violência nazifascista, as insuficientes conquistas de direitos (Propostas Alternativas, 2014, p. 10).

Este fragmento da Propostas Alternativas nos chamou atenção por vários motivos. Primeiro, de não tratarmos a violência como um ato isolado, mas de a percebermos a partir de uma ocorrência à privação de algo fundamental, como a dignidade, ou seja, a violência é uma manifestação das condições sociais precárias em que muitos indivíduos se encontram, especialmente os oprimidos e marginalizados. O escrito da revista é uma chamada à

compreensão de que a violência não surge do nada, mas é alimentada por uma série de fatores sociais, econômicos e políticos.

Segundo, acrescenta-se ainda que a construção de presídios, a redução da maioria penal e a internação compulsória de dependentes químicos, não são soluções eficazes para a violência e os problemas sociais. Essas medidas tendem a ser reativas e exacerbam os problemas ao invés de resolvê-los. Em vez disso, elas podem perpetuar ciclos de violência e marginalização.

Terceiro, o Instituto critica a ideia de cidadania reduzida a mera capacidade de consumo em um modelo econômico que exclui grande parte da população. Essa perspectiva de cidadania fragmentada contribui para a marginalização social e econômica, criando indivíduos à margem da sociedade. Esses grupos enfrentam frequentemente criminalização e violência por parte de forças reacionárias e conservadoras.

E, por último, a revista apontou que a violência dos oprimidos resulta da violência imposta pelos opressores, ou seja, é necessário considerarmos as raízes estruturais da violência e em vez de simplesmente culpar as vítimas. Assim, se fazia e se faz urgente uma compreensão mais aprofundada das causas subjacentes à violência e os problemas sociais, por meio de perspectiva crítica e que se proponha as questões das desigualdades sistêmicas que alimentam a violência e a marginalização⁴⁰.

A Revista Proposta Alternativas fez o seguinte questionamento: “resta nos perguntar se é do interesse da sociedade dizimar comunidades, destruir os ecossistemas, violentar mulheres e crianças, vulnerabilizar jovens, adultos e idosos, exterminar índios e negros para produzir sua felicidade, e se é justo que, para se garantir melhorias para uns, se violente tantos outros e outras” (Propostas Alternativas, 2014, p. 10).

O Instituto se pronunciava cumpridor de seu papel fundamental na construção e afirmação do protagonismo político dos movimentos sociais, partilhando das lutas e apoiando a resistência das comunidades empobrecidas no Ceará. Também se dizia contra todos os que quiseram tornar-se delas (da memória e da cultura) senhores do esquecimento, apoderando-se e controlando a memória coletiva, instrumento de libertação dos povos (Propostas

⁴⁰ A partir dessa questão vale lembrarmos o avanço do neonazismo no Brasil nos últimos anos, particularmente desde as eleições presidenciais de 2018. Um mapa elaborado pela antropóloga Adriana Dias, estudiosa do tema desde 2002, apontou que as células de grupos neonazistas cresceram 270,6% no Brasil entre janeiro de 2019 e maio de 2021. Além disso, se espalharam por todas as regiões do país, impulsionadas pelos discursos de ódio e extremistas contra as minorias representativas, amparados pela falta de punição. Ver mais em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista> acessado em 10/11/2023.

Alternativas, 2010, p. 20). Com isso, renovava a cada ano o propósito inicial, firmado em 1988, de lutar por um meio ambiente saudável e pelo “resgate”, preservação e difusão da cultura cearense.

Aliada à questão da memória é necessário abordar a cultura, sobretudo, no que diz respeito às identidades culturais. É raro um movimento social com apelo somente à questão de classe. Noções e identidades como populares, negros, indígenas, feministas, favelados(as) e camponeses foram incorporados como frutos de movimentos da diferença... quem trabalha com as diferenças não pode esquecer, por sua vez, que diversidade está ligada a desigualdade e, portanto, não faz sentido abandonar o discurso da classe social, da crítica política e de um projeto de sociedade (Raízes, 2006, pp. 05-06).

O boletim, acentua para a importância de percebemos que a luta pela igualdade social não pode ser limitada apenas às questões de classe. A pobreza e a desigualdade econômica são problemas críticos que precisam ser enfrentados, mas a justiça social vai além disso. Ela também envolve a garantia dos direitos a serem conquistados por todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual ou religião. Trabalhar com as diferenças requer o reconhecimento das múltiplas dimensões de opressão que algumas pessoas enfrentam. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar questões de gênero ligadas ao racismo e desigualdade econômica simultaneamente, tornando sua experiência de injustiça única e complexa.

Dando continuidade à discussão, o Raízes pontuou importantes reflexões sobre a questão ambiental, o descaso dos governantes em relação à temática e a tentativa destes em mascarar um agravante tão sério e perverso, principalmente em áreas pobres do Brasil. O título do boletim “A prosperidade da ilha da fantasia” é atinente ao modo como o governo do Ceará tentava mostrar a imagem do Estado. Para desconstruir essa visão, o Raízes expõe dados pertinentes quanto aos números da situação em que se encontrava os mais pobres, em relação ao desemprego, a prostituição, o saneamento básico, dentre outros. Como era um ano eleitoral, o IMOPEC, lembrava que sua proposta residia na “conquista da sociedade civil, de nossos direitos de cidadãos. É importante que sejam criados mecanismos que apontem nessa direção, não esperando pelos poderes constituídos, falidos e distanciados dos reais problemas da população” (Raízes, 1992, n. 02, p. 03). Nesse sentido, o Instituto traz mais uma vez a importância da articulação dos grupos, das forças trabalhadoras e alternativas de resistência em comunidade.

O comunitário está na raiz do povo cearense, ainda hoje na sua imensa maioria pobre e despossuído. Comunitário continua sendo o segredo da resistência e da

sobrevivência. O comunitário é a chave de leitura para entender o passado e mudar a história. E só os pobres, numa perspectiva comunitária e solidária, conseguem mudar a história e redescobrir os valores, a sua identidade e o amor à sua cultura (Raízes, 1992, n. 02, p. 03).

O Raízes ressaltou a importância da participação ativa e coletiva na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a valorização do comunitário, do chamado para fortalecer os laços sociais e a solidariedade entre os grupos, tornando-os protagonistas de sua própria história e atuantes na luta por uma sociedade mais inclusiva e humana. O Instituto nos chamou atenção para o aprendizado político que se faz nas ações coletivas, no diálogo e na soma de forças como meio de transformar a realidade vivida, a história e o sentimento de pertencimento. É no comunitário, que a luta se faz, “na participação política, na construção das casas, na organização da festa e na promoção da romaria. O comunitário é símbolo de vida, de força e resistência” (Idem, p. 03).

A revista Propostas Alternativas dedicou seu segundo número para tratar “A face excludente do Governo Ciro Gomes”, neste exemplar, o IMOPEC traz uma série de artigos com problemáticas diversas notadamente enfrentadas pelas populações mais pobres. A revista buscou enfatizar o outro lado que a mídia ou o governo não tinham a intenção de revelar, o que se denominou de “face excludente”, evidenciada em 14 textos. São eles: o primeiro artigo de Marinaldo Clementino Braga, com o título “Os dilemas da social democracia tupiniquim”, debate os dilemas da social democracia de ocasião dos ideólogos do PSDB. O segundo artigo de Roberto Smith e Aécio Alves de Oliveira tratam “O ajustamento do setor público do Ceará”, na qual, esclarecem as circunstâncias sob as quais o governo do Ceará imprimiu o ajuste financeiro de 1987.

O terceiro texto de Glória Diógenes, “Ciro Gomes: imagens em movimento”, a autora traça a imagem política de Ciro Gomes a partir de documentos do governo, entrevistas e matérias de jornais. José Antônio Lemenhe e José Borzacchiello da Silva, no quarto capítulo da revista, falam das “Intervenções da gestão Ciro Gomes no meio urbano”, analisam serviços e obras públicas de grande impacto implementados em Fortaleza por Ciro Gomes. Eudoro Santana, no sexto artigo “O governo Ciro e a questão agrária”, destacou que para transformar o quadro de miséria existente no Ceará o governo deveria associar os fatores terra e água tendo em vista o desenvolvimento rural, o que não se constata na administração de Ciro Gomes, que dispensou 4% do orçamento do Estado para a agropecuária.

O sétimo artigo de Sylvia Porto Alegre, “Terras indígenas no Ceará: Reconhecimento oficial”, trata do processo de demarcação e reconhecimento oficial de terras

indígenas no Ceará. O oitavo texto de Artur Bruno e Célia Guabiraba, “Política cultural: exclusão ou participação?”, os autores apresentam fatos e dados que refletem a política cultural excludente do governo Ciro Gomes. O nono artigo de Rosa Maria Ferreira da Fonseca, “A demagogia da “Revolução de uma Geração””, identifica e analisa os principais vícios do projeto intitulado “Escola pública – a Revolução de uma Geração”, implantado pelo governo Ciro Gomes.

No décimo texto de Ângela Pinheiro, “A criança e o adolescente no Ceará: uma análise crítica”. Ângela, analisa criticamente a situação das crianças e adolescentes no Ceará, durante o governo Ciro Gomes, o índice de indigência é de, aproximadamente, o dobro do Brasil. Já o texto de Elza Franco Braga, “Habitação popular: ambiguidades no processo de participação”, enfoca a problemática da habitação popular em Fortaleza, um terço da população vive em assentamento “irregulares”, desmascarando o Banco de terra Urbana”. O décimo segundo texto de Sara Maria Cavalcante Barroso, Terezinha Braga Monte e Caroline da Cunha Correia Lima, “O jogo macabro da saúde”, as pesquisadoras apresentam dados sobre o setor de saúde no Ceará, nos anos 90, enfocando especialmente a mortalidade infantil.

No texto seguinte de Sérgio Novaes, “Saneamento: onde começa a cidadania”, avalia a trajetória do saneamento básico na capital e no interior do Ceará. O último texto de Maria Geralda de Almeida, “O avesso da política ambiental estadual?”, a partir da apresentação do índice de casos de cólera no Ceará, durante o governo de Ciro Gomes, a autora analisa o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará – PRODETURIS, demonstrando a fragilidade do discurso oficial.

A crítica ao governo não se deu apenas nesse exemplar da revista, talvez tenha sido o posicionamento mais contundente, devido perpassar uma edição inteira. Entretanto, no boletim Raízes e demais números da revista sua posição aos ditames da política e agravos com as populações empobrecidas perpassam todas as publicações do IMOPEC, que via nos “mudancistas” os interesses de pequenos grupos se sobressaindo aos interesses da maioria da sociedade. Por sua vez, o IMOPEC escrevia para além dos discursos e das estatísticas das mídias, imbuídos de estratégias de mobilização e ações coletivas.

Teve uma fase em que a gente tomou posições difíceis de serem tomadas, quando a gente se colocou numa análise mais crítica à toda proposta do Governo do Estado a partir da Federação da indústria, a partir do Centro Industrial do Ceará, aquela ascensão dos empresários ao governo do Estado. Quando a gente emite uma análise contrária a isso, ou questiona isso, você passa a ser muito visado, ou quando a gente publicou o segundo caderno “A face excludente do governo Ciro Gomes”, aquilo também nos rendeu muita crítica. A ideia é super válida, claro que precisa de

estrutura (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Quando Antônio José se refere a estrutura, está querendo dizer que por trás da análise crítica levantada ao governo tem um conjunto de pesquisas, de referenciais teórico/metodológicos que dão suporte a escrita, não é uma posição infundada, ou baseada em achismos. “A face excludente do governo Ciro Gomes” diz muito dos anseios e necessidades da população, ao mesmo tempo, expressa o lugar de fala do Instituto, das reivindicações impressas narradas por diferentes olhares. Mas, comuns no que refere aos enfrentamentos. Dedicar todo exemplar da revista a crítica ao governo foi um passo “ousado” e corajoso do IMOPEC, que usava do espaço alternativo para inteirar o leitor e construir interrogações que a grande mídia não trazia.

O material publicizado tocou os leitores e de alguma forma o poder público, que puderam sentir a luta política que estava em construção, um projeto que articulava mobilização e organização dos grupos em diferentes recantos do Estado do Ceará. O Instituto experienciou uma ampla proposta de transformação social da realidade local que só fazia sentido com o engajamento das pessoas na luta por melhores condições de sobrevivência e participação nas políticas e ações do governo. Para a empreitada foram muitos os embates e enfrentamentos nutridos de um desejo maior, uma sociedade economicamente justa, o meio ambiente preservado e as pessoas conscientes de seus papéis na sociedade. O Instituto desenvolveu sua pedagogia educativa junto as experiências populares, numa reflexão crítica apoiada com base na fundamentação teórica que defende que os conhecimentos políticos se ampliam à medida que novas dinâmicas são redefinidas e “novos personagens” entram em cena, como nos apresenta Eder Sader (1988).

3 O ESPAÇO FORMATIVO DO IMOPEC: SABERES HISTÓRICOS E FORMAÇÃO POLÍTICA

Ao longo da elaboração desta tese, tivemos a oportunidade de mergulhar em diversas experiências educativas organizadas e desenvolvidas pelo Instituto. A primeira experiência escolhida por nós, foram as produções por meio da escrita e de sua preservação pelo próprio IMOPEC, o que não significa que seja menos ou mais importante que as outras. Pelo contrário, essa seleção representa as escolhas que os pesquisadores fazem ao longo da jornada de escrita acadêmica. É importante enfatizarmos que a sequência de experiências educativas pelas quais surgiram durante a escrita é uma representação do compromisso do IMOPEC em produzir conhecimentos e preservar memórias. Cada uma dessas experiências acrescentou uma camada de compreensão sobre o impacto da instituição e a maneira como ela desempenhou um papel importante na educação, na preservação e na narrativa histórica do Ceará.

Um marco significativo nesse sentido foram as produções e a criação do Centro de Documentação do IMOPEC, o CEDOC, em 1998. Nesse sentido, discutimos no capítulo o papel do Centro de Documentação enquanto espaço formativo e o material por ele preservado.

3.1 “Preservar a História para resistir”: a história do Ceará a partir das publicações do IMOPEC

Nesse tópico, mostramos como o grupo se articulou para discussão de temas tão caros ao momento em que estavam vivendo na História do Ceará e do país, destacando as principais pautas publicadas e suas relações com parceiros de lutas. Pois, mesmo o Instituto tendo características próprias, se situavam em um contexto mais amplo enquanto militância, sendo positivas e necessárias as trocas de experiências entre grupos e o diálogo com diversos agentes. Lembramos que não esgotamos ou abarcamos tudo quanto foi produzido e publicizado pelo IMOPEC, tendo em vista, nossa limitação enquanto pesquisadores e os recortes pretendidos no texto.

A análise da materialidade das fontes tornou-se possível a partir do inventário destas e da base teórica metodológica, para então, conseguirmos entender as relações estabelecidas e a força do material para história do Ceará, expressas nas muitas formas de resistências alternativas ao modelo vivenciados pelos indivíduos no campo da vida social.

Raymond Williams (1979), nos ajudou com o debate em relação às linguagens produzidas no social, da importância de se problematizar a historicidade das ações e expressões forjadas na dinâmica das relações sociais. Ao estudar a imprensa popular na Inglaterra, Williams nos incitou ao questionamento da produção das fontes, dos interesses e da conjuntura política ao qual os atores sociais estavam vivenciando.

A História do Ceará contada pelo IMOPEC colocou em relevo a história dos movimentos sociais em suas lutas contra as diversas formas de opressão e desigualdades, tramas evidenciadas desde o processo de colonização que são (re)atualizadas com novos personagens e roupagens. Neste sentido, a História do Ceará, escrita pelo Instituto, transitou por uma diversidade de temas, em especial, aquelas não apresentadas na dita história oficial. Mas na chamada “história vista de baixo”, um olhar voltado para um Ceará plural. Para essa discussão, questionamos: Quem eram os autores dos escritos publicados pelo IMOPEC? De qual lugar social falavam? Quem eram seus atores sociais?

Identificamos a partir das entrevistas e do material coletado que os textos eram publicados por membros dos movimentos sociais; de comunidades, associações e pesquisadores de várias áreas de conhecimento, ligados a universidade ou não. Mesmo algumas escritas vindas de um lugar institucional como a universidade, obedeciam a regras de produção diferenciadas, a luz de critérios e formas de dizer não estereotipadas, não encontradas nas mídias, nos livros didáticos e nos livros de história tradicional.

Esses autores vinham de correntes conectadas ao materialismo histórico, a nova história social e cultural. Incluindo as pessoas que escreviam e não tinham formação acadêmica, foi possível inferirmos suas relações com a luta de classe e protagonismo dos movimentos sociais dentro de suas comunidades e bairros, sendo possível percebermos suas afinidades históricas e a luta travada com a memória instituída.

A escrita do IMOPEC contemplou no centro de suas investigações atores sociais, antes esquecidos e relegados pelos processos historiográficos cristalizados: a mulher, o indígena, o negro, os agricultores, artesãos, vendedores ambulantes, pequenos produtores rurais e urbanos, dentre tantas outras temáticas que estavam no bojo dessas discussões. Ressaltamos que esses documentos têm uma grande importância histórica na mobilização de seus leitores, na formação política, na consciência histórica, nos processos de valorização das identidades e na construção da cidadania. Para escrita desse material muitos agentes foram envolvidos na busca por estratégias de intervenção dos problemas sociais.

Desde a sua institucionalização em 1988, o IMOPEC passou a produzir fontes, tais como: folder, cartazes, fotografias, relatórios, documentários, boletins e revistas.

Destacaram-se duas produções: o boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas, publicações que nasceram em 1992 e foram utilizados pelo IMOPEC para divulgação de suas atividades e lutas. O boletim é pensado com a intenção de provocar e aprofundar a discussão a respeito das raízes históricas e sociais dos cearenses, bem como, “resgatar” variados formatos de resistência na luta social, ambiental e cultural. O boletim foi lançado no dia 10 de março de 1992, “um momento muito significativo para todos do IMOPEC, pois vimos concretizado um antigo sonho: a publicação de um periódico que trate da história, da memória e dos problemas atuais do Ceará” (Raízes, 1992, n. 02, p. 02).

Anterior ao boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas, as principais ferramentas de escrita do IMOPEC eram os Relatórios de Atividades anuais ou semestrais, os folders – dentre eles, um que se chamava de “Mão em mão”, vídeos, cartilhas, etc. Os relatórios apresentavam as ações do grupo durante o ano todo. O material dividia-se em tópicos e cada ponto tratava de uma atividade desempenhada pelo Instituto. Mesmo após o boletim e a revista os relatórios continuaram sendo publicados.

Por meio dos registros, o IMOPEC ia, de certo modo, promovendo o protagonismo dos sujeitos ao dar-lhes a oportunidade de contarem suas histórias e inseri-las na história do Ceará. Os debates propostos tinham a intenção de estimular os indivíduos a perceberem que a democracia não se constrói sem a participação efetiva das pessoas, mas na teia social. Além de enfatizar que quando o Estado é inoperante, abre espaço para o surgimento de organizações e movimentos que atuam em situações específicas, como, por exemplo, a promoção da igualdade de gênero, a redução do analfabetismo e da mortalidade infantil, a preservação do patrimônio cultural e ambiental, a assistência a pessoas em situação de rua, etc. Do mesmo modo, em sistemas governamentais representativos, os grupos não apenas respondem à ineficiência do governo, mas também à insatisfação dos representados diante do comportamento de seus representantes.

Essas ações eram abordadas nos boletins e demais produções do IMOPEC. Os boletins tem uma apresentação visual com imagens e textos, utilizando papel de qualidade e referências embasadas na bibliografia consultada. Na página inicial de cada boletim, era apresentada uma síntese sobre os temas em discussão. Na segunda página vem o nome das pessoas que compõem a gestão do Instituto, quem financiou a impressão dos exemplares e as notícias do IMOPEC. Cada boletim tem em média de oito a onze páginas, sempre chamando atenção para os problemas sociais, ambientais e políticos, conforme exemplificado na Figura 1.



Figura 1. Imagens do boletim Raízes, acervo pessoal, 2023.

O Raízes pela autodenominação de suas publicações se enquadra numa proposta de imprensa alternativa militante, insere-se numa proposta cuja presença no país ganhou destaque nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, os meios de comunicação ligados a organizações populares direcionaram seus esforços em defesa de grupos subalternizados. Conforme aponta Cassol (2010, p. 36), “diversos jornais identificados com a luta de classe aparecem irregularmente ao longo deste século”.

O boletim Raízes, enquanto imprensa alternativa militante “é um meio de comunicação com função libertadora e revolucionária” (Cassol, 2010, p. 37), ou seja, atua como um contraponto aos meios de comunicação convencionais, questionando narrativas estabelecidas e oferecendo perspectivas ausentes na mídia tradicional. Para os autores Berger (1989) e Peruzzo (1998), são os contextos políticos, sociais e históricos que dão significado as práticas de comunicação alternativa. Essas práticas se desenvolvem na mesma capacidade de articulação dos movimentos sociais em seu projeto alternativo de sociedade, que no Brasil tem início no período da redemocratização política, quando houve uma efervescência na comunicação alternativa. O boletim Raízes, discutiu as situações de opressão e, ao mesmo tempo, despertou nas pessoas que o liam, o sentimento de busca pela transformação. Nesse sentido,

a gente precisava ter uma publicação, evidente que a Célia carregava do tempo do Mutirão toda essa trajetória de você ler a notícia, decodificar, torná-la vamos dizer compreensível, do ponto de vista popular, esse era o papel que o Mutirão exercia. Então, o Raízes vem como uma ideia de como é que a gente faz para ter um espaço que a gente circule nossa análise, a nossa compreensão sobre as questões que levantamos sobre essa realidade, e que a imprensa não traz ou se traz, traz um viés da sua classe. Porque, claro, não vamos achar que o Diário do Nordeste e O Povo vão contrariar os seus interesses de classe, além de tudo, são empresas e como

empresas o capital tem mais valor. O Raízes, ele vem vamos dizer assim, nessa perspectiva de dar espaço, de dar voz, de ser essa voz, de ser uma leitura que você consegue fazer, só que era uma época em que as leituras elas animavam as lutas, ajudavam fazer as análises, mais o ritmo era outro (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 20/03/2021).

Antônio José, quando diz que o tempo era outro, está se referido as informações instantâneas que temos atualmente e os modos de produzir textos alternativos, sendo lançados em blogs, sites e páginas de redes sociais. A conjuntura midiática e tecnológica da década de 1990 e início dos anos 2000 não é a mesma que temos hoje, ainda muito na base do jornal impresso e de canais televisivos analógicos. Isso quer dizer que os modos de ir à luta se ressignificaram com os avanços da tecnologia e dos próprios movimentos sociais, o que não significa dizer que a luta tenha deixado de existir, ou que a sociedade não mais vivencia uma série de práticas racistas, sexistas, misóginas, etc.

É relevante atentarmos a atividade de “ler a notícia, decodificar, torná-la compreensível, do ponto de vista popular”, segundo Antônio José, essa era uma experiência que a Célia Guabiraba trazia do Jornal Mutirão, veículo de comunicação alternativo anterior ao IMOPEC que sofreu perseguições pela ditadura militar. O Mutirão, exercia a função de interpretação e comunicação, contribuindo para animar as lutas sociais da época, fornecendo análises críticas e incentivando a participação ativa das pessoas. No entanto, com o Raízes, surgiu uma nova perspectiva que visava ir além dessa atuação pontual, tornando-se um espaço contínuo de reflexão, informação e engajamento com as questões sociais.

Desse modo, o Raízes procurava maneiras de desenvolver uma linguagem acessível no modo de entendimento das palavras, mas, ao mesmo tempo, uma escrita com teor consistente, bem elaborada e com material de qualidade. Era um espaço aberto de e para manifestação das pessoas.

Diante da diversidade de temas e da variedade dos materiais, evidenciamos os principais pontos tratados pelos 64 números do boletim Raízes, nosso procedimento de análise privilegiou o uso de quadros, os quais foram mapeados a cada dois anos a partir da especificação numérica do Instituto. O IMOPEC intentava publicizar quatro números do boletim por ano em uma tiragem de 1500 exemplares. No entanto, quando o apoio financeiro das instituições parceiras acabava não tinha dinheiro para publicação, limitando a produção dos quatro números. Na figura 2, é possível observarmos o cupom de assinatura do Raízes, que expressava as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Instituto. Mesmo em meio as dificuldades, caso o sócio não pudesse contribuir com o valor da assinatura, o IMOPEC, continuaria a remeter o boletim se assim fosse do interesse do destinatário.

Fortaleza, 11 de maio de 1992

Prezado(a) amigo(a)

Estamos enfrentando dificuldades financeiras para continuarmos publicando o Boletim RAÍZES. Por isso, abrimos o expediente de assinaturas, que objetiva angariar contribuições para que o mesmo tenha sua publicação e periodicidade garantidos. Caso suas condições não lhe permitam contribuir conosco, no momento, não há problema. Continuaremos a lhe enviar o Boletim, se for de seu interesse.

Atenciosamente,

A Equipe do IMOPEC

CUPOM DE ASSINATURA

Nome completo: _____

Endereço completo: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Fone: _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____

Grupo ou Entidade a que está ligado: _____

Sugestões apresentadas ao Boletim: _____

Preço da Assinatura: 15.000, Assinat. Apoio: 20.000,

Forma de pagamento: cheque nominal ou vale postal para o IMOPEC

Data: _____ de _____ 19 ____

(Cidade)

Assinatura: _____

Figura 2. Cupom de assinatura do Boletim Raízes, acervo pessoal, 2023.

A falta de recursos financeiros é uma realidade comum enfrentada por muitas organizações e projetos de cunho social e cultural. Essa limitação impacta na capacidade de alcançar um público maior e de sustentar a continuidade das atividades. O cupom ainda destinava espaço para os dados pessoais e sugestões para os próximos números do boletim.

Antônio José, em entrevista, continuou a pontuar sobre a falta de recursos financeiros para uma tiragem maior do Raízes, ocasionada pelo número reduzido de assinantes pagantes. “O Raízes era o principal meio de espalhar as notícias do IMOPEC. Imagina a luta para manter um boletim daquele, com bem pouquinha gente assinando e pagando” (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

No entanto, mesmo diante dessas restrições, o IMOPEC utilizou formas e estratégias dos movimentos sociais sobre a adesão e comunicação para compartilhar suas publicações. A conversa entre os membros da organização era fundamental para decidir quais endereços seriam destinados o envio do boletim. “A gente conversava e onde achava interessante mandava, “vamos mandar para tal endereço, vamos”, “coloque o nome e um

envelope e despache” e as pessoas iam tomando conhecimento, e as pessoas iam se espalhando e ocupando outros lugares e levando a ideia (Idem). O processo de envio individualizado, com o nome do destinatário e um envelope, tornava a comunicação mais próxima, criando uma conexão entre a organização e seus leitores. Dessa maneira, o Instituto levava o boletim para outros lugares e cada vez mais, outras pessoas tinham acesso e divulgavam a experiência do IMOPEC. As informações do boletim chegavam impressas, mas também eram transmitidas no boca a boca, na leitura em voz alta, na formação de grupos e rodas de conversa.

Quando havia necessidade de um tema ser melhor explorado, era publicado um número extra do boletim. Enumeramos, a partir das temáticas do boletim, sete eixos de atuação propostas nas edições do Raízes, são elas: Cultura Popular; Gênero; Comunidades Indígenas e Negras; Patrimônio Cultural e memória; Política; Educação e Meio Ambiente. Tais linhas estão conectadas com a proposta do boletim, cuja premissa é provocar o debate e o aprofundamento de questões significativas para o movimento popular do Ceará. Nessa empreitada, os modos de organização e articulação dos diversos agentes históricos se fizeram presente, seus espaços de mobilização e manifestação, na busca por melhores condições de trabalho, saúde, moradia, educação, dentre outros.

O eixo Cultura Popular nos convidou a pensarmos a respeito da cultura no Brasil e o grau de consciência política dos governantes em relação ao tema. De igual maneira, as práticas de preservação dos nossos bens culturais, sejam materiais ou imateriais, e o sentimento de pertencimento a esses bens, nos convoca a reflexão da omissão das autoridades governamentais que vendem nossos territórios e desconsideram a diversidade cultural.

Na discussão de gênero, o IMOPEC lançou questionamentos sobre as contradições existentes entre mulheres e homens no Ceará e delimitou seus horizontes políticos para o enfrentamento das desigualdades de gênero e suas diversas implicações na sociedade. Isso convida-nos ao aprofundamento de questões ligadas aos novos espaços e sujeitos que constroem os processos transformadores da realidade social.

No eixo Comunidades Indígenas e Negras, o IMOPEC discutiu questões significativas relacionadas ao silenciamento das trajetórias dos povos indígenas e negros no Ceará. Colocou em discussão as diferenças étnicas da população do Estado e como os movimentos negro e indígena vem se articulando e se constituindo em diferentes regiões do Ceará. O IMOPEC buscou desconstruir o processo de invisibilidade do século XIX em que “as elites pensantes do Ceará, decretaram a não existência de índios em nosso território e apressaram-se também em sedimentar o mito da quase não existência de negros” (Raízes,

1995, n. 13, p. 01). O boletim nos chamou atenção para o desafio de fortalecer as lutas das populações negras e indígenas, enquanto incita todos a redesenharem a atuação social na defesa da dignidade humana, nos embates pela preservação do patrimônio cultural dessas comunidades que resistem e mantêm a memória dos seus antepassados e enfrentamentos pelos direitos que lhes foram roubados.

Na linha Patrimônio Cultural e memória, o Raízes explorou várias frentes, destacando-se o “patrimônio ameaçado” de Jaguaribara e sua importância para a preservação da memória e da identidade daquele povo. Além disso, o boletim acentuou sobre a criação do curso de formação à distância, que desencadeou ações de preservação dos patrimônios material, imaterial e natural, junto aos diversos grupos. Os temas do patrimônio e da memória são os mais evidenciados no boletim, chamando atenção para o registro, valorização e preservação dos patrimônios cultural e ambiental. O boletim tratou da diversidade de acordos, conflitos, interesses e tensões sociais e econômicas nas questões da preservação e dos constructos da memória.

Sobre Política, o boletim expressou o cenário sócio-político vivido no país e o modo que isso reverberou no Estado do Ceará. Tratou da luta dos trabalhadores por melhores condições de exercerem seu ofício; dos processos de mobilizações; das disputas partidárias estaduais e nacionais; do desfavorecimento das classes populares nas políticas governamentais e da política enquanto espaço de resistência, luta e tensões sociais.

A Educação é um tema recorrente nos números do Raízes, em especial a luta pela escola pública de qualidade, do acesso e da permanência. O Instituto contradisse os dados expostos pelo governo e evidenciou a maneira que a lógica neoliberal adentrou no sistema educacional, desqualificando o serviço público e tornando a educação como mercadoria. O IMOPEC propôs uma reflexão a partir de concepções pedagógicas e das políticas educacionais com a finalidade de pensar o neoliberalismo e seus impactos na fragmentação da ciência e o repasse de funções ao sistema privado, ocasionando processos de exclusão e tornando a educação moeda empresarial. A educação também é apresentada mediante experiências extraescolares, a educação que se faz para e nos movimentos sociais, numa pedagogia voltada à reflexão crítica e a tomada de consciência social.

No eixo Meio Ambiente, o Raízes levantou problemáticas que afetaram e afetam os espaços urbano e rural e da necessidade dos movimentos e entidades questionarem o processo econômico e político da exploração e da degradação dos recursos naturais e do homem, bem como, buscarem a melhoria da qualidade de vida. Esboçou a respeito da importância de os movimentos agirem na construção de uma sociedade ecologicamente

viável, por meio do resgate da função social da natureza e da busca por uma sociedade justa e economicamente possível.

Todos esses eixos cruzam entre si, tendo como linha norteadora a mobilização dos muitos sujeitos na compreensão de si e dos outros, de uma experiência educativa voltada à consciência política, de gênero, do meio ambiente, da memória, da preservação e acima de tudo consciente do papel da organização do grupo na luta por direitos. Os sujeitos centrais da experiência do IMOPEC são todos os que vivem as contradições da sociedade moderna industrial e capitalista, “que expropria e contamina os territórios e a biodiversidade, invasora das soberanias dos povos, de seus modos de vida e trabalho” (Propostas Alternativas, 2014, p. 07).

O Raízes em seus números iniciais fez um balanço das linhas de trabalho que a instituição privilegiou desde sua fundação. As pautas se voltaram para a identificação dos modelos de organização popular; do apoio à luta pela terra e a defesa do meio ambiente; e a tentativa de recuperação e preservação da memória dos movimentos populares no Ceará. Inicialmente fez um balanço das eleições municipais de 1988, através de debates e entrevistas com candidatos aos poderes legislativo e executivo.

No primeiro ano de Raízes, as atividades se pautaram em questões políticas, sendo continuadas no ano seguinte. Contudo, a partir de 1989 o Instituto se voltou principalmente para as questões ligadas a construção da Barragem do Castanhão. O documentário “Castanhão, a resistência de um povo”, demandou uma série de visitas e reuniões no município de Jaguaribara. Na qual alguns moradores puderam expressar seus medos, resistências e inquietudes na possibilidade de mudança de cidade.

Nos três anos seguintes, o Instituto participou de audiências públicas sobre meio ambiente; denunciou por meio de vídeo a situação dos catadores de lixo de Jangurussu, em Fortaleza; denunciou por meio de uma agenda (Agenda do Dedé-1991), o trabalho de crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Fortaleza; ampliou e reformou a sede do IMOPEC, assim como seu acervo bibliotecário; participou de fóruns locais de Organizações não Governamentais e Sociedade Civil, dentre outras atividades.

A seguir trouxemos os principais assuntos discutidos nos anos de 1992 e 1993 (Quadro 1). O Instituto abarcou uma diversidade de temas, porém, o debate sobre a Barragem do Castanhão é o que mais aparece, tendo em vista, que nesse momento a luta contra a construção da barragem se fortalecia. Os moradores com a assessoria do IMOPEC, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Cáritas de Limoeiro do Norte e das

Irmãs Cordimarianas passaram a se articular e consolidar a frente de combate às injustiças sociais.

Quadro 1: Principais temas discutidos no biênio 1992/1993

1992	n. 01	Colonização; Castanhão; Descaso do governo.
1992	n. 02	Impactos ambientais na degradação dos recursos naturais; saneamento básico; Castanhão, um projeto questionado;
1992	n. 03	Castanhão; Saneamento básico; religiosidade.
1992	n. 04	Educação; Comunidades Eclesiais de Base; Movimento Popular; Democracia.
1993	n. 05	Educação; Povos indígenas; Castanhão.
1993	n. 06	Negros no Ceará; Identidade étnica do negro; Reforma Agrária; Castanhão
1993	-	Número extra que trata sobre o Castanhão.
1993	n. 07	Castanhão; Povos indígenas; Seca.
1993	n. 08	Cultura popular; Direitos indígenas; Barragens; Cultura e educação.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 1992-1993.

Percebemos que nos quatro primeiros números do ano de 1992, o IMOPEC enveredou em âmbitos diversos, as publicações obedeciam à pauta dos acontecimentos na qual o movimento estava envolvido naquele momento. O meio ambiente, a política e o viés social ocuparam grande parte de suas ações. Os registros e as denúncias tiveram a participação das comunidades, que narraram suas lutas por meio de documentários, fotografias e depoimentos. O processo de escuta, e posteriormente, de mobilização dessas populações foram os passos iniciais. O Instituto se apropriava dos saberes que eram repassados de “pai para filho” e transformava-os em conhecimento científico. Esses saberes vinham de memórias orais e de artefatos da cultura material.

Os cinco números do ano de 1993, ainda conforme o quadro 1, em todos têm destaque para a luta contra a barragem do Castanhão. Fomentamos também a discussão sobre o movimento indígena e o movimento negro e ainda o fortalecimento do cooperativismo e a valorização da cultura popular, os boletins provocaram reflexões acerca do pouco caso dado a cultura no Brasil e também sobre o grau de consciência política dos governantes. O IMOPEC faz duras críticas aos governos que comandaram a luz das empreiteiras, colocando como

prioridade os lucros exorbitantes, escorados no poder executivo. Não interessa ao país perder as grandes conquistas da Constituição de 88, principalmente no que tange à cultura.

Nos anos seguintes, a luta do povo de Jaguaribara continua nos escritos do IMOPEC, pois se apresentou como uma de suas grandes ações (Quadro 2). De início a luta foi para organizar as pessoas contra a construção do Castanhão, “contra a demolição da cidade, e isso, levou bastante tempo e energia das pessoas envolvidas”. (Entrevista realizada com Francisca Malvinier Macêdo, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/04/2021). Em seguida, os embates se deram com a pretensão de resguardar os direitos das pessoas que mudaram de cidade. O Raízes deu ênfase também as eleições de 1994, expondo os ganhos e as perdas para o movimento social e aos menos favorecidos. No ano de 1995 não conseguiu publicar os quatro números do boletim, mas evidenciou três números com temáticas consistentes e necessárias ao debate do patrimônio cultural e da organização do movimento negro no Ceará.

Quadro 2: Principais temas discutidos no biênio 1994/1995

1994	n. 09	Urbanização; O Golpe de 64; Jaguaribara.
1994	n. 10	Castanhão; Exclusão social no Brasil; Proposta democrático popular; Cooperação e organização de produtores.
1994	n. 11	“Projeto democrático popular”.
1994	n. 12	Eleições de 1994 e os movimentos populares no Nordeste; Movimento social.
1995	n. 13	Exclusão social; A importância de Zumbi dos Palmares; Castanhão.
1995	n. 14	Críticas ao governo; Construção de açudes; Castanhão.
1995	n. 15	Patrimônio cultural ameaçado; Críticas ao governo Tasso Jereissati; Comunidades indígenas e negras.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 1994-1995.

Nos anos de 1996/1997, o Instituto abarcou assuntos relevantes para autorreflexão das práticas dos movimentos sociais, como as questões dos movimentos: dos Sem Terras, dos negros e indígenas; e também da formação política de novos atores sociais que sob assessoria do IMOPEC se empenharam na construção de uma nova sociedade (Quadro 3). Para

concretização da nova sociedade havia a demanda de uma série de reivindicações, ligadas a luta pelo patrimônio étnico-cultural, ao meio ambiente, da identidade indígena e dos Direitos Humanos.

O IMOPEC fez com que as pessoas despertassem dentro delas o sentido do pertencimento, o sentido de preservação, o sentido do conhecimento, o sentido da busca, e isso é fundamental para se manter a história, porque daqui a um tempo, as pessoas que fizeram o IMOPEC não estarão mais nessa existência, e aí o que foi o IMOPEC? Existiu aonde? Mas onde o IMOPEC passou deixou uma semente, mesmo que a gente não esteja mais, a sementinha ficou (Entrevista realizada com Francisca Malvinier Macêdo, concedida a Ana Cristina de Sales, em 29/04/2021).

Quadro 3: Principais temas discutidos no biênio 1996/1997

1996	n. 16	Caldeirão da Santa Cruz, Movimento Sem Terra; Patrimônio étnico-cultural.
1996	n. 17	Reforma agrária; Políticas públicas; Fome no Ceará; Cidadania.
1996	n. 18	Políticas públicas; Exclusão social; “Novos atores sociais no Ceará”.
1997	n. 19	Resistência; Meio ambiente; Privatizações.
1997	n. 20	Territórios negros e indígenas; Desertificação; Cooperativas.
1997	n. 21	Desmonte do serviço público; Críticas ao governo; Emprego no Ceará.
1997	n. 22	Identidade Tremembé e Direitos Humanos.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 1996-1997.

Notamos que a pedagogia do Instituto se pautava nos modos de organizar os indivíduos em grupos e/ou associações, os quais compartilhavam de experiências e processos de exclusão que os levavam a se encontrarem e se reconhecerem nas adversidades e desigualdades econômicas e sociais. O despertar para o sentimento de pertencimento e de busca pelo conhecimento se fortalecem na articulação das diferentes práticas sociais e leituras de mundo.

No quadro 4, é possível observarmos as principais pautas tratadas durante o biênio 1998/1999. O ano de 1998 é alusivo aos 10 anos do Instituto, o qual reafirma seu projeto de luta; de uma sociedade sem exclusão, fome e miséria. Por outro lado, o projeto alternativo do IMOPEC, não é o vivenciado no país, que convive com os impactos da política econômica

neoliberal, ocasionando crise na educação, desemprego, pobreza e ameaça ao patrimônio e a memória. Uma vez mais, o Instituto evidenciava a necessidade de articulação dos movimentos para enfrentamento dos descasos governamentais no Ceará na educação e nas questões sociais/políticas.

Quadro 4: Principais temas discutidos no biênio 1998/1999

1998	n. 23	Balanço dos dez anos do IMOPEC; Crise da educação no Ceará; Neoliberalismo e os impactos na educação.
1998	n. 24	População cearense; Seca; Saques no Ceará; Pobreza.
1998	n. 25	Movimentos populacionais; Comunidade negra; Migração no Ceará; Movimento Negro.
1999	n. 26	Águas do Jaguaribe; Projeto alternativo social; Manifesto do Tribunal da Dívida Externa.
1999	n. 27	Patrimônio, memória e cultura; Castanhão; Festa religiosa.
1999	n. 28	Castanhão; Compromisso do IMOPEC; Proposta do curso de Formação à Distância.
1999	n. 29	Ética; Cidadania; Crítica ao governo Ciro Gomes.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 1998-1999.

No ano de 1999 o Raízes apresentou a novidade do Curso de Formação à Distância, grande aposta do IMOPEC, cujo objetivo do curso versava em formar uma rede de agentes culturais populares a partir das áreas mais críticas do ponto de vista ambiental e cultural; por meio do curso os partícipes foram estimulados a produção de conhecimento sobre os patrimônios material, imaterial e natural do Ceará.

Nos anos de 2000 e 2001 foram publicizados seis números do boletim Raízes, três em cada ano (Quadro 5). O Raízes continuou denunciando os descasos para com a educação do Ceará, em especial, ligados a superfaturamentos e desvios de recursos que impactaram diretamente na sala de aula e nos desempenhos dos alunos. Chegada a hora da mudança do povo de Jaguaribara para a nova cidade e o IMOPEC apresentou uma exposição de fotografias dos moradores a fim de não desaparecer a lembrança do espaço inundado pelas águas da barragem, uma forma de manter viva a memória do município.

Quadro 5: Principais temas discutidos no biênio 2000/2001

2000	n. 30	Educação no Ceará; Cidadania;
2000	n. 31	Castanhão; Resistência; Lugares da memória; Associação de moradores e organização popular.
2000	n. 32	Eleições e seus impactos; Neoliberalismo; A esquerda em Fortaleza.
2001	n. 33	Denúncia contra o judiciário.
2001	n. 34	Balanço dos 10 anos do boletim Raízes e sua experiência de resistência.
2001	n. 35	Jaguaribara; Artistas populares; Memória.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 2000-2001.

Em 2001, o boletim comemorou 10 anos de existência e de resistência ao modelo imposto. “O trabalho desenvolvido se nutria das experiências de solidariedade, sem a visibilidade da grande imprensa, mas que alcançou projeções nas páginas do Raízes e passaram a circular em pequenos grupos, nas salas de aula, entre professores e lideranças comunitárias” (Raízes, 2001, n. 08, p. 03). Discutiram igualmente sobre as garantias de condições adequadas para a dignidade humana, que muitas das vezes os conflitos judiciais se transformam em processo de burocratização da vida, “onde o parecer do juiz torna-se mais determinante do que a vivência real e explícita das violências” (Propostas Alternativas, 2014, p. 08). O Instituto destacou que o sistema de justiça é uma representação das elites e precisa ser transformado, trazendo o tema novamente em outros números.

No biênio de 2002/2003, o IMOPEC publicou nove boletins (Quadro 6). O Instituto abarcou questões ligadas a economia, a resistência indígena e o silenciamento em relação aos negros no Ceará; tratou das discussões ambientais e de justiça social; do preconceito social e racial existente no próprio sertão. Ainda relatou sobre seu projeto de sociedade ao qual “reencontraremos um mundo sensível, arraigado e vasto que não necessita ser negado e que não aparece para os olhares apressados, estereotipados e mercadológicos” (Raízes, 2003, n. 41, p. 04).

Quadro 6: Principais temas discutidos no biênio 2002/2003

2002	n. 36	Esclarecimentos sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento;
------	-------	--

2002	n. 37	Democratização do judiciário; Depoimento de Maria da Penha.
2002	n. 38	Populações indígenas; Resistência indígenas; Terras indígenas.
2002	n. 39	Negros no Ceará e silenciamento.
2002	n. 40	Consumo; Desenvolvimento sustentável; Projeto político do Governo Lúcio Alcântara (velhas formas de dominação).
2003	n. 41	Identidade sertaneja.
2003	n. 42	Casa da memória de Jaguaribara.
2003	n. 43	Rodolpho Theóphilo – contribuições e esquecimento.
2003	n. 44	Meio Ambiente; Desmatamento; Patrimônio natural e cultura popular.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 2002-2003.

Nos anos de 2004 e 2005, o boletim Raízes apresentou quatro edições em cada ano, abordando uma gama de temas cruciais para a organização popular e para a sociedade como um todo (Quadro 7). Esses números representaram um período de intensa atividade e reflexão por parte do IMOPEC, visto que, as edições trataram de assuntos caros a democracia e a cidadania em meio a luta de um projeto popular.

Quadro 7: Principais temas discutidos no biênio 2004/2005

2004	n. 45	Projeto popular; Desigualdade de gênero.
2004	n. 46	Democratização; Organização popular.
2004	n. 47	Eleições; Cidadania; Patrimônio natural.
2004	n. 48	Narrativas populares; Religiosidade e o Padre Cícero; Curso de Formação à Distância e capacitação de agentes culturais nas áreas de cultura e meio ambiente.
2005	n. 49	Criação dos conselhos populares em Fortaleza; Transposição do Rio São Francisco.
2005	n. 50	Prioridade aos direitos sociais; 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente; Reforma política.
2005	n. 51	A crise da democracia; Cultura política.

2005	n. 52	Fórum sobre o semiárido; Água e alternativas de convivência com semiárido.
------	-------	--

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 2004-2005.

O Instituto traz ainda uma discussão pertinente acerca de museologia social, tendo como foco as Casas da Memória, consideradas por ele, alento no processo de perdas e de reconstruções.

Do mesmo modo, discute sobre as relações desiguais que resultam em disparidades na estrutura da sociedade, de maneira que essas assimetrias reverberam em diversos âmbitos, inclusive na degradação do meio ambiente e nas diferentes abordagens em relação a ele, que divergem entre “exploracionismo”, preservacionismo e conservacionismo. O comportamento é frequentemente alimentado por sistemas socioeconômicos, culminando em danos ambientais consideráveis. O alcance do lucro imediato, sacrifica a sustentabilidade sem considerar as consequências para futuras gerações e a saúde do planeta.

O Instituto, analisa ainda as contradições existentes entre mulheres e homens no Ceará e que se expressam no mercado de trabalho, na família e na política. Nesses números o Raízes dedicou-se a construção de um projeto nacional autônomo, na qual discute sobre cidadania, patrimônio e eleições, refletindo a busca por uma análise crítica e substancial das questões que moldam o tecido social e político do Ceará.

O Raízes trouxe as informações do 3º Encontro do Curso de Formação à Distância, cujo objetivo foi promover a capacitação de agentes culturais populares nas áreas da cultura e do Meio Ambiente, “Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará” foi o tema aprofundado no encontro.

Nos anos de 2006 e 2007, o Raízes retratou sobre o movimento negro, em especial, a comunidade negra rural Conceição dos Caetanos (Quadro 8). A edição destacou que, aos poucos, a face negra do Ceará começa a ser vista num desenho mais completo. Entretanto, segundo o IMOPEC, para os membros engajados no movimento negro, é necessário dizer que tal reconhecimento já é uma realidade há tempos. Aqueles que há muito tempo se dedicam à luta pelo reconhecimento e valorização da história, cultura e contribuições da comunidade negra sabem que essa percepção e conscientização são frutos de um trabalho árduo e contínuo.

Analisa, também, a utilização dos jogos como estratégia do trabalho do professor em sala de aula. O jogo assume posição privilegiada no processo de ensino e aprendizagem. Apresenta três jogos pedagógicos confeccionados pelos grupos do curso à distância, são eles:

“Bingo Cultural do Ceará”, “Descobrimo o Ceará”, “Trilhas da cultura”, mostrando através dos cursistas os objetivos práticos na sala de aula e a importância dos jogos pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 8: Principais temas discutidos no biênio 2006/2007

2006	n. 53	O negro no Ceará; Quilombos no Ceará; Presença negra em Porteiras.
2006	n. 54	Jogos pedagógicos; O lúdico na escola.
2006	n. 55	Greve nas universidades estaduais; Planos de cargos e carreira; Greve e neoliberalismo.
2006	n. 56	Encontro sobre Memória e Movimentos Sociais Populares.
2007	n. 57	Rio São Francisco e seus impactos com a transposição.
2007	n. 58	Processo de tombamento da Estação da Parangaba e do Sítio Fundão em Crato; Patrimônio Cultural.
2007	n. 59	Guardiães da memória; Casas de Memória; Retratores da memória de Porteiras.
2007	n. 60	Poluição e desmatamento; Recursos hídricos no Ceará; Patrimônio Cultural.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 2006-2007.

Outro ponto destacado, é sobre o contexto do Rio São Francisco, na qual, o IMOPEC fez duras críticas à transposição em curso no rio, ao qual, segundo ele, iria atender ao desenvolvimento extraterritorial e também concretizar o agronegócio no baixo Jaguaribe. Nesse sentido, os projetos do governo faziam parte de uma visão de desenvolvimento regional que se pretendia consolidar através de megaprojetos de infraestrutura que tinham impactos negativos, diretos e indiretos nas populações locais e no meio ambiente. Nesse entendimento, os projetos de grande envergadura, frequentemente vistos como emblemas de progresso, acarretavam consequências drásticas para as comunidades, tais como: a apropriação de terras, o deslocamento forçado de comunidades e a mudança de modos de vida tradicionais, são alguns dos resultados externos que surgiram em nome do desenvolvimento. A falta de consulta e participação efetiva das comunidades, marginalizava aqueles que deveriam ser os principais beneficiários dessas iniciativas. Além disso, os megaprojetos de infraestrutura tinham efeitos negativos no meio ambiente, a exemplo, da alteração de ecossistemas naturais,

a degradação de recursos hídricos e emissão de poluentes eram/são preocupações que são minimizadas em prol do crescimento econômico. Logo, o impacto ambiental desses projetos pode ser tanto imediato quanto de longo prazo, afetando a biodiversidade e comprometendo a sustentabilidade de ecossistemas.

O IMOPEC entrevistou o geógrafo Aziz Ab' Saber, professor da USP, sobre a transposição do Rio São Francisco. O professor compartilhou a visão de que os projetos de transposição de águas deveriam trazer benefícios abrangentes para toda a região do sertão. Sua análise destacou a importância de considerar princípios socioambientais em termos mais amplos, em vez de apenas focalizar nos resultados imediatos (Raízes, 2007). É relevante frisarmos que o professor não foi contrário à própria ideia de transposição. Ele enfatizou, entretanto, sua preocupação com a demagogia política em torno do projeto e fez uma crítica direcionada ao governo, expondo a importância de um diálogo fundamentado em relação aos impactos reais e resultantes da transposição das águas do São Francisco para o semiárido brasileiro.

O Raízes traz ainda sobre um grupo de jovens da cidade de Porteiras incentivados pelo curso de formação à distância promovido pelo IMOPEC, que despertaram um movimento de conscientização entre os habitantes locais. Esse movimento direcionou-se para a preservação, valorização e registro do patrimônio cultural da região. Destacava-se a figura de Joaquim dos Santos, que enfatizou o impacto desencadeado pelo movimento liderado pelos jovens de Porteiras. Eles se uniram em torno da organização da Casa da Memória, um espaço voltado para a preservação das lembranças e histórias locais. A partir do ano de 2004, os integrantes do grupo Retratores da Memória de Porteiras (REMOP) iniciaram a formação de um acervo fotográfico sobre os acontecimentos e lugares que ancoram a memória da população.

O último quadro traz a sequência dos derradeiros números do boletim, que atuou com produções significativas até meados de 2009 e em seguida dá um salto para 2015, ano de finalização das atividades do Instituto. Nos números finais, o Raízes se dedicou a destacar uma faceta do modelo de desenvolvimento em vigor, cuja característica é a tendência de criminalizar os movimentos sociais e as vozes que se manifestavam em discordância (Quadro 9).

Quadro 9: Principais temas discutidos em 2008/2009/2015

2008	n. 61	20º aniversário do IMOPEC; Luta pelo meio ambiente.
------	-------	---

2008	n. 62	Eleições 2008 de Fortaleza.
2009	n. 63	Degradação ambiental e o Jaguaribe; Museus étnicos no Ceará.
2015	n. 64	Trajetória do IMOPEC durante seus 27 anos de atuação.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir do boletim Raízes 2008-2009-2015.

O boletim enfocou que uma metáfora que ressoa profundamente com a trajetória de luta do IMOPEC é a analogia com o trabalho incansável das formigas. Esta imagem pictórica ilustrou com perfeição a natureza gradual e constante do esforço do Instituto em prol de mudanças, especialmente ligadas ao cultural e ao ambiental, esses eixos foram alargados ao longo do tempo, suas perspectivas se ampliaram, abrindo uma gama mais abrangente de preocupações.

Ao refletir sobre as batalhas empreendidas pelo Instituto, surge um panorama abrangente das lutas travadas em prol de uma sociedade mais justa e consciente, sem disparidades econômicas e concentração de poder em determinados grupos. O balanço das ações do IMOPEC permitiu vislumbrar os progressos conquistados, os desafios enfrentados e as transformações ao longo do percurso. Neste contexto, segundo o IMOPEC, o momento era um terreno fértil e um espaço propício para revitalizar o debate sobre o poder local e a consolidação do papel político dos cidadãos, de reacender o diálogo sobre a importância de capacitar as pessoas a moldar a trajetória de suas próprias vidas e influenciar as decisões que moldavam o tecido social.

O boletim ainda abordou sobre o projeto “Emergência Étnica”, que delineou a proposta de estabelecer programas de suporte às culturas indígenas, ciganas, quilombolas e outras minorias étnicas, evidenciando a consciência do Instituto sobre a necessidade de ampliar o apoio e o respeito a grupos frequentemente marginalizados.

Além disso, o boletim contextualizou as lutas no cenário político democrático, especialmente nos últimos 30 anos após o período da Ditadura Militar. Essas lutas se tornaram um pilar essencial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Vale ressaltarmos que o IMOPEC assumiu um papel pioneiro ao sistematizar essas lutas, com a colaboração de pesquisadores de diversas regiões do Ceará, um legado que alimenta as próximas gerações e suscita-lhes competências para recriar novas estratégias de enfrentamento político.

As publicações do Raízes apresentam a história do Ceará sob a ótica dos processos de construção política que evoluíram ao longo do tempo. Estes processos

incorporaram diferentes situações e fenômenos sociais, reinterpretando-os para atender às suas próprias demandas culturais, sociais e culturais. Esse redirecionamento visou enfrentar as imposições de normas, costumes, comportamentos e ideologias emanadas dos grupos detentores de poder socialmente reconhecidos.

Nesse sentido, o Raízes surgiu como uma alternativa, e, porque não dizer, como uma forma de sobrevivência dentro de um território onde as relações de poder são caracterizadas por uma disparidade marcante entre aqueles que dominam e os que são subalternos. Essa disparidade é fundamentada por um conjunto de instituições e pelo próprio sistema em vigor. As páginas do Raízes não apenas descreviam a história do Ceará, mas também, evidenciavam a capacidade adaptativa e resiliente dos indivíduos e comunidades que procuravam resistir às forças externas que buscavam impor sua vontade sobre eles. O boletim ainda surgiu como uma resposta a essa dinâmica desigual de poder, ampliando uma plataforma para explorar narrativas e perspectivas que muitas vezes são marginalizadas nas correntes dominantes de poder. Assim, os 64 boletins lançaram luz sobre a complexa interação entre poder, resistência e adaptação ao longo do tempo, constituindo um testemunho da capacidade humana de questionar, desafiar e redefinir as estruturas de poder protegidas, em busca de uma sociedade mais justa e democrática.

Os nove quadros forneceram de maneira concisa uma visão geral dos temas abordados nos 64 números dos boletins, apresentando um material rico e diversificado. Este conteúdo demonstrou o comprometimento contínuo com questões que, mesmo atualmente, permanecem pertinentes e relevantes, ou seja, muitos dos desafios e preocupações discutidos igualmente ressoam em nossa sociedade. Isso nos levou a uma reflexão profunda sobre a atualidade e sobre o fato de que há muito ainda a ser conquistado e reivindicado.

Outra ferramenta de escrita do IMOPEC foi a Revista Proposta Alternativas, com 17 números. O primeiro lançado em 15 de julho de 1992 e o último em 2014, sob o registro ISSN 1677-6631. A revista tinha periodicidade anual, apesar de alguns anos não ter acontecido a publicação. Todos os artigos tratavam de assuntos sobre o Ceará, escritos por graduandos, pós-graduandos e professores, pautados em referencial teórico/metodológico e bibliografia compromissada com os recortes temporais e espaciais do tema apresentado. A forma como os textos foram organizados e escritos nos fez refletir a respeito das pontes que o Instituto cruzava e as muitas ligações com estudantes e professores universitários. Entretanto, não era somente esse público que o IMOPEC queria atingir, na verdade, a instituição deixava bem claro que sua pedagogia partia dos ensinamentos que não se encontravam na dita historiografia oficial, academicista e na grande imprensa. A linguagem dos textos é acessível

ao público leitor, sem perder consistência e maturidade. “Os artigos são praticamente todos escritos por cearenses, por estudiosos daqui; pessoas que produziam aqui na universidade, que tinha uma relação com o Instituto ou que a gente convidava, nunca ninguém precisou pagar por artigo, nenhum nessa revista” (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Mesmo com as dificuldades financeiras, todo material era impresso com boa qualidade, imagens coloridas e seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o número de artigos variou de periódico para periódico; as discussões iniciais tinham temas livres e a partir do ano de 1999 com o exemplar de número seis, os assuntos passaram a ser específicos, vislumbrando dois números para cada título. A partir de 1999 as revistas passaram a ser utilizadas no primeiro curso de formação à distância do IMOPEC, ainda restrito ao Vale do Jaguaribe.

Em 2001, a instituição ampliou a proposta da formação à distância, com o curso “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”. O material da revista continuou a ser utilizado pelos cursistas (Figura 3). A leitura era feita em grupo de duas a cinco pessoas e após o estudo, os membros realizavam suas atividades de campo e de escrita, compartilhando a devolutiva com o Instituto. Nesse sentido, a Revista Propostas Alternativas cumpriu o papel político de informar e formar coletivos culturais.

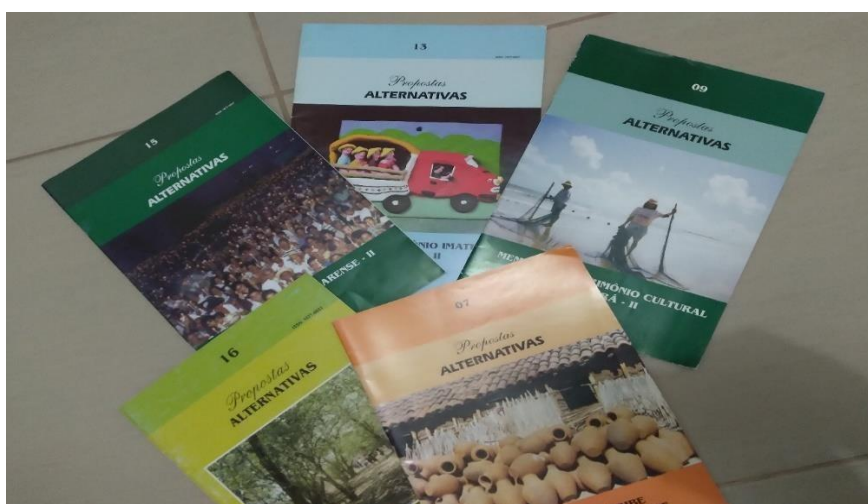


Figura 3. Revista Propostas Alternativas, acervo pessoal, 2023.

A revista n. 01 de 1992: “Castanhão, um projeto questionado” trouxe artigos que enveredaram pelos assuntos que estavam na emergência da luta do IMOPEC, a barragem do Castanhão. Perpassaram os temas da memória; da distribuição espacial da água; da degradação ambiental; do controle da água e as consequências da construção de barragens no

mundo, especialmente o trauma causado pelo deslocamento de populações. Ao destacar esses assuntos complexos e interligados, a revista não apenas fornece uma análise aprofundada da barragem do Castanhão, mas também conecta as preocupações locais às questões globais relacionadas à construção de grandes projetos, convidando os leitores a considerar as múltiplas facetas e a iniciativa de tal empreendimento.

“A face excludente do Governo Ciro Gomes” é o tema da revista n. 02 de 1994, ao qual suscitou o debate sobre os dilemas enfrentados no Estado do Ceará durante a gestão de Ciro Gomes, destacando-se: o ajustamento do setor público; a imagem política tecida do governo nas mídias; a intervenção da gestão no meio urbano por meio de obras públicas de grande impacto; a questão agrária no Ceará; demarcação das terras indígenas; falta de políticas culturais; educação e habitação popular; desenvolvimento do turismo e a saúde da população. Os autores fizeram um passeio nos diversos âmbitos e problemáticas as quais estavam passando o povo cearense, uma forma de contestação e de não aceitação ao modelo de gestão vigente. O IMOPEC tinha uma leitura crítica da realidade de milhares de trabalhadores espalhados nos diversos recantos do Estado, esse modo de enxergar a conjuntura sócio-política passou a ser utilizada em torno da intervenção nas comunidades.

A revista n. 03 de 1994: “Velho Chico Agonia ou Ressurreição” nos chamou atenção para a transposição do Rio São Francisco, dos debates com as populações ribeirinhas e as condições de degradação do rio; os velhos discursos da água e desenvolvimento econômico; má distribuição da água doce no globo terrestre; as vantagens da transposição das águas do rio São Francisco e recomendação para revitalização ambiental das bacias carentes do Nordeste; prejuízos identificados ao Canal do Jaguaribe. Dessa maneira, a revista provocou uma reflexão sobre as interconexões relacionadas à gestão dos recursos hídricos. Ao oferecer uma análise abrangente e elaborada, a publicação contribuiu para uma compreensão das políticas de longo prazo de intervenções nos ecossistemas fluviais.

“CIC: A razão esclarecida da FIEC” é o quarto número da revista de 1995, ao qual levantou o debate sobre o projeto de modernização da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Nessa edição, os textos oferecem uma análise perspicaz sobre os diversos aspectos envolvidos no processo de modernização do Estado do Ceará ao longo das últimas três décadas. A revista questionou a crença no fim do “coronelismo”, indicando que essa transição foi formada por jovens empresários associados ao Centro Industrial do Ceará (CIC). Ao questionar as narrativas convencionais e destacar o papel do CIC na configuração do cenário econômico e político, essa edição da revista se posicionou como um importante

contribuinte para a compreensão da evolução histórica do Estado e suas arquiteturas políticas contemporâneas.

A quinta revista lançada em 1998, intitulada “Fome e Estrutura do Poder no Ceará”, discorreu a partir da relação entre fome, pobreza e as estruturas de poder no contexto cearense. Do mesmo modo, na edição, os textos mergulharam de maneira incisiva na complexidade das políticas de combate à fome e a negligência do poder público. O estudo combateu as ideias falsas que atribuem a presença da fome ao crescimento da população mais rápido que a produção agrícola e a seca a pobreza dos solos. Expõe ainda a visão de vários autores que afirmam ser a fome e a seca resultantes da conjuntura social, política e econômica⁴¹.

A revista n. 06 de 1999 “Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural I”, discute o Vale do Jaguaribe a partir da caracterização climática e regimes pluviométricos e fluviais do vale; a problemática da irrigação e o desenvolvimento do Baixo Vale do Jaguaribe; a ocupação do vale do Jaguaribe, destacando a violência como traço constitutivo desse processo; apreciação das paisagens urbanas e rural do município de Jaguaruana, objetivando perceber os dispositivos afetivos presentes em seus olhares; além da compreensão da memória como instrumento e objeto de poder, o texto analisou o processo de resgate da memória do município de Jaguaribara, onde foi criada a Casa da memória para preservar a história daquela região após a construção da barragem do Castanhão e a importância da organização popular.

A revista n. 07, publicada no ano 2000 sob o título “Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural II”, direcionou o foco mais uma vez para o emblemático Vale do Jaguaribe, explorando uma variedade de recursos intrinsecamente ligados à região. Os artigos dessa edição abrangeram um amplo espectro de temas, todos eles concorrendo para uma compreensão da riqueza e complexidade do vale, por exemplo: a produção do espaço agrário; da modernização conservadora da agropecuária; as fábulas das três raças no vale; a ocupação

⁴¹ O tema discutido pela revista em 1998 permanece atual, já que no Estado do Ceará, dados de 2022 apontam que mais de 3,4 milhões de pessoas fazem parte de famílias em situação de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal. Esse número representa mais de um terço da população (Diário do Nordeste, 18/07/2022). No cenário nacional, o mais recente levantamento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) entre 2020 e 2022 revelou que o país retornou ao mapa da fome, oito anos após sair da lista. Os dados mostraram que 10,1 milhões de brasileiros enfrentam a fome. Outros 21,1 milhões vivem em situação de insegurança alimentar grave, com a possibilidade de falta de comida por um dia ou mais. Esses números trazem a persistência e a gravidade do problema, apontando para a necessidade urgente de reformulações e ações efetivas por parte do governo e da sociedade para lidar com essa realidade preocupante. Como medida para combater a insegurança alimentar e a pobreza extrema, o governo federal lançou no dia 31 de agosto do corrente ano o projeto “Brasil Sem Fome”. O projeto prever tirar o Brasil do Mapa da Fome até 2030 e reduzir a menos de 5% o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar grave. Saber mais em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome> acessado em 01/11/2023.

espacial; a religiosidade e o artesanato. Sobre a modernização conservadora que permeia a agropecuária, o periódico tentou como essa abordagem influencia as atividades rurais e o desenvolvimento da região. Além disso, a fábula das três raças no vale é explorada, enriquecendo uma perspectiva histórica e cultural, contextualizada a partir da interação das diferentes etnias na formação da identidade local, demonstrando a atualidade das pautas. A ocupação espacial é igualmente examinada, oferecendo uma análise do modo como as áreas foram povoadas e os impactos resultantes desse processo. A religiosidade e o artesanato emergem como elementos fundamentais da cultura local, acrescentados da compreensão da vida cotidiana e da expressão cultural da população do vale.

“Memória e patrimônio cultural do Ceará I” é a revista de n. 08, de 2001, que propôs uma leitura complexa das interseções entre memória, patrimônio e espaço. Com foco especial no conceito “lugares de memória” e a importância da preservação desses espaços para a compreensão da história e da identidade cultural de uma região. A temática dos “lugares de memória”, ao qual a revista se debruçou, traz uma conexão intrínseca entre locais físicos e as narrativas históricas que eles abrigam. Esses lugares são portadores de significados culturais e emocionais, sua preservação desempenha um papel crucial na transmissão das experiências passadas às gerações presentes e futuras. A revista explorou como a valorização desses lugares contribui para a manutenção da identidade coletiva e para a compreensão das transformações sociais e culturais ao longo do tempo. Além disso, a revista lançou um olhar crítico sobre as consequências da perda de referências culturais quando os espaços da memória não são devidamente valorizados e preservados. Ela assinalou a importância de um olhar cuidadoso na gestão e preservação desses lugares, enfatizando que a negligência ou destruição deles pode resultar na fragmentação da identidade cultural e na perda de elementos cruciais da história e tradições locais.

“Memória e patrimônio cultural do Ceará II” é o título da nona revista de 2002, que tratou das diversas concepções de história oral e as relações entre história e memória; perdas e esquecimentos, memória coletiva, comunidades rurais negras e indígenas, a partir da transferência dos moradores de Jaguaribara para outra cidade devido à barragem do Castanhão. A revista ofereceu um espaço para explorar as experiências, memórias e impactos dessas comunidades diante das mudanças forçadas devido a projetos de desenvolvimento. Ela lançou luz sobre os desafios enfrentados por essas comunidades na preservação de suas tradições, culturas e modos de vida em face das mudanças radicais em seu ambiente.

A revista n. 10 de 2002 – “Memória e patrimônio natural do Ceará I”, abarca questões sobre Patativa do Assaré, que propunha a fusão do homem com a natureza e

trabalhava a memória como a essência da cultura; os seres encantados que povoam o universo dos Tremembé e que atuam como verdadeiros guardiões das espécies animais e vegetais; focaliza a importância do manguezal, as políticas governamentais que estimulam a criação de camarão no Brasil e os principais impactos causados por essa atividade; analisa o conflito ambiental em torno da Lagoa Salina, em Limoeiro do Norte, que envolveu os pescadores e seus familiares, revelando a importância da relação entre o homem e a natureza; faz um confronto entre as políticas urbanas adotadas em Fortaleza e os graves problemas sociais da cidade, e contém reflexões sobre os impactos sofridos pela natureza em decorrência das contradições do modelo de desenvolvimento econômico da sociedade industrial.

A revista n. 11 de 2003 – “Memória e patrimônio natural do Ceará II”, faz uma análise das paisagens que a natureza lentamente estruturou no território cearense ao longo do tempo e que são, atualmente, objeto de usos e ocupações sociais que causam graves sequelas sócio ambientais; enfatiza a beleza das paisagens dunares e analisa suas múltiplas funções, concluindo que restou uma natureza degradada e um povo empobrecido nos locais onde foram implantados projetos de turismo predatório; analisa a formação da Região Jaguaribana e a utilização dos carnaubais, que após desvalorização econômica, passam por um processo de erradicação; propõe uma reflexão sobre o repertório de autores que reverenciam a natureza (Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro e Patativa do Assaré). A publicação nos convida a refletirmos sobre as transformações que ocorreram ao longo do tempo e sobre os desafios contemporâneos de preservar e conservar o patrimônio natural em meio às pressões sociais e ambientais. Além disso, ao explorar a relação entre a cultura popular e a natureza, a revista destacou como a reverência à paisagem também encontra expressão nas criações artísticas, enriquecendo nossa compreensão da intrincada ligação entre nós e o meio ambiente que nos cerca.

A revista n. 12 de 2004 “Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará I”, tratou do Horto de Juazeiro do Norte como lugar sagrado para os romeiros do Padre Cícero, questionando, ao mesmo tempo, as intervenções que transformam lugares de oração e penitência em espaços de lucro; analisou ainda a pesca artesanal marítima praticada pelos índios Tremembé de Almofala, focalizando nos conflitos que ocorriam entre os pescadores para fazer valer seus direitos, principalmente a demarcação de suas terras; nesse mesmo entendimento, trouxe pequenos textos da “Cartilha do Povo Tremembé”, escritos pelos próprios indígenas, demonstrando o processo de reapropriação da cultura Tremembé através da escola diferenciada; A revista assumiu a forma de um registro vívido, apresentando como o patrimônio imaterial se entrelaça profundamente nas dinâmicas sociais e culturais. Com uma

mensagem convocatória, ela nos estimulou a refletir sobre a importância de salvaguardar as tradições e práticas culturais que moldam e cimentam nossa identidade. Nesse caminho reflexivo, somos compelidos a enfrentar os desafios contemporâneos, desde a disputa de locais sagrados até a batalha pela defesa dos direitos indígenas.

A revista n. 13 de 2005 “Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará II”, neste número foi dado prosseguimento ao tema da memória e do patrimônio imaterial, dedicado as múltiplas abordagens da nossa cultura. São pontuadas reflexões em torno de mobiliário usados pelas famílias cearenses, a exemplo do baú; de festividades, artesanato e memória.

A revista n. 14 de 2006 “Religiosidade cearense I”, trouxe contribuições no entendimento das manifestações da religiosidade, sejam no campo do oficializado pela Igreja ou não, nos convidou a questionar e explorar a relação entre as dimensões espirituais e culturais em nossa sociedade, do mesmo modo, da importância de reconhecermos e valorizarmos a diversidade religiosa, enriquecendo nossa compreensão das crenças que moldam a identidade e a vida espiritual dos cearenses.

A revista n. 15 de 2007 – “Religiosidade cearense II”, o Instituto deu continuidade à discussão anterior, enfocando os diferentes sentidos atribuídos e ressignificados pelos indivíduos nas festas de padroeiros, em especial nas romarias de Juazeiro do Norte e em Cruzeiros do Ceará e do Piauí. O texto apresentou uma variedade de sentidos que esses eventos têm para as pessoas, destacando como diferentes grupos e indivíduos podem se conectar emocional e espiritualmente a essas práticas religiosas. Por último, as representações dos ritos fúnebres católicos de Limoeiro-CE.

A revista n. 16 de 2010 – “Memória e transformação política” é um número expressivo do periódico, por apresentar o balanço dos 20 anos da instituição, “representa, principalmente, a teimosa em manter acesa a chama da memória que alimenta a ação do IMOPEC” (Propostas Alternativas, 2010, p. 01). Essa edição se destacou por seu papel de manter viva a chama da memória que nutria a atuação do Instituto. Ela refletiu não apenas sobre os sucessos e desafios enfrentados pelo IMOPEC, mas também sobre a evolução dos movimentos sociais durante esses vinte anos. Ao fazer isso, reconheceu as mudanças e as continuidades que caracterizaram esses movimentos, destacando as transformações políticas, sociais e culturais que ocorreram ao longo desse período. Um aspecto notável deste número é a atenção dada ao surgimento de novos atores políticos e sociais e a busca destes pela construção de novas estratégias de atuação na sociedade.

O último número da revista publicada em 2014 – “Memória dos movimentos ambientais do Ceará” fez um balanço dos 26 anos em que o IMOPEC assumiu o

compromisso com a resistência “ao modelo de desenvolvimento predatório, elitista e excludente adotado pelos governos das mudanças”. Segundo o Instituto:

O modelo é predatório porque desaloja e rouba o espaço de populações que produziam e tinha um modo de vida organizado, conforme as possibilidades e riquezas do seu território. É elitista porque veio para beneficiar grupos de empresários nacionais e estrangeiros em função do mercado, implantando para tanto, a carcinicultura, o agronegócio com o uso dos agrotóxicos, as eólicas e siderúrgicas que aniquilam vidas, degradam o solo e o meio ambiente. É excludente por distribuir migalhas do Bolsa Família como esmola, favorecer a introdução da droga e da prostituição em nossas comunidades, oferecendo ocupação temporária, dificultando a qualificação dos nossos jovens trabalhadores (Propostas Alternativas, 2014, p. 01).

O modelo excludente foi visto pelo IMOPEC como um agente que não apenas explora os recursos naturais, mas também desaloja comunidades que antes viviam de acordo com seus próprios meios e tradições. Essa exploração, em favor de grupos empresariais nacionais e estrangeiros, foi tratada como prejudicial aos grupos locais e ao meio ambiente. O termo “predatório” utilizado pela revista se referiu à ideia de que esse modelo de desenvolvimento está consumindo recursos de forma excessiva e não sustentável, causando desequilíbrios ambientais e sociais. Já o caráter “elitista” evidenciou como os benefícios desse modelo favorecem uma parcela privilegiada da sociedade em detrimento das populações locais e suas formas tradicionais de vida. Além disso, a crítica ressaltou como esse modelo é “excludente”, pois sua implementação resultou em marginalização e exploração de grupos independentes. A menção ao “Bolsa Família” como “migalhas” sinalizou que os programas sociais são insuficientes para combater as desigualdades sociais. A introdução da droga e da prostituição nas comunidades é uma consequência negativa da exclusão, impactando a juventude local. O periódico fez ainda um balanço das parcerias que foram realizadas, principalmente com Instituto TERRAMAR, que ampliou o conhecimento e os laços de solidariedade aos povos do mar e dos projetos que tiveram apoio na defesa da terra contra a especulação imobiliária; do meio ambiente saudável; criação e manutenção das áreas verdes e contra projetos que poluem e desalojam populações. A revista traz também o apoio do Banco do Nordeste (BNB) no projeto “Memória dos Movimentos Ambientais do Ceará” em 2012. No quadro 10 é possível verificarmos a lista dos nomes de cada número da revista com seus respectivos títulos.

Quadro 10: Revistas Propostas Alternativas

N.º	Ano	Tema
01	1992	Castanhão, um projeto questionado

02	1994	A face excludente do governo Ciro Gomes
03	1994	Velho Chico, agonia ou ressurreição
04	1995	CIC: a razão esclarecida da FIEC
05	1998	Fome e estrutura do poder no Ceará
06	1999	Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade cultural do Ceará – I
07	2000	Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade do Ceará – II
08	2001	Memória e Patrimônio Cultural do Ceará – I
09	2002	Memória e Patrimônio Cultural do Ceará – II
10	2002	Memória e Patrimônio Natural do Ceará – I
11	2003	Memória e Patrimônio Natural do Ceará – II
12	2004	Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – I
13	2005	Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – II
14	2006	Religiosidade cearense – I
15	2007	Religiosidade cearense – II
16	2010	Memória e Transformação Política
17	2014	Memória dos Movimentos Ambientais do Ceará

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023) a partir dos títulos das revistas Propostas Alternativas de 1992-2014.

O Instituto criou meios de comunicação alternativos com a colaboração de diversos agentes, os materiais se constituíam em cartazes, boletins, periódicos, convites, livros, cartilhas e panfletos, todos riquíssimos para compreensão da história do Ceará a partir da luta dos movimentos sociais organizados e de organizações da sociedade civil. As revistas e os boletins eram destinados aos sócios do IMOPEC, e, posteriormente, aos grupos do curso de formação à distância. Os folders, convites e cartazes eram normalmente distribuídos em praça pública, nas entradas das universidades, em museus e na própria sede da instituição. O material tinha várias utilidades: informar aos leitores determinadas situações, mobilizar, formá-los enquanto reflexão crítica e criar laços de identificação. Aqui nos detivemos em duas publicações que consideramos como sendo as de maior repercussão: o Raízes e a Propostas Alternativas.

Nessas fontes, além da discussão política, foi possível percebermos como os encontros entre o grupo eram acolhedores. No boletim Raízes, havia um espaço aberto aos leitores que deixavam recados ao IMOPEC. Além disso, o Instituto possuía um extenso acervo de fotografias, registradas durante as reuniões e encontros. Quando o IMOPEC decidiu

encerrar as atividades, uma parte dos registros do curso à distância começaram a ser devolvidos aos grupos em suas localidades.

Assim, desde o início das atividades até o seu término, o Instituto “buscou transformar a política de tomada de decisões sobre os territórios, avançar nas conquistas democráticas, construir novas concepções de mundo e promover uma vida digna, além de incidir na forma como a sociedade estabelece relações com a natureza” (Propostas Alternativas, 2014, p. 06).

Dessa maneira, a experiência educativa do IMOPEC buscou expressar a importância de uma transformação significativa na maneira como as decisões são tomadas em relação aos territórios e à sociedade como um todo, enfatizando a necessidade de avançar no âmbito das conquistas democráticas e na promoção de uma maior participação e influência dos cidadãos nas decisões que afetavam suas vidas.

As lutas empreendidas pelo IMOPEC formam um tecido vivo e complexo, entrelaçando diversas questões, grupos e abordagens que se dizia em prol de uma visão mais justa e sustentável da sociedade. Durante sua trajetória, o Instituto enfrentou uma ampla gama de desafios, dedicados a temas variados, como: desenvolvimento regional, preservação ambiental, equidade social, direitos humanos, memória, cultura e identidade. O valor dessas lutas reside na diversidade dos grupos envolvidos, abraçando desde as comunidades locais, estudantes universitários e ativistas. Essa abrangência reflete a amplitude das questões que o IMOPEC assumiu a responsabilidade, demonstrando sua habilidade de ampliar perspectivas em busca de transformações sociais locais.

Essas lutas também se destacaram pela variedade de metodologias e estratégias empregadas, englobando desde a pesquisa e publicação até o ativismo de base e a educação popular. Além disso, as lutas do IMOPEC vão além da identificação de problemas, oferecendo soluções e alternativas tangíveis. Ao questionar modelos predatórios de desenvolvimento, propor formas mais inclusivas e sustentáveis de gestão territorial e promover a valorização da cultura e do patrimônio.

As lutas do IMOPEC, são apresentadas como um exemplo de enfrentamento e engajamento social em meio às desigualdades persistentes na sociedade. A narrativa histórica nos lembra das possibilidades de transformação social, mas também da necessidade de uma abordagem crítica e dialética ao considerar os impactos, limitações e contradições inerentes a essas instituições.

3.2 O Centro de Documentação Patativa do Assaré: acervo e espaço formativo

No contexto brasileiro, a preocupação em preservar o legado para as gerações vindouras nem sempre ocupou uma posição de destaque. Segundo Camargo (2003), é a partir da década de 1970 que se identificou um movimento, originado tanto das instituições governamentais quanto das universidades, em direção à criação de centros de documentação, memoriais e arquivos. Esse movimento se originou das esferas do governo federal e visava a preservação da cultura nacional, com uma abordagem particular no patrimônio histórico. Esse processo emergiu com a intenção de expandir o conceito próprio de preservação, abrangendo também manifestações culturais de grupos populares que anteriormente não estavam contempladas pela proteção de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A criação desses centros foi uma resposta do Estado à crescente conscientização sobre a importância da preservação cultural, mas também pode ser interpretada como uma forma de controle e apropriação dessas manifestações. O governo direcionou o foco da preservação para determinadas expressões culturais que se encaixavam em uma narrativa de identidade nacional que interessava ao Estado, enquanto marginalizava ou ignorava as manifestações de grupos populares e minoritários.

Os movimentos sociais desempenharam um papel crítico nesse contexto. Grupos que historicamente foram excluídos ou marginalizados da narrativa dominante viram esses centros como uma oportunidade de reivindicar o reconhecimento de suas culturas e lutas.

É crucial considerarmos como a preservação cultural estava interligada com as lutas política e social. Em um período marcado por ditaduras e regimes autoritários em vários países da América Latina, a preservação cultural esteve relacionada à resistência e à afirmação da identidade frente à opressão. Esses centros eram locais de memória e resistência, onde as vozes silenciadas poderiam ser expressas e registradas. Portanto, o movimento de criação de centros de documentação e memórias nos leva a uma compreensão mais complexa das motivações por trás dessas iniciativas. Elas não são apenas reflexo do cuidado com a cultura nacional, mas também são impulsionadas por agendas políticas, sociais e de poder. A perspectiva dos movimentos sociais ajudou e ajuda a questionar os critérios de seleção, representatividade e apropriação cultural, conduzindo a um debate mais amplo sobre quem define e controla a preservação da memória e da cultura.

Seguindo essa trajetória, Zélia Lopes da Silva (2010), ao abordar a questão dos acervos de papel e seus locais de preservação, destacou que uma transformação notável

ocorreu na forma como se compreendiam os bens culturais a partir da década de 1970. Isso se deu em resposta às demandas emergentes sociais de indivíduos e grupos que buscavam reconhecimento e protagonismo para suas identidades coletivas e suas memórias históricas.

Desse modo, A década de 1970 representou uma época de profundas mudanças sociais e políticas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. A emergência de movimentos sociais e a luta por direitos civis e identidade cultural no período da ditadura militar desempenharam um importante papel na transformação da maneira como a cultura e a memória eram desenvolvidas e preservadas.

Na década de 1980, o país viveu um período de transição política e abertura democrática, após anos de regime militar. Esse contexto de mudança política também trouxe uma maior abertura para discutir questões culturais e históricas que antes eram suprimidas ou distorcidas. Os movimentos sociais e culturais que emergiram durante esse período buscaram reconfigurar uma narrativa histórica, “resgatando” memórias silenciadas e reivindicando uma participação ativa na construção da identidade. É nesse contexto que surgiu o IMOPEC e também com essa finalidade, ao objetivar, dentre tantas ações, um centro de pesquisa e documentação voltado aos movimentos sociais e grupos minoritários.

O Centro de Documentação Patativa do Assaré, inaugurado em 1998, desempenhou um compromisso como parte de um conjunto de propostas elaborado pelo IMOPEC com foco na intervenção social e na preservação da memória. Este centro foi concebido como um espaço formativo e reuniu diversos agentes para a sua concretização, por meio da experiência e registro dos materiais produzidos.

Os registros gerados nesse contexto são o que podemos considerar como “documentos, englobando formatos variados, como livros, revistas, artigos de revistas, vídeos, fotografias, entre outros” (Raízes, 2015, n. 64, p. 09). Para que eles cumprissem sua função social, científica, cultural e histórica era necessário que estivessem preservados e acessíveis.

Segundo Nádja Maria Goes, bibliotecária da instituição a época,

Era um sonho antigo dos idealizadores do IMOPEC, que a instituição pudesse abrigar em suas instalações um centro de documentos organizado que cumprisse as funções de preservação documental e apoio à pesquisa em sentido mais amplo: não colocando à disposição do pesquisador referências para a localização das fontes de seu interesse, mas também tornando-se um polo disseminador da variada produção documental do Instituto, em parceria com pessoas e entidades que atuassem no seu campo de especialização (Idem, p. 09).

Preservação documental e apoio à pesquisa eram o mote de trabalho do acervo, do mesmo modo, o desenvolvimento do CEDOC foi um sonho compartilhado por eles, e a

evolução desse Centro esteve intimamente ligada à trajetória e à evolução histórica do próprio IMOPEC. Pois, “a história da formação do CEDOC se confunde com a própria história do IMOPEC” (Idem).

Além disso, o excerto apontou que o Centro de Documentação não se limitava apenas ao fornecimento de informações aos pesquisadores, mas também procurou ser um “polo divulgador” da produção documental do Instituto. Inicialmente o Centro contou com o acervo da biblioteca da professora Célia Guabiraba, a mesma dispunha de uma grande quantidade de livros, o qual foram todos doados para compor o espaço.

O que era um sonho, deu lugar à realidade, em 1998. Com quase dez anos de caminhada, o Instituto da Memória do Povo Cearense deu o pontapé inicial para a organização do acervo. Com fundos advindos de apoio financeiro internacional, foi contratada uma bibliotecária, que de início, orientou a criação de um programa para informatizar os documentos, para em seguida começar a catalogação e classificação destes (Raízes, 2015, n. 64, p. 09).

O Centro de Documentação Patativa do Assaré foi inaugurado 10 anos após a fundação do IMOPEC. Situava-se na Avenida Dom Manoel, 1187, adjacente à sede da instituição. Funcionou em uma sala cedida da casa de Célia Guabiraba e Tereza.

O apoio dos financiamentos externos apareceu novamente no boletim, dessa vez, como essenciais à organização do espaço, o que tornaria inviável a conquista caso o Instituto não contasse com essas parcerias. Dessa forma, a instituição mobilizou diversos segmentos e agentes, evidenciando a conjugação de forças geradas em uma conjuntura que se mostrou propícia para práticas de união e fortalecimento dos movimentos sociais. Simultaneamente aos contatos e articulações, passou a documentar o registro de suas lutas para preservar a memória dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores. Assim, a documentação, além de preservar a história e os valores da instituição, contribuía para o entendimento do contexto social, político e econômico em que essas lutas ocorriam.

A bibliotecária contratada a partir do financiamento externo teve um papel importante na estruturação do material, pôde contribuir para um trabalho abrangente para com a natureza diversificada do acervo. Este, abrangeu uma ampla variedade de documentos, cada um explorando temáticas específicas. No entanto, dentre os materiais que mais se destacaram, alinhando-se com a missão da instituição, estiveram aqueles relacionados às ciências sociais e à história. Destaque especial foi dado aos documentos que abordavam a história do Brasil, sobretudo com ênfase no contexto do Estado do Ceará, tendo em vista a formação em História da professora Célia Guabiraba, principal doadora dos livros. Esse foco específico ajudava a

aprofundar a pesquisa e a documentação sobre a história local, permitindo que a instituição desempenhasse um papel central na promoção e preservação da história da região.

O acervo era da Célia, mas ela havia doado para o IMOPEC, tanto quando dei início ao trabalho de organização, uma das primeiras providências, foi o livro de tombo e carimbos com o nome centro de documentação e para colocar o número de registro e data. Então sempre que eu fazia a catalogação de um livro no sistema, ele ganhava um número no livro de tombo, que era seu registro. O livro era carimbado com o nome centro de documentação e também o número de registro. Depois de algum tempo, conseguimos incluir compra de livros em um projeto. Também conseguimos muitas doações da Secretaria da Cultura do Estado, através da Biblioteca Pública, da Fundação Valdemar Alcântara, do Museu do Ceará e também da Universidade Federal do Ceará. Então boa parte do acervo foi doado pela Célia, pequena parte adquirida através de compra e as doações (Entrevista realizada com Nádja Maria de Moraes Soares, concedida Ana Cristina de Sales, em 06/05/2021).

Sendo assim, a história da formação do Centro de Documentação teve uma narrativa de colaboração e comprometimento de diversos indivíduos e entidades em criar um espaço onde a memória, a cultura e a história do Ceará pudessem ser preservadas, desenvolvidas e compartilhadas. Os membros do Instituto tiveram preocupação com a criação do livro de tombo e a adoção de um sistema de catalogação que garantiu que o acervo fosse gerenciado de forma acessível.

Segundo Nádja Maria, “os documentos foram sendo catalogados separados por temas, classificados com seus devidos números e inseridos no programa, e por fim, dispostos nas estantes, onde cada área do conhecimento tomou sua posição, facilitando a identificação e o acesso à consulta” (Raízes, 2015, n. 64, p. 09). A organização do Centro de Documentação em linhas temáticas obedecia à lógica de um determinado contexto histórico e o encontro de diversas temporalidades. Essa organização também obedecia a interesses, propostas de intervenção e os caminhos traçados para isso. As linhas principais do acervo eram história, patrimônio cultural, memória, movimentos sociais e meio ambiente, segundo o que disse a bibliotecária. Cada linha temática representava um conjunto de materiais que permitia aos pesquisadores e usuários do espaço explorarem tópicos específicos e de maneira mais aprofundada.

Nesse sentido, a proposta de implantação do centro de pesquisa, documentação e memória no IMOPEC, além de funcionar como espaço de preservação da memória e da história da instituição, teve como objetivo atuar para o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e científicas, articulando ensino/ pesquisa e alargando as relações entre o Instituto e a comunidade externa. O primeiro Estatuto do IMOPEC (1988), assim como o segundo, datado de 13 de fevereiro de 2003, apresentou em seu segundo artigo os objetivos da

entidade. Entre esses objetivos, os parágrafos primeiro, segundo e quinto tocaram na questão de documentar e preservar as lutas sociais. Vejamos, no art. 2º temos:

- I. Realizar estudos e pesquisa no âmbito do movimento, da cultura e da religiosidade popular, da história, da sociologia, da antropologia, da política e ciências fins;
- II. Documentar as experiências e lutas de libertação do povo cearense de construção de um novo projeto de sociedade;
- V. Oportunizar aos grupos e movimentos populares o espaço necessário ao estudo, pesquisa, consulta, arquivamento e divulgação da memória popular nas suas múltiplas dimensões (Estatuto do Imopec, 13/02/2003).

Os trechos destacaram o compromisso da instituição com a documentação e preservação das lutas sociais e da memória popular. Isso foi alcançado, conforme os entrevistados e fontes consultadas, por meio do registro das experiências e lutas do povo cearense. Além disso, a instituição também cumpriu esses objetivos ao disponibilizar um espaço para estudos, pesquisas, arquivamento e como um ponto de encontro e divulgação de conhecimento para movimentos e grupos populares.

Hoje o Centro de Documentação Patativa do Assaré resguarda uma variedade documental valiosa. Mais de três mil títulos estão informatizados. Além do material bibliográfico tradicional, se incluem no acervo recortes de jornais, revistas, fitas sonoras e de vídeo, fotografias e CDs, documentos que tratam sobre lutas que fazem parte do histórico da população cearense (Raízes, 2015, n. 64, p. 10).

O espaço abrigou uma singularidade de documentos e formatos. Os recortes de jornais e revistas, as fitas sonoras e de vídeo, as fotografias e CDs formam um mosaico multifacetado de expressões culturais e mobilizações políticas. “Guarda também publicações do próprio Instituto, cujos temas representam sempre momentos significativos da história política e cultural cearense, com enfoque ao trabalho com comunidades interioranas do Ceará, como Jaguaribara, Porteiras, Jaguaretama” (Idem, p. 10).

Essas publicações refletem também momentos marcantes da história política e cultural cearense e iluminam a atuação da instituição em prol das comunidades interioranas do Estado do Ceará, a ênfase nessas comunidades, como Jaguaribara, Porteiras, Jaguaretama apontou para a importância de descentralizar a narrativa histórica. Além disso, o número de materiais do acervo evidenciou a vivacidade do Centro e o momento vivido, em que reapropriações, movimentos de transformação e de autorreflexão eram constantemente reelaborados, incorporando as demandas do social e se refazendo para atendê-las, mesmo porque esse refazer lhe assegurava continuidade.

O material ao qual a citação se referiu são os boletins Raízes, as Revistas Propostas Alternativas e os livros publicados pelo Instituto.

O acervo destaca-se por conter documentos diferenciados daqueles abrigados por outras instituições de cunho informacional. Uma das peculiaridades do CEDOC Patativa do Assaré são as publicações em que o próprio IMOPEC atua tanto como produtor e como editor. Tais publicações estão arroladas no Catálogo de Publicações do IMOPEC, de autoria da bibliotecária Nádja Maria de Moraes Soares (Raízes, 2015, n. 64, p. 10).

A singularidade do acervo do CEDOC agrega várias características, podemos enumerar os “documentos diferenciados”, os quais podemos incluir documentos raros, únicos ou menos comuns, que oferecem uma perspectiva “especial” sobre a história e a cultura do Ceará. Em segundo lugar, a produção e edição própria, o qual o IMOPEC atuava tanto como produtor quanto como editor de publicações. E, por último, o Catálogo de Publicações, elaborado pela bibliotecária Nádja Soares, uma ferramenta para a organização e acessibilidade do acervo. O catálogo permitia aos pesquisadores, estudantes e o público identificar os títulos e um breve resumo de cada publicação produzida.

No “Catálogo de Publicações do IMOPEC” contém um inventário de publicações da instituição que compreende os anos de 1989 até 2004. Por meio, dessa fonte foi possível entendermos a evolução do pensamento e das ações do Instituto ao longo de 15 anos. Dentre os livros publicados, citamos: “Ceará: a crise permanente do modelo exportador (1850-1930)”⁴²; “Lugares da memória do Ceará”; “Jaguaribara resistindo e vivendo: dez anos de luta do Castanhão”.

Ao analisarmos o processo de organização do acervo do IMOPEC, deparamo-nos com trilhas que nos permitem compreender os significados subjacentes e o âmbito da organização dentro no grupo. Isso lança luz sobre a formação da consciência política e lança também um olhar sobre a criação de parcerias estratégicas, a partilha de projetos sociais e o enfoque daquilo que a instituição quis preservar.

Através desse conjunto de práticas, a produção de memórias acerca dos movimentos sociais da década de 1980, 1990 e início dos anos 2000 também se forjava. Para tornar esse processo compreensível, a produção de entrevistas com alguns sujeitos que vivenciaram essa experiência de fortalecimento dos movimentos sociais no Ceará tornou-se um caminho indispensável. À medida que confrontávamos as fontes ia se desenhando as relações e como ela se entrecruzava com outros elos existentes no cenário regional e nacional, que envolviam diversos e articulados interesses, onde a memória se mostrava campo privilegiado de luta. A fala dos entrevistados também mostrava que a experiência de registro,

⁴² Esse livro faz parte do material da dissertação de mestrado da professora Célia Guabiraba.

utilizada pelo IMOPEC, deu características próprias ao Centro e, por conseguinte, a documentação por ele preservada.

O Centro representou um espaço para consulta de documentos, pelo seu poder arquivístico e, ao mesmo tempo, de biblioteca pela organização dos livros e materiais diversos. “Ele extrapola o universo documental rotineiro das bibliotecas e embora contenha em sua maioria material bibliográfico, aproxima-se do perfil dos arquivos, enquanto acolhe tanto documentos originais como reproduções” (Raízes, 2015, n. 64, p. 10).

É importante destacarmos que, embora arquivos e centros de documentação compartilhem algumas semelhanças em termos de custódia, preservação e acesso a documentos, eles também têm diferenças importantes em sua natureza e propósito. Os arquivos lidam geralmente com documentos de valor administrativo e jurídico, como registros governamentais, documentos empresariais, correspondências institucionais, entre outros. A lei n. 8.159, de 08/01/1991, conhecida como Lei dos Arquivos, define arquivo, como:

Conjuntos documentais produzidos e recebidos por órgão públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, ou por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 2015).

Nesse sentido, os conjuntos documentais, segundo a Lei, abrangem uma vasta coleção de informações produzidas e recebidas por diversas entidades e indivíduos, independentemente do formato ou do tipo de conteúdo. Estes documentos são encontrados em instituições públicas, em órgãos privados, bem como produzidos por pessoas físicas ou famílias. Já o CEDOC tende a abranger uma variedade mais ampla de documentos, muitas vezes relacionados a questões culturais, históricas e de pesquisa. O acervo pode incluir materiais como livros, fotografias, gravações de áudio e vídeo, além de documentos originais. Sendo assim, o Centro de Documentação reúne vários elementos em um só lugar. Para o Dicionário de Terminologia Arquivística Brasileira (2005, p. 46), Centro de Documentação é uma “instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações”.

Diante disso, questionamos: quais histórias, memórias e experiências cearenses foram preservadas pelo CEDOC? Como o CEDOC envolveu as comunidades no processo de preservação de histórias e memórias? Como o CEDOC contribuiu para a educação e conscientização da população sobre a história e a cultura do Ceará?

Pudemos perceber que a organização dos materiais se referia de maneira especial as lutas sociais e o processo de consolidação de alguns movimentos. Nas falas dos narradores,

ficou clara a proposta de intervenção do Centro, ao organizar um arquivo e produzir um espaço com base em processos de mudanças sociais e nos modos de organização dos sujeitos.

No percurso da escrita da tese, o CEDOC já se encontrava em processo de dissolução. Após o encerramento das atividades do Instituto, Célia Guabiraba devolveu o material produzido no Curso à Distância pelos cursistas, contendo apostilas, fotografias, CDs, os módulos desenvolvidos no curso, dentre tantos outros documentos. O maior acervo era de livros, o qual foi doado a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, em Limoeiro do Norte-CE, em ocasião dos 50 anos dessa instituição em 2019. Já as publicações do IMOPEC foram doadas a várias escolas e centros de pesquisas. Em relação à documentação produzida pelo IMOPEC, na Casa da Memória de Porteiras, Sul do Ceará, encontram-se todos os números do boletim Raízes e da revista Propostas Alternativas.

A fotografia a seguir foi capturada em 2018, naquele ano, o Centro estava imerso em um processo de triagem e separação de seus registros. No entanto, ao observarmos a imagem, é evidente que uma grande parte do acervo ainda mantinha sua organização, preservando etiquetas e rótulos que testemunharam sua jornada de preservação e produção histórica. Na captura também ficou registrado a primeira aproximação física com a idealizadora do IMOPEC. É importante destacarmos que Célia Guabiraba teve um forte compromisso na articulação de diversos grupos e lutas sociais e também desempenhou um papel significativo na escrita da história do Ceará.



Figura 4. Fotografia que contém Célia Guabiraba à esquerda e Ana Cristina à direita no Centro de Documentação Patativa do Assaré do IMOPEC. Acervo pessoal, 2018.

O CEDOC foi uma fonte constante de apoio para inúmeras pesquisas realizadas por estudantes que frequentaram suas instalações ao longo dos anos. Conforme destacado pela bibliotecária, a maioria dos frequentadores do espaço eram estudantes de ensino superior da área de ciências humanas.

Quem mais frequentava o Centro de Documentação eram os estudantes da graduação do curso de História e de Ciências Sociais, também os mestrandos desses mesmos cursos. Alguns estudantes do curso de Arquitetura e de Economia, também estiveram no Centro de Documentação. Uma vez ou outra chegavam pessoas que não eram estudantes das universidades, mas que tinham interesse em algum assunto, como, por exemplo, movimentos sociais, e alguém havia indicado o Centro de documentação do IMOPEC. Também procuravam o Centro de Documentação, estudantes das universidades do Crato, Juazeiro, Barbalha e Sobral (Entrevista realizada com Nádja Maria de Moraes Soares, concedida a Ana Cristina de Sales, em 06/05/2021).

O alcance do Centro de Documentação transcendeu as fronteiras de Fortaleza, onde era situado, atraindo estudantes das universidades do Crato, Juazeiro, Barbalha e Sobral, o que evidenciou seu impacto regional e sua importância como recurso de pesquisa e preservação da memória histórica.

Desse modo, os documentos guardados em instituições, públicas ou privadas, dispersos em numerosos arquivos e residências, possuem um papel fundamental na construção histórica. Nesse contexto, a decisão de preservação ou de descartar um documento não é resultado do acaso, mas sim uma escolha interessada. Marc Bloch, lança luz sobre essa questão:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão. Longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (Bloch, 2001, p. 83).

Nesse sentido, o CEDOC esteve envolvido na preservação da memória e na maneira como as gerações futuras terão acesso a essa memória, mediante um aspecto essencial da compreensão e apreciação da história e cultura de uma sociedade. Para Le Goff (2012), é imperativo interpretar os documentos como monumentos e compreendê-los como ferramentas que atendem a interesses, frequentemente associadas à preservação de uma memória singular que tende a excluir outras narrativas.

Assim, durante os processos de tensão e conflitos pelo poder, é essencial compreendermos que os documentos não são elementos neutros ou ingênuos, mas frequentemente servem às demandas de um grupo específico. Destacamos a necessidade de preservação e do acesso a documentos que representam a diversidade da sociedade e que sejam acessíveis para pesquisadores e curiosos, possibilitando-nos perceber, como indicado por Bloch, que o ato de lembrar ou esquecer são escolhas previamente definidas.

Sendo assim, o CEDOC desempenhou uma importante experiência política e simbólica na história dos cearenses, especialmente no que se refere à guarda e preservação das memórias dos grupos minoritários, ou seja, daqueles que são excluídos dos espaços de poderes predominantes. Para concretização de tal feito, a Revista Propostas Alternativas e o Boletim Raízes representam instrumentos que trazem esses grupos.

A Revista Propostas Alternativas e o Boletim Raízes, são instrumentos de estudo muito importantes. A Revista Propostas Alternativas, aborda temas de grande importância para os que estudam patrimônio cultural, memória e também meio ambiente. O Boletim Raízes também abordava esses temas, mas há sempre o resgate do momento do IMOPEC, os projetos que estava executando, com matérias referentes a temas dos projetos. Mas, também tratando da atualidade cearense (Entrevista realizada com Nádja Maria de Moraes Soares, concedida a Ana Cristina de Sales, em 06/05/2021).

O material conforme pontuado pela entrevistada trazia questões caras ao patrimônio cultural e a memória, frequentemente lançava luz sobre como essas áreas estavam intrinsecamente relacionadas as demandas de lutas dos movimentos sociais. As publicações ofereciam um olhar para a análise das lutas e conquistas desses grupos, destacando a importância da preservação de suas narrativas e contribuições para a sociedade. Do mesmo modo, evidenciavam as dinâmicas sociais, culturais, ambientais e políticas, incluindo o papel desempenhado pelos movimentos sociais na construção e transformação da sociedade cearense.

Além do processo de salvaguardar os documentos, materiais e livros, o IMOPEC também “colhia” e registrava memórias por meio de entrevistas, principalmente aquelas ligadas ao movimento socioambiental. Conforme expressado por Rosa Maria Pereira, no Raízes (2015), esse processo foi uma colaboração de um esforço conjunto para romper o silêncio que encobre as injustiças ambientais intrinsecamente presentes na dinâmica entre a sociedade e a natureza no contexto do Estado.

Essa trajetória foi construída por vinte lutas comunitárias em defesa dos territórios tradicionais, dos ambientes naturais ameaçados por grandes projetos de

desenvolvimento e dos direitos à existência de populações indígenas e negras, historicamente negadas e, portanto, excluídas da história oficial (Pereira, 2015, p. 11).

A experiência educativa desenvolvida pelo IMOPEC nesse processo formativo emergiu da união de vozes e ações dos grupos organizados dedicados à defesa dos territórios tradicionais, à preservação dos ambientes naturais ameaçados e à garantia dos direitos das populações indígenas e negras. Desse modo, o IMOPEC atuou na mobilização desses sujeitos, na conscientização pública e na defesa pela justiça ambiental e dos direitos humanos.

O trabalho do IMOPEC com essas comunidades representou uma voz coletiva que se levantou contra as injustiças históricas e a marginalização sistêmica sofrida por esses territórios. O enfrentamento objetivou, ao mesmo tempo, resistir às ameaças externas que colocam em risco os modos de vida tradicionais e os ambientes naturais, e desafiar a negação histórica e exclusão que essas comunidades enfrentavam na narrativa oficial da sociedade. Com isso, o Instituto em parceria com essas comunidades estabelecia uma série de estratégias, incluindo protestos, conscientização pública e mobilização, visando sensibilizar a opinião pública e pressionar por mudanças significativas nas políticas governamentais e nas práticas das empresas, ou seja, era uma luta por justiça social, racial e ambiental, na construção do presente e do futuro.

Essas lutas comunitárias, impulsionadas pelo IMOPEC e outras instituições parceiras, foram e continuam sendo fundamentais para reverter a história de opressão e para construir sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis, onde os direitos e as aspirações das comunidades tradicionais, indígenas e negras sejam reconhecidos e respeitados. Elas também servem como exemplo de resistência e solidariedade, destacando a capacidade das pessoas de se unirem em busca de um mundo melhor para todos. Nesse entendimento,

Lançar um olhar sobre a história da resistência popular no Ceará é um convite a viajar no tempo. Pelo tempo ser grande e denso, é necessário recortá-lo, para incorrer no equívoco de não fazer justas referências às bravas gerações que nos antecederam, deixando seu traço marcado pelo sangue derramado na longa história de luta contra a opressão do Povo Cearense. Mas também, pelas reinvenções pedagógicas e organizativas que foram sendo criativamente tecidas (Idem).

Nesse contexto, há a necessidade de defender os direitos do povo cearense e também de atuar como agente ativo na forja de novas abordagens pedagógicas e formas de organização, ao qual, exista a mobilização das pessoas e, ao mesmo tempo, um espaço para a expressão criativa das aspirações populares.

Essas lutas foram sistematizadas, por iniciativa do IMOPEC, com o apoio do Banco do Nordeste, a partir da execução do projeto Memória dos Movimentos Ambientais do Ceará. Realizada em conjunto com um grupo de 15 pesquisadores, representando as regiões do Cariri, Chapada do Apodi, Zona Costeira e bairros de Fortaleza, a pesquisa buscou identificar e organizar dados e informações relevantes sobre essas lutas na perspectiva de registrá-las, mas principalmente, de dar-lhes visibilidade e reconhecimento (Idem, p. 12).

Na ocasião os pesquisadores uniram diversos elementos da pluralidade desses povos, identificados em suas origens, motivações, dinâmicas e cronologias datadas de 1960 a 1990. Tiveram como material de pesquisa documentos e entrevistas. “Esse material, em seu conjunto, compõe um banco de dados que guarda a memória da indignação e das utopias que conduziram as lideranças comunitárias à frente desses movimentos” (Idem, p. 12).

Assim, o CEDOC a partir do projeto “Memória dos Movimentos Ambientais do Ceará”, financiado pelo Banco do Nordeste (BNB) passou a preservar histórias de resistência, no combate ao apagamento histórico e na promoção da conscientização sobre os desafios enfrentados pelas comunidades ao longo do tempo. O banco de dados carregava o testemunho da história e memória desses povos e as utopias que os guiava.

A luta por justiça mobilizou milhares de pessoas agrupadas por organizações formais e informais em defesa do direito à cidade e contra a negação de direitos de acesso aos rios, lagoas, dunas, mangues e mares impactados e privatizados por grandes projetos desenvolvimentistas instalados e/ou em processo de instalação no Ceará. O processo revela também a ausência do Estado, que submetido à lógica de um modelo de desenvolvimento orientado na perspectiva neoliberal, descumprir e flexibiliza a legislação ambiental brasileira, traindo visivelmente o interesse público. Além disso, ressalta a imprescindível e histórica contribuição das lideranças e movimentos que marcaram esse tempo e, ainda hoje, dão continuidade às lutas populares (Pereira, 2015, p. 12).

O IMOPEC faz uma crítica contundente ao governo, ao qual, apontou a ausência deste, quando submetido à lógica de um modelo de desenvolvimento orientado pelo neoliberalismo, a qual descumpria e flexibilizava a legislação ambiental brasileira, deixando o interesse público de lado em prol de interesses corporativos e econômicos. Nesse processo, o Raízes trouxe a contribuição histórica das lideranças e dos movimentos sociais que, de maneira igualmente importante, continuavam a liderar as lutas populares.

Deste modo, o CEDOC contribuía para a guarda e preservação dessas memórias, trazendo a responsabilidade coletiva em construir um mundo melhor para as gerações futuras e, ao mesmo tempo, compreensão dos desafios e agravantes da crise ambiental em nosso país. O Instituto, ao registrar essas memórias, deixava, explícito, sua posição sobre o conceito de memória como uma ação intrinsecamente política. “É preciso ressaltar que colher memórias, para nós, não se restringe a olhar o passado; se as colhemos, é por estarmos imbuídos do

sentimento de que se “pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente e torná-la para nós uma verdadeira matriz de projetos” políticos” (Idem, p. 12). O IMOPEC ao gravar entrevistas e documentá-las incorporava a memória política em suas estratégias, criando uma narrativa que revela a importância de aprender com as lições do passado, não só para evitar a repetição de erros, mas também para fortalecer as bases de suas agendas políticas.

Desse modo, a criação do Centro de Documentação Patativa do Assaré, em 1998, refletiu uma iniciativa de cunho preservacionista, voltada para a salvaguarda de documentos permanentes, tanto de natureza histórica quanto de caráter iconográfico e audiovisual. Estes documentos, ao serem coletados e organizados, abrigaram uma variedade de informações que vão além dos feitos do próprio Instituto. Eles contribuíram para a compreensão da história e da memória do Ceará, e, de maneira intrínseca, são uma parte do diálogo com os movimentos sociais.

O acervo diversificado oferecia um recurso para aqueles envolvidos nos movimentos sociais e interessados na justiça social, direitos humanos e na preservação do meio ambiente. Assim, o material reunido e organizado possibilitou reflexões a respeito de temáticas centrais para a História, memória, patrimônio cultural, e, diálogos com tantos outros saberes educativos.

Ao preservar a história e a memória do Ceará, o Centro de Documentação do IMOPEC também contribui para um diálogo mais amplo com os movimentos sociais. Oferecendo uma plataforma que promovia a reflexão sobre as raízes das desigualdades e injustiças que esses movimentos buscavam enfrentar, além de destacar as ações e iniciativas que moldaram a história de resistência do Estado. Além disso, o Centro pôde se tornar um espaço de encontro, onde os pesquisadores e interessados em ciências humanas podiam acessar, estudar e utilizar esses materiais históricos para fortalecer suas causas e produzir suas narrativas. Portanto, o Centro de Documentação Patativa do Assaré não era apenas um acervo de documentos e livros, mas um catalisador do diálogo e uma ferramenta para os movimentos sociais.

4 MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: “LUGARES DE MEMÓRIA” E LUTAS SOCIAIS A PARTIR DO IMOPEC

Vivemos atualmente em uma época identificada como a era do conhecimento, da informação e da comunicação, na qual a sociedade está cada vez mais conectada em redes. No entanto, também enfrentamos desafios na sociedade contemporânea, marcados pelo imediatismo e pelo privatismo, na qual observamos um retrocesso ao acesso ao direito a uma educação crítica e humana e à preservação da memória. Diante desse contexto, é crucial questionar e refletir sobre as lutas empreendidas pelos movimentos sociais populares e organizações da sociedade civil que se empenham em garantir seus direitos e disputar espaços, formas de trabalho e modos de vida.

Nesse sentido, buscamos neste capítulo fazer uma discussão a partir de como as pessoas se transformam e transformam o social. Do mesmo modo, de como os sujeitos se constituem e constituem a luta. A memória será vista por nós, enquanto campo de disputa, resistência e de afirmação de luta política. Logo, questionamos: qual concepção de memória a instituição defendia? Quem eram os sujeitos dessa memória? Quais mecanismos de preservação da memória o IMOPEC privilegiou?

Os registros analisados e as narrativas provenientes das entrevistas testemunham as diversas articulações realizadas pelo Instituto, a qual os sujeitos coletivos uniam forças e se conectavam no movimento popular. Esses agentes tinham interesses tanto coletivos quanto individuais e estavam intrinsecamente ligados às necessidades enfrentadas pelos grupos marginalizados. Concordamos com Khoury, quando afirma que nós,

como historiadores comprometidos com a realidade social, afirmando e reafirmando a contemporaneidade e a vitalidade crítica da reflexão histórica, trabalhamos momentos, processos e lugares da experiência social, procurando compreendê-los em sua singularidade, explorando-os de maneira relacionada na dinâmica social mais ampla; tornamo-nos mais sensíveis a indagações sobre as múltiplas culturas em suas peculiaridades e significados mais profundos, como possibilidades alternativas no jogo de poderes da mudança social histórica (Khoury, 2004, p. 116).

Isso nos torna mais sensíveis às diferentes culturas, suas peculiaridades e significados, reconhecendo-as como possibilidades alternativas no jogo de poderes da mudança social histórica. Dessa forma, podemos contribuir para uma reflexão crítica da sociedade em seu contexto histórico, nos atentando para momentos, processos e lugares específicos da experiência social, intentando para as suas singularidades e estabelecendo conexões com a dinâmica social mais ampla.

Desse modo, veremos como o Instituto assessorou via parceria com as comunidades e financiamento com agências internacionais, na criação de três Casas da Memória, as experiências foram em Jaguaribara (1998), Jaguaretama (2005) e Porteiras (2007). O IMOPEC por meio de suas ações trazia a possibilidade de os sujeitos valorizarem suas lutas e referências históricas na comunidade. Nos chamou atenção as práticas educativas e os modos de organização dos três municípios na criação das Casas da Memória. Nesse sentido, analisamos “o potencial da memória como prática política que ainda requer, igualmente, muita exploração e reflexão sobre modos como grupos marginalizados ou deslocados se refazem, reconstróem territórios e identidades, reinventam tradições e práticas culturais” (Khoury, 2004, p. 134).

Essa perspectiva reconhece a memória como uma força poderosa na vida desses grupos, capaz de permitir que reivindiquem sua história e experiências de maneira autônoma. Os grupos marginalizados muitas vezes enfrentam a negação de sua existência, a marginalização de suas vozes e a perda de suas práticas culturais e tradições. No entanto, por meio da memória, eles podem se reconectar com seu passado, “recuperar” narrativas esquecidas ou silenciadas e reafirmar sua identidade. Ao recriar territórios e identidades, esses grupos estão reivindicando seu lugar na sociedade e resistindo às narrativas hegemônicas que os desvalorizam. Eles constroem uma memória social que lhes permite fortalecer suas conexões comunitárias, reafirmar suas raízes culturais e encontrar formas de resistência e superação. Sendo assim, é necessário identificar as estratégias, os desafios e as possibilidades que surgem quando se trata da recriação e reafirmação da memória por esses grupos.

Nessa perspectiva, abordamos as experiências educativas a partir do olhar da Educação Popular e da História Social, adotando uma abordagem crítica que problematiza a escrita da história local a partir dos atores sociais. Esses atores sociais, por meio de suas lutas, descobrem seu potencial de atuação no campo da resistência e disputas.

Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XX, história social, seja ela entendida como a história vista de baixo de língua inglesa (Sharpe, 1992) ou a micro-história italiana, colocou em relevo as perspectivas de grupos sociais cujas experiências até então haviam sido relegadas ao segundo plano pela historiografia. Assim, transportava-se às pesquisas empíricas uma intuição teórica já presente no final dos anos 1930 na obra do filósofo Walter Benjamin (2020). Para ele, o triunfalismo de uma história unificada nos sucessos políticos e militares dos estados nacionais deveria dar lugar a uma história a contrapelo. Nela, a memória dos vencidos revisitaria por meio do olhar sobre as opressões e silenciamentos implícitas nos monumentos civilizacionais dos vencedores.

A partir do momento em que buscou concretizar empiricamente essa proposta, a história social se viu confrontada pelo desafio metodológico de recuperar as vozes silenciadas dos grupos subalternos numa cultura material frequentemente produzida pelos silenciadores (Ginzburg, 2007). Isso se mostrou necessário porque, no estudo de períodos anteriores ao século XX, a maior parte dos registros documentais ainda existentes sobre esses foram produzidos em contextos de administração, vigilância e controle, possuindo a marca da alteridade. Esse é o caso, por exemplo, do uso de processos judiciais, documentação policial, prontuários médicos e mesmo jornais como fontes para a história social.

Entretanto, paralelamente a esse esforço em pesquisas de períodos mais recuados, surgiu no interior da história vista de baixo inglesa a percepção de que a história dos grupos marginalizados do tempo presente, era possível evitar a mediação dos registros oficiais e promover o contato direto entre os historiadores e as minorias. Um exemplo disso é o chamado History Workshop, criado nos anos 1960 na Grã-Bretanha sob a direção do historiador Raphael Samuel. Ele liderou atividades nas quais trabalhadores manuais e pessoas com pouca escolaridade podiam não apenas aprender história, mas participar do processo de produção do conhecimento histórico. Como aponta Jill Liddington (2011), essa iniciativa surgida no interior da história social é hoje considerada precursora da história pública e da história oral.

Assim, enveredamos pelos caminhos traçados pelo IMOPEC na construção de sua pedagogia, imersos nos pressupostos da História Social. Fundamentamos nossa jornada nas memórias e nas histórias de resistência de um povo que ficou sem seu território e de mais duas comunidades que usaram a primeira experiência de criação da Casa da Memória como base.

Reconhecemos nossa limitação enquanto pesquisadores, sabendo que não conseguiremos esgotar todo o trabalho realizado pelo Instituto e pelas comunidades no processo de busca, construção coletiva e transformação. Dentro de nossas capacidades, procuramos interpretar o contexto e os caminhos percorridos para a concretização de questões tão caras a cidadania e a justiça social, presentes nas Casas da Memória.

4.1 Semeando Casas de Memória: a experiência do IMOPEC em Jaguaribara (1998), Jaguaretama (2005) e Porteiras (2007)

Apagar a memória de um povo é o caminho mais seguro para estabelecer a sua dominação. No Ceará, a história oficial tem priorizado a trajetória das classes dominantes, esquecendo as variadas formas de resistência das classes trabalhadoras.

O índio foi massacrado. A sua cultura é vista de maneira folclórica. Faz-se de tudo para esquecer uma origem tão diminuída, reprimida, envergonhada. O Ceará perdeu a sua identidade primeira. Um forte sentimento de inferioridade dominou o povo, marginalizado na sua origem étnica, marginalizado social e economicamente (Raízes, 1992, n. 01, p. 01).

A primeira edição do boletim Raízes de 1992 faz alusão aos “500 anos da América”, retratando o que foi e é esquecido populações que fizeram parte de nossa origem. O esquecimento a qual o boletim vem retratando se refere as populações indígenas massacradas, especialmente na sua cultura e identidade. Além disso, traz ainda a luta das mulheres, dos negros, dos menos favorecidos economicamente, dos excluídos.

Essa passagem do boletim, nos lembra Paulo Freire (1967) ao nos dizer que o modelo de colonização praticado no Brasil, colaborou para a construção de uma sociedade fechada para a experiência democrática, atravessada pelas marcas do paternalismo e ausência de participação dos grupos mais desfavorecidos, soerguendo uma sociedade balizada na exclusão e com uma estrutura social desigual. Aqueles que não se enquadravam no olhar colonizador eurocêntrico foram postos à margem, inclusive pelas marcas da escrita da história.

O processo de apagamento da memória pela história e a imprensa oficial faz parte de uma longa discussão, de uma relação nem sempre possível, mas necessária, entre a memória e a historiografia. Cabendo a nós pesquisadores elucidarmos o papel político e social que a memória tem para a história e vice-versa. Na tese, a relação história e memória é apresentada por nós a partir do entendimento da memória enquanto potencializadora de ações humanas e de transformação política/social, e também, como fonte e centralidade para a História, que, não diferente de outras, exigem do pesquisador um olhar sensível para e com o passado através das ações que se dão no presente.

A compreensão de memória que adotamos, sugerida por Henry Rousso (2000) apontou que a memória lapida o passado, lapidar para ele é realizar uma reconstrução que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido no núcleo familiar e social. Compreender essas memórias necessita fazermos um exercício da dimensão histórica e social que permite visualizarmos as intencionalidades que perpassam o ato de lembrar e/ou de esquecer e como seus usos podem ocorrer tanto no sentido da afirmação/manutenção da construção de uma História hegemônica ou no questionamento desta.

Em tal sentido, a memória é, conforme destaca Nora (1993, p. 9) “[...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas,

vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”. Os pontos em branco na memória são vistos a partir da impossibilidade de revivermos o passado tal como ocorreu, porque estamos lidando com outro momento, não mais o do acontecimento. Partindo desse princípio o esquecimento é uma atividade crucial a memória, se há lembranças é porque existem os esquecimentos. Essas marcas de lembrar/esquecer estão inebriadas de relação social/política e experiência simbólica, fazendo assim, um conjunto de ideias necessárias e significativas.

Para Nora, a memória é uma experiência vivenciada pelos diferentes indivíduos, podendo está sujeita a mudanças e permanências (1993, pp. 21-22). Com isso, cada um tem seu modo de pensar e agir diante de determinadas situações, cada um vivencia o fato do seu jeito, porque a experiência é única e cada um tem a sua. Em concordância com Alberti, “concebemos o mundo sempre de modo descontínuo, agrupando e relacionando conceitos, justapondo contradições e procurando resolvê-la em sínteses...” (Alberti, 2004, p. 16). Nesse contexto, ao explorarmos essas narrativas, somos confrontados com experiências diversas, perspectivas diferentes e até mesmo contradições surgidas em relação aos eventos, às emoções e aos significados atribuídos. Nessas operações temos a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, através da compreensão das expressões do seu viver, tornando a realidade do passado concreta.

Numa sociedade que cada vez mais se coloca a importância da lembrança, de uma memória que seja política, social e culturalmente diversa, que coloque em relevo o questionamento de cristalizações do passado e da imposição de memórias incontestáveis. A memória, que é um dos pilares teóricos e políticos do IMOPEC, é compreendida por nós como um processo de produção e reelaboração de significados, que se faz no individual e no social a partir das relações, um processo essencial para a construção da identidade de um grupo ou comunidade.

Quando as pessoas se aproximam, estabelecem conexões com suas histórias e tradições, fortalecendo sua identidade cultural. Além disso, a preservação da memória social é fundamental para a manutenção da história e da cultura de um povo. Ao lembrar e celebrar eventos e tradições importantes para a comunidade, as pessoas mantêm vivas as suas raízes e valorizam sua herança cultural.

A memória social desperta grande interesse nas áreas de sociologia, antropologia, história e estudos culturais. Desde a década de 1980, diversos pesquisadores têm se dedicado a investigar as múltiplas memórias que compõem a sociedade, os processos de construção e

transmissão dessas memórias, assim como seus impactos na formação das identidades e nas relações sociais.

Esses estudiosos passaram a questionar os usos do passado e da memória, bem como as conceituações que até então eram consideradas orientações essenciais nas discussões históricas que envolvem a memória. Compreendemos que a memória não é um fenômeno estático e universal, mas sim um construto social que varia conforme os contextos e envolvidos. Assim, a preservação da memória social vai além da mera conservação de lembranças individuais ou coletivas. Envolve também a valorização e a problematização dos usos do passado, dos silêncios e das exclusões presentes nas narrativas dominantes.

Há muitos esforços em (re)formular as problemáticas que explicam as conexões entre o passado e o presente, assim como as deliberações que os grupos sociais empreendem em suas concepções de mundo e ações. Autores como Jacques Le Goff (2012) e Paul Ricoeur (2008) nos auxiliam nessa tarefa de reformulação, bem como, no entendimento de que a memória não é apenas um depósito passivo de fatos e eventos, mas uma construção ativa que molda nossa percepção do mundo e influencia nossas ações no presente.

Por outro lado, ao considerarmos a memória como uma força impulsionadora de lutas, exercícios políticos e resistências, Nora (1993) e Pollak (1991) nos auxiliam na compreensão de como os grupos se colocam carentes de memória, exigindo direitos e deveres de memória social, política e cultural.

Quando consideramos a produção do conhecimento a partir da experiência educativa do IMOPEC, ressaltamos o seu compromisso em romper com as diversas formas de opressão e silenciamento, compromisso este compartilhado pela pesquisa que resultou nesta tese. Esse compartilhamento certamente não justificaria a idealização do Instituto como premissa da análise. Por outro lado, a relevância aqui conferida a testemunhos que valorizam o papel educacional do IMOPEC está relacionada a uma postura metodológica alinhada àquilo que o Instituto representou: o reconhecimento do valor documental de memórias minoritárias e tantas vezes invisibilizadas. Pensar a memória, por esse ângulo, possibilita-nos trazermos ao debate leituras do vivido por segmentos sociais cujos cotidianos foram marcados por travessias de lutas, de resistência e de enfrentamento a uma lógica de sociedade desigual e excludente.

Le Goff (2012, p. 457) nos ensina, que “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”, ou seja, a memória está entrelaçada no campo das disputas, das tensões sociais, das relações de poder, de contradições e afirmação e/ou negação de narrativas. Os usos da memória quando servem

ao modelo de sociedade excludente validado a luz do olhar colonizador e de glorificação das memórias dos “heróis nacionais” ou da negação dos “grandes homens” se relacionou com as posturas teóricas as quais o pesquisador defendia e do lugar social ocupado.

A memória funciona como um instrumento de libertação (Le Goff, 2012), uma fonte para a escrita de uma História que problematiza as opressões e as exclusões a que determinados grupos sociais foram relegados. A pedagogia proposta pelo IMOPEC caminha pelas veredas do esquecimento a qual os menos favorecidos foram subordinados. Esses fazeres são significativos para discussão pretendida pela História Social e a Educação Popular, nos permitindo olhar e pensar com os grupos oprimidos a partir de suas memórias, experiências, lutas e histórias que elucidam as relações de poder e as desigualdades sociais.

O IMOPEC em suas publicações deixou claro por diversas vezes seu projeto consoante uma instituição comprometida com os grupos sociais, povos e as etnias relegadas ao esquecimento ou “apagamento” de nossa história. Em contramão ao processo de invisibilização, o Instituto estimulou e apoiou às manifestações culturais locais; a identificação, restauração e tombamento do patrimônio material e divulgação do patrimônio imaterial. Nesse sentido, a instituição promoveu nas comunidades a necessidade de as pessoas conhecerem a sua cultura e escreverem suas histórias, numa compreensão coletiva do conhecimento. Uma experiência educativa que reconhece a comunidade como produtora de saberes e que identifica nela a existência de um saber local. Os saberes locais expressos de múltiplas maneiras nas ações desenvolvidas pelo IMOPEC.

Assim, dividimos esse tópico em três subdivisões para melhor compreensão das articulações para a organização das três Casas da Memória assessoradas pelo Instituto, tendo em vista que as motivações para criação e os espaços são diferentes, com lutas e trajetórias peculiares.

Logo, o estudo por meio das Casas da Memória, é revelador do direito à memória e a história dos diferentes sujeitos e lugares. “Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (Pollak, 1992, pp. 200-212). Dessa maneira, Alecsandro Ratts, destacou:

[...] a Casa nos leva a pensar em tempos e espaços aos quais não voltamos mais, porém aos quais podemos voltar, sim, para fazer um processo de reconhecimento e de reconstrução, homens e mulheres, jovens e idosos, brancos, negros e de outras etnias; enquanto cearenses, sertanejos, nordestinos, urbanos ou rurais; enquanto cidadãos e agentes da história e da cultura (Ratts, 2003, p. 05).

Portanto, torna-se indispensável a preservação da memória e dos lugares de memória, locais materiais e imateriais que fortalecem os laços de uma sociedade, de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento (Nora, 1993). A memória, enquanto capacidade de preservação de elementos coletivos, nos remete a manutenção de ícones da trajetória histórica, dos lugares que não devem ser esquecidos, mas reconhecidos como partes integrantes na formação de uma sociedade.

Por que o nome Casa da Memória e não Museu? De quem partiu a ideia de construção desses espaços em Jaguaribara, Jaguaretama e Porteiras? Quais as dificuldades enfrentadas para implementação e sobrevivência desses espaços? As experiências resistem até hoje? Quem as coordena? Os questionamentos são muitos e necessários, mas, válidos para a compressão desses espaços museológicos.

4.1.1 A experiência da Casa da Memória de Jaguaribara: “o que se perde e o que se leva”.

Esse lugar – Jaguaribara – está impregnado de vida que não pode ser morta pela água que simboliza a vida. No entanto, o Estado não tem interesse em reconstruir e sim cobrir com água todas as imagens e símbolos do lugar. Jaguaribara está sendo morta por uma nova Jaguaribara que não tem passado, não tem identidade, não tem sentimento, não tem economia, não tem política, não tem povo: lugar vazio de imagens e de vida! A produção da cidade de “Nova Jaguaribara”, não tem a participação do povo, até porque o povo não está lá. O que acontece é uma agregação de pessoas que dão opinião sobre uma cartografia. A prática agregativa não representa o sentimento do povo, a identidade do lugar, porque o lugar é um ser ontológico, é um corpo integrado historicamente (Raízes, 2000, n. 31, p. 07).

A primeira iniciativa de Casa da Memória em 1998 se deu pelo sentimento de perda, quando foi decretada pelo governo do Estado do Ceará a construção da Barragem do Castanhão e a total demolição do Município de Jaguaribara, “cerca de 9.544 pessoas foram obrigadas a mudarem de lugar” (Raízes, 1922, n. 01, p. 07). Mas nem tudo cabia na mala na hora da mudança, em especial, os sentimentos, as paisagens, as lembranças das praças, das ruas e de tudo aquilo vivenciado por uma população inteira. Com a finalidade de diminuir esse sentimento de perda e de se fazer uma reflexão do passado no presente, para que as novas gerações conhecessem suas origens e provocasse nelas o sentimento de pertencimento e construção social da identidade, foi criada a vida em meio à destruição e do lugar da barragem enquanto possibilidade de vida. A ideia de Casa da Memória proposta pelo IMOPEC

fundamentou-se nas orientações do que conhecemos como museologia social, que segundo Mário Chagas e Inês Gouveia,

o que dá sentido à museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas sim, os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula. Toda museologia e todo museu existem em sociedade ou numa determinada sociedade, mas quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária (Chagas; Gouveia, 2014, p. 09).

A museologia social comprometida com a transformação social rompe com estruturas conservadoras e elitistas, em um processo de democratização do acesso aos espaços museológicos e o engajamento ativo das comunidades. Ela se preocupa em valorizar as múltiplas perspectivas e narrativas que compõem a história e a cultura de um povo. Envolvida com a diminuição das injustiças e desigualdades sociais, a museologia social tem o caráter de participação ativa da comunidade no processo de criação, gestão e utilização dos acervos. Tornando o espaço de certo modo inclusivo, e relevante para a comunidade, ampliando seu papel como agente de mudança social (Idem).

A Casa da Memória de Jaguaribara é pensada inicialmente a partir do entendimento de que a demolição do município, o desaparecimento de suas estruturas espaciais e a dispersão da população, resultantes da construção da barragem, acarretam a desintegração social e o apagamento da história local. Nesse contexto, Nora (1993) ressalta a importância da memória como uma necessidade fundamental, tanto em termos de preservação das funcionalidades sociais quanto do aspecto simbólico.

Uma parcela da população de Jaguaribara participava da associação de moradores assessorada pelo IMOPEC e no decorrer das muitas reuniões⁴³, audiências públicas⁴⁴ e debates⁴⁵, sentiram a necessidade de trazer à tona a memória social da comunidade por meio de oficinas, seminários, exposição de fotografias e documentários. Com base nesses

⁴³ Segundo narrou Bernadete Neves, houveram sobre a barragem do Castanhão mais mil reuniões. Nas palavras dela: “participamos do Encontro Internacional dos atingidos por barragens e do Tribunal Internacional da Água que condenou o Castanhão também, eram as maiores autoridades do mundo fazendo isso em Florianópolis, e condenaram, eles mandaram advogado do DNOCS e não teve jeito” (Entrevista realizada com Maria Bernadete Neves, concedida a Ana Cristina de Sales, em 01/06/2021).

⁴⁴ Em 1992, foi realizado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente a 2ª audiência pública sobre a construção da barragem dos Castanhão. O IMOPEC juntamente com a associação de moradores fez a solicitação da audiência e se fizeram presente no debate.

⁴⁵ O IMOPEC realizou em 1992, em conjunto com a Associação de moradores de Jaguaribara, Seminários sobre a História da terra do Ceará. Os seminários tiveram como objetivo a formação da consciência crítica e histórica das lideranças da comunidade na perspectiva de um maior envolvimento na luta em defesa dos seus direitos enquanto cidadãos.

momentos o grupo passou a reconstruir em parte a história e a memória do lugar que estava sendo destruída pela grande obra do governo do Estado. A ideia da Casa da Memória surge justamente nesse processo de reconstrução, tornando-se alento em suas funções de preservação e comunicação para a memória da comunidade, fortalecendo os vínculos e reafirmando a importância da luta e resistência do grupo.

A ideia da Casa da Memória, e, aí sim, como uma proposta museológica, mas não com aquele tom pejorativo que se dá muito a museu – museu é lugar de coisa velha, quando ninguém quer mais jogar no museu. A gente definiu chamar essa empreitada de Casa da Memória, foi muito legal porque o próprio povo participando dos seminários de resgate da memória ia juntando as peças e não era só um ajuntamento de tranqueiras, mas de um debate político sobre o sentido da memória popular e o que aquilo significava na luta e no contexto da barragem (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Na fala do entrevistado fica explícito que o objetivo da Casa estava para além de um mero depósito de objetos e informações. Se voltava a um espaço vivo e dinâmico com a finalidade de promover reflexão e engajamento da comunidade. Isso implica uma maior colaboração e envolvimento das pessoas em todas as etapas do processo museológico, desde a concepção e planejamento até a gestão e avaliação. Gomes e Vieira (2014, p. 321) pontuam que “essas experiências trazem semelhanças quanto à participação e a apropriação comunitária do patrimônio e da memória local, como ferramentas de afirmação, preservação e defesa de territórios, ecossistemas e referências culturais”.

O diferencial, neste caso, não está no reconhecimento do poder da memória, mas sim na colocação desse poder ao serviço do desenvolvimento social, bem como na compreensão teórica e no exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social. Trabalhar nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o papel dos museus como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que adota este caminho não está interessado apenas em ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais (Gomes; Vieira, 2000, p. 15).

Desse modo, a Casa da Memória ou museu comunitário são espaços que acolhem e salvaguardam acervos de uma comunidade, com a finalidade de formar sujeitos coletivos capazes de desenvolver a consciência da própria história, propiciando a reflexão e a crítica para a ação transformadora do grupo. Essa visão mais ampla do papel dos museus enfatiza a sua capacidade de serem catalisadores de transformação social. Ao utilizar a memória como uma ferramenta de intervenção, os museus se tornam espaços de encontro, reflexão e diálogo,

estimulando a participação ativa da comunidade na construção e reinterpretação das narrativas históricas e culturais.

O compromisso dos museus que seguem essa abordagem vai além da mera conservação e exibição de acervos, estes promovem ações que contribuem para o desenvolvimento social e a valorização das diversidades, tornando os espaços dinâmicos, abertos e inclusivos, a qual a memória é mobilizada para promover a reflexão, o engajamento e a construção de uma sociedade alternativa, por meio de exposições, programas educativos, eventos culturais e iniciativas de participação da comunidade.

Ao ser confirmada a construção da barragem, o IMOPEC juntamente com a comunidade de Jaguaribara assumiram o compromisso de recuperar alguns símbolos do município, na tentativa de reconstruir referências, identidades, projeções para o futuro e um espaço para que as pessoas que moravam na antiga cidade passassem a rememorar e para que as próximas gerações tivessem acesso aos elementos que foram representativos para a memória daquele povo.

O primeiro passo foi dado pelo Instituto em setembro de 1997, o qual realizou o Seminário “Símbolos e memória de Jaguaribara: o que se perde e o que se leva”, o evento propiciou contato com grupos variados de professores, artistas, estudantes e lideranças comunitárias, possibilitando debater publicamente sobre os símbolos da memória e da história de Jaguaribara, ao todo participaram 40 pessoas. Alecsandro Ratts no boletim Raízes salienta que o Instituto tinha em mente o pensamento “de que os povos em migração forçada, a exemplo dos africanos escravizados e dos judeus perseguidos, não “levam” sua cultura para o local de destino e assim têm que fazer uma seleção da sua “bagagem cultural” (Ratts, 2003, p. 04). Nem tudo cabe, nem tudo é lembrado no momento que serão feitas as escolhas do que carregar na “bagagem cultural”, a bagagem deve ser leve e ao mesmo tempo carregar tudo que é necessário para reabitar a vida no lugar novo e desconhecido.

Em entrevista, Ratts sublinha sobre o Seminário,

Nós pensávamos assim: “o que se vai fazer com a memória desse lugar”? Ali é uma região do gado, do algodão, o que fazer com essa memória? Fomos fazer um seminário “Símbolos e memória de Jaguaribara: o que se perde e o que se leva”. Eu tinha lido um texto de uma antropóloga e aí usava a ideia da bagagem cultural, ela estava falando dos africanos, dos africanos que chegavam em Salvador, alguns eram comerciantes e ela usava esse negócio de bagagem cultural que eu achei interessante, parece uma bolsa, uma mala, mas que não vai caber tudo, daí eu coloquei o que perde e o que se leva. Eu fiz uma proposta mais a minha cara, eu falei assim: “eu quero de adolescente a velho no seminário”, elas disseram: “mas não vai dar certo”, e eu continuei, “eu quero de adolescente a velho” porque cada grupo desse é impactado de forma diferente. “Gente, com 13 anos alguém acreditou

em mim, eu quero de 13 anos para cima e foi muito massa (Entrevista realizada com Alex Ratts, concedida a Ana Cristina de Sales, em 05/08/2021).

“Gente, com 13 anos alguém acreditou em mim”, a fala do entrevistado reflete o impacto positivo e transformador do acolhimento aos jovens. Reconhecer o potencial destes no Seminário fortaleceu a experiência educativa do IMOPEC. Os jovens, passaram a contribuir nas ações e tiveram a oportunidade de aprender sobre a história local e as nuances do movimento social. Eles puderam se envolver ativamente nas ações, adquirindo compreensão do contexto em que estão inseridos. Essa troca de experiências entre os jovens e o IMOPEC fortaleceu a educação e a formação desses adolescentes, enriqueceu o trabalho do Instituto. Da mesma forma, ao incluir os jovens como agentes ativos, o Instituto demonstrou seu compromisso em promover uma educação participativa, que valoriza e amplia as vozes e experiências da juventude.

Para chamar atenção dos participantes, Ratts usou uma proposta pedagógica voltada ao uso de dinâmicas em grupo, tendo em vista o conhecimento teórico dos conceitos e sua relação com as vivências das pessoas. Essa prática é muito utilizada nas proposições da Educação Popular, que reconhece os saberes da comunidade e sensibiliza para uma construção democrática e compartilhada do conhecimento (Freire, 2011).

[...] Eu levei uma mala de madeira comprada lá no mercado São Sebastião, aquelas malas riscadas, desenhadas, eu coloquei a mala no meio do salão e disse que eles naqueles dois dias de seminário: “você devem trazer alguma coisa de Jaguaribara que cabe nessa mala”, é o que a gente vai imaginar que vai levar para a outra cidade, fizeram a maior gaiatice comigo, essa mala sumiu. E eu, “cadê minha mala”? (Risos), no outro dia veio ferro de passar antigos, fotografias... (Entrevista realizada com Alex Ratts, concedida a Ana Cristina de Sales, em 05/08/2021).

O uso da mala deu sentido a dinâmica e surtiu o efeito esperado. O diálogo com o cotidiano das pessoas apresentou-se relevante para os indivíduos que partilharam de objetos familiares que estavam no bojo da “bagagem cultural” a ser levada para a nova cidade. Freire, no seu “Pedagogia do Oprimido” (2011) nos ajuda com a reflexão de que não podemos pensar pelos outros ou sem os outros. A compreensão do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito desse pensar. Quando pensamos e resistimos com o outro a luta se engrandece. Assim, no ato pedagógico-político de educar, a relação educador-educando é mediatizada pelo mundo, pela realidade histórica concreta que os cerca. O acesso ao saber com vistas à criação do conhecimento forma os sujeitos para que consigam se situar no mundo, ler o mundo, analisar e compreender o mundo, seus problemas e as raízes destes, para que proponham coletivamente formas de superação e de emancipação humana e social.

Para isso, os conhecimentos são explicações para se ler criticamente o mundo e a realidade que os cercam (Freire, 2011).



Figura 5. Mala da Memória. Foto: Alecsandro Ratts retirada do boletim Raízes, datada de 1997.

A mala de madeira aberta na fotografia acima, em preto e branco, ficou conhecida no seminário como a mala da memória, objeto que nos faz refletir sobre um bem material tão utilizado por todos nós. Mecanismo usado para carregar e guardar diversos objetos (roupas, joias, cartas, etc). A mala também é significativa por guardar lembranças muitas delas de viagens ou de algum artefato armazenado nela. Nas nossas memórias, a mala funciona como um dispositivo que abriga experiências de eventos passados, ligadas ao universo das subjetividades e aos modos de recordar.

O que a gente leva na mala da nossa memória? Estou colocando isso para destacar o uso de ferramentas pedagógicas próprias da Educação Popular. Nós tivemos momentos de estudo, de leitura, busca de documentos, de bibliografia. Mas tivemos sobretudo, momentos do uso de instrumentos pedagógicos que fazem o processo educativo acontecer de uma forma daquela que envolve os sujeitos, porque é muito mais fácil você falar a partir daí o que é a memória e de sua importância, do que falar só a partir de um texto. Sempre aquela dosagem do acadêmico com o popular (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Através da narrativa, percebemos a preocupação dos membros do IMOPEC não só em levar uma discussão teórica por si só, mas de semear uma plantinha de questionamento, conduzir o debate tendo como eixo a história das pessoas, as envolvendo e as colocando como personagens principais na trama dos direitos sociais. Ao mesmo tempo, o Instituto estava atento aos limites de sua intervenção como “pessoas de fora” (Silva, 2003, p. 04) e de um retorno que não acontece rapidamente, mas que vai frutificando aos poucos nas ações dos sujeitos.

Na perspectiva da Educação Popular, é fundamental utilizar ferramentas pedagógicas que envolvam os sujeitos de forma ativa e participativa. Durante o processo educativo do IMOPEC, consoante a fala do entrevistado, foram vivenciados momentos de estudo, leitura e investigação de documentos e bibliografias, com a finalidade de fornecerem embasamento teórico e conhecimento sobre o tema da memória. Do mesmo modo, uma metodologia mais acessível e próxima das vivências e experiências dos participantes.

A pedagogia utilizada empenhou-se em equilibrar o conhecimento acadêmico com o conhecimento popular, reconhecendo que as vivências e experiências de cada indivíduo são valiosas e aprendidas para uma compreensão mais ampla do tema em discussão. Através da escuta atenta e do diálogo, foi possível explorar o significado da memória e sua importância de forma concreta e significativa.

“Todo mundo compreendeu qual era a ideia, teve uma senhora que doou uma camisa e a calça do pai que era do sindicato e morreu num acidente de carro, ela disse: “não é mais meu, é coletivo”, isso não é coisa simples de você se desfazer” (Entrevista realizada com Alex Ratts, concedida a Ana Cristina de Sales em 05/08/2021). A doação dessas peças representa um esforço coletivo de “recuperar” referências e símbolos que fazem parte da identidade dessas pessoas. A camisa e a calça tornam-se, assim, elementos que transcendem o valor individual e passam a representar um patrimônio coletivo, um legado a ser preservado. A atitude da moradora, ao afirmar que as peças não lhe pertencem mais e passaram a ser coletivas, manifesta a compreensão da importância de preservar a memória e as referências culturais. Ao participar do IMOPEC, Alex Ratts sentiu que essa experiência ampliou seus “sonhos de transformação social e política, de aprender a trabalhar com essas comunidades, sempre numa política de ouvir” (Idem). Essa postura política de escuta e acolhimento é fundamental para estabelecer uma relação de confiança e respeito mútuo, construção coletiva do conhecimento e fortalecimento dos laços comunitários

Por isso, conforme Paulo Freire (1997, p. 1) nos ensina, “não se pode encarar a educação a não ser como um que fazer humano [...] que ocorre no tempo e no espaço, entre os homens uns com os outros”. Dessa maneira, o Instituto articulou sua pedagogia construindo saberes e fazeres da Educação Popular. A qual, podemos inferir que sua metodologia fez uso do diálogo, do protagonismo, da reflexão crítica, da problematização da realidade, da denúncia das situações de opressão e da construção de outras realidades possíveis. Os fazeres e resistências desenvolvidos pelo Instituto eram pensados e executados em parceria com outros segmentos. Em Jaguaribara, a Igreja Católica em nome das Irmãs Cordimarianas, a Cáritas de Limoeiro do Norte, o MAB e o poder público municipal

estabeleceram forte diálogo com a instituição, bem como, agentes externos, a saber: estudantes universitários, advogados, professores, jornalistas e outras ONGs. Essas parcerias eram necessárias para somar forças e modos de estratégias e resistência.

No Seminário, após as discussões e sugestões dos participantes, chegaram à conclusão do que “levar” como “bagagem cultural” na mala da memória, propuseram a criação de um museu comunitário. “De ambas as partes surgiu a ideia de registrar a vida em Jaguaribara e de organizar uma espécie de museu” (Ratts, 2003, p. 04).

Após a proposta de criação de um museu comunitário, decidida no seminário, um grupo assessorado pelo IMOPEC, viajou de Jaguaribara até a cidade de Nova Olinda, Sul do Ceará, com a intenção de conhecer e aprender a partir da experiência da Fundação Casa Grande do Homem do Cariri. A Casa Grande⁴⁶ como é conhecida, é um centro de produção cultural e formação educacional de crianças e jovens protagonistas em gestão cultural, que atua por meio de vários programas ligados a memória, a comunicação, as artes e o turismo.

Após um ano de intenso trabalho e organização, a Casa da Memória de Jaguaribara foi inaugurada em 21 de agosto de 1998. A data marcou um ano após a realização do seminário e dois anos antes da mudança para a Nova Jaguaribara. O dia festivo foi marcado pela presença de importantes lideranças locais e representantes da capital do Estado. Um momento de celebração e reconhecimento do esforço coletivo em preservar e compartilhar a história de Jaguaribara.

A inauguração contou com a presença de mais de 30 representantes de associações e movimentos populares de Fortaleza, dos bairros de Conjunto Palmeira e Barra do Ceará, que se deslocaram em um ônibus fretado pelo IMOPEC. Tornar pública a história oculta dos pobres, retirá-la da sombra e do anonimato, está é a principal função da Casa da Memória. A festa de inauguração constou de apresentação de artistas locais, de um grupo de teatro infantil, “fórró de latada” e seresta (Raízes, 1998, n. 25, p. 02).

Segundo o boletim Raízes, a Casa da Memória tem um papel social relevante, que é o de trazer à tona as histórias que estão no anonimato, mas que se fazem necessárias ao entendimento do Ceará. A Casa da Memória de Jaguaribara, por sua vez, assumiu o papel de tornar público a história oculta dos pobres, resgatando-a da sombra e do anonimato. Esse espaço se tornou um ponto de encontro e de visibilidade para as narrativas e vivências da comunidade, desempenhando a função de proteger a memória e a identidade das pessoas historicamente marginalizadas. “O mais curioso dessa experiência é o espaço ocupado pela

⁴⁶ Ver mais no blog: <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/>

Casa. Ela não se limita ao ambiente de quatro paredes, nem aos objetos que abriga. Expande-se aos quatro cantos do Município agonizante” (Raízes, 2000, n. 31, p. 03).

A Casa já no dia da instalação contava com doações consideráveis de peças, “a proximidade da mudança foi sensibilizando a população a contribuir com elementos mais caros às famílias, como fotografias de parentes e roupas, baús de couro e de madeira” (Idem, p. 04). As doações recebidas foram bem diversificadas, abrangendo desde fotografias de familiares até roupas antigas, além de baús de couro e de madeira, balança de pesar algodão, instrumentos musicais, ferros de passar, armadores de rede, dentre outros. Cada uma dessas peças carregava consigo memórias e histórias que as famílias decidiram compartilhar com a comunidade. Aos poucos o espaço foi se tornando referência na preservação da “bagagem cultural” do lugar. Na figura a seguir, a fotografia da Casa traz na fachada, tanto na frente quanto na lateral, os nomes das instituições colaboradoras: o IMOPEC, a Associação de Moradores e a Igreja.



Figura 6. Casa da Memória de Jaguaribara. Foto: Célia Guabiraba retirada do boletim Raízes, 1998.

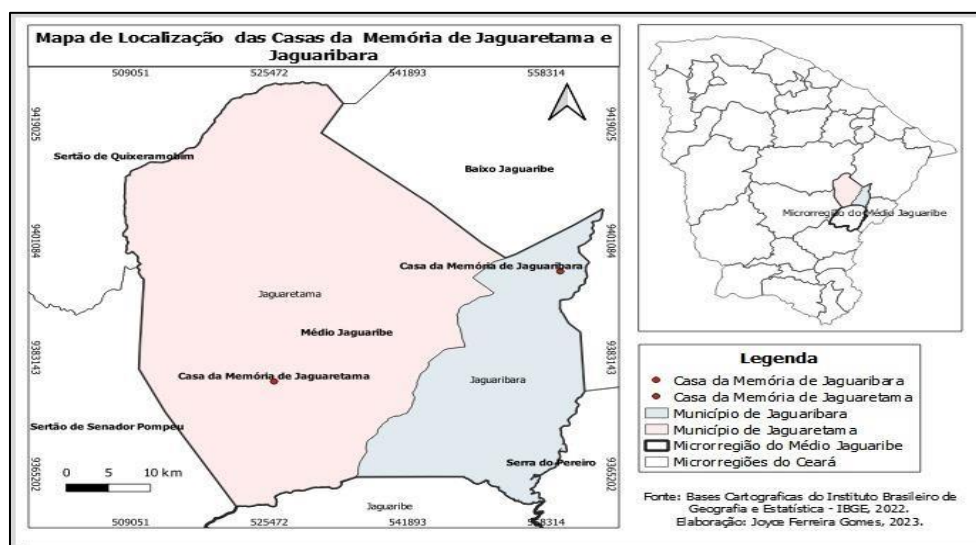
Na imagem é perceptível que a Casa possuía uma estrutura simples e foi alugada com o objetivo específico de proteger e preservar o acervo. Para Célia Guabiraba,

o IMOPEC se estruturou e adquiriu sua feição a partir da luta do Castanhão, que motivou à publicação de livros, revistas, postais e exposições fotográficas... seminários e oficinas, entre os anos de 1997 e 1998, estruturados para aprofundar a cultura popular, o significado da memória, dos símbolos e referências na reconstrução das identidades culturais do município (Guabiraba, 2015, p. 04).

Essas ações foram fundamentais para fortalecer a consciência coletiva sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e da valorização das expressões populares. Na Casa da Memória de Jaguaribara, as peças expostas têm um significado especial, pois são

objetos biográficos que pertenceram a pessoas cujos nomes são conhecidos. Através da reunião de cada peça e de cada memória, é aberta a possibilidade de as pessoas reconstruírem suas histórias e, de forma coletiva, criarem um novo momento histórico. A comunidade estabelece novas perspectivas para a continuidade de suas lutas e reafirmar sua identidade (Raízes, 2003).

As discussões propostas pelo Instituto fortaleceram no povo o sentimento de pertencimento, os quais registraram suas histórias, representado em um espaço/lugar que resistiu mesmo com a mudança de cidade, sendo a Casa carregada de memórias e significações, de reencontros afetivo e emocional com as raízes do povo. “Coube ao IMOPEC o papel de animador e estimulador, descobrindo e proclamando que o direito à memória é um novo direito adquirido através da luta e da organização da sociedade” (Raízes, 2003, n. 42, p. 01). A seguir trouxemos o mapa de localização das Casas da Memória de Jaguaribara já na cidade nova e a Casa da Memória de Jaguaretama. As duas cidades se localizam no Vale do Jaguaribe, mais precisamente na Região do médio Jaguaribe.



“A Casa da Memória ganha importância mais que regional, porque não diz respeito somente a Jaguaribara ou ao Vale do Jaguaribe. Uma cidade inteira, arrancada de um ponto e recriada com outra configuração espacial” (Ratts, 2003, n. 42, p. 05). A experiência de Jaguaribara se junta a tantas outras, ligadas a lugares que foram demolidos por conta de obras do governo, ou que foram carregadas em enchentes por falta de políticas públicas. Nesse contexto, o Instituto nos convida a refletir sobre as barreiras locais como forma de compreendermos o panorama global e estabelecer conexões entre as lutas e ações locais com as questões mais amplas da sociedade. Posto isto, vale ressaltarmos que

a memória popular, certamente não cabe num único local. Além das peças, das fotografias, das poesias e das entrevistas gravadas e publicadas, há muitas lembranças que são cultivadas nas mentes humanas e muitas outras que “se perdem”. O conhecimento acerca da fauna e da flora locais se redefine neste momento de mudança ambiental. Com a destruição da cidade velha, houve a morte de uma paisagem. (Idem, p. 05).

A morte da antiga paisagem é um reflexo das profundas mudanças que ocorreram no contexto urbano, sendo consequência do processo de transformação da cidade. Essa transformação não se restringe apenas às modificações físicas do ambiente, mas também afeta diretamente a forma como as pessoas vivenciam e se lembram daquele espaço. Na Casa da Memória, encontramos um mecanismo essencial para compreender o outro, por meio da compreensão de seus limites, dos sentidos atribuídos às coisas e aos fatos, das ações que permitiram e construíram as realidades do mundo. É nesse espaço que a memória ganha vida e se torna uma ferramenta poderosa para a compreensão da identidade cultural, das experiências individuais e coletivas, e das transformações ocorridas ao longo do tempo. “O que há de novo na experiência da Casa da Memória talvez resida na metodologia adotada, que prioriza a história local, estimula a própria população a participar do projeto, integrando as várias faixas etárias, sem discriminação de etnia, sexo ou crença” (Idem, p. 01).

Antônio José Cunha da Silva no texto “Casa da Memória: uma experiência de Educação Popular”, contribui para pensarmos a importância da Casa a partir de seu caráter educativo e com base numa experiência de educação popular. Destacando a natureza educativa do trabalho realizado e os procedimentos postos em prática junto aos grupos populares.

A Casa da Memória enseja um processo educativo junto à população de Jaguaribara no resgate de sua história e por que não dizer, de suas histórias e de toda a diversidade cultural ali experimentada. Não se trata de juntar quinquilharias, mas reunir elementos e aspectos da história, das histórias das pessoas que ali vivem, construindo um referencial da memória popular que alimenta a luta política do povo (Silva, 2003, n. 42, p. 01).

Ao estabelecer uma relação estreita entre a Casa da Memória e o trabalho educativo, Antônio José traz a reflexão sobre o poder transformador desse espaço. A Casa se torna um local de encontro, na qual as experiências individuais se entrelaçam com as narrativas coletivas, criando um ambiente propício para a troca de saberes e a construção de novos significados. É nesse contexto que a educação popular se acentua, ao estimular a valorização das múltiplas formas de conhecimento, respeitando a diversidade cultural e

promovendo uma educação libertadora e emancipatória. “Não basta saber o que é a memória, o valor do resgate da história do povo, mas o que isto representa para tocar adiante a organização popular e a construção de uma sociedade mais decente e melhor para todos” (Idem, 03). Uma sociedade que exige de nós uma postura crítica, proativa em favor das classes populares secularmente excluídas.

Quem cuidava do acervo do Museu Comunitário? Quem recebia os visitantes? A presença dos adolescentes no seminário não apenas deixou frutos, mas também gerou um impacto significativo. Foi a partir da participação do Seminário lá em 1997 sobre “o que se leva e o que se perde”, que tiveram a ideia dos adolescentes e as crianças com o apoio e a orientação do IMOPEC cuidarem do espaço, sob a coordenação de pessoas adultas.

Desde o início, nós do IMOPEC, propusemos que as crianças e adolescentes poderiam coordenar a Casa, receber os visitantes, cuidar do acervo. No entanto, seria necessário um processo de formação para que eles elaborassem sentidos para aqueles objetos. E isto, não se faz sem que, de vez em quando, eles tenham que se dirigir aos adultos e idosos que atribuem sentidos próprios a cada peça (Raízes, 2000, n. 31, p. 03).

Os adolescentes e as crianças foram capacitados e instruídos para assumir a responsabilidade pelo acervo do Museu Comunitário coordenado por Jesus Jeso, morador do lugar e atuante na associação de moradores. Eles aprenderam sobre a importância da preservação das memórias e das histórias locais, e foram incentivados a se tornarem guardiões desse patrimônio coletivo. Eles se tornaram os responsáveis por cuidar das peças, fotografias e documentos que compunham o acervo, garantindo sua conservação e compartilhando seu significado com os visitantes.

A experiência educacional desenvolvida pela Casa da Memória de Jaguaribara impactou de maneira distinta as diferentes gerações presentes na comunidade. Os mais velhos, frequentemente, desempenharam o papel como doadores das peças do acervo, estes, possuíam conhecimento íntimo da trajetória e dos significados associados a cada objeto. Suas doações trouxeram consigo os deixados físicos e ao mesmo tempo as histórias e memórias que eles carregavam. Já “as crianças e adolescentes passaram a construir a história local de uma maneira que talvez nem a escola os possibilitassem, porque quase não há espaço para o saber local entre os saberes disseminados na instituição escolar” (Idem).

As crianças e os jovens abraçaram a causa da Casa da Memória, compreendendo sua magia e seu encanto. O significado político da Casa ultrapassa as tradicionais formas de trabalho dos partidos. Ao mexer com a emoção de cada morador, atinge-se a pessoa na sua totalidade, desenvolve-se a autoestima, resgata-se o respeito. Surge o cidadão que conhece e valoriza a história (Raízes, 2000, n. 31, p. 03).

O Boletim Raízes n. 42, publicado no ano de 2003, indagou os adolescentes envolvidos na iniciativa da Casa da Memória acerca do significado do museu comunitário e das novas aprendizagens. Para facilitar a compreensão das opiniões expressas, organizamos as informações resumidamente em um quadro, o qual foi elaborado a partir dos dados fornecidos no referido boletim (Quadro 11). Os nomes dos participantes foram mencionados no Raízes, e é por isso, que estamos utilizando na estrutura dos quadros. De um lado, o significado que a Casa representa; do outro, as aprendizagens possibilitadas a partir da experiência voluntária dos adolescentes.

Quadro 11 – O Significado e as novas aprendizagens para os jovens e adolescentes que participavam da Casa da Memória

O significado da Casa da Memória	Novas aprendizagens
A Casa, para mim, é um grande incentivo. Ajuda a memorizar a cultura (Herivanda).	Aprendi que a gente deve valorizar os objetos e ser consciente daquilo que faz. E também fiz muitas amizades (Ana Paula V. de Oliveira).
É um lugar de guardar os bens antigos do novo povo e assim vira memória (Maria Hojânia).	Aprendi a realizar trabalhos desejados como pintura, teatro, bonecas de lã e outros (Herivanda).
Significa lembrar o meu passado, da minha família e até mesmo da população (Ana Maria Silva Sena).	Nos cursos artesanais com Rosenir, aprendi a pintar em pedras, telhas, telas, panos, vidros, etc., a fazer bonecas. Quanto aos cursos de teatro, aperfeiçoei mais os meus conhecimentos no modo de apresentar. Nos cursos de coral aprendi como usar minha voz, enfim, ao longo desses anos de Casa da Memória aprendi muitas coisas para o meu enriquecimento (Maria Hojânia).
Nela posso conhecer a história da nossa cidade e até mesmo de nossos antepassados (Alexandre Silva Sena).	Aprendi a valorizar mais a memória do povo e também a ser mais amiga (Isabel Cristina da Silva Alves).
Ela tem um grande significado na minha vida.	Aprendi que devemos ajudar uns aos

Acho muito importante a forma que ela faz lembrar a memória de Jaguaribara (Rozimeire).	outros. Já tenho novos conhecimentos sobre teatro e pinturas (Ana Maria Silva Sena).
A Casa é um projeto muito importante para mim porque me deu a oportunidade de conhecer mais sobre a antiguidade das pessoas idosas de Jaguaribara (Flávia Diógenes).	Aprendi o quanto é importante participar do trabalho voluntário e o quanto é legal poder saber sobre o passado de nossa cidade (Flávia Diógenes).
Para mim, a Casa é o espaço onde é resgatada a cultura, ou seja, é o lugar onde a cultura do povo de Jaguaribara é preservada (Levi Pinheiro de Sousa).	[...] a ter cuidado e responsabilidade com os objetos e a divulgar a importância que tem a Casa da Memória para as pessoas (Levi Pinheiro de Sousa).
A Casa da Memória significa muita coisa para mim. Porque lá está guardada a lembrança dos nossos antepassados e a história da nossa querida Jaguaribara (Eliane Ribeiro da Silva).	[...] a dar valor as coisas mais antigas e descobrir que elas são muito importantes para a gente lembrar dos nossos tempos atrás (Eline Ribeiro da Silva).

Elaborado por Ana Cristina de Sales em 2023, a partir das informações do boletim Raízes, 2003, n. 42.

Como mostrado no quadro 11, são variados os sentidos atribuídos a experiência de participar da organização do acervo, de receber as peças doadas e acompanhar os visitantes. Nos chamou atenção a maturidade e a postura dos adolescentes quando atribuem significados a história, a cultura, a memória dos antepassados e o valor da preservação. Essas leituras demonstram o papel educativo da Casa da Memória, que ultrapassaram os muros da escola e desencadearam interpretações de mundos e realidades diversas.

Identificamos uma prática educativa que se constitui em uma perspectiva de os adolescentes contribuírem ativamente, em via de aprender com e a partir dos movimentos sociais. Diante disso, lembramos da compreensão freiriana, quando discorrendo sobre uma educação problematizadora, propõe que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2011, p. 96). Esses registros também são reveladores de como a memória assume o papel de formar militantes para a luta.

Em relação às aprendizagens, nos tocou a fala de Ana Paula Oliveira quando diz que “aprendi que a gente deve valorizar os objetos e ser consciente daquilo que faz”,

consciência de si e das ações praticadas são compreensões inerentes ao fazer da luta dos movimentos sociais. Os jovens aprenderam também sobre solidariedade, trabalho voluntário, valorização ao próximo e a cultura, esse processo se deu por meio de oficinas e cursos de teatro, música, confecção de bonecas, dentre outros. Os/as jovens ao participarem das ações da Casa tinham a possibilidade de engrandecerem seu repertório cultural e artístico.

O depoimento de Maria Hojânia evidencia a importância dos cursos oferecidos pela Casa da Memória na ampliação dos conhecimentos e habilidades dos participantes. Maria Hojânia relata sua experiência em diferentes cursos, como o de artesãos ministrados por Rosenir Leal, nos quais aprenderam técnicas de pintura em diversos materiais, como pedras, telhas, telas, panos e vidros, além da confecção de bonecas.

Já o testemunho de Flávia Diógenes destacou duas lições importantes que ela aprendeu por meio de sua participação na Casa da Memória de Jaguaribara. Em primeiro lugar, ela enfatiza a importância do trabalho voluntário, revelando o valor e a gratificação de dedicar seu tempo e esforço em prol da comunidade. Além disso, Flávia ressalta a importância de conhecer o passado de sua cidade. Ao aprender sobre a história local, as pessoas têm a oportunidade de compreender melhor sua identidade cultural, suas origens e as transformações pelas quais a comunidade passou ao longo do tempo.

Jesus Jeso, coordenador da Casa à época, expõe em relação à contribuição ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes,

Quando começamos, havia crianças de oito, nove anos. Hoje, há adolescentes com 13, 15 e 16 anos. Os meninos são referências na Escola, na cidade. Em todos os trabalhos que eles fazem na Escola têm destaque. A Casa contribuiu para que eles sejam questionadores[...] para mim, isso é resultado do trabalho que eles fazem gratuitamente e que traz um retorno para eles, o reconhecimento da comunidade. Eles são futuros distribuidores da cultura do município (Raízes, 2003, p. 03).

A reflexão de Jesus Jeso nos leva a considerar o movimento social como um espaço de aprendizado que vai além das abordagens tradicionais, que se baseiam em uma perspectiva bancária, na qual o conhecimento é depositado nos indivíduos. Em contrapartida, Jesus Jeso acentuou sobre a importância da comunhão e do diálogo como elementos fundamentais no processo educativo. Essa abordagem dialogada e participativa permitiu que os indivíduos se tornassem ativos e engajados na construção do conhecimento. Ao mencionar o termo “em comunhão” (Freire, 2011), Jesus Jeso faz referência à concepção de Paulo Freire sobre a educação como um ato de encontro, de troca e de construção coletiva. Nesse contexto, o crescimento dialógico dos indivíduos ocorre por meio da interação e do diálogo entre os

participantes no processo educativo. É por meio desse compartilhamento de experiências, reflexões e perspectivas que os indivíduos se desenvolvem e constroem conhecimento de forma significativa e transformadora.

Soma-se nessa mesma compreensão a narrativa de Rosenir Leal escrito no Raízes, quando nos diz: “todos e todas que se abrigam sob a árvore que é hoje a Casa da Memória saem enriquecidos pelo processo de como se dá o aprendizado e a profunda compreensão da memória, conscientes do seu papel de sujeito ativo na construção histórica” (Raízes, 2003, n. 42, p. 07). A fala de Rosenir Leal reforça a ideia de que os aqueles que se envolvem com a Casa da Memória são enriquecidos pelo processo de aprendizado e pela profunda compreensão da memória e de si.

Em junho de 2003, o IMOPEC recebeu, de forma escrita, os agradecimentos dos adolescentes que participaram da Casa da Memória. Ao lado de cada fala, havia a fotografia da pessoa que escreveu. Essas cartas demonstraram o papel da formação de agentes culturais, especialmente de jovens atuantes nos processos de preservação da memória resistente de Jaguaribara. Os registros nos permitiram compreender a força da experiência educativa do IMOPEC, em seu projeto de aprofundar as discussões de um lugar inclusivo, recuperando o valor da pessoa e privilegiando a memória como elemento que reforça a luta popular.

A partir do boletim Raízes, do ano de 2003, transcrevemos por meio do Quadro 12 as cartas dos participantes dirigidas ao Instituto. Através das palavras desses jovens, é perceptível o impacto do trabalho realizado pelo IMOPEC, despertando em cada um deles um senso de identidade, pertencimento e engajamento nas lutas sociais. As cartas expressaram gratidão e reconhecimento pela oportunidade de participar do projeto educativo. Preservamos os nomes dos adolescentes pelo fato de constar na fonte consultada.

Quadro 12 – Carta ao IMOPEC de crianças e adolescentes que estagiaram na Casa da Memória de Jaguaribara

A Casa da Memória é muito importante para mim. É especial na minha vida. Só não sei se é na vida dos outros, mas na minha é (João Neto, 8 anos).
A Casa da Memória é especial, pois lá é onde nós jaguaribarenses podemos ver e reviver toda a nossa história e também é onde nós, que fazemos parte dos serviços da Casa, não ganhamos dinheiro, mas ganhamos muito mais que isso. Ganhamos história, reconhecimento, aprendizado... (Fernanda F. Queirós, 16 anos).
Participar da Casa da Memória é algo que me deixa bastante feliz, pois tenho a

oportunidade de passar para a comunidade tudo o que aprendi, tudo que aprendo e com certeza tudo que aprenderei no futuro. A Casa da Memória tem como objetivo resgatar a memória do povo jaguaribarense e é com enorme carinho e com ajuda de vocês do IMOPEC que aprendi direitinho como fazer isso. É muito gratificante saber que nosso trabalho é reconhecido onde chegamos, ou quando podemos apresentar uma peça de teatro que nós mesmo criamos, mas isso com ajuda de alguns coordenadores, que desde o início da nossa caminhada vêm nos ajudando. No início foi difícil me adaptar à Casa, mas com o entusiasmo e o companheirismo de todos, me acostumei muito rápido com a ideia de poder participar e poder dizer com muito orgulho: “Eu faço parte da Casa da Memória”! (Flávia Diógenes, 16 anos).

Esse trabalho, para mim, foi o lado mais positivo no meu processo de mudança. Graças a essa instituição (IMOPEC) e alguns moradores da cidade, foi possível a oportunidade de novos conhecimentos e desenvolvimento de jovens que participam. Tudo é maravilhoso, a cada aprendizagem eu me sinto feliz. Tornamo-nos criadores de nossa história e passamos ao público todas as nossas inspirações e emoções. Isso nos faz esquecer do mundo, da violência e viver em espaço agradável e feliz. Em especial, eu agradeço a todos os componentes do IMOPEC e à minha tia, Maria Peixoto, que cedeu o nosso primeiro espaço (Herivanda Gomes de Almeida, 19 anos).

Participo da Casa da Memória há 3 anos e ao longo desse tempo eu descobri o grande significado que ela tem em minha vida. A Casa da Memória é de extrema importância para Jaguaribara. Ela veio para resgatar nossa cultura. Quando entrei para a Casa da Memória ficava me perguntando o que ela significava, depois que participei pela primeira vez não conseguia parar de apreciar os objetos e a história que nela existia. Nós, adolescentes da Casa da Memória, recebemos o apoio de muitas pessoas. Um dos apoios é do IMOPEC que vem nos acompanhando desde o começo e nos ajuda em todos os momentos. Quero terminar minha carta fazendo mil agradecimentos ao IMOPEC que nos ensina muitas coisas diferentes, obrigada por nos fazer preservar a história de Jaguaribara. Adoro a Casa da Memória, ela faz parte da minha história! (Rozimeire, 15 anos).

Não está com cinco anos que entrei na Casa da Memória, mas já aprendi muita coisa. Até agora só participei de duas oficinas. A primeira foi com Gigi, sobre música e brinquedo. A segunda foi sobre teatro, com Ceição e Célia. Gostei muito. Mas do jeito que estou vendo, vocês animam e ajudam muito a Casa da Memória. O nosso povo agradece (Isabel Cristina, 15 anos).

Ao longo desses cinco anos de existência da Casa da Memória eu descobri que é muito importante saber a cultura da cidade, pois a pessoa que não tem memória é uma pessoa sem história (Antônio Alexandre Silva Sena, 16 anos).
Falamos de nossas experiências ao entrar na Casa da Memória. Aqui neste papel não dá para dizer o quanto a Casa é importante e valiosa. Obrigada, IMOPEC, por nos proporcionar brilhantes experiências (Francisca Suziane Peixoto de Araújo, 15 anos).
Participo da Casa da Memória mais ou menos há uns 4 anos. Ela me ajuda muito, pois me ensina uma grande coisa, que é valorizar a nossa história e cultura. Nela aprendo a pintar, a fazer teatro e outras coisas (Tamires A. de Negreiros, 15 anos).
Tenho apenas 12 anos. Quando eu tinha 9 anos, sempre tive vontade de participar da Casa da Memória. Sempre gostei de participar de alguma coisa que tem na cidade. Já conheço muitas histórias dos objetos que são doados. Adoro participar da Casa da Memória! (Jammara Rúbya de Souza Peixoto, 12 anos).
Ao longo desses anos de Casa da Memória muitos momentos bons se passaram e continuam por vir. Posso dizer que sou e que estou feliz em poder fazer parte desse trabalho e poder aprimorar ainda mais os meus conhecimentos com os cursos que adoro: teatro, pintura, canto, velas, bonecas de lã, etc. (Maria Hojânia Moreira de Aquino, 14 anos).

Elaborado por Ana Cristina de Sales em 2023, a partir das informações do boletim Raízes, 2003, n. 42.

Através dos depoimentos apresentados nas cartas (Quadro 12 e Figura 7), observamos a importância histórica e o significado pessoal atribuído à Casa da Memória pelos seus membros. O espaço é visto como um local especial, onde a história da comunidade jaguaribarense é preservada e vivenciada de forma significativa. As narrativas apontaram que a participação na Casa trouxe benefícios notáveis para os envolvidos. Além de aprender sobre a história e a cultura da região, os membros experimentam reconhecimento, aprendizado e desenvolvimento pessoal. A Casa da Memória desempenha um papel importante como um local de encontro, aprendizado e transformação, tanto para os indivíduos envolvidos quanto para a comunidade em geral. Isso foi evidenciado no relato de Rozimeire, uma jovem de 15 anos, que compartilha como a Casa teve um impacto positivo em sua vida. Durante seus três anos de participação, ela descobriu o valor do espaço em sua comunidade. A Casa da Memória é descrita como um “resgate” da cultura local, um lugar onde objetos e histórias se entrelaçam para formar um panorama do passado. Para ela, a Casa da Memória não é apenas um local, mas uma parte fundamental de sua própria história.

CARTA AO IMOPEC

Jaguaribara, 28 de Junho de 2003



Querido IMOPEC,


A Casa da Memória é muito importante para mim. É especial na minha vida. Só não sei se é na vida dos outros, mas na minha é. (João Neto, 8 anos).

A Casa da Memória é especial, pois lá é onde nós jaguaribarenses podemos ver e reviver toda a nossa história e também é onde nós, que fazemos parte dos serviços da Casa, não ganhamos dinheiro, mas ganhamos muito mais que isso. Ganhamos história, reconhecimento, aprendizado... (Fernanda F. Queiroz, 16 anos).

Participar da Casa da Memória é algo que me deixa bastante feliz, pois tenho a oportunidade de passar para a comunidade tudo o que aprendi, tudo que aprendo e com orgulho tudo que no futuro aprenderei. A Casa da Memória tem como objetivo resgatar a memória do povo jaguaribarense e é com enorme carinho e com ajuda de vocês do IMOPEC que eu aprendi direitinho como fazer isso. É muito gratificante saber que o nosso trabalho é reconhecido onde chegamos, ou quando podemos apresentar uma peça de teatro que nós mesmos criamos, mas isso com a ajuda de alguns coordenadores, que desde o início da nossa caminhada vêm nos ajudando. No início foi difícil me adaptar à Casa, mas com o entusiasmo e o companheirismo de todos, me acostumei muito rápido com a ideia de poder participar e poder dizer com muito orgulho: "Eu faço parte da Casa da Memória!" (Flávia Diógenes, 16 anos).

Esse trabalho, para mim, foi o lado mais positivo no meu processo de mudança. Graças a essa instituição (IMOPEC) e a alguns moradores da cidade, foi possível a oportunidade de novos conhecimentos e desenvolvimento dos jovens que participam. Tudo é maravilhoso, a cada aprendizagem eu me sinto feliz. Tornamo-nos criadores de nossa história e passamos ao público todas as nossas inspirações e emoções. Isso nos faz esquecer do mundo, da violência e viver um espaço agradável e feliz. (...) Em especial, eu agradeço a todos os componentes do IMOPEC e à minha tia Maria Peixoto, que cedeu o nosso primeiro espaço. (Herivanda Gornes de Almeida, 19 anos).

Eu participo da Casa da Memória há 3 anos e ao longo desse tempo eu descobri o grande significado que ela tem em minha vida. A Casa da Memória é de extrema importância para Jaguaribara. Ela veio para resgatar nossa cultura. Quando eu entrei pra Casa da Memória ficava me perguntando o que ela significava, depois que eu participei pela primeira vez não conseguia parar de apreciar os objetos e a história que nela existia. Nós, adolescentes da Casa da Memória, recebemos o apoio de muitas pessoas. Um dos apoios é do IMOPEC que vem nos acompanhando desde o começo e nos ajuda em todos os momentos. Eu quero terminar minha carta fazendo mil agradecimentos ao IMOPEC que nos ensina muitas coisas diferentes, obrigada por nos fazer preservar a história do Jaguaribara. Eu adoro a Casa da Memória, ela faz parte da minha história! (Rozimeire, 15 anos).



Não está com cinco anos que eu entrei na Casa da Memória, mas já aprendi muita coisa. Até agora só participei de duas oficinas. A primeira foi com Gigi, sobre música e brinquedo. A segunda foi sobre teatro, com Caíço e Célia. Gostei muito. Mas do jeito que eu estou vendo, vocês animam o ajudam muito a Casa da Memória. O nosso povo agradece... (Isabel Cristina, 15 anos).

Ao longo desses cinco anos de existência da Casa da Memória eu descobri que é muito importante saber a cultura da cidade, pois a pessoa que não tem memória é uma pessoa sem história. (Antônio Alexandre Silva Sena, 16 anos).

Falamos de nossas experiências ao entrar na Casa da Memória. Aqui neste papel não dá para dizer o quanto a Casa é importante e valiosa... Obrigada, IMOPEC, por nos proporcionar brilhantes experiências. (Francisca Suziane Peixoto de Araújo, 15 anos).



Participo da Casa da Memória mais ou menos há uns 4 anos. Ela me ajuda muito, pois me ensina uma grande coisa, que é valorizar a nossa história e cultura. Nela eu aprendo a pintar, a fazer teatro e outras coisas... (Tamires A. de Negreiros, 15 anos).



Tenho apenas 12 anos. Quando eu tinha 9 anos de idade sempre tive vontade de participar da Casa da Memória. Sempre gostei de participar de alguma coisa que tem na cidade. Já conheço muitas histórias dos objetos que são doados. (...) Eu adoro participar da Casa da Memória! (Jammara Rúbya de Souza Peixoto, 12 anos).



Ao longo desses anos da Casa da Memória muitos momentos bons se passaram e ainda estão por vir... posso dizer que sou e que estou feliz em poder fazer parte desse trabalho que pode aprimorar ainda mais os meus conhecimentos com os cursos que eu adoro: teatro, pintura, canto, velas, bonecas de lã etc. (Mariana Højária Moreira de Aquino, 14 anos).

RAÍZES  RAÍZES

Figura 7. Carta dirigida ao IMOPEC, retirada do boletim Raízes, 2003, n. 42.

As narrativas contêm expressivos agradecimentos, além de elementos que ilustram como os filhos da classe trabalhadora conquistavam processos de organização e ganhavam espaço na esfera política para divulgar e reivindicar direitos da juventude. Entretanto, não há referência no boletim sobre a participação dos pais dessas crianças e adolescentes na experiência de organização da Casa.

Entendemos que a Casa da Memória de Jaguaribara é resultado de um trabalho coletivo que nasceu de uma necessidade social, como o não apagamento da memória da antiga cidade. Esses lugares de memória são mecanismos e lugares de registro, testemunho e memória, que, por meio desses registros, estabelece vínculos e laços sociais, capazes de dar continuidade a história da comunidade. Nessa reflexão,

Através da experiência da Casa da Memória o conhecimento não é um fim em si, não se trata de saber por saber, e sim saber para impulsionar a transformação em benefício do povo. Esta transformação é integral, ao trazer uma nova perspectiva e uma nova maneira de fazer a política, a economia, o jeito de pensar a coletividade. Nas pessoas significa mudar tanto em suas habilidades manuais como em suas capacidades intelectuais, nos valores humanos e nas normas de conduta (Silva, 2003, n. 42, p. 03).

Nessa perspectiva, o conhecimento adquirido por meio da experiência na Casa da Memória tem como objetivo gerar mudanças positivas na sociedade, em prol do bem-estar do

povo, uma transformação que busca abranger toda a forma de pensar e agir coletivamente. Um conhecimento comprometido com a transformação social e pessoal, que valoriza a educação como uma ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e consciente de sua história e cultura. Os saberes a partir da experiência da Casa nos dão o entendimento de que o passado pode ser compreendido como um lugar de recursos para a justiça, pois são nesses lugares que se encontram testemunhos, registros, que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos.

A respeito dos aprendizados que a Casa possibilitou, Jesus Jeso, pontuou que os objetos trazem significados, em especial as famílias, ao contribuírem com uma fotografia na intenção de vê-las representadas nos murais da Casa. Ao ser questionado sobre o que significa a Casa, ele responde: “Eu vejo a Casa como um crescimento cultural dentro do nosso município[...] é o acompanhamento mais de perto no desenvolvimento na área cultural. Eu vejo que ela já é uma referência” (Raízes, 2003, n. 42, p. 06). Espaços consoante os da Casa vão com o tempo adquirindo visibilidade para aqueles que não viveram na cidade antiga e para os que viveram e sentem a necessidade de rememorar. Logo, os museus comunitários podem ser interpretados em conformidade a historicidade vivida.

Quanto às dificuldades enfrentadas, Jesus Jeso, destacou a falta de recursos financeiros, o que não impedia a realização das atividades, “para nós, pode faltar dinheiro, mas os recursos humanos estando funcionando[...] Quando houve a mudança da cidade, o Estado não considerou a existência da Casa e não ajudou na construção”. Ou seja, a Casa continuou sem uma sede própria, tendo que pagar todos os custos relacionados a aluguel, água e energia. Ao fechar os olhos para a existência da Casa, o governo de Tasso Jereissati, demonstrou que não dialogava com os interesses das manifestações culturais do povo e de outros equipamentos da cultura incentivados pelos governos. Esse cenário evidencia ainda mais a necessidade de fortalecer a organização popular e capacitar as novas gerações como agentes e sujeitos históricos.

A Casa da Memória continua em funcionamento, é atualmente administrada pelo poder público municipal, a partir da Secretaria de Cultura (Figura 8). “Nós permanecemos muito tempo, alguns sócios da Casa da Memória ajudavam na energia, na água. Com o tempo foi fracassando, fracassando e o IMOPEC também fechou, foi desativado. Ai, achamos melhor, uma solução mais rápida que foi entregar a prefeitura” (Entrevista realizada com Jesus Jeso Carneiro de Freitas, concedida a Ana Cristina de Sales, em 23/03/2021). Percebemos que após o encerramento das atividades do Instituto em 2015, houve um processo de desmobilização do grupo que coordenava o Museu Comunitário. Entretanto, é fundamental

reconhecer o impacto positivo que eles tiveram na comunidade ao longo desses anos de trabalho voluntário. Na verdade, foram anos de trabalho e ações prestadas a sociedade de Jaguaribara. Na imagem a seguir, podemos observar a Casa da Memória já estabelecida na nova cidade.



Figura 8. Casa da Memória de Nova Jaguaribara. Foto: Célia Guabiraba, 2003.

O Raízes trouxe o depoimento da Irmã Rosenir Leal, que fazia parte da Congregação Filhas do Coração Imaculado de Maria, sua visão é relevante no que toca a dimensão educativa da Casa da Memória. A Irmã assinalou que foi “testemunha de uma semente lançada no fértil chão do sofrimento do povo. A gestação dessa semente se deu pelo cuidadoso trato com o chão da cultura local e o atencioso respeito aos sentimentos que brotavam, momento histórico de dor, de muita luta e resistência”. A fala poética da Irmã carrega um significado profundo sobre a experiência vivida pelo povo de Jaguaribara, em especial, aqueles que participaram da Casa. A metáfora da semente sugere o Instituto iniciou uma experiência com potencial de crescimento e transformação em um momento de dor, lutas e resistência. Rosenir Leal, reforça que todo o processo foi alimentado por seminários, estudos, troca de experiências e no acreditar do IMOPEC e do povo de Jaguaribara. As várias oficinas promovidas pela Associação de Moradores com o apoio do IMOPEC e das instituições cooperantes “foram como água a cultivar o pequeno broto verde”.

Podemos observar na experiência da Casa da Memória de Jaguaribara aspectos inerentes a Educação Popular. Deste modo, podemos citar a organização e a mobilização das pessoas dado a possibilidade para a continuidade de um projeto cultural e pedagógico alternativo, por meio de uma proposta intencional no ato educativo, alicerçada na problematização, no diálogo e participação social, ou seja, um espaço importante de formação e luta do povo.

Tínhamos um projeto de intervenção traçado. Aquele lance da intencionalidade na educação, qual foi a intenção do Instituto ao longo desse tempo que atuou em Jaguaribara? Era fundar a associação, contribuir para que a associação de moradores fosse autônoma e sujeita da sua própria atuação na luta, no contexto da obra da barragem Castanhão (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

O projeto de intervenção do Instituto tinha como propósito central contribuir para o desenvolvimento da comunidade local diante do contexto da construção da barragem do Castanhão. Nesse sentido, buscava-se uma abordagem educacional que não se limitasse à transmissão de conhecimentos, mas que despertasse a consciência crítica dos moradores em relação aos impactos da construção da barragem e incentivasse sua participação ativa na busca por soluções e melhorias.

A intenção era promover uma educação orientada para a conscientização e o engajamento social, capacitando os moradores para que pudessem tomar decisões, reivindicar seus direitos e conduzir suas próprias ações em defesa dos interesses coletivos. Dessa forma, o Instituto atuou como uma instância facilitadora, oferecendo suporte técnico, conhecimento especializado e recursos para capacitar a associação de moradores.

Pois é, sim, se sentiam, mas às vezes não como a gente esperava que sentisse. Porque uma coisa é o que a gente projeta e outra é a realidade quando ela vai acontecendo. Tinha hora que a gente só faltava – eu mesmo ficava desesperado. Na época em uma das reuniões do Instituto eu disse “eu mesmo não piso mais lá, não faço mais nada, eles querem isso, pois morram com tudo inundado, tudo afogado” (risos). Mas isso é o desespero quando a gente perde a esperança no processo educativo, às vezes acontece. A gente trabalhou com alguns elementos – essa sempre foi uma preocupação minha, que era como a gente faz nesse trabalho de Jaguaribara, um trabalho de Educação Popular, relacionando isso com a produção acadêmica, digamos assim. Porque a gente teve no grupo do IMOPEC a participação de um bocado de gente muito interessante, bastante estudiosa e bastante capaz e aprofundada. Mas eu era do grupo, praticamente o único não acadêmico, e eu me colocava sempre naquela posição de a partir do que o povo estava assumindo e estava fazendo, como é que o próprio povo estava entendendo essas coisas para que a luta render (Idem).

Ao apresentar-se como o único não acadêmico em um grupo que buscava levar conhecimento ao povo por meio de políticas públicas, Antônio José se coloca na posição de mediador entre dois universos culturais. Essa pode ter sido à sua maneira de atenuar a tensão, evidente em sua fala, entre uma instituição que esperava a adesão do público-alvo à sua proposta educacional e a resposta desse público àquilo que lhe estava sendo proposto.

Em tensões como essa, há sempre o risco de uma iniciativa educacional libertadora transformar-se em um mecanismo de tutela de uma população presumivelmente despreparada para ser agente de sua própria história: “Fiquei imaginando o que seria da população de Jaguaribara se não tivesse ocorrido o trabalho e atuação dos grupos organizados.

E a gente ajudou a fomentar e a mobilizar” (Idem). Desse risco, porém, Antônio José estava ciente ao construir a sua narrativa, pois imediatamente acrescentou:

Eu não estou dizendo que todo resultado dependeu do Instituto não, não é isso, mas dependeu da luta popular. Era uma cidade que se colocava, pressionava, que chamava o governo, que vinha as audiências e tal. Fiquei imaginando um dia desses – como teria sido se não tivesse tido essa luta. É claro que o debate naquela época era muito feito em torno das alternativas (Idem).

Chamar a atenção para riscos como aquele não significa desconsiderar a reflexão do entrevistado sobre como seria a realidade de Jaguaribara caso não tivesse acontecido essa luta, pois ela exprime a importância de analisarmos os acontecimentos históricos a partir do contexto em que as alternativas foram debatidas na época e as possíveis consequências caso as ações dos grupos organizados não existissem. Assim, o impacto do trabalho e da atuação dos grupos organizados em Jaguaribara envolvem observações sobre a importância da luta popular, o engajamento da comunidade, a pressão interna sobre o governo e a influência desses fatores na construção do processo histórico da cidade.

Para concluirmos a primeira experiência, destacamos que a luta contra a construção da barragem do Castanhão foi a primeira grande causa que o IMOPEC resistiu e atuou enquanto instituição. Após o veredito que de fato haveria a demolição da cidade, as lutas passaram a ser para que os direitos das pessoas fossem atendidos. O Instituto, segundo mostra as fontes, acompanhou e assessorou todas as etapas. Chamou-nos atenção o caráter de denúncia presente nas suas publicações, além da organização de seminários, oficinas, documentários, exposição de fotografias, Associação de Moradores e a criação da Casa da Memória. A equipe que fazia parte do Instituto constantemente se direcionava de Fortaleza a Jaguaribara em itinerários formativos. Vale ressaltarmos que o trabalho era voluntário, mantido pelas assinaturas do Raízes, parcerias locais e ONGs internacionais.

A experiência em Jaguaribara nos direcionou a discorrer acerca das ressonâncias que a luta adquiriu, para além de Jaguaribara, e a partir de quais leituras a memória era sistematizada; dos posicionamentos do Instituto que se mobilizava a favor da justiça social; das práticas educativas e da construção de aprendizagens múltiplas. Tal questão pode ser observada, quando o ato de dialogar é apresentado conforme uma das finalidades das pedagogias usadas pelo IMOPEC.

4.1.2 A experiência da Casa da Memória em Jaguaretama: o poder público municipal e o apoio do IMOPEC

A experiência de organização da Casa da Memória de Jaguaretama, cujo nome é “Casa da Memória do Povo de Jaguaretama Maria Alderi Fernandes Pinheiro” se deu em formato diferente das duas outras experiências. Foi o poder público municipal quem aderiu à proposta da Casa como ferramenta para a autovalorização e reconhecimento histórico do povo de Jaguaretama. Após acompanhar a experiência da Casa da Memória de Jaguaribara, inaugurada em 1998, os gestores de Jaguaretama pediram o apoio ao IMOPEC para organização do espaço naquele município.

Em fevereiro de 2005, nós fomos ao um encontro em Jaguaribara. Fui chamada para ir e foram algumas pessoas da secretaria de educação, foram também alguns professores. O secretário de educação na época que era José Jurailson Bezerra Brito, o prefeito que acabara de assumir em janeiro, Ari Saldanha do Partido Social Democrático-PSD e a gente, fomos todos para Jaguaribara para um encontro do IMOPEC. Lá nesse encontro do IMOPEC foi falado sobre a Casa da Memória de Jaguaribara, foram explicar o que é Casa da Memória e todo aquele incentivo do IMOPEC para que a gente também implantasse a Casa da Memória de Jaguaretama. Fiquei muito interessada, muito animada (Entrevista realizada com Francisca Judite Maia Chaves, concedida a Ana Cristina de Sales, em 09/08/2023).

O encontro promovido pelo Instituto em Jaguaribara teve como assunto principal a Casa da Memória e sua implementação e contou com a presença de algumas pessoas ligadas ao poder público de Jaguaretama, incluindo o prefeito, o secretário de educação e a diretora de cultura, os quais tiveram a oportunidade de conhecerem a proposta da Casa da Memória. Conforme relatado pela entrevistada, o IMOPEC estava desempenhando um papel ativo na promoção e estímulo à implantação de instituições desse tipo na região. A entrevistada, que era a diretora de cultura à época no município, demonstrou interesse e entusiasmo em relação à proposta de um espaço dedicado à preservação da história e cultura locais.

Eu era diretora de cultura, nessa época aqui ainda não tinha secretaria de cultura. Aqui tinha o departamento de cultura que era ligado ao departamento de educação. O secretário de educação abraçou a causa também e nós alugamos uma casa na Avenida Juarez de Queiroz Olímpio, próximo ao prédio da Secretaria de Educação e lá no dia 29 de agosto de 2005 foi inaugurado a Casa da Memória do Povo de Jaguaretama. Primeiramente escolhemos o nome Casa da Memória do Povo de Jaguaretama, mas sabe como é essas coisas de política, eles acabaram colocando o nome de uma ex-diretora da escola Raul Barbosa, ela foi diretora muitos anos e havia morrido, aí ficou Casa da Memória do Povo de Jaguaretama Maria Auderi Fernandes Pinheiro (Idem).

A iniciativa da diretora de cultura, em um contexto em que o município ainda não contava com uma secretaria de cultura formalmente estabelecida e a adesão do secretário de educação a essa causa foi um passo significativo, indicando que o projeto da Casa da Memória de Jaguaretama transcendeu as fronteiras de um único departamento e se tornou uma preocupação compartilhada por diferentes esferas do governo municipal. Sendo inaugurada ainda no mesmo ano do encontro em Jaguaribara.

A escolha inicialmente do nome Casa da Memória do Povo de Jaguaretama trazia consigo o desejo de se criar um espaço que refletisse a identidade, a memória e a história da comunidade, construída pelas experiências, histórias e contribuições de todos os membros da sociedade Jaguaretamense. Entretanto, aconteceu a mudança de nome, motivada por considerações políticas, o que nos lembra a dinâmica da memória em relação à política local, na qual as decisões políticas influenciam a forma como a memória social é representada e lembrada.

Para inauguração acontecer, fui a rádio várias vezes, explicar o que era a Casa da Memória, pedir as pessoas para doarem objetos e as pessoas começaram o processo de doação. Começamos a fazer os catálogos dos objetos, quem estava doando e há quanto tempo. Outras pessoas se inspiraram também e começaram a vir deixar objetos na Casa da Memória. A gente colocou objetos de sala, objetos de quarto, de cozinha, oratório. Montamos uma casa mesmo. Na cozinha tinha os objetos de cozinha antigos (Idem).

A entrevistada Judite Chaves teve grande importância no processo de organização da Casa. Ela se envolveu na comunidade para explicar o propósito e a importância da Casa da Memória, essa ação de divulgação prática fomentou um ato de conscientização sobre a relevância da preservação da memória social. Além disso, ao pedir às pessoas que doassem objetos relacionados à história e à cultura da região, a diretora de cultura agregou diferentes elementos ao acervo da Casa e incentivou a participação das pessoas na preservação de sua própria história.

Ao montar uma casa dentro da Casa da Memória, com objetos de sala, quarto, cozinha e até um oratório, a instituição buscou proporcionar aos visitantes uma experiência imersiva na história e na cultura do lugar, sem perder de vista a estrutura de uma residência de religião católica.

Assim como em Jaguaribara, a Casa de Memória de Jaguaretama é administrada pelo poder público municipal e continua em funcionamento, mesmo com sérios problemas ligados a localização e cuidado com as peças. Por outro lado, indica a longevidade desses espaços e sua contínua atuação na preservação da memória social. Como destacado por Célia

Guabiraba, no “Raízes” (2015, p. 06), a proposta de Casas da Memória “se constitui como uma ferramenta importante para o povo, contribuindo para sua autovalorização e seu reconhecimento enquanto sujeito histórico”. Nesse entendimento,

Podemos considerar que essas experiências, tal como são conhecidas na literatura museológica, trata-se de museus comunitários, ecomuseus, museus indígenas, museus de território e/ou iniciativas similares. São espaços que interpretam a natureza como parte da cultura e o homem como parte da natureza, onde a comunidade é percebida como patrimônio a ser preservado, assim como seus saberes e modos de fazer (Gomes; Vieira, 2014, p. 321).

Desse modo, a experiência em museus comunitários como os da Casa da Memória são iniciativas na qual a comunidade em si é considerada um patrimônio a ser preservado. A história, os costumes, as tradições e as lutas desses espaços são documentadas como parte da memória social do lugar. Ressaltamos que a Casa de Jaguaretama se mantém em funcionamento, mas carrega uma série de dificuldades ao longo de sua história, dentre elas a mudança de localização.

A Casa depois foi criada por lei e depois de algum tempo dos vai e volta de prefeitura, ela foi para um lugar, depois para outro e por último já tem algum tempo que ela está na parte de cima da biblioteca. A biblioteca são dois andares e fica na parte de baixo. A Casa fica em cima com todos os objetos lá. Ainda não existe o prédio da Casa da Memória. Mas a Casa da Memória daqui é inscrita no IPHAN, ela já recebeu projeto uma vez do Banco do Nordeste, acho que foram dois do Banco do Nordeste, salve o engano. Ganhamos expositores, na época computadores, máquina de fotografia para a gente fazer o trabalho melhor na Casa da Memória (Entrevista realizada com Francisca Judite Maia Chaves, concedida a Ana Cristina de Sales, em 09/08/2023).

A Casa, como nos disse Judite Chaves, passou por várias mudanças de localização, ocasionando instabilidade e falta de um espaço permanente. Essas mudanças impactam na logística de mover objetos e coleções, além de potencialmente causar desconforto para os visitantes. Essas mudanças se dão em contextos de “vai e volta de prefeitura”, indicando que a instituição enfrentou e enfrenta desafios em relação à sua gestão e financiamento por parte das autoridades locais. A falta de continuidade na administração afeta a estabilidade e o desenvolvimento da Casa da Memória. Além disso, o fato de a Casa da Memória compartilhar espaço com a biblioteca em dois andares diferentes, limita suas operações em termos de visibilidade.

Por outro lado, a entrevistada citou o apoio externo que a instituição recebeu, incluindo o registro no IPHAN e projetos financiados pelo Banco do Nordeste. Esses recursos

e parcerias foram necessários para auxiliar a Casa da Memória na obtenção de expositores, computadores e equipamentos de fotografia.

O IMOPEC dava suporte à Casa, principalmente na direção do funcionamento do museu comunitário e no Curso de Formação à Distância, em que participaram vários membros de Jaguaretama. Esse suporte foi importante para sua manutenção ao longo do tempo.

O IMOPEC deu uma ajuda muito importante, aquele suporte que a gente precisava para dar os primeiros passos e sobre o manter. Uma coisa que o IMOPEC pregava muito era que a gente fizesse com que a população se apropriasse da Casa da Memória para não ocorrer esses problemas de prefeitura (Idem).

Segundo Judite Chaves, o IMOPEC orientava para a importância da população se envolver ativamente nas atividades da Casa, a fim de tornar o espaço parte integrante de suas vidas e identidade cultural. Pois, quando a população se torna parte da Casa da Memória, ela passa a se sentir responsável por seu cuidado e continuidade, reduzindo a dependência de apoio exclusivamente municipal. Isso ajuda a evitar problemas quando muda de gestão, como mencionados na entrevista, mas também fortalece o vínculo entre a instituição e a comunidade. Por outro lado, percebemos um ponto de tensão entre a autonomia e apropriação comunitária do espaço versus a possibilidade de intervenção ou interferência governamental na gestão, ou controle da Casa.

Nessa perspectiva, cabe à comunidade conhecer a sua cultura através dos objetos do acervo (visíveis) e da significância que esses objetos (invisíveis) trazem. Nisso, a experiência educativa que envolve esses agentes cumpre seu papel de mediação para uma construção coletiva do conhecimento, uma educação que reconhece a comunidade como produtora de saberes e que identifica nela a existência de um saber local.

Neldiana Nonato, professora de História na rede municipal de Jaguaretama, informou em entrevista que um dos meios de aproximar a comunidade da experiência da Casa foi a divulgação do trabalho que vinha sendo realizado nela. Essa divulgação era uma forma de engajamento para mais pessoas contribuírem com o espaço. Nessa empreitada surgiu o projeto “Amigos Voluntários da Casa da Memória”, bem como a Associação da Casa.

A gente sempre trazia atividades para desenvolver, uma delas foi a catalogação de outros objetos. Então a Casa foi aumentando, foi crescendo, a divulgação foi crescendo, nós criamos “os amigos voluntários da Casa da Memória”, eram de crianças a adultos. Tínhamos vários amigos engajados. Criamos também a Associação da Casa da Memória e, foi crescendo (Entrevista realizada com Neldiana Nonato de Oliveira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 13/04/2023).

A criação dos “Amigos Voluntários da Casa da Memória”, que incluía crianças e adultos, a expansão da Casa e a criação de uma associação fortaleceu naquele momento os laços de preservação da memória e o sentimento de pertencimento. A Casa passava a ser um lugar de encontro, educação e conexão com os laços sociais. Entretanto, a falta de apoio do poder público através das constantes mudanças de endereço causou danos a muitos objetos, os quais foram quebrados ou danificados, além da perda total de alguns destes. Isso levou a uma perda gradual de interesse por parte dos voluntários que foram se afastando do espaço.

A Casa da Memória ela existe até hoje, só que é sofrendo a duras penas. Porque cada gestor que entra coloca a Casa em um lugar diferente, por ser um espaço alugado... nas mudanças foram perdidos e extraviados muitos objetos. Foi se perdendo o gosto, inclusive pelos amigos voluntários, eles foram largando, deixando de lado. Hoje ainda há muitos objetos. O prefeito atual está na segunda gestão consecutiva, ele trouxe a Casa da Memória para a biblioteca. Fica em cima da biblioteca, lá ela é a Casa da Memória, é aquela coisa não tem uma pessoa específica que cuide. Os mesmos funcionários da biblioteca são os da Casa da Memória. As pessoas não têm uma relação com as peças (Idem).

Na fala da entrevistada percebemos algumas tensões e conflitos que emergem no contexto da Casa da Memória: o primeiro ponto traz a instabilidade devido a cada novo gestor que altera a localização da Casa da Memória, gerando dificuldades para sua manutenção e organização. Essas mudanças impactam negativamente na preservação do acervo e na continuidade das atividades. Segundo, as constantes mudanças de local resultaram na perda e extravio de objetos do acervo. E por último, a ausência de um grupo específico que trabalhem na Casa da Memória. Tendo em vista, que os funcionários da biblioteca também precisam assumir essa responsabilidade, porém, muitas vezes, sem estabelecer uma conexão significativa com as peças em exposição.

Entendemos que a Casa da Memória ultrapassa sua condição física e para que essa herança seja valorizada e transmitida às gerações futuras, é vital um compromisso contínuo com sua preservação e um esforço coletivo para revigorar seu papel social e cultural. Nesse entendimento, Antônio José da Silva, pontuou no Raízes (2003) que a Casa de Memória é um instrumento de Educação Popular, a partir da observação dos princípios e procedimentos postos em prática naquela experiência. Sobre EP, ele destacou:

quando falamos em educação popular não estamos nos restringindo à alfabetização de jovens e adultos, nem ao campo escolar, mas as intervenções junto a grupos populares, relacionando-se a um trabalho educativo. A Casa da Memória enseja um processo educativo no resgate de sua história e por que não dizer, de suas histórias e de toda a diversidade cultural ali experimentada. Não se trata de reunir “quinilhões”, mas reunir elementos e aspectos das histórias das pessoas que ali

vivem, construindo um referencial da memória popular que alimenta a luta política do povo (Silva, 2003, p. 03).

A Casa da Memória, nesse contexto, se converte em um centro de aprendizado dinâmico que conecta passado e presente, alimentando o conhecimento e a consciência das comunidades e enriquecendo a luta política do povo. Nesse processo, o IMOPEC forneceu suporte e orientação para a Casa da Memória.

Ganhamos um projeto por meio do IMOPEC, foi o IMOPEC quem elaborou o projeto. Nossa Casa da Memória foi informatizada através do IMOPEC. O IMOPEC além da divulgação, tinha sempre a preocupação de saber como a Casa estava, nunca estivemos sozinhos. Enquanto o IMOPEC durou, tínhamos mais força para lutar pela nossa Casa da Memória. Depois que o IMOPEC fechou até isso, interferiu nessa questão da Casa da Memória (Entrevista com Neldiana Nonato de Oliveira, concedida Ana Cristina de Sales, em 13/04/2023).

Para a entrevistada, o papel do IMOPEC na história da Casa da Memória de Jaguaratama foi de grande relevância. Destacando-se projetos fundamentais para o desenvolvimento da Casa, como também promoveu sua informatização e divulgação através de uma parceria de financiamento com o Banco do Nordeste. Além de demonstrar compromisso constante com o espaço. Enquanto o IMOPEC esteve ativo, a Casa da Memória tinha essa parceria, por outro lado, o encerramento das atividades do Instituto impactou na dinâmica e na sua vitalidade, ou seja, na ótica de Neldiana Nonato, havia uma interconexão entre a Casa da Memória e o IMOPEC. Trata-se, portanto, da percepção de que, quando uma instituição como o IMOPEC finda, sua ausência repercute na capacidade das comunidades locais que eram atendidas por este, de preservar e promover sua cultura e história.

Quero deixar registrado que sem o IMOPEC e sem o acompanhamento e o amor que a Célia Guabiraba tinha pelo resgate cultural cearense, nada disso existiria. O IMOPEC precisa ser resgatado. A Cultura Cearense, principalmente as Casas de Memórias, sofrem com a ausência desse Instituto, até porque ele era a coluna, o sustentáculo para essas Casas continuarem crescendo, se fortalecendo. O IMOPEC mantinha viva a história do povo cearense no tocante às questões culturais e ambientais (Entrevista com Neldiana Nonato de Oliveira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 13/04/2023).

Em todas as entrevistas realizadas por nós, os narradores evidenciaram esse sentimento que Célia Guabiraba nutria pela história e cultura cearense, de maneira particular, aquelas não narradas nos livros da história oficial. Ao mesmo tempo, nem sempre os entrevistados estabeleceram uma conexão tão direta entre a política pública e a mobilização das comunidades quanto o fez Neldiana Nonato ao correlacionar o encerramento do IMOPEC e os destinos da Casa da Memória de Jaguaratama. Como se verá mais abaixo, no caso da

experiência da cidade de Porteiras, uma narrativa foi construída em torno do protagonismo da comunidade local, e as iniciativas da gestão pública foram tratadas como consequência do ativismo popular, o qual prosseguiria após o fim do IMOPEC.

Em 2014, a Associação da Casa, hoje extinta, foi contemplada pela Secretaria de Cultura do Estado com uma pequena biblioteca que conta com um acervo de 160 exemplares, incluindo livros, revistas e literatura de cordel. A Casa de Jaguaretama está em funcionamento e aberta para receber visitantes todos os dias. No entanto, no mês de aniversário do município, as visitas tornam-se mais frequentes, especialmente por parte das escolas públicas. Essas instituições de ensino buscam estabelecer uma conexão entre a realidade dos estudantes e os objetos, documentos e narrativas presentes na Casa da Memória. Esses elementos são considerados instrumentos importantes que documentam as lutas e as conquistas da comunidade jaguaretamense ao longo do tempo.

Quando é que mais eles utilizam a Casa da Memória, no mês do aniversário do município que é o mês de agosto, as escolas da zona rural e da sede levam. Tínhamos uma pessoa que tomava de conta da biblioteca que tinha uma maior preocupação, desenvolvia projetos com as escolas a serem desenvolvidos na biblioteca e na Casa da Memória, envolvendo as duas coisas. Mas, esse ano ela foi solicitada pelo secretário de educação como professora de história para vir para a secretaria de educação, ou seja, a pessoa mais interessada lá, já não está mais lá (Entrevista com Neldiana Nonato de Oliveira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 13/04/2023).

A entrevistada traz em sua fala mais um desafio enfrentado pela Casa da Memória ao longo de sua trajetória. A ausência da pessoa que liderava projetos colaborativos com as escolas, buscando integrar as atividades da biblioteca e da Casa da Memória, representa um momento de transição e incerteza. Essa mudança pode ter implicações significativas na continuidade dos projetos e na preservação do trabalho que vinha sendo desenvolvido. Nesse sentido, ao enfrentar esses desafios e incertezas, é válido considerar a importância da participação das pessoas que compõem a comunidade no enfrentamento dessas situações, como aconselhava Célia Guabiraba.

O suporte do IMOPEC e o compromisso dos indivíduos foram e são elementos-chave que contribuem para seu desenvolvimento. No entanto, a ausência do IMOPEC e a necessidade de se adaptar a novos contextos representam desafios que a Casa da Memória continua a enfrentar.

À medida que continuamos a explorar a experiência educativa desenvolvida na Casa na preservação da memória e cultura cearense, é primordial lembrarmos que a história está acontecendo diariamente e sendo moldada pelas pessoas e pelas comunidades que a

valorizam. E, nesse sentido, a Casa da Memória de Jaguarétama é um testemunho desse compromisso contínuo e uma lembrança de que a memória social compartilhada merece ser preservada para as gerações futuras. Cabe ao poder público olhar com respeito, força de vontade e compromisso para garantir que esse patrimônio cultural seja devidamente valorizado e mantido.

4.1.3 A experiência da Casa da Memória de Porteiras: percursos de uma juventude questionadora

Digo que o IMOPEC fez parte de mim e ainda hoje faz, embora o Instituto ele não exista mais do ponto institucional, formalizado ou mesmo nas práticas. Mas é uma experiência que está em mim, fez parte da minha formação e o Joaquim de hoje, tem muito do que viveu no IMOPEC. Tive contato inicial em 2004, na época, eu estava no curso de graduação, nos primeiros semestres do curso em História. Morava em Porteiras, lá o cenário cultural era marcado por um descaso do poder público, então eu me inquietava muito com as questões relacionadas ao patrimônio cultural da cidade, embora ainda não tivesse uma formação sólida sobre patrimônio, mas me incomodava muito o fato de não saber nada sobre Porteiras. Não existia nenhum trabalho divulgado de fôlego relacionado a história do município, a não ser um encarte que tinha sido publicado ainda nos anos 90, intitulado “Roteiro histórico de Porteiras”, mas era uma cartilha de um Jornalista, não existia nada muito aprofundado, isso me inquietava muito. Bem como, as questões relacionadas ao patrimônio ambiental. Porteiras fica no sopé da Chapada do Araripe, há muitos anos é reconhecida como um espaço inclusive de tráfico de fósseis, contrabando de fósseis, me incomodava muito. Isso naquele período – início de 2004, eu comecei a escrever para algumas instituições, eu não tinha computador, não tinha internet, não fazia parte do meu mundo, eu venho de uma família pobre. Então, eu comecei a escrever cartas para instituições procurando alguma forma de apoio, alguma orientação, alguma coisa nesse sentido. Conversando com uma das minhas colegas da graduação, a Simone Pereira, ela me falou que participava de um grupo na cidade de Farias Brito, que era vinculado a uma ONG, que era o IMOPEC. Simone foi quem me falou da existência do IMOPEC, eu não conhecia, me deu um catálogo que dizia o que era o Instituto e a partir daí mandei uma carta escrita para o IMOPEC. Na época mandei para o IMOPEC, para o Instituto do Ceará – a qual é uma instituição intelectual sediada em Fortaleza e para outros institutos, e o IMOPEC me respondeu, a Célia Guabiraba me respondeu com uma carta esclarecendo o que era o Instituto, como funcionava... (Entrevista realizada com Cicero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

O longo relato de Joaquim dos Santos é revelador do início do percurso trilhado por um jovem questionador perante suas raízes históricas. A falta de informações e trabalhos aprofundados sobre a história do município e as questões relacionadas ao patrimônio cultural e ambiental despertaram seu interesse e inquietação. Essa inquietação o levou a buscar meios de se envolver e contribuir com o conhecimento e preservação desses aspectos. Estudante do curso de História da Universidade Regional do Cariri-URCA, enviava cartas a instituições que pudessem se solidarizar com as questões históricas e a importância dos patrimônios cultural e ambiental do Município de Porteiras, Sul do Ceará.

Porteiras está localizada a 520 km de distância de Fortaleza e, em média, a 60 km de Juazeiro do Norte, a maior cidade do Cariri cearense. O Cariri é reconhecido como uma região de grande riqueza cultural, abrangendo uma ampla variedade de expressões artísticas, patrimônios material e imaterial, como literatura de cordel, xilogravura, artesanato, festas populares e música tradicional. Essas manifestações culturais são apreciadas tanto nacional quanto internacionalmente, devido à diversidade de seus bens culturais, conforme destacado pelo IPHAN em 2007.

O entrevistado ressalta que, embora o Instituto não exista mais formalmente, a experiência vivida, continua presente em sua vida e contribuiu significativamente para seu desenvolvimento. Dessa forma, a experiência pessoal do entrevistado com o IMOPEC sinaliza para a herança das instituições culturais e educacionais na formação de indivíduos e no fortalecimento da consciência histórica e patrimonial das comunidades. Ao compartilhar sua história, Joaquim dos Santos acentuou o impacto positivo que o Instituto teve em sua vida e como isso o motivou a procurar parcerias que pudessem revisitar conhecimento através da sua cidade e o patrimônio desta.

No início dos anos 2000 ainda era comum as pessoas se comunicarem por meio de cartas, os meios tecnológicos digitais nesse momento não estavam acessíveis à maioria da população brasileira. Após tentativas de envio de cartas para algumas instituições, aquela enviada a Célia Guabiraba teve retorno, e por meio deste retorno começou uma longa caminhada de trabalho e formação política/cultural.

Joaquim junta-se a um grupo de jovens que compartilhavam sua preocupação com o declínio do poder público em relação à falta de iniciativas culturais e históricas em Porteiras. Esse grupo de jovens, com idades entre 15 e 29 anos, decidiu participar do curso de formação à distância organizado pelo IMOPEC. O entrevistado relata: “E aí, eu convidei mais quatro pessoas que eram próximos a mim em Porteiras. Eram universitários que já tiveram um percurso e também queriam fazer algo a respeito. Formamos um grupo de cinco pessoas” (Idem). À medida que a proposta do curso despertou interesse em mais pessoas, um segundo grupo se formou. Para representar suas atividades perante a comunidade, eles precisavam escolher um nome. Optaram por denominar-se “Retradores da Memória de Porteiras – REMOP”, sendo a escolha influenciada pela sigla do IMOPEC.

Sob a sombra de um eucalipto, no centro da cidade, os jovens se autointitularam Retradores da Memória de Porteiras (REMOP). Tal nomenclatura tentou evidenciar o desejo de realizarem o registro, a valorização e a preservação da memória e dos bens culturais do lugar onde residiam, frente ao descaso do poder público a tais

questões. Reflete, portanto, os desejos de políticas de memória para o município de Porteiras que na época possuía cerca de 15.658 habitantes (Santos, 2014, p. 316).

Por meio do grupo, os jovens de Porteiras empenharam-se em preencher uma lacuna na historiografia local, registrando e documentando as histórias, tradições e manifestações culturais presentes na cidade e zona rural. Seu objetivo era ouvir as vozes das comunidades locais e chamar a atenção das autoridades públicas para a importância de políticas culturais e de preservação do patrimônio local. Assessorados pelo Instituto, os membros do REMOP desenvolveram diversas ações no município, colocando em prática o conhecimento adquirido durante o curso à distância.

A metodologia do curso envolvia uma abordagem teórica da realidade seguida de atividades práticas. Os membros do REMOP, durante os trabalhos de campo, realizaram entrevistas com idosos, pesquisas históricas e registraram elementos representativos do município de Porteiras. Além disso, eles se dedicaram a envolver a comunidade na e para a compreensão da realidade social em que estavam inseridos.

Logo, nós começamos a organizar um acervo de imagens e aí para ter a imagem precisava ir até o local, à medida que lia sobre determinado tema como os lugares de memória, nós discutíamos em grupo. Mas quais os lugares de memória do município de Porteiras? Somos de lá. Então, a gente cresce no lugar e conhece algumas referências, são tais, tais. Vamos até esses locais para fotografar e conversar com as pessoas. Com base nisso, fomos montando um acervo, algumas das experiências nós já conhecíamos e outras aprendemos no convívio (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

O grupo, ao ser envolvido em discussões coletivas, lia sobre o tema lugares de memória, evidenciando uma abordagem colaborativa para a construção do conhecimento histórico. Essa troca de ideias e perspectivas enriqueceu a pesquisa do grupo, permitindo uma análise mais abrangente e contextualizada dos locais selecionados. Um aspecto basilar desse processo foi a interação com os moradores, que contribuíram na organização de um acervo de imagens e reunião de várias experiências. A partir das idas e vindas até as casas das pessoas para exercer atividades que o curso solicitava, a experiência e o aprendizado político aconteciam, o que se mostra nas muitas ações desenvolvidas.

A constituição e a gestão de um acervo documental que procura abranger as múltiplas memórias que se engendram na tessitura social, a partir de um movimento de base popular, que conta com a participação voluntária, assídua e cotidiana de jovens que descobriram a importância do acesso à memória como um meio de fortalecer a autoestima coletiva, o sentimento de pertença ao torrão natal e as lutas em prol de uma vida mais digna para todos (Raíces, 2007, n. 59, p. 03).

Nesse sentido, a preservação da memória torna-se um instrumento poderoso no fortalecimento da identidade e consciência histórica. O acervo documental é concebido pelo IMOPEC como um meio de preservar e disponibilizar as narrativas, imagens e testemunhos que refletem as experiências vividas pelos seus habitantes. Além disso, a constituição desse acervo é fruto de um movimento de base popular e voluntária. Indicando que a iniciativa não foi somente uma ação educativa, mas parte de um esforço coletivo para valorizar, registrar e divulgar a memória social. Reconhece-se, portanto, o valor da memória como um elemento central na busca direitos sociais, estimulado pelo envolvimento ativo das pessoas na preservação e no acesso às suas próprias histórias.

Para esse despertar, o grupo REMOP assessorado pelo IMOPEC tomou a iniciativa de realização de uma Campanha de Valorização do Patrimônio Cultural do Ceará. “Naquele momento, as atenções dos jovens se voltaram para a realização de uma pesquisa cuja meta era perceber como a população entendia o patrimônio e reconhecia seus lugares de memória” (Santos, 2011, p. 99). No segundo momento os jovens elaboraram seu próprio questionário, específico para as questões culturais do município de Porteiras.

Em Porteiras, nós já conhecíamos as experiências culturais, foi fácil elaborar um questionário, uma enquete para ser aplicada com as pessoas, nas quais elas pudessem responder questões voltadas para o patrimônio. Como, por exemplo, a festa dos caretas, o reisado, e eram ações mais críticas, porque o reisado vinha vivendo um momento de descaso, não havia uma política cultural de valorização ou de transmissão desses saberes para os públicos mais jovens. A gente via um descaso local, a festa dos caretas tinha deixado de acontecer há pouco tempo, aconteceu mais ou menos até 2000/2001 e depois disso acabou e essa enquete foi em 2004, foi pouco tempo depois disso. Acabou a festa dos caretas e ficou por isso mesmo, não houve mobilização ou tomada de iniciativa. Algumas pessoas ficaram inquietas, mas não houve uma mudança no cenário. A ideia era instigar mesmo, era provocar. “Olha, nós estamos perdendo os nossos bens culturais”, e aí? A partir disso surgiu a campanha – o registro dos lugares de memória, com registro fotográfico (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

Existiam demandas comuns entre o REMOP e o IMOPEC, e outras que eram particulares dos jovens porteirenses, dado que, os jovens agiam também independente das demandas do Instituto. Isso nos permitiu partir de uma compreensão de que as ações coletivas entrelaçam mãos diversas, experiências de vida múltiplas, e que lutam partindo de uma situação em comum, uma problemática que os une e os desafia a pensar em conjunto, em especial aquelas ligadas as disputas culturais.

A partir do questionário proposto no curso, o REMOP instigou as pessoas a refletirem acerca de suas realidades, abrindo espaço ao fazer educativo e a participação social. Por meio do questionamento no que se refere ao fim de festividades tradicionais locais, houve

a mobilização dos participantes e a elaboração de aprendizagens diversas, ao qual o grupo educa e se educa na e a partir da luta. Especialmente em relação ao reisado, havia uma percepção de declínio e falta de uma política cultural que valorizasse e transmitisse esses conhecimentos para as gerações mais jovens. A festa dos caretas, por sua vez, havia sido interrompida por volta de 2000/2001, e não houve uma mobilização ou iniciativa para reativá-la. Essa situação despertou inquietação em algumas pessoas, mas sem um processo de intervenção, coube ao REMOP provocar reflexão e chamar a atenção para a perda dos bens culturais de Porteiras.

No final de dezembro do ano de 2004, os jovens realizaram o primeiro ESPACULT – Espaço Aberto à Cultura, evento que promoveu a discussão “Porteiras: Arte e Memória”. No ESPACULT, as peças que eram doadas pela comunidade foram expostas, destacando-se as fotografias, concurso de redação, poesias e apresentação de teatro. A partir do evento a população reconheceu a importância do REMOP e da valorização e preservação dos bens culturais.

Foi um evento cultural, a princípio pensado para uma noite, só uma noite mesmo, nós nem esperávamos que tivesse a reação que teve. Como nós já conhecemos algumas pessoas, já tínhamos feito algumas entrevistas, já conhecíamos alguns moradores, nós escolhemos peças, objetos da cultura material, por exemplo, de integrantes dos penitentes, do reisado, louça de barro. Enfim, esses objetos da cultura da localidade e fizemos uma exposição de objetos e de fotografias do que nós já tínhamos... Foi um impacto grande para a população local, por ver que as coisas do seu cotidiano eram importantes. Você entra e ver a fotografia da minha vizinha que faz alguma coisa com arte, por exemplo, ou você entra e encontra artesanato em couro do homem que tá lá na casinha dele, trabalhando com couro e todo mundo conhece, mas não ver que aquilo é importante. Essa coisa do artesanato, da louça, as práticas culturais, e você entra e ver a imagem do grupo de penitentes da cidade, da Banda Cabaçal, por exemplo, mais tradicional nos rituais do mês de maio, mês da coroação, a cidade tocando, acompanhando os cortejos, todo mundo conhece. Mas, aí vai para lá e encontra aquilo tudo fotografado, como um bem cultural, como um patrimônio cultural. Isso gerou um impacto ao próprio espetáculo, porque eram os filhos das pessoas que estavam lá, era o coleguinha da escola que estava ensaiando e apresentando uma dança, era o filho da vendedora de pão que estava lá. Estou dando exemplos, são as pessoas da comunidade e num espetáculo que falava sobre o lugar, isso gerou um impacto grande que nem esperávamos que fosse (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

A iniciativa expressou a importância de criar espaços que promovam o debate, conscientização e o reconhecimento da cultura local como patrimônio cultural. A exposição permitiu que a população se visse representada e valorizada, entusiasmada para fortalecer laços de pertencimento. Além disso, o evento mostrou a relevância do diálogo entre a pesquisa histórica e a comunidade. Ao envolver os moradores, suas práticas e memórias, o grupo conseguiu criar uma experiência significativa que ultrapassou as expectativas iniciais.

Pelo fato de o evento ter ocorrido em um único dia, muitas pessoas reclamaram de não ter conseguido assistir às apresentações. Dois anos depois, em março de 2006, aconteceu o II ESPACULT com a temática “Memória e Patrimônio Imaterial”, as discussões e apresentações aconteceram em três dias.

O segundo foi um grande impacto, hoje eu vejo o segundo ESPACULT como um grande marco na trajetória do REMOP. O segundo aconteceu em março de 2006, durante três dias, entre 2004 e 2006 tem aí em torno de dois anos, e nós já tínhamos um reconhecimento na localidade. Porque depois do primeiro, nós ganhamos notoriedade, fomos traçando mais práticas, mais percursos. Eu sempre ia a FM local, por exemplo, para ceder entrevista. Aprendi a ceder entrevista na FM falando sobre Porteiras, sobre o REMOP, nesse período. Eu não era o único que ia, outros colegas também iam do grupo. Começamos a ter reconhecimento da comunidade e nos diálogos com o IMOPEC fomos aprofundando esse conhecimento. No meu caso eu estava me fortalecendo do ponto de vista acadêmico, com atuação na universidade e também com atuação no movimento social lá em Porteiras, teve um momento que o REMOP começou a ser identificado como um movimento social. Já não era mais um grupo de estudo, era um movimento, porque a gente mexia na cidade como um todo. Tem até em um boletim Raízes que fala isso (Idem).

Desde o seu início, este item tem dado a ver o entrelaçamento entre formação acadêmica e ação política no percurso de Joaquim dos Santos, cuja narrativa é um vínculo basilar entre a nossa análise e a experiência da Casa da Memória de Porteiras. Em “História Oral como Arte da Escuta”, o historiador Alessandro Portelli (2016) destaca o aspecto dialógico da construção de significado num relato oral de memória, ressaltando assim o papel que a identificação entre entrevistador e entrevistado pode ter no desenvolvimento da história contada. Esse papel pode ser bastante variado, mas, no caso aqui em questão, a aproximação entre os perfis da entrevistadora e do entrevistado – ambas pessoas da área acadêmica comprometidas com o papel político da formação intelectual – tornou a articulação entre fundamentação teórica e prática política um fio condutor natural para o enredo da narrativa.

No trecho acima, essa articulação perpassa a ideia de transição do REMOP de grupo de estudo para movimento social, podendo ser destacados pelo menos dois elementos importantes. Primeiro, o reconhecimento e a popularidade do grupo perante o município. Sua participação nas emissoras de rádio local para divulgação das atividades e das visitas às residências para registrar e fazer levantamentos. Após o primeiro ESPACULT, o REMOP conquistou reconhecimento e notoriedade na comunidade. Isso se deveu, em parte, ao engajamento ativo dos membros do grupo em práticas e percursos relacionados à memória e à cultura de Porteiras. O entrevistado cita sua participação em entrevistas na rádio local, o que contribuiu para disseminar informações sobre Porteiras e o REMOP. O segundo elemento destacado, foi o fortalecimento do REMOP enquanto movimento social articulado, que por

meio das ações coletivas direcionaram o trabalho pedagógico no entendimento de como se organizar e participar das mobilizações, da compreensão dos elementos culturais e dos modos que podem ser utilizadas para lutar por estes e do contato com novas temáticas locais.

Ainda conforme Joaquim dos Santos, em 2006, durante o segundo ESPACULT, surgiu a ideia da Casa da Memória como uma ação concreta a ser desenvolvida. A inspiração para esse projeto veio das experiências de outras duas Casas no Ceará, em particular a Casa da Memória de Jaguaribara, que foi uma referência forte para o IMOPEC. A Casa da Memória de Jaguaribara é considerada um exemplo de musealização social e diálogo entre memória e cultura material, baseado no contexto local. Essa experiência despertou a percepção de que seria possível realizar algo semelhante em Porteiras. Ao contrário do que se imaginava, a organização de um espaço de memória em Porteiras não era uma tarefa tão difícil, pois o REMOP já contava com a parceria da comunidade e reconhecimento social.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o conceito de patrimônio vai além das definições atribuídas pelo poder público, envolvendo valores construídos historicamente pela sociedade em determinado momento e contexto histórico. Como mencionado por Scifoni (2015), o patrimônio possui propriedades estéticas e físicas que são valores atribuídos, refletindo a representação e as operações da sociedade em relação ao seu valor. Assim, a iniciativa de criar a Casa da Memória em Porteiras vai ao encontro dessa compreensão do patrimônio, buscando preservar e proteger a memória através dos anseios da comunidade, um processo de autovalorização do povo, uma vez que reconhecem a importância das suas vivências, tradições e contribuições para a sociedade como um todo.

A proposta de construção de espaços conforme o da Casa da Memória de Porteiras já era um marco na história do IMOPEC, segundo assinalou Joaquim dos Santos:

Assumimos essa ideia de que queríamos organizar a Casa da Memória, o IMOPEC deu todo apoio. O Instituto tinha um programa de atuação que era as Casas de Memória, que, na verdade, eu acho que a princípio não surgiu nem como programa. Surgiu com a própria experiência de Jaguaribara, e aí, se tornou uma referência, um programa de apoio e a experiência começou a se multiplicar, com essas outras duas (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales em 17/06/2021).

O Instituto desempenhou um papel importante no suporte e na disseminação da ideia de Casas de Memória nos lugares que atuou, dando assistência na formação teórica para a criação e gestão desses espaços. O projeto que o entrevistado se refere diz respeito ao modo como as Casas são organizadas, no formato mesmo de uma casa e em salas tematizadas. O IMOPEC investiu na capacitação dos membros do grupo REMOP, abrangendo tanto aspectos

práticos (organização e catalogação de acervos) quanto aspectos teóricos, incluindo estudos sobre a importância da memória social, metodologias de pesquisa histórica e práticas de museologia. Havia toda uma preocupação do IMOPEC para que as Casas da Memória fossem espaços na qual os profissionais estivessem preparados para receber o público e salvaguardar os bens culturais e do mesmo modo que atendessem aos princípios da museologia.

O grupo REMOP, impulsionado pelo Instituto, teve a oportunidade de vivenciar experiências concretas em outras localidades, como em Jaguaribara e Jaguaretama, que já contavam com Casas da Memória protegidas. A importância das visitas e da formação teórica não se restringe às exposições e aos aspectos visíveis dos museus, mas também abrangeu os bastidores e as reservas técnicas, proporcionando uma compreensão aprofundada do trabalho museológico. Dessa forma, a participação do IMOPEC no projeto da Casa da Memória em Porteiras transcendeu o apoio financeiro e se consolidou como uma ação de fomento à educação patrimonial e à formação historiográfica. A troca de experiências, as visitas a outros espaços de memória e a formação teórica forneceram aos membros do REMOP as ferramentas necessárias para a criação e gestão da Casa da Memória de Porteiras. A partir desse embasamento teórico e prático, o REMOP lançou uma campanha de arrecadação de objetos, visando a constituição do acervo da Casa da Memória:

em Porteiras nós já tínhamos em mente, aí vem aquela questão, a gente já começava a juntar coisas, porque as pessoas não se conheciam e quando vimos algo que considerávamos como de relevância, a gente diz: “olha, você pode emprestar, você pode doar”, aí comecei a juntar as coisas em minha casa e os outros membros também, Adão na casa dele, Karina também. Chegou o momento que precisamos de uma sede para guardar o material, até que a casa surja é importante ter uma sede, e nós não tínhamos a sede. Chegamos a conversar com a prefeitura, nos foi negada, mas isso não nos abateu, porque já tínhamos o não desde o princípio, que éramos de oposição (Idem).

Como foi visto anteriormente, o caminho ressaltado aqui por Joaquim dos Santos vai da formação intelectual à ação política de base, traduzido na relação entre o REMOP e o IMOPEC por um lado e, por outro, nas iniciativas daquele enquanto movimento social. Nesse sentido, nunca se perde de vista que, apesar do vínculo entre o movimento e o Instituto, em outros aspectos da relação entre política e sociedade – a começar pela política municipal – a postura do REMOP era de autonomia e de dissidência.

O Instituto orientava que o grupo fizesse “uma ficha técnica de cada objeto, identificando, por exemplo, qual era o tipo de acervo, quais eram as dimensões, qual era a história daquele objeto, a quem pertencia, naquele momento tudo foi catalogado...” (Idem). A catalogação dos objetos é um aspecto primordial na prática museológica, dado que, permite a

organização sistemática do acervo e facilita o acesso aos materiais para pesquisadores e interessados. Ao registrar informações específicas sobre cada objeto, como sua história e contexto, as fichas técnicas garantem que esses elementos sejam preservados e transmitidos.

O REMOP empreendeu uma campanha de arrecadação de peças para compor seu acervo, utilizando uma estação de rádio como meio de comunicação para atingir tanto a população urbana quanto a rural. A escolha de estender as atividades até a zona rural foi motivada pela presença de engenhos, casas de farinha e outras referências históricas e culturais que também desempenham um papel significativo na memória social, segundo apontado por Joaquim dos Santos:

Fizemos uma campanha, eu lembro que percebemos que não dava para fazer só na zona urbana, era necessário ir para zona rural do município, porque tinha uns engenhos, as casas de farinha, outras referências da memória e da história que precisavam entrar e que a gente precisava ir nesses espaços. Então íamos a FM local, planejávamos ir por zona, por áreas, tal final de semana, vamos para a área serrana, e aí, divulgávamos, “oh, população de sítio, tal, tal, tal, vamos passar aí para conversar com o povo, preparem os objetos para doar” (risos), coisa de jovens que tem disposição (Idem).

A intenção de utilizar uma emissora de rádio era informar e conscientizar a população sobre o projeto do REMOP, incentivando-os a preparar e doar objetos que representassem sua história e memória. Trouxemos a seguir o folder que trata da campanha de arrecadação de objetos (Figura 9).

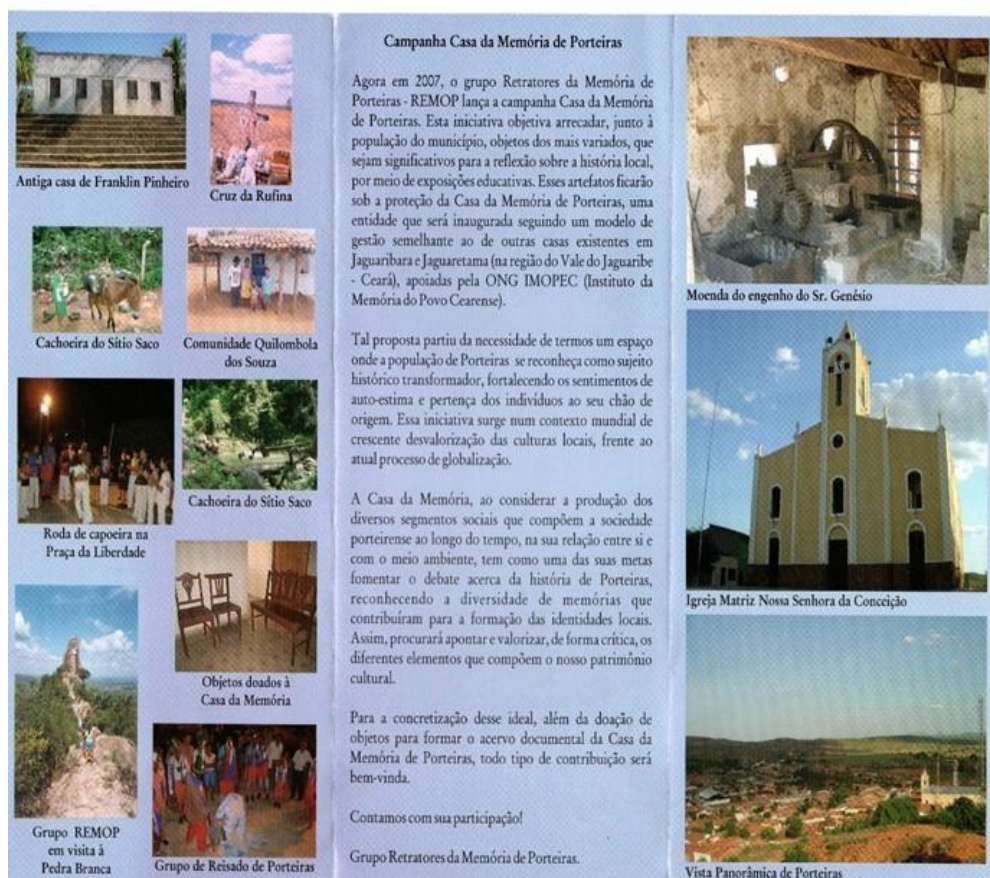


Figura 9. Folder da Campanha de Arrecadação de objetos para a Casa da Memória de Porteiras. Folder pertencente a Casa da Memória de Porteiras, 2007.

Nos chama atenção, além das imagens que o folder apresenta, a parte que mostra a proposta do REMOP na criação da Casa.

Tal proposta partiu da necessidade de termos um espaço onde a população de Porteiras se reconheça como sujeito histórico transformador, fortalecendo os sentimentos de autoestima e pertença dos indivíduos ao seu chão de origem. Essa iniciativa surge num contexto mundial de crescente desvalorização das culturas locais, frente ao atual processo de globalização (Folder da Casa da Memória de Porteiras, 2007).

No contexto em que as influências externas tendem a ameaçar a diversidade cultural e a tender à homogeneização das culturas, a Casa da Memória emerge como um espaço de resistência cultural, focado na preservação de tradições, costumes e conhecimentos que compõem a história local da comunidade de Porteiras. Contudo, o grupo enfrentou desafios consideráveis ao tentar transferir os objetos da zona rural para a cidade. Devido à sua posição política, que, naquele momento, era de oposição ao poder público municipal, resultando na dificuldade de obter acesso a um meio de transporte adequado para manusear as peças. Como solução emergencial, recorreram ao Instituto para superar esse obstáculo.

Falei com o IMOPEC, com a Célia. A Célia conseguiu um dinheiro. Nos repassou o dinheiro e nós conseguimos fatiar um pouquinho desse dinheiro, porque era pouco, para alugar o transporte. Conseguimos alugar para algumas vezes e fomos a zona rural colher os objetos. Foi uma experiência fantástica de amadurecimento, de conversa com as pessoas, de entender a relevância da cultura material na vida das pessoas e essa relação de ao mesmo tempo, de apego, mas também de doação, de querer que aquilo fosse para o espaço permanente (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

Através da fala do entrevistado percebemos que o apoio financeiro providenciado pelo IMOPEC, por meio da Célia, foi necessário para o REMOP viabilizar a logística necessária para o transporte dos objetos da zona rural. Esse apoio permitiu que o grupo alugasse um veículo adequado para realizar as coletas nas comunidades. A experiência de ir à zona rural e interagir com as pessoas foi enriquecedora e significativa ao grupo, que tiveram a concretização do projeto e a compreensão da importância da cultura material na vida das pessoas. Houve um momento de diálogo e troca, em que o grupo pôde perceber o apego afetivo que as pessoas tinham em relação aos objetos, mas também a disposição em os doar para que fossem preservados em um espaço permanente.

A campanha de arrecadação, conforme detalhado no folder, transcorreu ao longo do ano de 2007. Nesse contexto, o IMOPEC designou dois assessores: Cristina Holanda e João Paulo Vieira para conduzir oficinas destinadas aos membros do REMOP, focando na organização de acervos e na estruturação da Casa da Memória. O empenho conjunto culminou na inauguração oficial da Casa em 21 de setembro de 2007, durante a realização do III Espaço Aberto a Cultura – ESPACULT. O tema central do evento “Patrimônio Material” proporcionou um cenário oportuno para celebrar a inauguração da Casa da Memória e enaltecer a importância da preservação do patrimônio cultural. A inauguração da Casa da Memória durante o ESPACULT sublinhou a conexão intrínseca entre preservação cultural, engajamento comunitário e trabalho em grupo. A experiência educativa simbolizou naquele momento um marco na promoção da consciência cultural e da identidade coletiva, que ecoam até hoje como um testemunho do compromisso do IMOPEC e do REMOP com a preservação do patrimônio cultural.

Como parte da celebração, a imagem da Casa da Memória foi registrada, representando um marco importante na história do REMOP e no reconhecimento do patrimônio do município (Figura 10).



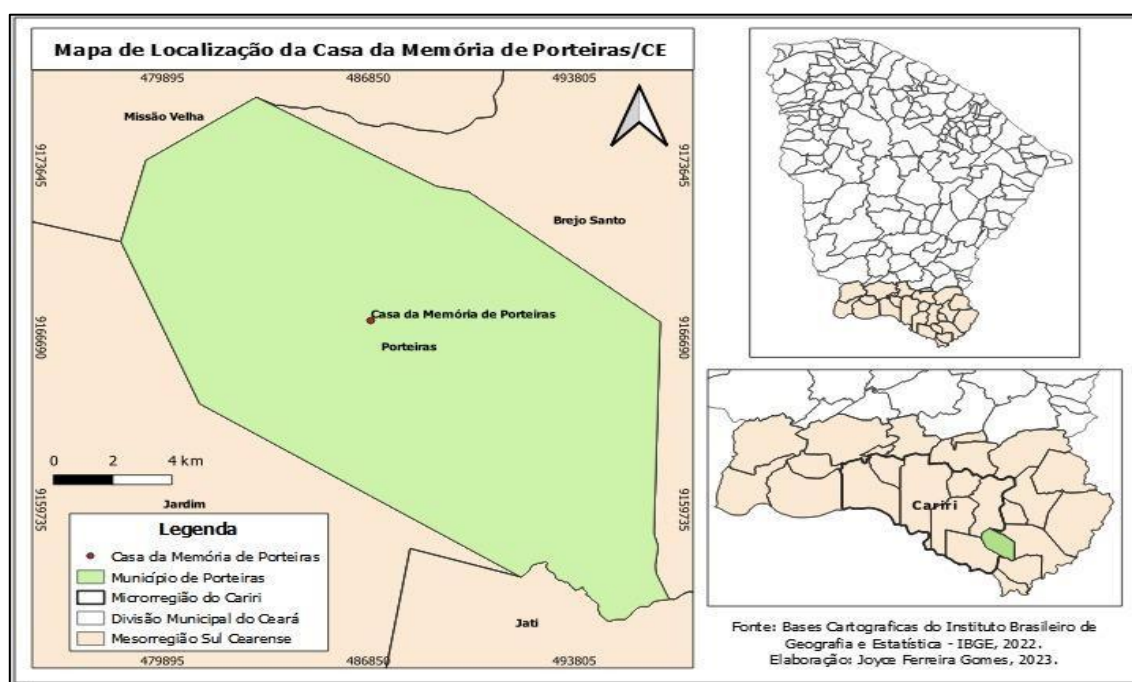
Figura 10. Fachada da primeira Casa da Memória de Porteiras, foto: IMOPEC, 2007.

A Casa azul com branco, alugada desta vez em parceria com o poder público municipal, foi o espaço escolhido para abrigar o acervo da Casa da Memória. Interessante se faz notar, que o poder público resistente inicialmente a concessão do carro para busca dos objetos, é o mesmo que concede o espaço para organização do acervo. Conscientes da necessidade de uma sede própria, os membros do grupo decidiram buscar novamente o diálogo com o prefeito, a fim de viabilizar a obtenção de um local apropriado. Nesse momento, a demanda não se resume apenas ao transporte dos objetos, mas a busca por um espaço que possibilitasse a disposição e o processamento adequado do acervo. O município assumiu a responsabilidade de custear o aluguel de uma casa que atendesse aos quesitos necessários para receber o acervo e servir como sede da Casa da Memória. Consoante narra o entrevistado,

nós já tínhamos o acervo, já tínhamos o material, como a gente não tinha a sede, ainda, mesmo na campanha o material ia para casa dos integrantes. O grupo percebeu que tinha que ter a sede, tinha que ter um espaço para guardar que seria a sede da casa. Nesse momento, esse mesmo grupo conversou novamente com o prefeito, para ver a possibilidade da sede e aí não era pedir o carro para recolher material. Já tínhamos o material, o que precisava era de espaço para organizar o material. O prefeito não teve como negar. Naquele momento foi feita uma parceria com a Prefeitura Municipal, que ficou responsável para custear o aluguel do espaço. A casa foi alugada e nós tivemos que escolher qual seria uma boa casa, que também não era qualquer casa. O grupo teve que pesquisar casas que estavam disponíveis para alugar e que pudessem receber de forma adequada o acervo para exposição, para guarda. Acabou dando certo (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

Reforçando aquela autonomia que o entrelaçamento entre formação teórica e ação política proporcionou à sua experiência pessoal e à do movimento social em Porteiras, Joaquim enquadra a parceria com a prefeitura para a conquista do espaço para a Casa da Memória como algo que aconteceu, não devido à gestão municipal, mas sim apesar dela: “O prefeito não teve como negar”. Considerando que na narrativa oral as marcas do passado na memória são ordenadas e significadas à luz da experiência presente, pode-se dizer que o esforço por desvincular o êxito da iniciativa a qualquer grupo político específico aponta uma preocupação com a preservação da Casa contra as instabilidades da política municipal.

O acervo da Casa da Memória de Porteiras foi cuidadosamente organizado, seguindo um roteiro temático e um objeto gerador para cada sala, com base em problemas históricos específicos. Permitindo, assim, uma imersão nas diferentes dimensões da história local e das questões que moldaram a comunidade ao longo do tempo. Cada sala da Casa é dedicada a um tema específico, proporcionando aos visitantes uma experiência enriquecedora. A seguir trazemos o mapa de localização da Casa da Memória em sua sede atual.



Mapa de localização da Casa da Memória de Porteiras-CE.

Atualmente, a Casa da Memória de Porteiras encontra-se estabelecida na Rua Pe. Cícero, Centro, Porteiras-CE, ocupando sua sexta sede. Desde sua inauguração em 2007 até a atual localização, houve diversas mudanças de endereço, cada uma marcada por desafios ligados a estrutura da casa, peças danificadas, ou perdas. Entre esses desafios, o grupo

REMOP ressalta que o tamanho do espaço era uma questão central, dada a necessidade de acomodar o acervo e receber os visitantes de forma adequada.

É importante destacarmos que o grupo REMOP tem se empenhado para que a Casa da Memória permaneça no prédio atual como sede própria, independente de qual gestão esteja no poder local, considerando sua amplitude e as vantagens que o espaço oferece. O atual espaço faz parte de uma escola desativada (figura 11), incluindo salas espaçosas e uma infraestrutura adequada para manipulação do acervo, bem como para a realização das diversas atividades que têm no local.



Figura 11. Atual sede da Casa da Memória de Porteiras. Imagem do blog do REMOP, 2023.

A primeira sala da Casa é dedicada à formação histórica de Porteiras. Nesse espaço, é possível explorar a história da ocupação do território, os primeiros habitantes e as dinâmicas sociais que marcaram esse período. Além disso, são abordados os desafios e as transformações enfrentados pela comunidade ao longo desse processo. Na segunda sala, o foco está na religiosidade. São exploradas as práticas, crenças e manifestações religiosas de diversas vertentes, permitindo aos visitantes compreender a importância do respeito às diferentes formas de vivenciar a religiosidade de cada indivíduo. A terceira sala trata do cotidiano, sendo apresentados aspectos do dia a dia dos moradores, a mobília e os costumes são retratados no espaço, além de outros elementos que compõem e compuseram a vida cotidiana de Porteiras.

A quarta sala é dedicada às expressões culturais. Nela, os visitantes têm a oportunidade de explorar as diversas manifestações artísticas, folclóricas e tradicionais da região. Música, dança, festividades e artesanato são alguns dos aspectos culturais destacados nessa sala, evidenciando como essas expressões contribuem para a preservação da identidade

local e para a riqueza cultural da comunidade. Ao seguir um roteiro temático e um objeto gerador⁴⁷ a Casa da Memória oferece aos visitantes a oportunidade de se aprofundar em diferentes aspectos da vida da comunidade, destacando elementos que foram basilares na construção da identidade e na formação da sociedade local.

Em 2010, foi criada pelo REMOP a Associação Retratores da Memória de Porteiras, um marco para a Casa da Memória, o que a tornou uma Organização da Sociedade Civil (OSC). A instituição empenhou-se em estabelecer uma estrutura organizacional, desenvolvendo um regulamento e um estatuto que definissem suas diretrizes e propósitos. Essa iniciativa teve o objetivo de fornecer uma base legal e uma governança para as atividades do grupo. A ausência de uma associação formalizada prejudicava a participação da Casa da Memória em editais, já que muitos desses processos exigem a comprovação de uma entidade jurídica estabelecida. Essa limitação impactava na capacidade do grupo de acessar recursos financeiros e oportunidades de financiamento que poderiam contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de projetos.

Com essa iniciativa, a instituição estabeleceu uma linha para sua atuação, assegurando a conformidade legal necessária para participar de processos seletivos e colaborar com outras instituições e organizações. A formalização da associação representou um passo importante na consolidação e no reconhecimento da Casa da Memória no âmbito das políticas culturais e históricas da região. Nesse sentido, a Casa passou a pertencer à Associação do REMOP.

Nesse contexto, já em formato de OSC, o ESPACULT foi novamente realizado em 2011 e teve continuidade anual até 2017, o último aconteceu no ano de 2023. Esses seminários desempenham um papel importante para a reflexão e a discussão sobre diferentes aspectos da memória social e da cultura local. Através desses eventos, a Associação e a Casa da Memória de Porteiras promovem um espaço de diálogo aberto que abrange temas variados, contribuindo para a disseminação do conhecimento e o engajamento da comunidade. Os temas abordados no ESPACULT são diversificados e evoluíram ao longo do tempo. As discussões vão desde a intersecção entre arte e memória até questões que envolvem a identidade afrodescendente, a relação com a natureza, a sexualidade, a consciência histórica, o envelhecimento, a juventude, a cultura infantil e o papel dos museus na promoção da cidadania cultural. Essa variedade de temas conjectura a profundidade e a amplitude das

⁴⁷ Objeto gerador é uma peça exposta no centro da sala que deve chamar atenção dos visitantes com uma proposta de reflexão. Por exemplo, na sala que compõe os elementos da religiosidade, o objeto gerador são os óculos, com a finalidade de chamar atenção para conhecer e olhar com respeito as diversas manifestações da religiosidade.

preocupações da Associação REMOP, além de evidenciar seu compromisso em explorar as múltiplas dimensões da cultura e da memória (Quadro 13).

Quadro 13: Temas debatidos nos Seminários “Espaço Aberto à Cultura – organizados pelo REMOP

2004	I Seminário Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT. Porteiras: Arte e Memória.
2006	II Seminário Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT: Memória e Patrimônio Imaterial.
2007	III Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT. Memória e Patrimônio Material.
2008	I Aniversário da Casa da Memória de Porteiras.
2011	IV Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura ESPACULT: Memória e Afrodescendência.
2012	V Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT: Memória e Natureza.
2013	VI Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT: Memória e Sexualidade.
2014	VII Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT: Memória e Consciência Histórica – Comemoração dos 10 anos do Grupo REMOP.
2015	VIII Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT: Memória e Velhice.
2016	IX Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT: Memória e Juventude.
2017	X Seminário Regional ESPACULT: Memória e Cultura da Infância.
2022	XI Seminário Regional ESPACULT: Museu e Cidadania Cultural.
2023	XII Seminário Regional ESPACULT: Memória e Direitos LGBTQIA+.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir das informações presentes no blog da Associação REMOP

Além dos Seminários, a Associação Retratores da Memória de Porteiras promove uma ampla gama de atividades e iniciativas voltadas para a comunidade. Essas ações incluem oficinas, exposições, projetos de extensão, espetáculos teatrais, visitas técnicas, enquetes e lançamentos de livros. O Grupo REMOP está constantemente engajado em buscar formas de abordar diversas questões e desafios junto ao município. É importante destacarmos que a Casa

da Memória de Porteiras possui o Blog “Retratores da Memória de Porteiras”⁴⁸ e perfis ativos nas redes sociais, ampliando sua visibilidade e alcance perante as ações que desenvolvem. A presença online possibilita que um número maior de pessoas tenha acesso às atividades e eventos promovidos pela instituição, estabelecendo um canal de comunicação direto com o lugar e além dele.

Por meio das redes sociais, a Casa da Memória compartilha informações sobre iniciativas, eventos, exposições e projetos em andamento, bem como envolve o público em discussões relevantes sobre museus, história e temas que exigem opiniões e pensamentos. Essa interação online permite que os membros do Grupo REMOP e demais interessados participem ativamente das atividades, expressando suas opiniões, compartilhando suas experiências. Ao utilizar o blog e as redes sociais como uma plataforma de divulgação e engajamento, a Casa da Memória de Porteiras amplia seu alcance e torna-se um espaço de referência para discussões relacionadas à memória, patrimônio cultural e museus.

Apesar do encerramento das atividades do IMOPEC em 2015, ressaltamos que o REMOP se mantém ativo e engajado, prestes a comemorar 20 anos de existência em 2024, indicando a responsabilidade e comprometimento do grupo em realizar um trabalho voluntário consistente e duradouro. A longevidade do Grupo REMOP é um testemunho do compromisso de seus membros com a preservação da memória, do patrimônio cultural de Porteiras e de tantas outras demandas que o grupo assume. Durante duas décadas, eles têm dedicado seu tempo e esforços contribuindo com a comunidade e com a história local.

Ao sobreviver ao IMOPEC, o REMOP como ação política demonstrou autonomia à sua instituição parceira e que está no centro da análise aqui proposta. É nesse sentido que se pode apontar uma diferença entre a narrativa do protagonismo do movimento social na experiência do REMOP em Porteiras e a narrativa da dependência da Casa da Memória de Jaguaretama em relação ao IMOPEC, apresentada no item anterior.

Nesse sentido, o REMOP pode ser compreendido como um exemplo de resistência popular e luta por direitos, desafiando estruturas de poder e buscando a transformação local. O sucesso do REMOP em obter apoio da população também pode ser analisado no contexto mais amplo das lutas sociais e movimentos populares. O olhar crítico sobre o lugar e a comunidade, a noção de “estranhamento” das dinâmicas sociais e as estruturas de poder existentes, além da busca por mudanças sociais são marcos na trajetória do REMOP.

⁴⁸ Para mais informações acessar a página do blog: <http://retratores.blogspot.com/p/projetos-e-eventos.html>

Acho que aquele jovem e não só ele, mas os demais que se agregaram, que somaram força, foram muito ousados. Foram muito ousados no que diz respeito a tomada de iniciativas e mesmo quando recebiam um não, encaravam isso não como algo que pudesse impedir os próximos passos. Mas, ao contrário, o não às vezes foi usado como combustível para o fortalecimento. Penso que esse grupo, eu não falo só de mim, falo do grupo, ele teve esse diferencial de olhar para o seu lugar, de estranhar o seu lugar. É claro, o IMOPEC tem toda a colaboração nisso, e de permanecer atuando. Hoje, agradeço aquele jovem que não desistiu. Atualmente, eu agradeço e vejo a colaboração que tivemos, mais uma vez falo nós como Porteirias (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

O entrevistado lembra da importância do IMOPEC diante das causas desenvolvidas pelo REMOP, vista como uma instituição parceira que inicialmente forneceu recursos, estrutura e suporte para as atividades realizadas pelo REMOP. Por meio da parceria, o REMOP pôde contar com o apoio necessário para promover eventos, seminários, projetos e outras iniciativas relacionadas à memória, patrimônio cultural e educação. O conjunto de trabalho entre o REMOP e o IMOPEC permitiu trocas significativas, potencializando os esforços de ambos os grupos na busca por objetivos comuns. O IMOPEC, com sua expertise e recursos, complementou as capacidades do REMOP, permitindo um alcance mais amplo e uma atuação efetiva no campo da memória e cidadania.

O grupo, que inicialmente não tinha confiança junto aos poderes públicos locais, conseguiu romper com uma estrutura de dominação que os colocava em uma posição desfavorecida. Como se vê na fala de Joaquim dos Santos:

Todos nós crescemos como pessoa, porque acho que esse foi o nosso maior crescimento, além do profissional. Esse processo de amadurecimento, de crescimento no diálogo com outro. Aqueles jovens que não detinham muita credibilidade no que diz respeito aos poderes públicos locais numa cidadezinha pequena, pobre, distante dos grandes centros urbanos, distante do acesso a meios de formação. Eu acho que conseguimos romper quase que como uma estrutura de dominação, romper com o que era para nós colocado. Eu não diria predestinado, porque eu não concordo muito com essa ideia. Mas com aquela estrutura que nos colocavam em uma condição de jovens pobres e que aquele era o nosso mundo, nosso lugar. Conseguimos romper com isso, e essa mensagem que lanço, que hoje faço para os meus alunos na Universidade, nas conversas, nos processos de formação. Estejamos onde quer que estejamos é possível romper com isso, e para isso é importante se reconhecer como sujeito histórico e cobrar dos poderes públicos políticas públicas de enfrentamento às desigualdades (Idem).

Ao desafiar as expectativas impostas a eles, o grupo rompeu com a ideia de predestinação social, rebelando-se contra a estrutura limitadora que os aprisionava. Eles buscaram afirmar-se como sujeitos capazes de moldar seu próprio destino. Nesse contexto, o entrevistado transmite essa mensagem aos seus alunos na Universidade e nos processos de formação ao qual participa. Dessa forma, ele contribui para a compreensão das lutas sociais,

da capacidade de agência dos indivíduos e das possibilidades de transformação social em diferentes momentos da história.

A expressão “estejamos onde quer estarmos” apontada por Joaquim dos Santos, enfatiza que a posição social ou geográfica não limita o potencial de impactar e influenciar mudanças, de reconhecermos a importância da ação consciente e engajada para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O chamado para “se reconhecer como sujeito histórico” assinalou a necessidade de entendermos que somos parte integrante do tecido social e que nossas ações têm impacto no espaço em que vivemos.

Nesse contexto, a mudança social não ocorre apenas por meio de ações individuais, mas também, exige pressão e colaboração coletiva. Por meio do envolvimento em movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como da participação ativa em processos democráticos, é que podemos exercer influência sobre as políticas públicas e provocarmos um cenário de desigualdade.

No nosso caso vejo que o sim do IMOPEC foi fundamental, que o IMOPEC era base, e o sim que tivemos da comunidade, dos moradores, da população que a gente conhecia, ia conversando e organizando, essa foi a base. O poder público municipal, o sim dele veio depois, porque o nosso atrevimento acabou colocando isso em cena, provocando esse sim. Porém, eu penso por aí, penso que como sujeitos, como pessoas, nós precisamos cada vez mais de atrevimento, atrevimento no entendimento de desafio, de enfrentamento de outros espaços, irmos à luta (Idem).

Mais uma vez Joaquim dos Santos traz o IMOPEC como fundamental para a existência do REMOP e das ações trilhadas por eles. O sim dado por Célia Guabiraba frutificou, com muito trabalho, desafios, tensões e lutas constantes. O sim da comunidade, possibilitou o resultado de uma experiência educativa pautada na organização e formação de consciência política e social.

O local que atualmente abriga a Casa da Memória abrange um cenário propício para exposições, cursos e oficinas. Além disso, entre as salas que compõem esse espaço, uma biblioteca foi inaugurada em 17 de maio de 2023. A iniciativa representa um marco para a Casa da Memória e, também, é um gesto de reconhecimento pelo trabalho prestado pelo IMOPEC, em especial aos membros do REMOP. Em vista disso, o REMOP decidiu que a biblioteca receberia o nome de “Biblioteca Comunitária Célia Guabiraba”. Na fotografia a seguir, estão nove dos dez membros do grupo. Ao fundo, a presença marcante da imagem de Célia Guabiraba, uma figura para o REMOP que ultrapassa a mera representação física e se enraíza profundamente na história do grupo. Para os integrantes, Célia Guabiraba personifica não apenas um nome, mas uma fonte de inspiração às causas sociais. A imagem capturada

traz a união presente naquele instante, e a continuidade do compromisso com a transformação social que Célia simboliza ao grupo (Figura 12).



Figura 12. Fotografia da inauguração da Biblioteca Comunitária Célia Guabiraba. Acervo Casa da Memória de Porteiras, 2023.

No processo de construção do acervo da Biblioteca Célia Guabiraba, o REMOP pôde contar com a colaboração de diversos parceiros que abraçaram a ideia. O acervo conta com uma proposta variada de temas e está disponível para acesso. A Associação Retratores da Memória de Porteiras, por meio do projeto aprovado via edital, conta com a cooperação de um bolsista para auxiliar aos frequentadores do espaço. Com isso, a Biblioteca Célia Guabiraba se torna um ponto de encontro para a comunidade, promovendo a troca de ideias, o crescimento intelectual e a descoberta de novas perspectivas na cidade Porteiras-CE. Vale ressaltarmos que o material produzido pelo IMOPEC, a exemplo, dos boletins Raízes e as Revistas Propostas Alternativas fazem parte do acervo da biblioteca (Figura 13).



Figura 13. Fotografia da Biblioteca Célia Guabiraba, imagem de Ana Cristina de Sales (2023).

Atualmente, a Associação do REMOP vem desenvolvendo vários projetos. Por sua vez, a Associação tem por missão “promover e estimular a identificação, o registro, a valorização e preservação da memória e do patrimônio cultural material e imaterial de Porteiras, a fim de contribuir para à construção da cidadania” (<http://retratores.blogspot.com/p/porteiras.html>). A Associação conta com cinco eixos de atuação, são eles: Memória e Museologia social; Educação Patrimonial, Ambiental e Antirracista; História Regional e Práticas de Leitura; Artes e Cidadania e Gênero, Cultura LGBTQIA+ e Direitos Humanos. Para entendermos o que cada eixo trabalha, trouxemos resumidamente as informações disponibilizadas no blog da instituição. Cada eixo vem sendo desenvolvido via política de editais e em parceria com outras instituições (Quadro 14).

Quadro 14: Eixos de atuação da Associação Retratores da Memória de Porteiras.

Eixo: Memória e Museologia social	Ações museológicas desenvolvidas na Casa da Memória de Porteiras e nos espaços educativos escolares e não escolares, a partir do uso do acervo permanente do museu, e de objetos emprestados pelos moradores dos espaços urbano e rurais do município.
Eixo: Educação Patrimonial,	Ações voltadas à valorização dos bens culturais,

ambiental e antirracista	afrodescendentes e ambientais de Porteiras e do Cariri, a fim de sensibilizar a população para o reconhecimento, a preservação e os usos científicos e sustentáveis de tais bens.
Eixo: História Regional e Práticas de Leitura	Publicações de artigos em revistas impressas e eletrônicas, bem como de livros e capítulos de livros de natureza histórica, memorável e/ou cultural. Com a mesma relevância, a difusão da história local e regional ocorre por meio do incentivo à leitura e ao desenvolvimento de pesquisas histórico-culturais, promovidas por estudantes, professores e demais pesquisadores que tomam o Núcleo de Ação Educativa e Pesquisa como referência e suporte.
Eixo: Artes e Cidadania	Promoção de atividades artísticas e culturais gratuitas e de fácil acesso, como espetáculos teatrais, musicais e oficinas sobre os diversos segmentos das artes, como pintura, flauta, etc.
Eixo: Gênero, Cultura LGBTQIA+ e Direitos Humanos	As atividades são pensadas para promoverem ações de reconhecimento e valorização das mulheres e da população LGBTQIA+, bem como para formar a população em geral para a equidade de gênero, os direitos LGBTs e a necessidade de transformação social no que diz respeito à valorização da pessoa humana. Nessas ações de formação, o enfrentamento ao preconceito e a discriminação, bem como o combate à violência de gênero e LGBTfobia ganham centralidade.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales em 2023, a partir do material presente no blog da Associação REMOP.

Todos esses eixos estão sendo explorados⁴⁹ e nos últimos dois anos, a Associação REMOP foi contemplada com uma série de recursos via editais, ou seja, os financiamentos têm se consolidado, principalmente nas pautas identitárias. Com os recursos, são gravados

⁴⁹ Para saber mais, acessar o blog do REMOP: <http://retratores.blogspot.com/>

documentários, criados Laboratórios (Laboratório de artes, patrimônio e cidadania cultural) e Núcleos, a exemplo do GENXES, que tem como objetivo o acolhimento e empoderamento LGBTQIA+ de Porteiras, ao qual vem desenvolvendo ações de acolhimento e garantia dos direitos a essas pessoas. A criação do Núcleo IDA – Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas, segundo a Associação, é direcionado para a promoção da educação antirracista e inclusiva, mediante realização de práticas formativas voltadas ao combate ao racismo e ao capacitismo, e para o desenvolvimento de projetos de promoção social de sujeitos e grupos em situação de desvantagem social. Além dos núcleos, o REMOP conta com uma série de cursos e oficinas em andamento.

Em um marco significativo, a Associação REMOP alcançou conquistas que destacam o impacto e a relevância de suas atividades. No ano de 2014, o reconhecimento veio na forma do prêmio “Pontos de Memória”, conferido pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Esse prêmio representa um testemunho do compromisso do REMOP com a preservação e celebração da memória local e sua dedicação em criar um espaço onde as vozes e histórias da comunidade podem ser ouvidas e valorizadas.

Em 2023, a Associação deu mais um passo notável, ao conquistar o 1º lugar no edital de Certificação dos Pontos de Cultura do Ceará, promovido pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT/CE). Esse reconhecimento reforça a importância do trabalho realizado pelo REMOP e destaca sua posição como um protagonista na cena cultural do Estado. Ao integrar a Rede Cearense Cultura Viva, alcançada à Rede Cultura Viva Nacional, a Associação REMOP se conecta a uma ampla rede de agentes culturais, compartilhando experiências, ideias e recursos em prol do enriquecimento cultural e social da região.

Essas conquistas são testemunhos do trabalho que vem sendo realizado pela Associação REMOP em promover a memória, a cultura e a participação ativa da comunidade. Ao mesmo tempo, elas ilustram como a iniciativa de um grupo pode reverberar no cenário cultural e social, inspirando outros a seguirem o exemplo e se engajarem na construção de uma sociedade mais inclusiva e voltada a justiça social. O REMOP, ao ser reconhecido e premiado, se torna inspiração para outras organizações e grupos que buscam promover o valor da memória, da cultura e da participação cidadã em suas respectivas comunidades.

Sobre a continuação do grupo e o seu reconhecimento, Joaquim dos Santos pontuou:

a gente enfrenta muitos problemas, tem momentos que a gente precisa se recuar, tem momentos que nós já vamos com mais força, nós somos pessoas e as pessoas do grupo enfrentam situações das mais diversas. As vidas continuam, eu, por exemplo,

não posso falar sobre a vida dos outros, posso falar sobre a minha. Nesse percurso eu fiz graduação, fiz mestrado e doutorado. Eu não podia abrir mão disso, para ficar lá em Porteiras com a Casa da Memória. Mesmo estando longe de que forma eu poderia colaborar com o grupo? E aí, nas minhas idas, nos feriados, nos fins de semana, geralmente as nossas atividades eram pensadas comumente em feriados ou nos finais de semana, que era quando o grupo tinha tempo. Acredito que o reconhecimento existe, tanto que recentemente, no concurso público que houve lá, uma das questões foi sobre a Casa da Memória de Porteiras (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

O entrevistado asseverou a complexidade e os desafios enfrentados pelo REMOP, a ênfase na perspectiva individual traz a necessidade de considerarmos as experiências pessoais no contexto histórico mais amplo. Joaquim dos Santos reconhece a diversidade de situações enfrentadas pelas pessoas do grupo, em especial, as suas, indicando que cada indivíduo tem sua própria vida e responsabilidades. Ele ressalta a importância de sua formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado)⁵⁰ e como isso implica em não poder abrir mão dessas conquistas pessoais e, ao mesmo tempo, a preocupação em conciliar os compromissos individuais com a participação no grupo. Além disso, o entrevistado cita sua colaboração com o REMOP mesmo estando fisicamente distante, participando nas idas à Casa da Memória de Porteiras nos feriados e fins de semana.

O fato de uma questão sobre a Casa da Memória de Porteiras ter sido incluído em um concurso público, confirma o reconhecimento externo do valor da Casa, indicando a consciência crescente do compromisso com a memória local e da história regional como elementos fundamentais na compreensão e preservação da história. Nesse sentido, através do museu comunitário as pessoas subjetivam suas lembranças e as escrevem em suas memórias, não somente aos pequenos atores da história, como também aos testemunhos desses autores (Nora, 1993, p. 16).

Assim, a Casa da Memória de Porteiras se apresenta como território educativo, fazendo valer os saberes da comunidade com “os saberes que circulam nas praças, nos parques, nos museus, nos teatros, nos encontros e manifestações culturais de modo geral” (Florêncio, 2016, pp. 26-27). Esses lugares de memória se caracterizam por meio de testemunhas de outras épocas, que lutam para manterem vivos o sentimento de pertencimento através de seus objetos retentores da memória populacional, permitindo variadas manipulações e susceptível a diálogos no presente, assim como expressa Nora (1993, p. 09) “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Nessa

⁵⁰ Cícero Joaquim dos Santos, o Cicinho, como é conhecido em Porteiras, é professor adjunto da Universidade Regional do Cariri-URCA e é reconhecido pelo trabalho que vem desenvolvendo na docência e na militância das causas LGBTQIA+ e a diversidade como um todo. Desenvolve projetos de extensão e iniciação científica com o material produzido pelo IMOPEC.

funcionalidade a experiência educativa, possibilita a transitoriedade entre diversos mundos sociais e culturais. São os sentimentos de pertencimento associados aos objetos de memória, sempre tendo a comunidade como personagem indispensável para a promoção do diálogo e promoção do seu bem cultural e esse sentimento se obtém com processos participativos, como pudemos perceber ao longo do texto.

Ao consultarmos o material disponibilizado pelo IMOPEC percebemos que houve a intenção de outros projetos de Casa da Memória, a exemplo, do projeto da Casa do Crato, também no Sul do Estado. O projeto foi elaborado pelo grupo de estudo e pesquisa dos membros do Crato, no ano de 2008, ou seja, após a inauguração da Casa de Porteiras. O projeto se encontrava articulado e já definido um roteiro para as salas temáticas, perpassando temas ligados a religiosidade, cultura indígena, mestres de cultura, feira livre do Crato, agroindústria, Floresta Nacional do Araripe, comunicação social por meio de radialistas e artistas, dentre tantos outros assuntos. A proposta propunha:

Ao contrário dos museus tradicionais, a Casa da Memória do Crato aqui projetada tem a intenção de desafiar pessoas de diferentes idades, para repensarem as trajetórias, continuidades e rupturas ou a relação entre homens, tempo e espaço. Trata-se de olhar a realidade de maneira diferente, saindo do particular para o geral até chegar a sua totalidade. Essa proposta leva as pessoas a discutirem a modernização como um processo contínuo e o direito a memória como algo a ser defendido junto às autoridades. A ideia é compreender o espaço em que vivemos para melhorar a autoconfiança, as condições de vida e a capacidade criativa do povo (Imopec; Projeto Casa da Memória do Crato, 2008, p. 02).

A Casa da Memória do Crato, segundo o projeto, buscaria estimular discussões sobre temas significativos, dentre eles, o processo contínuo de modernização e o valor do direito à memória. A ideia seria envolver as pessoas na reflexão sobre a maneira que a modernidade afeta suas vidas e a comunidade de maneira constante, e o modo que a memória desempenha um papel crucial nesse contexto. Além disso, a proposta visava encorajar o público a defender a relevância da memória junto às autoridades, reconhecendo-a como um patrimônio a ser preservado.

A Casa da Memória do Crato, mesmo tendo um projeto estruturado, não saiu do papel. Entretanto, o grupo do Crato foi muito atuante durante todo o percurso do curso, desenvolvendo ações e produzindo materiais significativos para a história, memória e questões socioambientais deste município.

A proposta das Casas da Memória organizadas pelo IMOPEC diz muito da experiência educativa desenvolvida por ele, indicam sobre a movimentação dos diversos agentes na luta pela memória no final dos anos 90 e início dos anos 2000, de momentos de

continuidade e de rupturas. Ao mesmo tempo, em que mostra a respeito da capacidade criativa e criadora desses sujeitos em propor alternativas de comunicação, que se mostraram como mecanismos de intervenção na sociedade, ao compartilhar, divulgar e defender interesses, sonhos, e expectativas de mudança, desenhando outras possibilidades de futuro.

Dentre as três experiências de Casas orientadas pelo IMOPEC, a Casa de Porteiras emerge como um exemplo de comprometimento com a pedagogia proposta pelo Instituto. Sua trajetória se destaca pela preservação do patrimônio cultural e histórico, e também, por sua capacidade de incorporar e perpetuar os princípios e valores que o IMOPEC promovia. As ações e projetos realizados pela Casa de Porteiras refletem o formato que o IMOPEC empregou em suas iniciativas. A ênfase na educação popular, na integração com escolas e na promoção da cultura local se alinham diretamente com a abordagem que o Instituto defendia. Além disso, a receptividade calorosa do grupo REMOP aos visitantes da Casa de Porteiras cria uma atmosfera de acolhimento e pertencimento, evocando a sensação de uma visita verdadeiramente bem-vinda.

Essa continuidade e adaptação⁵¹ bem-sucedida confirma como o legado do IMOPEC continua a inspirar as experiências culturais e educacionais nas comunidades cearenses, fortalecendo o compromisso com a preservação da memória e da cultura local.

⁵¹ Consideramos que a conjuntura de atuação do REMOP hoje em dia é outra, daquela na qual o IMOPEC desenvolvia suas atividades. Essa conjuntura tem a ver com pautas muito voltadas para as questões identitárias. Do público atendido, a Casa da Memória desenvolve uma pedagogia voltada para crianças e adolescentes, a exemplo do projeto “Brincando no Quilombo”, dentre outras atividades.

5 O PATRIMÔNIO CULTURAL E A ARTICULAÇÃO PROPOSTA PELO IMOPEC

Ao longo de 10 anos, Jaguaribara tornou-se um palco onde transitavam a frivolidade da ação política e a nostalgia de uma experiência que se depauperava fria e lentamente. Era o início do naufrágio de uma cidade. Resistência e conformismo compuseram esse cenário. O desejo de permanecer na terra natal, não era suficiente para que aquela cidade se mantivesse viva (Silveira, 2001, p. 14).

A construção da barragem do Castanhão na cidade de Jaguaribara, no final do século XX, traz implicações políticas significativas. Por um lado, trouxe esperança e benefícios para a região do semiárido e para a capital do Ceará, trazendo soluções para questões de abastecimento de água e para o desenvolvimento econômico, principalmente do agronegócio. Por outro lado, essa obra representou a submersão de uma cidade inteira, impactando a memória e a história dos moradores locais. Projetos de grande envergadura como esse, confirmam claramente os interesses de desenvolvimento socioeconômico e as consequências para as comunidades afetadas, levantando questões éticas, sociais e de justiça ambiental, especialmente relacionadas à participação e impacto sobre a população local.

A Revista Propostas Alternativas, n. 8, de 2001, em seu texto introdutório, traz o seguinte questionamento: “O que representam, para o Ceará, a destruição da cidade de Jaguaribara e o tombamento, pelo IPHAN, de Icó, Aracati, Viçosa e Sobral?”. Da mesma forma, o boletim Raízes, n. 58, de 2007, ao retratar no texto “Estação da Parangaba: memória, conflito e mobilização social”⁵², levanta as seguintes inquietações: Como decidir sobre o que deve ser preservado sem consultar àqueles a quem isso realmente interessa? Como demolir um prédio de alto valor sem consultar aos que têm seus referenciais simbólicos, temporais, afetivos e espaciais?

Essas perguntas são pertinentes para introduzirmos este capítulo e levantarmos algumas proposições: Quais mecanismos do patrimônio o IMOPEC privilegiou? Quais ferramentas o Instituto produziu para difundir a importância do patrimônio? Quais grupos ou indivíduos se beneficiaram dessa preservação e de que maneira? Quais são os critérios e abordagens utilizadas pelo IMOPEC na seleção e apresentação das informações históricas sobre o Ceará? Como o conceito de memória foi incorporado no curso e como ele se relacionou com a história oficial apresentada? Foram incluídas perspectivas e memórias diversas, que representam diferentes grupos e comunidades presentes no Ceará?

Pensar em políticas que dizem respeito ao Patrimônio Cultural, leva em consideração a época e a quem tem interesse de preservação, dentro de seus limites e

⁵² Ver mais em texto de GOMES, Alexandre; NETO, João Paulo Vieira. Estação da Parangaba: memória, conflito e mobilização social. IN: Boletim Raízes/IMOPEC, n. 58, 2007, pp. 05-07.

prioridades, isto tendo em vista, os conflitos e disputas em torno do passado, mediante interrogações que permitam refletir sobre o que preservar, como lembrar e o que lembrar, conjecturando tensões e relações sociais vividas cotidianamente, em constante dinâmica de transformação, de dominação e de resistência nos diversos níveis e espaços, entre grupos e indivíduos de determinada formação social (Gomes; Vieira, 2007).

No intuito de preservar a história e a memória de agrupamentos humanos, o IMOPEC elegeu como uma de suas prerrogativas o patrimônio cultural. Nesse ínterim, convém pensarmos o papel dessa instituição na definição de estratégias como prática direcionada à constituição de um acervo de bens culturais identificados como patrimônio, e seus consequentes sentidos econômicos, políticos, culturais, sociais e ecológicos. Do mesmo modo, a realização de um Curso de Formação à Distância com a temática do Patrimônio Cultural e da Memória com o objetivo de formar agentes culturais para atuar nos municípios, e por último, a criação de três Jogos Pedagógicos com a finalidade de que os estudantes em sala de aula, aprendessem História do Ceará a partir de elementos culturais da história local.

Entendemos o desenvolvimento desses elementos como instrumentos de luta política e sociais compartilhados e vivenciados por diversos sujeitos que comungavam de um projeto social alternativo, materializado nos jogos, no curso à distância, nas divulgações e nas Casas da Memória, dentre outros.

Nesse sentido, buscamos neste capítulo discutir a experiência educativa desenvolvida por meio do curso de formação à distância e dos jogos pedagógicos, considerando as articulações do IMOPEC para fortalecer o debate em torno da memória e do patrimônio cultural. Nesse contexto, é relevante mencionar as reflexões de Françoise Choay (2017) em seu livro “A alegoria do patrimônio”, que coloca em foco a definição de patrimônio e suas políticas de preservação capturadas para a monumentalização. Segundo Choay, o termo patrimônio, foi originalmente associado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos que fizeram dela um conceito “nômade” [...]” (Choay, 2017, p. 11).

“Patrimônio” está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (Gonçalves, 2009, p. 25).

Nesse ponto, Gilberto Ramos Nogueira (2014, p. 49) acentuou que os sentidos “múltiplos atribuídos à palavra patrimônio dotaram-na de uma complexidade conceitual que vozes simultâneas, entrelaçadas e distintas repertoriam os diversos usos da palavra para dizer coisas muitas vezes diferentes e nem sempre harmoniosas entre si”. De início, o termo foi associado à formação dos Estados Nacionais. No século XIX, o ideário desencadeado pela Revolução Francesa possibilitou que o significado de patrimônio fosse estendido para o campo do privado. A concepção de bem comum e de que alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto de uma nação (Abreu, 2009, p. 35).

A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição... uma nova história heroica das nações passou a ser construída, em que não mais os indivíduos – reis, líderes, heróis – eram os sujeitos. A partir de então, o novo sujeito da história era o povo (Idem, p. 35).

A ideia de nação, mediante uma concepção de povo segmentado, conferiu *status* ideológico ao conceito de patrimônio, por meio da institucionalização de práticas específicas. Esse processo de institucionalização ocorreu como resposta ao medo da perda, tanto material quanto imaterial, de elementos essenciais para a identidade coletiva. A percepção de que certos aspectos culturais estavam ameaçados de desaparecer ou descaracterizar-se, impulsionou um debate fervoroso sobre a necessidade de proteger e preservar o patrimônio.

O cenário brasileiro herdou da experiência francesa a perspectiva do patrimônio fundada nos valores nacionais e monumentais. Em 1937, por meio do Decreto-lei n. 25, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, esse serviço centrou-se no patrimônio a base de “pedra e cal”, elegendo Minas Gerais e o barroco colonial como monumentos nacionais, verdadeiros testemunhos do passado e da identidade cultural brasileira.

Os debates articulados sobre a nação tiveram diferentes sentidos e significados desde o Império. Contudo, foi no Estado Novo que a nação e a identidade nacional compuseram as políticas de Estado (Chuva, 2012, p. 67).

O Estado brasileiro, por meio da nova agência, assumiu a tarefa de proteger o patrimônio histórico e artístico da nação, estabelecendo para tal uma série de normas e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração de bens culturais de natureza material (áreas urbanas, imóveis rurais, edificações, objetos móveis, em geral, de cunho religioso) e imaginária, ou integrados à arquitetura, como forros, altares, etc., enquadrando-os na categoria de patrimônio nacional (Idem, p. 67).

Ressaltamos que esse modelo de patrimonialização que foi exercido por intelectuais e homens públicos, sacralizava atributos de uma memória que não correspondia à imensa variedade dos grupos sociais brasileiros. No Brasil, as políticas patrimoniais herdaram da experiência francesa sua base e modos de preservar. Posteriormente, o país se integrou ao sistema internacional, que se expandiu após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO, que aumentou e diversificou as maneiras de relacionamento com as práticas de preservação. Em geral, as políticas de preservação são conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores, etc.) que se propõem a atuar no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificada com os valores das camadas cultas (Fonseca, 2017, p. 19).

A partir da década de 1970, houve uma ampliação significativa das atribuições das instituições de memória e preservação cultural. Assim, da própria noção de patrimônio, multiplicou-se o universo das práticas culturais e medidas de salvaguarda, a fim de preservar celebrações e festas, saberes e ofícios, formas de expressão, lugares e tudo aquilo que se encaixa na categoria de patrimônio imaterial (Chuva, 2012, p. 67). A nova configuração possibilitou a “desmaterialização” do patrimônio (Nogueira, 2014, p. 66).

Em 1975 foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e em 1979 a Fundação Pró-Memória, essas instituições objetivavam mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil. Referenciadas nos parâmetros apresentados pela UNESCO, na qual defendia a valorização do patrimônio nos moldes de uma concepção antropológica de cultura. Ao adotar uma concepção antropológica de cultura, o Brasil avançou na compreensão e promoção do patrimônio cultural como um elemento essencial para a preservação da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade nacional.

Novas possibilidades passaram a ser discutidas, as identidades locais e suas singularidades ganharam ênfase, destacando-se as experiências coletivas e cotidianas. No entanto, o debate ainda se voltava ao campo do discurso, sendo revertido, como apontou Fonseca (2017, p. 14), a partir do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que assegura a necessária participação da sociedade, juntamente com o Estado, na preservação do patrimônio cultural.

Com essas discussões afirmadas em lei, a prática de preservação do patrimônio cultural, teve um reconhecimento crescente na necessidade de inclusão e representatividade dos grupos sociais marginalizados. Nesse contexto, novos agentes e mediadores engajaram-se em ampliar o diálogo e a participação desses grupos na definição das políticas e práticas de preservação. Os movimentos sociais cumpriram um papel fundamental nessa empreitada. Eles

se organizaram em prol da preservação e proteção do patrimônio cultural de comunidades historicamente marginalizadas, como povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, entre outros, reivindicando o reconhecimento e a valorização de suas expressões culturais, lutando contra processos de apagamento e marginalização.

Além disso, os movimentos sociais trouxeram à tona questões relacionadas à justiça social, equidade e direitos culturais, ao questionarem quem protege e tem o poder de definir o que é considerado patrimônio e como esse patrimônio é preservado e representado. Por sua vez, exigiram uma dinâmica mais inclusiva e participativa, na qual as comunidades e grupos diretamente envolvidos na produção e vivência cultural tivessem voz ativa nas decisões e processos de preservação. “Seu objetivo último era justamente ampliar o alcance da política federal de patrimônio, no sentido de democratizá-lo e torná-lo a serviço da construção da cidadania” (Fonseca, 2017, p. 20).

Nas últimas décadas do século XX, impulsionou-se uma imensa construção de memórias. Nessa configuração, o campo do patrimônio cultural sofreu enorme ampliação e mudanças significativas para lidar com esse mundo saturado de memórias (Chuva, 2012, p. 73). Em todo o mundo, estamos experimentando a emergência da memória, como destacou Nora (1993):

Durante os últimos vinte a vinte e cinco anos, todos os países, todos os grupos sociais e étnicos, passaram por uma profunda mudança, mesmo uma revolução, no relacionamento tradicional que tem mantido com seu passado. Essa mudança tem adotado múltiplas e diferentes formas, dependendo de cada caso individual: uma crítica das versões oficiais da História; a recuperação dos traços de um passado que foi obliterado ou confiscado; o culto às raízes, ondas comemorativas de sentimento; conflitos envolvendo lugares ou monumentos simbólicos; uma proliferação de museus; aumento da sensibilidade relativa à restrição de acesso ou à exploração de arquivos; uma renovação do apego aquilo que em inglês é chamado de heritage e em francês patrimoine; a regulamentação judicial do passado. Qualquer que seja a combinação desses elementos, é como uma onda de recordação que se espalhou através do mundo e que, em toda a parte, liga firmemente a lealdade ao passado – real ou imaginário – e a sensação de pertencimento, consciência coletiva e autoconsciência.

Outros estudiosos compartilham dessa mesma perspectiva. Um exemplo é o historiador inglês Peter Burke, que sublinha que desde os últimos anos do século passado vivemos um verdadeiro “boom da memória”, marcado por uma experiência excessiva de comemorações de efemérides históricas (Burke, 2009). Andreas Huyssen, por sua vez, afirma que todos nós estamos “seduzidos pela memória” e destacou “a emergência da memória como uma das principais preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais” (Huyssen, 2000, pp. 9-16).

Em consequência disso, Nogueira (2014, pp. 45-67), evidencia que “a dilatação do conceito e a expansão do campo do patrimônio trouxeram questões importantes a serem enfrentadas e debatidas”, como a dos usos sociais do passado, marcados pelo imperativo da patrimonialização. Essa inquietação desafia os “pesquisadores que trabalham com as políticas de preservação relacionadas ao patrimônio e à memória a escapar dos excessos do dever de memória, sem, contudo, desconsiderar sua legitimidade” (Idem).

Para resolução de tal conflito, Chuva e Nogueira (2012) apontaram para a importância de se perceber a interdisciplinaridade do campo e considerar os instrumentos teóricos e metodológicos utilizados na identificação e gestão do patrimônio. No entanto, os autores também enfatizam a necessidade de seguir as regras disciplinares de cada área de estudo, garantindo que as peculiaridades de cada perspectiva disciplinar sejam devidamente consideradas.

Dessa forma, a demanda exige que além das responsabilidades tradicionais relacionadas à memória e à preservação do patrimônio cultural, acrescentam-se diversas outras atribuições que agora fazem parte das políticas nesse campo. Essas novas atribuições estão relacionadas ao tratamento, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural. Isso implica que as políticas de memória e preservação não se limitem apenas à documentação e conservação do patrimônio, mas também envolvem ações de cuidado, proteção e garantia da continuidade e preservação desse patrimônio. Essas atribuições podem incluir medidas de herança, digitalização, educação patrimonial, incentivo à participação comunitária, entre outras ações necessárias para a preservação e promoção do patrimônio cultural.

Comungamos da ideia de François Hartog (2006), que o “patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos”. Nesse contexto, o patrimônio desempenha um papel importante ao eleger e produzir elementos simbólicos que ajudam a tornar visíveis as rupturas históricas e sociais. Por meio desses símbolos, o patrimônio permite que as pessoas se conectem com o passado “sempre correlatos com tempos fortes de questionamento da ordem do tempo” (Hartog, 2006, p. 272) e, compreendam as transformações ocorridas dando sentido à sua própria identidade e história.

Hartog, relacionou patrimônio e memória como testemunhos de um tempo de crise, que opera com um novo “regime de historicidade”. Essa relação possibilitou compreendermos a complexidade do tempo tanto no sentido de “como uma sociedade trata o seu passado” quanto “a mobilidade de si de uma comunidade”, ou seja, “maneiras de ser no tempo” (Idem, p. 262-263). Dessa forma, a contribuição de Hartog é essencial para nossa tese

ao nos auxiliarmos na compreensão de como uma sociedade lida com seu passado. Seja ao selecionar, preservar ou utilizar seu patrimônio cultural como forma de memória coletiva. Além disso, a noção de “mobilidade de si de uma comunidade” também é de grande valia, uma vez que nos ajuda a entender a capacidade de uma comunidade em se adaptar, transformar e reconfigurar-se ao longo do tempo. Nesse sentido, tanto o patrimônio quanto a memória se fazem necessários na construção das “maneiras de ser no tempo” de uma sociedade, permitindo a conexão com o passado.

Assim, discutimos neste capítulo, a experiência educativa organizada pelo IMOPEC, tendo como eixo central a formação a partir do “Curso de Formação à Distância Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”, bem como, dos Jogos Pedagógicos, problematizando os conhecimentos históricos construídos por meio da educação patrimonial desenvolvida e os usos políticos da memória e do patrimônio cultural do Ceará presentes no material produzido pelo IMOPEC. Com isso, analisamos as iniciativas que aspiraram a assimilação e valorização do patrimônio cultural cearense, por meio de uma dinâmica coletiva e dialógica na construção da identidade cultural cearense. Para tal empreitada, utilizamos as fontes produzidas pelo Instituto e as entrevistas realizadas com os cursistas e sócios fundadores do IMOPEC.

5.1 O Curso de Formação à Distância “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”: uma ferramenta de luta e transformação social

Hoje em dia os cursos à distância estão na moda, mas no Ceará, o IMOPEC foi o precursor de um curso sobre Memória e Patrimônio Cultural, principalmente alcançando comunidades que não tinham acesso à internet, como a minha experiência lá de Porteiras (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

O curso sobre “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”, promovido pelo IMOPEC, ocorreu no período de 2001 a 2015. Durante esse período, foram abertos processos educativos que adotaram uma perspectiva de construção coletiva e democrática do conhecimento, alcançada por meio de um diálogo constante entre os agentes culturais e sociais e a participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências sociais e culturais.

Nesse contexto, é importante ressaltarmos que o conceito de patrimônio defendido pelo Instituto vai além das manifestações físicas, como peças expostas em museus, monumentos ou edificações históricas. Ele engloba também elementos imateriais, como

superstições, lendas, dialetos, religiões, mitos, costumes, saberes e conhecimentos. Esses elementos imateriais são resultados da interação e da fusão de diversas culturas, importantes ferramentas na narrativa da história do povo cearense. Além disso, eles demonstraram a relação desse povo com o ambiente em que vivem, refletindo aspectos sociais, psicológicos e culturais.

Assim, a educação patrimonial, conforme destacado por Florêncio (2015, p. 24), procura envolver as comunidades em um processo de reflexão e preservação de seu próprio patrimônio cultural. Por meio desse diálogo e da colaboração entre os diversos atores envolvidos, busca-se fortalecer a identidade cultural e a memória coletiva. A expectativa é que isso contribua para a compreensão das transformações históricas e para a construção de uma sociedade consciente de seus direitos culturais.

Por direitos culturais depreendemos “aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade na qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica” (Fernandes, 1992/1993, p. 271).

Nessa linha, Ricardo Oriá Fernandes (1992/1993) acentuou que o direito de produção cultural tem como base a criatividade humana e sua interação com a cultura. Isso implica no reconhecimento de que todos nós contribuimos para a produção cultural. Dessa forma, temos o direito de acessar aquilo que produzimos, ou seja, os bens culturais que surgem em nossa sociedade. Além disso, esse entendimento abrange o direito à preservação das tradições e dos bens materiais e imateriais que representam o passado da nossa sociedade.

Fernandes (2009), define educação patrimonial a partir dos propósitos atribuídos ao processo educativo, relacionado ao patrimônio cultural. Em outras palavras, objetiva formar cidadãos conscientes de seus direitos culturais, que compreendem a importância de preservar e salvaguardar seus bens culturais. Assim,

a educação patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral. Isso propicia informações acerca do acervo cultural, para habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema (Fernandes, 2009, pp.141-142).

Nessa construção, torna-se fundamental a utilização das instituições educativas, como escolas, museus, bibliotecas, arquivos e demais centros culturais, na difusão da

educação patrimonial. Através dessas práticas educativas, é possível compreender a diversidade cultural e, ao mesmo tempo, a construção da identidade de uma determinada sociedade ao longo do tempo. Dessa forma, a educação patrimonial desempenha um papel importante na formação de uma consciência crítica e histórica, estimulando a reflexão sobre o passado, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a construção das identidades culturais. Dessa maneira, o trabalho com a educação patrimonial é direcionado à construção da “cidadania cultural” (Chauí, 2021), proporcionando a compreensão do patrimônio a partir dos significados e histórias atribuídas por seus moradores. Isso faz com que eles reconheçam a existência de um saber local, considerando suas vivências e existências (Scifoni, 2015).

Nesse contexto, é importante ressaltarmos que o patrimônio histórico-cultural do Ceará é composto por seu acervo arquitetônico e pelas manifestações culturais. Destacam-se, entre os bens protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Teatro José de Alencar (1908), a Casa natal de José de Alencar, o Passeio Público (1880), o prédio da Assembleia Provincial – Museu do Ceará (1857), o prédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, entre outros.

Desse modo, tratamos a educação patrimonial proposta no curso à distância e nos jogos pedagógicos através dos múltiplos sentidos e dinâmicas de poder envolvidas nos discursos de preservação.

É comum, no Ceará, a destruição de bens naturais e a derrubada de imóveis de inegável valor histórico para dar lugar a centros empresariais, supermercados, edifícios residenciais. Por isso, é motivo de muito regozijo constatar o surgimento de várias pessoas e grupos interessados na defesa do nosso patrimônio. É o caso do Comitê Pró-Tombamento da Estação da Parangaba, em Fortaleza, de pesquisadores mobilizados em favor do tombamento do Sítio Fundão, no município de Crato, e da criação de Casas de Memória em Porteiras, Jaguaratama e Jaguaribara (Raízes, n. 58, 2007, p. 01).

A arte de lembrar e preservar, como meio de transformação política e social, se torna efetiva quando existe a mobilização de grupos, imbricada de desejo de representatividade e pertença, na qual, os sujeitos são desafiados a assumir uma postura de resistência diante do momento histórico e pactuar sobre a própria identidade. Desse modo, ao problematizarmos as lutas e tensões sociais na defesa do patrimônio cultural, devemos observar os modos como esses indivíduos lidam com o passado e como este se faz presente nos valores e referências.

Khoury (2004, p. 118), nos ajuda nessa reflexão quando nos diz que “ao trabalharmos nessa direção nos colocamos diante da problemática do sujeito e da consciência social na história”, o que nos leva a ampliarmos os horizontes de leituras e aprofundarmos

pesquisas e reflexões no tocante ao fortalecimento do conhecimento histórico. Cabendo a nós questionarmos a maneira com que os diferentes sujeitos “elaboram a experiência social em sua consciência” e compreendermos os significados culturais e históricos, intelectuais e políticos das próprias narrativas e do trabalho de investigação histórica mediado por esse diálogo, como prática política (Idem).

Pensando no modo de organização da experiência social dos indivíduos, o IMOPEC a partir do curso de formação à distância aprofundou um amplo debate em todas as esferas da sociedade, em especial, nos temas da memória e do patrimônio cultural. Para o Instituto, em relação ao curso – “são bem-vindas todas as experiências que congregam pessoas e grupos no sentido de construir um espaço comum, em oposição às elites, que se julgam acima das leis e se empenham com afincamento no processo de desconstrução do país” (Raízes, 1999, n. 28, p. 01). Neste entendimento, o Instituto expressou compromisso ético e político com os segmentos mais desfavorecidos, sua pedagogia partia de uma perspectiva não dominante, mas daqueles que resistem, com um olhar direcionado a provocar transformações e problematizações das realidades.

O Instituto foi ampliando suas ações, atendendo às demandas que o grupo ia percebendo carência. Após a publicação do Boletim Raízes e da Revista Propostas Alternativas, surgiu a necessidade de desenvolver outra ferramenta, e dessa vez um projeto bem mais audacioso: um curso de formação à distância. Para entendermos o funcionamento da proposta do curso, indagamos: como se deu o curso à distância ainda no formato analógico? Como as pessoas tiveram acesso ao curso? Quem participou e de quais municípios do Estado do Ceará? Qual metodologia era utilizada pelo IMOPEC para o funcionamento do curso? Qual era a proposta pedagógica do curso? Esses questionamentos serviram de base para organização desse tópico.

A intervenção do IMOPEC na região do Vale do Jaguaribe começou em 1989, sua primeira ação foi a criação da Associação dos Moradores de Jaguaribara e em seguida vários debates sobre a barragem do Castanhão que levou a realização de seminários em algumas cidades do Vale do Jaguaribe nos anos de 1996, 1998 e 1999, com o tema “Natureza, Sociedade e Políticas Públicas no Vale do Jaguaribe”. Nos seminários foram aprofundados um leque de problemáticas voltadas ao meio ambiente e a cultura, já vistos no tópico anterior.

Por meio da participação de grupos variados de professores, estudantes e lideranças populares, o Instituto promoveu em agosto de 1999 o primeiro curso de Formação à Distância, cuidadosamente planejado e articulado. Nele, os cursistas tiveram a oportunidade de adquirir conhecimento sem frequentar fisicamente uma instituição de ensino. O processo

era baseado na troca de materiais de estudo entre os participantes e os membros do IMOPEC por meio do correio. Durante o processo de estudo, os cursistas podiam entrar em contato com o Instituto por correspondência ou telefone. Essa comunicação era basilar para esclarecer dúvidas, receber orientações adicionais e obter feedback sobre o progresso do curso.

As discussões se voltaram inicialmente para os municípios de Limoeiro do Norte, Aracati e Jaguaribe e municípios vizinhos. Segundo o boletim Raízes: “Constatamos nos participantes um desejo muito grande de conhecer a região onde vivem. Todos, sem exceção, manifestam a intenção de aprofundar seus conhecimentos para transformar a realidade na qual estão inseridos” (Raízes, 1999, n. 28, p. 06). À medida que as discussões aumentavam, mais pessoas se sentiam sensibilizadas para aprofundar uma formação coletiva a partir de seus territórios. O curso se apresentou como ferramenta a serviço da transformação social.

Os objetivos do curso estavam balizados nos seguintes pontos: formar uma rede de agentes culturais populares; identificar as áreas mais críticas do ponto de vista ambiental e cultural; estimular a produção de conhecimento sobre o Vale do Jaguaribe e seu patrimônio; desencadear ação de preservação do patrimônio material, imaterial e natural, junto à população e aos órgãos públicos. Os objetivos e as ações foram deliberados coletivamente, priorizando o debate e a apresentação de propostas de intervenção.

A formação à distância no Vale do Jaguaribe utilizava como recurso pedagógico a leitura das próprias publicações do IMOPEC, a primeira foi a Revista Propostas Alternativas de número seis, que se intitulava “Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade cultural I” (1999) e em seguida o próximo número “Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade cultural II” (2000). Os cursistas estudaram os módulos: 1. As águas do Jaguaribe; 2. A formação da propriedade e o surgimento da arquitetura rural; e 3. Memória e resistência. Os módulos eram definidos a partir da estrutura da revista Propostas Alternativas.

A dinâmica do curso à distância gerou resultados positivos, levando o IMOPEC a expandir sua proposta para várias regiões do Estado do Ceará no ano 2000. Nessa ocasião, a temática abordada foi direcionada ao patrimônio cultural e à memória. O curso, intitulado “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”, iniciou-se no ano seguinte, em 2001, dois anos após o primeiro curso, e se destacou por permitir que os interessados se inscrevessem gratuitamente na sede do IMOPEC em Fortaleza.

A proposta do curso foi considerada inovadora, especialmente por sua modalidade de ensino à distância, que envolveu o uso de correspondência. A abordagem remota do curso foi bem-sucedida, conforme nos apontou Cristina Holanda, entrevistada em 16 de junho de 2021. Ela destacou que o curso funcionava de maneira eficiente, proporcionando uma

experiência de aprendizado significativa para os participantes “foi super inovadora, porque funcionava a distância, funcionava com carta e funcionava, funcionava bem”.

As pessoas ficavam sabendo do curso por meio do boletim Raízes e dos contatos que a instituição tinha, segundo nos contou Antônio José,

Quando a gente começou a publicar e a fazer um curso sobre memória e patrimônio de uma forma mais abrangente, já não era mais só no Vale do Jaguaribe, a gente começou a tratar de espalhar para mais lugares, contatos que tínhamos das antigas, pessoas de referência que estavam atuando de alguma forma e esperando que as pessoas se motivassem e fizessem a inscrição no curso (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Embora não tenha sido divulgado em locais de amplo acesso ao público, o curso atraiu uma grande quantidade de participantes, distribuídos por diversos cantos do Ceará.

As pessoas encontravam-se sedentas por formação, por capacitação. A primeira versão do curso iniciou em 1999 e a segunda em 2001, nesse período, as possibilidades de formação na seara cultural se encontravam restritas a uma pequena parcela da sociedade e na maioria das vezes nos grandes centros urbanos (Idem).

O IMOPEC, do contrário, propiciou itinerários de ações coletivas e formativas em regiões diversas. Sendo assim,

O curso provocou uma formação muito interessante nessa temática da memória. A linha de atuação do IMOPEC foi sempre essa – recuperar a memória popular para pensar como faz a luta daqui para frente. Tinha a parte que cuidava mais da parte teórica, dos estudos, das leituras e reforçaram muito a necessidade de a gente aprofundar essa temática. O pessoal escrevia, realizava a tarefa. O curso era sempre assim, saía a revista, era o módulo, proponho lermos e em seguida a discussão (Idem).

Ao adotar uma atuação centrada na “recuperação” da memória popular, o Instituto visava estimular reflexões e debates sobre como avançar na luta por mudanças sociais por meio de leitura de textos e atividade de campo. A formação abrangia tanto aspectos teóricos quanto práticos. A qual, os participantes eram incentivados a escrever e realizar tarefas, seguindo a dinâmica de disponibilização dos módulos. Era estimulado o hábito de ler e, em seguida, promovia-se a discussão em grupo. Essa abordagem proporcionava um ambiente colaborativo, no qual os participantes podiam compartilhar ideias, debater e aprimorar seus conhecimentos.

Através desse processo, os cursistas foram desafiados a refletir sobre a memória, a compreender sua importância e a reconhecer as conexões entre passado, presente e futuro. A formação oferecida pelo IMOPEC permitiu que os participantes adquirissem um

entendimento aprofundado da memória, impulsionando-os a assumir um papel ativo na preservação e garantia em torno do patrimônio cultural e da memória social.

Para participar do curso, devia ser formado um grupo de no mínimo dois e no máximo cinco participantes. Após a formação do grupo era preenchido a ficha de inscrição e enviado a sede do IMOPEC. No retorno, o Instituto enviava as instruções e a revista *Propostas Alternativas*, cada artigo do periódico era um módulo do curso.

Veja bem, o aluno que queria fazer o curso ele tinha que buscar fazer no mínimo uma dupla e no máximo um grupo com cinco pessoas. Qual era a proposta? Pegava a revista iria ler o primeiro artigo, a proposta é que a leitura fosse feita individualmente, mas que o debate fosse coletivo, que o debate do artigo fosse coletivo, e aí eram enviadas por Correio cinco perguntas (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, concedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021).

O ambiente era propício à criação, troca de ideias e construção coletiva do conhecimento, envolvendo a leitura individual, seguida por discussões em grupo. A proposta era que o debate em torno do artigo fosse realizado conjuntamente, aproveitando diferentes perspectivas e experiências de cada turma. Ao compartilhar suas interpretações, os participantes tinham a oportunidade de expandir seus horizontes.

O trabalho de envio e devolutiva era feito via Correios por meio de cartas do material solicitado. Os cursistas tinham prazo para devolver o estudo do módulo. A educação à distância por muito tempo funcionou nesse formato, a qual todo o material instrucional era enviado por correspondência. Os estudantes deveriam realizar seus estudos de forma autônoma a partir do material recebido, comumente impresso, que havia sido preparado especialmente para aquele curso, com o envio posterior, pelo aluno, dos trabalhos por correspondência.

Porque estou falando sobre Correio, porque, gente, olha, estou falando de 2005, não eram todas as pessoas que tinham e-mail, internet. No interior, internet nessa época era uma coisa assim, em uma Prefeitura. Mas as pessoas não tinham em casa o que a gente tem hoje, o computador também não era um instrumento de trabalho acessível (Idem).

A entrevistada nos chama atenção para o contexto tecnológico, das limitações de acesso à internet e aos recursos computacionais que existiam por volta de 2005. Naquela época, ter um e-mail ou acesso à internet não era algo comum para todas as pessoas, especialmente nas áreas rurais e regiões interioranas. Essa realidade tecnológica precisa ser considerada ao analisar as práticas de comunicação, no caso específico mencionado na entrevista, o uso do Correio como meio de envio e recebimento de materiais, como as revistas

do curso, era uma alternativa viável diante das limitações tecnológicas. Demonstram ainda, a forma como as pessoas interagem, compartilhavam informações e participavam de processos educativos.

Com o avanço das tecnologias digitais, os novos meios de comunicação ampliaram os recursos e possibilidades de educação à distância, que passou a ser veiculada por outras tecnologias de comunicação e informação. A experiência a partir da internet e o desenvolvimento de plataformas de aprendizado online possibilitaram a criação de ambientes virtuais de ensino, possibilitando aos estudantes acesso a materiais didáticos, participar de discussões, realizar atividades interativas e se comunicar com professores e colegas, tudo isso remotamente (Cool; Monereo, 2010). Além disso, recursos como videoconferências, webinars, fóruns de discussão e chats facilitam a interação em tempo real, aproximando discentes e docentes mesmo que estejam geograficamente distantes.

Mesmo tendo a distância física entre os cursistas e a sede do IMOPEC, os participantes não estavam isolados. O Instituto promovia interatividade constante entre os membros de cada grupo e dos grupos entre si, havendo assim, um processo de comunicação dialógica. O diálogo direto dos grupos com o IMOPEC ocorria quando havia visitas de representantes do Instituto nas localidades ou nos encontros regionais, na qual juntavam-se os grupos de localidades próximas, por exemplo: os grupos que compunham a região do Cariri ou do Vale do Jaguaribe. Além disso, tinha os encontros maiores com a presença de representantes de todos os grupos participantes do curso, geralmente ocorriam uma vez ao ano. A leitura em grupo nos encontros presenciais e as rodas de conversas permitiam que os colegas conhecessem o que os outros estavam escrevendo, “revelando diferentes visões” (Silva, 2015, n. 64, p. 03) e compreensões da realidade social. A experiência é retratada na fotografia a seguir, ao qual foi capturada em um momento de construção, troca e descontração (Figura 14).



Figura 14. Momento formativo no Encontro Estadual do IMOPEC. Imagem Casa da Memória de Porteiras, sem data.

A formação proposta pelo IMOPEC contava com flexibilidade de horários e de prazos que deveriam ser controlados pelos próprios participantes. Todavia, só recebia o módulo seguinte com a finalização do anterior, exigindo dos cursistas compromisso e responsabilidade na realização das tarefas.

O curso objetivava preencher uma lacuna existente nas escolas que era a de “estimular a produção de conhecimento sobre a temática da memória e do patrimônio cultural do Ceará, restrita a alguns ambientes acadêmicos” (Silva, 2015, n. 64, p. 03). Sua abrangência era direcionada principalmente aos educadores, em especial aqueles que atuavam em escolas públicas, bem como estudantes, sendo a maioria deles provenientes de instituições acadêmicas e lideranças dos movimentos sociais populares.

Dentre as temáticas discutidas nos módulos, destacaram-se as seguintes revistas: Memória e Patrimônio Cultural I (2002) e II (2002), Memória e Patrimônio Natural I e II, Memória e Patrimônio Imaterial I (2004) e II (2005). Nesse material, as leituras se voltaram para perspectivas diversas, escritas por professores e acadêmicos, tratando normalmente de pesquisas concluídas ou em fase de finalização.

A metodologia estava pautada na compreensão da cultura como trabalho de criação e recriação dos modos de vida, costumes, crenças e tantas outras dimensões da vida, sendo inspirada nos princípios pedagógicos de Paulo Freire (2013), principalmente no que tange ao papel político dos sujeitos na sociedade. Nesse sentido, a proposta pedagógica partia dos conhecimentos prévios dos cursistas entrelaçados com o conhecimento científico, a fim de estimular uma reflexão crítica que proporcionasse a inter-relação teoria e prática. Na concepção de educação freiriana, os conhecimentos transmitidos precisam se transformar em

instrumentos de ação política e pedagógica, primando pelo diálogo entre os sujeitos. A esse respeito, Freire e Shor (2008, p. 123) destacam que “o diálogo libertador é uma comunicação democrática, que invalida a dominação e reduz a obscuridade, ao afirmar a liberdade dos participantes de refazer sua cultura”.

É nesse ponto que Freire (2005, p. 45) destaca que a escolha do conteúdo programático é de natureza política, pois “[...] tem que ver com que conteúdos ensinar, a quem, a favor de quê, de quem, contra quê, contra quem, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar”. Desse modo, a pedagogia do IMOPEC em direção à perspectiva de Freire oportunizava aos sujeitos desenvolverem a consciência crítica e perceberem o que está por trás da realidade social, com a finalidade de superarem a ideologia da opressão. Ao estudar o texto sobre a importância dos lugares de memória, os cursistas refletiam e aprofundavam o papel desses lugares para a construção da identidade cultural cearense (Silva, 2015).

A partir dos artigos a gente enviava o módulo do estudo com as questões e tarefas, por exemplo, chamou muita atenção e acho que mobilizou muito, quando a gente começou a discutir essa história dos lugares da memória, em diversos locais, e isso, fez surgir um bocado de coisa interessante (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

A reflexão a partir dos lugares de memória possibilitou a criação das Casas da Memória de Jaguaratama em 2005 e de Porteiras em 2007, além de projetos que ficaram apenas no papel, a exemplo: a Casa da Memória do Crato/Sul do Ceará. As ponderações através da ideia dos lugares de memória de Pierre Nora (1993) confluíram no desafio de ampliar a compreensão intelectual por meio de análises, estudos e debates. Os participantes foram encorajados a explorar diferentes perspectivas e abordagens teóricas, expandindo sua capacidade de análise crítica e ações coletivas nas suas comunidades.

Em novembro de 2002, ocorreu o 1º Encontro Estadual sobre memória, o qual o IMOPEC promoveu a partir do curso de Formação à Distância, em Fortaleza. No evento, foi debatido sobre patrimônios material e imaterial do Ceará, assim como o “resgate” e divulgação da memória popular. Ao final do evento, foi criada pelo grupo participante a Rede Memória, formada por membros do curso à distância. A Rede Memória tinha a finalidade de “resgatar, preservar e manter viva a memória cultural do Ceará” (Raízes, 2002, n. 40, p. 02); do mesmo modo, objetivava sensibilizar a população para a preservação do patrimônio cultural, por meio de ações e parcerias. A Rede Memória atuou no período de 2002 a 2008.

O IMOPEC realizou de 15 a 17 de novembro de 2002 o 1º Encontro dos Participantes do Curso de Formação à Distância. Estiveram reunidas 36 pessoas na sede da Obra Kolping do Brasil – Regional Nordeste. Foram aprofundados os seguintes temas: a importância Política da Memória; Memória e Espaço – lugares da memória do Ceará; Memória, Cultura Popular e Cidadania; A preservação da natureza e os Encantados. Arte e memória. No final do Encontro, foi criada a Rede Memória (Raízes, 2002, n. 40, p. 02).

Somado a estas questões, o grupo se fortalecia mediante as práticas educativas e os conhecimentos que estes traziam do decurso de suas experiências e os novos aprendizados construídos no decorrer do encontro. As rodas de conversas promoviam a escuta e a construção de novas realidades e existências, inclusive, no que se refere à maneira de vivenciar e organizar os espaços de convivência e luta, a exemplo a Rede Memória,

Nesse curso nós damos um passo além, e nós começamos a articular os participantes e nós realizamos alguns encontros estaduais, e chegamos a formar nesses encontros estaduais, a chamada Rede Memória, seria uma rede composta pelos grupos que participavam do curso à distância que tinha uma atuação nos seus municípios no campo da memória e do patrimônio. Porque a participação no curso levava naturalmente a uma militância nas questões de memória e do patrimônio, não tinha jeito. Não tem como você discutir que aquela estação, a velha estação de trem tem todo um simbolismo para cidade e recuperar como foi toda sua história, o que ela representou para o município e aí você ver aquilo caindo e não dizer nada, e não fazer nada, não tinha jeito (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales em 24/03/2021).

Nos debates, os indivíduos “desnaturalizavam” e desconstruíam “verdades” impostas, entendendo que as suas configurações não são um dado isolado, mas o resultado de um processo histórico, político e de disputas. O evento contava com uma programação diversa, que incluía palestras, reuniões para discussão e organização das atividades, compartilhamento de pesquisas, formações ministradas pelos pesquisadores convidados, além de momentos de descontração e entretenimento. O entrevistado Diego Cesar, acerca da programação, apontou:

tinha outro lance muito interessante, as formações do IMOPEC, eles sempre traziam pessoas que eram pesquisadores. A sistemática funcionava da seguinte forma: tinha a reunião; tinha o momento de compartilhar as pesquisas, se fosse o caso; o momento de formação com as pessoas que eles convidavam; a parte do lazer, tinha pessoa cantando (Entrevista realizada com Diego Cesar dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales em 15/06/2021).

Os encontros estaduais eram custeados pelo IMOPEC, a partir dos financiamentos das cooperantes estrangeiras, normalmente uma ou duas pessoas de cada grupo participavam. O Instituto cobria as despesas, desde o transporte até a hospedagem na sede da Obra

Kolping⁵³ região Nordeste, situada em Fortaleza. A seguir, no Quadro 15, destacamos os temas abordados em cada encontro estadual em que os membros do curso à distância participaram.

Quadro 15 – Os Encontros estaduais em Fortaleza e os temas debatidos.

1º Encontro Estadual aconteceu em novembro de 2002.	A importância política da memória; Memória e espaço – lugares de memória do Ceará; Memória, cultura popular e cidadania; A preservação da natureza e os Encantados; Arte e memória.
2º Encontro Estadual aconteceu em novembro de 2003.	Recursos Naturais do Ceará.
3º Encontro Estadual aconteceu em outubro de 2004.	Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará.
4º Encontro Estadual aconteceu em novembro de 2005.	Memória e Patrimônio Imaterial II: olhares e práticas culturais cearenses.
5º Encontro Estadual aconteceu em novembro de 2006.	Memória e Movimentos Sociais Populares.
6º Encontro Estadual aconteceu em outubro de 2007.	O papel dos movimentos populares na construção da memória social e de políticas ambientais.
7º Encontro Estadual aconteceu em setembro de 2008.	Não encontramos nas fontes o tema debatido.
8º Encontro Estadual.	Não encontramos nas fontes o tema debatido.

Elaborado por Ana Cristina de Sales (2023), a partir das informações do boletim Raízes.

Através do Quadro 15, percebemos que as discussões nos encontros estaduais estiveram ligadas à proposta do curso, ou seja, prevaleceu a temática da memória e do patrimônio atrelada às possibilidades de atuação dos movimentos sociais populares. Nesses espaços de diálogo e enfrentamentos, o IMOPEC assessorou e orientou os grupos a debaterem e reivindicarem ações junto aos seus municípios.

⁵³ A Kolping Brasil é uma associação sem fins lucrativos que atua na superação da pobreza por meio de formação e trabalho. Seus programas e projetos visam colaborar para a erradicação da pobreza em todas as suas formas no Brasil. Ver: <https://kolping.org.br/>

Nos encontros, as pessoas fortaleciam vínculos de luta em defesa das causas defendidas; laços de solidariedade entre si, e também, de amizades. Os entrevistados narram em suas falas os elos afetivos a partir do curso que perduram até hoje. “Quando a gente ia para lá, encontrava eles, sabiam nossos nomes, nos cumprimentavam, dialogavam super bem, uma aproximação sem precedentes, a gente criava vínculos de amizades. Foi uma das experiências mais marcantes da minha vida” (Entrevista realizada com Alex Alves de Oliveira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 20/06/2021). O fato de os cursistas serem reconhecidos pelo nome e estreitarem diálogo com os membros do IMOPEC confirma a relação de proximidade estabelecida, o envolvimento pessoal e afetivo no processo de aprendizagem e construção de vínculos.

Nos encontros havia o diálogo com os outros grupos, aí é que a gente começou a ver mesmo a grandeza do IMOPEC. A rede que ele conseguiu estabelecer interconectando várias regiões do Ceará, reunindo várias vivências, cada um com suas experiências. E a gente começou a entender e a gostar. A gente era um grupo muito pequeno e via outros grupos muito grandes, eram grandes tanto no sentido de quantidade, como também, de ações em desenvolvimento, como o grupo de Jaguaribara; aqui do Cariri – o grupo do Crato, com o Eldinho e o grupo de Cícero Joaquim em Porteiras (Idem).

Nesse entendimento, a troca de experiências e o contato com outros grupos expandia a compreensão sobre a importância e o alcance do IMOPEC. Os participantes passaram a perceber que faziam parte de algo maior, de uma rede de pessoas unidas por um objetivo comum: estudar, proteger e preservar a memória e o patrimônio cultural do Ceará. A fala do entrevistado também nos ajuda a entender que alguns grupos como o do Crato, o de Jaguaribara e de Porteiras se destacavam do ponto de vista das ações que realizavam.

No curso você era convidado a visitar o patrimônio natural de seu município, com isso descobriam coisas que se quer imaginavam, claro que para fazer isso, a pessoa tem que gostar muito do tema, tem que ter uma visão ou perspectiva de vida bem diferente. Tem aqueles que irão dizer “e esses abastados que querem deixar estação no meio da rua só atrapalhando”. É preciso ter muita força e muita convicção, o que a pessoa acredita como proposta de vida, de história, penso que isso seja muito Paulo Freire, é muito daquilo – você marcar sua presença no mundo e você acreditar naquilo que você defende na sua marca, e, que necessariamente não é uma marca individual, mas sobretudo, uma marca coletiva (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales em 24/03/2021).

Antônio José demarca em relação ao curso “é necessário ter uma grande força de vontade e convicção para defender aquilo em que se acredita como uma proposta de vida e história”, nessa direção, a atuação no IMOPEC demandava e exigia força de vontade em desafiar estruturas opressivas, questionar ideias preestabelecidas e lutar por valores e

princípios que promovessem a liberdade, a igualdade e a justiça. Seria estar disposto a enfrentar obstáculos, resistir à opressão, mesmo diante das adversidades.

Mais uma vez, Paulo Freire é lembrado para balizar nossa presença no mundo, ligada à crença e ao engajamento que se defende, não apenas como uma marca individual, mas aquela que se faz no coletivo. Além do fazer coletivo, essa ideia se manifestou nas rodas de conversa, que proporcionavam um espaço de diálogo horizontal, no qual todos podiam ter voz e contribuir no debate. Sobre essa questão, Alex Alves de Oliveira acrescenta:

O método freiriano de círculo, um olhando para o outro. Todas as reuniões do IMOPEC tinham essa característica, sempre em formato de círculo, não tinha esse negócio de ninguém ficar na frente, alguém lá atrás, eliminavam qualquer tipo de verticalização. Estava todo mundo no círculo, eram sempre muito acolhedores – com música, com enfoque nas questões do nosso dia-a-dia (Entrevista realizada com Alex Alves de Oliveira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 20/06/2021).

Do ponto de vista da educação popular de Paulo Freire (2011), o método do círculo adotado nas reuniões do IMOPEC imprimiu a necessidade de um olhar igualitário e horizontal entre os participantes. A disposição em círculo, sem hierarquias ou posições privilegiadas promovia um debate em que todos os membros se sentiam pertencentes e construtores da aprendizagem, elementos fundamentais para uma educação transformadora e emancipatória.

Nos intercâmbios com os outros grupos, eu ficava muito forte e eufórico porque eu via o desempenho dos outros grupos, não é que a gente quisesse imitar, mas a gente se espelhava bastante e quando veio, por exemplo, essa questão das Casas da Memória – a Casa da Memória do pessoal ali da região do Jaguaribe, a Casa de Porteiras, aí a gente viu como o IMOPEC proporcionava vários tipos de intervenções nas localidades (Idem).

Alex Alves, ao ficar “forte” e “eufórico” nos encontros estaduais, reforça o papel transformador das ações coletivas, da construção social, da memória e da preservação das múltiplas perspectivas e experiências históricas. Nessa direção, José Erison Lima Pereira, professor e cursista de Alto Santo (microrregião do Baixo Jaguaribe), acentuou:

Lembro que tinha uma comunidade de Alto Santo que cheguei a encontrar um misto, Ana Cristina, aqueles carros antigos, aqueles mistos, eu lembro que era o misto de Zé Silvino. De repente, investigamos sobre o misto de Zé Silvino, fotografei o misto e nos encontros estaduais quando a gente levava esses retratos, essas memórias que já eram faladas ou através do diálogo já estavam impressas, revelam algo que chamava atenção das demais cidades. Quando participávamos dos encontros estaduais, a gente trocava experiências com pessoas do Ceará inteiro. O pessoal dizia “na minha cidade já existia isso” ou “que legal, que bonito esse misto”. Tanto é que eu tinha o desejo de fazer uma viagem por mais pequena que fosse no misto de Zé Silvino, terminou que o tempo passou e eu nem sei se esse Zé Silvino ainda é

vivo, e terminei não andando no misto de Zé Silvino (Entrevista realizada com José Erison Lima Pereira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 22/03/2021).

O entrevistado traz em sua narrativa a dimensão que o IMOPEC atribuía as comunidades e aos participantes do curso. Ele menciona que no município do Alto Santo tinha o misto de Zé Silvino, (“misto” eram o nome popular dado aos caminhões antigos que tinham uma cabine de madeira acoplada ao chassi e a cabine de aço), o automóvel segundo o entrevistado tornou-se um símbolo local. Ao investigar e fotografar o misto, José Erison explorou memórias e histórias que se tornaram parte do debate no Encontro Estadual. O tempo passou e a oportunidade de andar no misto se perdeu, levantando a reflexão sobre a efemeridade das experiências e a importância de preservá-las enquanto ainda é possível. Trouxemos a experiência de José Erison através do misto, para exemplificarmos que os achados nos trabalhos de campo propostos pelo IMOPEC possuíam conotações múltiplas, todas elas, valiosas para o entendimento da experiência humana. Essa perspectiva está alinhada ao que disse Diego César em entrevista, a respeito da formação política promovida pelo Instituto:

O IMOPEC tinha essa pegada, de fazer uma formação social, uma formação política, não era só a formação acadêmica. Só o estudo para conhecer alguns conceitos sobre memória ou sobre patrimônio. Mas tudo isso era articulado com a luta política, as publicações do IMOPEC eram sobretudo de formação política. Então, a gente teve essa oportunidade de ter essa formação teórica, mas também de ter essa formação política, de contato com os movimentos sociais (Entrevista realizada com Diego César dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 15/06/2021).

Através da fala do entrevistado, podemos inferir que o Instituto por meio da formação à distância conectou o conhecimento teórico com as demandas e lutas dos movimentos sociais. Ao promover uma formação social e política, o IMOPEC fornecia aos grupos ferramentas para analisar criticamente a sociedade e compreender os processos históricos.

O material produzido e fornecido no curso do IMOPEC desempenhava um papel duplo, funcionando como instrumento de disseminação do conhecimento e formação política. Esses recursos eram significativos para fortalecer a consciência crítica dos participantes, considerando as relações de poder, as desigualdades sociais e as muitas formas de resistência e mobilização coletiva. Em interface com o exposto, Simone Pereira pontua a respeito dos modos de reivindicação que se ampliavam a partir das leituras das revistas:

os olhares críticos com relação aos problemas da comunidade se evidenciaram,

porque aqueles textos também mobilizavam a gente a entender e a não se conformar com certas práticas. Com relação à poluição, com relação ao desmatamento, com relação a essa questão do não reconhecimento de certas memórias da comunidade. Porque prevalecia sempre aquela memória do pessoal da elite, do pessoal ligado ao poder (Entrevista realizada com Simone Pereira da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 05/07/2021).

Os módulos do curso estimulavam a compreensão e a recusa em se conformar com práticas dominantes de exclusão de certas memórias da comunidade. A entrevistada ressalta que, muitas vezes, prevalece a memória da elite e daqueles que detém poder, ignorando as experiências e narrativas de grupos minorizados. A reflexão de Simone Pereira atenta para os desafios de se quebrar com essas estruturas de poder perpetuadas em nossa sociedade. Essa quebra de paradigmas e superação das estruturas de poder consolidados, era um desafio constante assumido pelo IMOPEC, em construir alternativas asseguradas na igualdade e justiça social.

As narrativas, a partir das entrevistas realizadas com os membros do curso à distância, apontaram para o impacto positivo tanto no desenvolvimento pessoal quanto profissional da experiência promovida e articulada pelo IMOPEC. Os participantes ressaltaram que a formação ampliou suas visões de mundo, proporcionando uma compreensão no que toca às dimensões da história, da cultura, da memória e do patrimônio cultural do Ceará. Além disso, os narradores pontuaram os aprendizados obtidos nos momentos de interação e troca de experiências que ocorreram no grupo e nos encontros estaduais.

Como mencionado anteriormente, para formar um grupo de estudo no curso à distância desenvolvido pelo IMOPEC, era necessário constituir uma turma composta por dois a cinco membros. Preferencialmente, esses membros deveriam residir no mesmo município e identificar-se com a proposta pretendida pelo curso.

Ao fazerem a inscrição na sede do Instituto, a turma já recebia a revista *Propostas Alternativas* e as orientações para feita dos módulos. Cada módulo corresponde a um texto da revista. Os textos forneciam uma base teórica e conceitual para as reflexões e atividades práticas. Junto aos módulos iam cinco questões, que após a leitura e debate em grupo deviam ser respondidas. As questões desafiavam os participantes a refletirem acerca dos temas abordados nos módulos, após a leitura, debate e reflexão em grupo, cada equipe elaborava suas respostas e desenvolviam um trabalho de campo. A cursista Simone Pereira, relata sobre os módulos,

Existia uma série de módulos com base em cada revista, cada curso tinha uma revista – que tinha uma série de textos de vários autores, e cada texto tinha um

módulo, geralmente era um ou dois textos por módulo, e a gente ficava trabalhando durante o tempo todo, fazendo entrevista, fotografando, às vezes fazendo uma coleta de informações, algumas vezes construindo um acervo e a gente foi construindo esse conhecimento ao longo do tempo (Idem).

Ao receberem as questões, a turma era incentivada a realizar ações coletivas relacionadas ao tema do módulo. Isso envolvia a realização de entrevistas, a captura de fotografias de espaços relevantes na perspectiva do grupo e até mesmo a organização de exposições em escolas. A proposta era que essas atividades proporcionassem experiências enriquecedoras e um olhar aprofundado na área de estudo.

Dessa forma, as atividades iam além da resolução das questões do módulo. Elas representavam oportunidades de imersão na prática, propiciando uma vivência rica em significados no estudo do patrimônio cultural, estimulando a participação ativa da turma. Alex Alves de Oliveira, ao nos conceder entrevista em 20/06/2021, apontou que “o IMOPEC era uma grande rede de acolhida, de estudo, de ação e intervenção muito voltada ao social, de promover extensão, de ir à comunidade e dialogar com esta”.

Nesse sentido, o IMOPEC era uma organização ampla e abrangente, caracterizada por ser um espaço acolhedor, de aprendizado, de ação e intervenção social, na promoção de atividades de extensão que visavam se conectar diretamente com a comunidade. Através desse diálogo ativo, o Instituto buscava entender as necessidades e aspirações do povo, além de contribuir para a resolução de desafios sociais e culturais.

Após o envio das atividades, as respostas eram cuidadosamente lidas e comentadas pelos membros do IMOPEC, como Célia Guabiraba, Fátima Guabiraba, Gerson Augusto de Oliveira Júnior, Cristina Holanda, João Paulo Vieira, dentre outros. É importante ressaltarmos que os comentários tinham o intuito de promover uma troca construtiva de ideias e perspectivas, e não de desencorajar os membros do curso. Esse processo de feedback desempenhava um papel basilar, dado que permitia aos participantes refletirem a respeito de suas experiências e expandirem sua compreensão da temática apresentada. Os comentários ofereciam insights adicionais, apontavam pontos de vista diferentes e incentivavam o grupo a aprofundar suas pesquisas e reflexões.

Dava um trabalho danado esse negócio, porque os módulos voltavam e eles precisavam ser analisados pelos professores. Sob a coordenação da Célia, uma equipe de voluntários e é bom que diga, o IMOPEC sempre funcionou à base de voluntários. A gente conseguia fazer análise dos módulos e devolver para as pessoas os comentários (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

A figura do professor como avaliador e orientador, de forma voluntária, sublinha o cuidado que a instituição tinha em realizar uma leitura crítica embasada em referências da historiografia, da sociologia e da educação freiriana. Essa prática também ilustra o compromisso do IMOPEC em oferecer um retorno construtivo e motivador aos participantes.

Entre as cinco questões recebidas, duas delas eram para desenvolver uma atividade de campo, uma ação coletiva, que estava relacionada muitas vezes a fazer uma entrevista, fotografar algum espaço ou uma exposição em uma escola, por exemplo. As atividades muitas vezes eram respondidas de forma manuscrita e ao chegarem em Fortaleza, na sede do IMOPEC, eram lidas e comentadas, não podiam ser comentários desestimuladores, porque era um processo analógico, muito por carta, por telefone, telefone fixo (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, concedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021).

A entrevistada acentuou que, embora o processo de comunicação na época fosse predominantemente analógico, por meio de cartas e telefones fixos, o IMOPEC se empenhava em manter um contato próximo com os membros do curso, reconhecendo a importância de cada contribuição. Cristina Holanda, era uma das responsáveis pela correção das atividades, a mesma menciona que havia casos em que algumas respostas podiam ser copiadas diretamente da revista, como se fosse um “Ctrl + C e Ctrl + V”. Já as últimas respostas eram exigidas a realização prática da questão, a fim dos cursistas vivenciarem de forma mais direta e concreta o objeto de estudo. A entrevistada, acentuou:

Algumas questões elas podiam até digamos assim ser um recorte e cola do texto, mas as duas finais nunca eram, as duas finais sempre exigiam uma ação coletiva e essa ação coletiva ela tinha que ser comprovada de alguma forma, nem que fosse por meio de fotografias, digamos assim – realização de uma exposição fotográfica. A galera tinha que fazer exposição fotográfica, nem que fosse numa sala de aula ou com um grupo de alunos, e mandar as fotos para a gente, ou mandar, sei lá, alguma comprovação de que aquilo havia acontecido. O que acontecia, eles escreviam as respostas com as comprovações numa carta e mandavam para o IMOPEC (Idem).

O processo de envio, leitura e comentários das atividades era uma oportunidade de fortalecer os vínculos entre o IMOPEC e a turma, promovendo uma dinâmica participativa. O curso valorizava a interação dos grupos com a temática da memória e do patrimônio cultural, incentivando a reflexão e o compartilhamento de ideias. A estrutura do curso, baseada em módulos de revistas, permitiu a exploração de diferentes aspectos históricos e sociais, considerando diferentes perspectivas. Quando as respostas destoavam das indicações repassadas, o Instituto dava feedbacks contendo sugestões e orientações.

Caso o trabalho não tivesse muito legal, a gente deixava passar para um texto seguinte. Mas dizia: “olha, refaça a pergunta tal” e indicava textos, até quando a

gente achava que o problema também era de redação, não só quando faltava uma reflexão mais aprofundada, mas às vezes até questões assim de textos (Idem).

Ao indicar aos participantes que refizessem determinadas respostas com orientação de textos de referência, o IMOPEC adotou uma postura pedagógica que foi além da correção de aspectos pontuais. A intenção era ampliar a compreensão do grupo e estimular uma análise crítica do conteúdo, estabelecendo conexões com outros textos e fontes de pesquisa. Nesse contexto, questionamos: Qual era o formato dos textos escritos pelos participantes? Eles seguiam uma estrutura dissertativa, narrativa ou outro formato específico? Os textos tiveram uma introdução, desenvolvimento e conclusão? Ou havia alguma variação na estrutura, dependendo do tema ou da proposta da atividade? Os grupos eram orientados a seguir um limite de páginas?

Os textos escritos pelos cursistas os quais tivemos acesso seguiam o padrão de escrita estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o qual é amplamente utilizado em trabalhos acadêmicos e técnicos, ou seja, as turmas eram estimuladas a produção de textos planejados e organizados. A estrutura desses textos geralmente consistia na apresentação do tema, desenvolvimento e conclusão. Ao final, o anexo com as imagens registradas da atividade prática e o roteiro das entrevistas. Observamos que não havia exigência de um número de páginas exato para os textos escritos, pois isso variava conforme as demandas e tarefas propostas, a extensão dos textos dependia das especificidades de cada atividade.

Além de anexar as fotografias diretamente no texto, também era frequente o envio das imagens reveladas como parte do material, o qual enriquecia a apresentação dos resultados e permitia uma visualização mais completa das tarefas realizadas⁵⁴. Percebemos a partir dos trabalhos analisados a preocupação dos grupos na organização da parte escrita como resultado também da atividade prática. Para ilustrar essa afirmação, apresentamos a imagem a seguir, que retrata o retorno de Célia Guabiraba e João Paulo Vieira em relação a uma atividade realizada por um dos grupos de Juazeiro do Norte, no Sul do Ceará (Figura 15). Por meio do retorno do trabalho, desenvolvido por Brígida de Souza e Flaith Bezerra, é possível observar a qualidade e a organização do texto produzido. A atividade em questão pertence ao Módulo III: Identidade Regional e Local, a devolutiva ocorreu no ano de 2008, em formato impresso, bem como, a própria atividade realizada pelas cursistas.

⁵⁴ Após o encerramento das atividades do IMOPEC, Célia Guabiraba devolveu o material desenvolvido por cada grupo, incluindo textos, e-mails trocados, apostilas e fotografias, uma documentação rica em possibilidades de pesquisa.

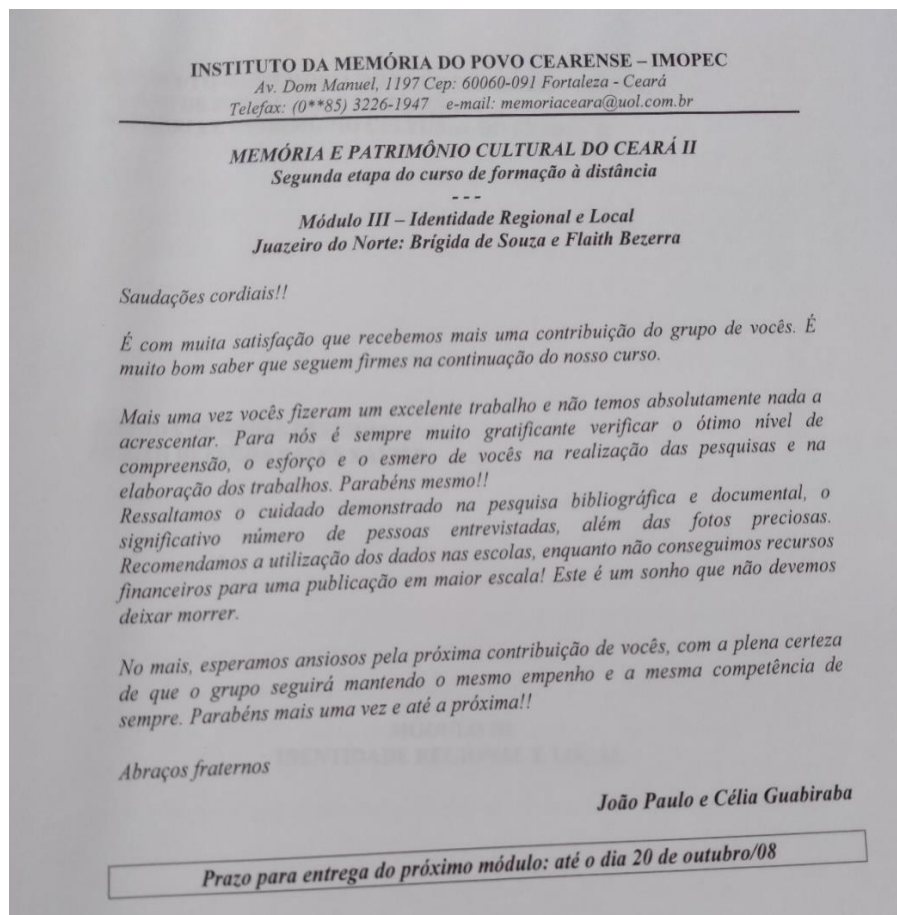


Figura 15. Imagem do retorno da atividade do curso à distância, ano de 2008.

O retorno dos membros do IMOPEC era pautado pela atenção e gentileza nas palavras. Inicialmente, expressavam saudações aos participantes e, em seguida, faziam comentários sobre o texto enviado. Ao final, o Instituto solicitava o envio dos resultados dos próximos módulos, demonstrando interesse, compromisso e estímulo em acompanhar de perto o desenvolvimento das atividades dos cursistas.

Nessa época, era tudo por carta, não tinha esse negócio de e-mail, não existia celular como a gente tem hoje com esses aplicativos, nada disso existia. Inclusive, estou com as cartinhas aqui (levanta as cartas para mostrar), tenho essa pasta guardada até hoje. É uma pasta de memórias, de muito afeto e de alguma forma você contribuiu para isso. Estava guardada, fazia tempo que eu nem olhava e hoje fui ver algumas coisinhas para o nosso bate-papo. Veio um monte de lembranças tão legais, de uma experiência que só agora com o tempo estou tendo a dimensão de como ela foi significativa para minha vida e para a minha formação, e, em todos os aspectos, não só profissional, mas principalmente na questão do social, de entender melhor que tipo de identidade, ligadas as questões étnico-raciais, ligadas a essa ideia de ser cearense, cariense. O IMOPEC contribuiu bastante (Entrevista realizada com Alex Alves de Oliveira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 20 de junho de 2021).

O entrevistado enfatiza que o IMOPEC contribuiu não apenas para sua formação profissional, mas principalmente para o seu desenvolvimento social e compreensão de sua

identidade étnico-racial e regional como cearense e cariense. Alex Alves destaca a valorização afetiva e a dimensão transformadora que o IMOPEC teve na sua vida. Assim, partindo dessa concepção político-pedagógica de educação, concebemos a pedagogia do IMOPEC como recorte metodológico capaz de propiciar uma reflexão acerca da condição de oprimido através da articulação entre conhecimento e identidade social dos seus agentes, ou seja, experiência educativa adotada pelo IMOPEC é fundamentada na ideia de que a educação não apenas transmite conhecimento, mas também desafia as estruturas de opressão e promove a reflexão sobre a condição dos oprimidos na sociedade.

A gente começou a fazer os módulos, algumas discussões muito legais, principalmente as atividades mais práticas. Aquelas relacionadas ao campo, um olhar sobre o lugar onde você vive, do seu entorno, os sujeitos sociais que conformam esse espaço. Isso foi muito significativo e quando a gente começou a entender mais ou menos como funcionava o IMOPEC, até então, tudo que a gente tinha de parâmetro de estudo, de pesquisa, de conhecimento era da Universidade. A gente não poderia entender que havia um órgão, uma entidade como o IMOPEC que em alguns aspectos contribuía muito mais, ajudava muito mais, que tinha um significado para mim muito mais contundente do que a propriamente a universidade (Idem).

Para Alex Alves, os módulos eram muito significativos, pois, permitiu que ele entendesse melhor o funcionamento do IMOPEC e percebesse que, em alguns aspectos, as contribuições dessa organização superavam as da própria universidade. Até então, a universidade era o principal ponto de referência para o estudo, a pesquisa e a busca por conhecimento. No entanto, a participação no IMOPEC trouxe um significado mais impactante para o entrevistado. Ele percebeu que a instituição forneceu um apoio e uma ajuda muito mais efetiva, uma vez que desafiou as estruturas teóricas de ensino e pesquisa.

Alex Alves sentiu-se livre e expressivo no ambiente do IMOPEC, principalmente durante as rodas de conversa, que abordavam temas relacionados à memória, patrimônio, história oral e cultura. Ele percebeu que esses momentos abertos à discussão e participação eram voltados para questões mais amplas e contextualizadas, em comparação com os temas da universidade, como se vê na fala a seguir:

Eram encontros maravilhosos e muito acolhedores e, já antecipando também outro ponto – comecei a observar que o IMOPEC me proporcionava determinados tipos de aprendizado que a universidade não proporcionava. O curso de História da URCA não proporcionava. Em que medida isso? Eu me sentia muito mais livre, muito mais expressivo dentro do IMOPEC, principalmente quando a gente tinha as rodas de conversas com discussões voltadas aos temas de memória, de patrimônio, de história oral, de cultura (Idem).

Essa observação indica que o IMOPEC oferecia a Alex Alves e demais cursistas a oportunidade de explorar e se envolver com o material e temáticas fornecidas. Para ele, o aprendizado era mais aberto, participativo e estimulante, indo além dos métodos convencionais.

Aprendi demais, ainda hoje sinto falta. Por vezes, ainda me comunico com a Célia Guabiraba, que era a líder mor do grupo, já tem mais de 80 anos, enfim, o Antônio José. A gente criou um vínculo muito forte com essas pessoas do IMOPEC, porque era uma família, era muito cativante. Eles desenvolviam um trabalho que cativava você, que estimulava, eu não perdia esses encontros de maneira nenhuma. Era lá que a gente tinha contato com pessoas decentes, que aprendia muito, que trocava muitas experiências, pessoas de todo o Ceará (Entrevista realizada com José Erison Lima Pereira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 22/03/2021).

José Erison compartilhou que o período que passou no IMOPEC foi de aprendizado intenso e confessou que até hoje sente saudades desse contexto enriquecedor. Ele destacou ainda a comunicação constante que mantém com Célia Guabiraba (na época da entrevista, Célia Guabiraba ainda estava viva) e com Antônio José, ressaltando o vínculo forte que foi estabelecido com essas duas figuras do IMOPEC. Para ele, essa conexão é comparável a uma relação de família devido ao ambiente ser acolhedor.

José Erison ainda descreveu o IMOPEC como um local onde teve a oportunidade de interagir com pessoas respeitáveis, onde o aprendizado foi uma constante e onde ele pôde trocar uma variedade de experiências com indivíduos de diferentes partes do Ceará. Ele enfatizou que o Instituto proporcionou um ambiente propício para o crescimento pessoal e intelectual, ao mesmo tempo, em que permitiu a conexão com uma rede diversificada de pessoas que compartilhavam interesses e aspirações semelhantes. Um espaço onde relacionamentos foram forjados além do compartilhamento de conhecimento e experiências.

O curso abrangeu uma ampla gama de tópicos, e Alex Alves apontou duas áreas que o impactou: as questões indígenas e as questões negras.

Acho que o IMOPEC foi uma das grandes agências nesse sentido, de trazer esse tipo de discussão e plantar em mim essa semente de discussão étnico-racial, que na universidade estava engatinhando, essas discussões raciais e indígenas, negra/quilombola, o IMOPEC já vinha fazendo. Inclusive, eu me lembro que a gente tinha encontro e já se enfocava nessas pautas, já se falava sobre isso, dialogava sobre isso, algumas pesquisas, alguns artigos publicados já tocavam nessas temáticas (Entrevista realizada com Alex Alves de Oliveira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 20 de junho de 2021).

O entrevistado reconheceu o papel do IMOPEC como uma instituição pioneira nessas discussões. Ele contrasta a abordagem progressista do IMOPEC com a situação na universidade, onde as conversas sobre questões raciais e indígenas ainda estavam em estágios

iniciais e o IMOPEC já vinha abordando e dialogando sobre esses temas em seus encontros. Alex Alves também observou que o IMOPEC não apenas discutia, mas também já contava com pesquisas e artigos publicados que tratavam dessas questões de maneira aprofundada e engajada. Nesse entendimento, José Erison ressalta que as discussões propostas pelo Instituto também auxiliavam nas proposições da História local.

Posso dizer que foi uma experiência muito rica Cristina, em função exatamente do que a gente enquanto professor, principalmente da Educação Básica, que tem uma dificuldade muito grande de inserção nos livros didáticos sobre a História Local e o IMOPEC possibilitava isso, não com aquela história de vir de fora para dentro, trazendo o conteúdo dizendo que você trabalhará, mas ele estimulava você a identificar na sua comunidade ou na sua pequena cidade como Alto Santo elementos históricos que pudessem ser trabalhados com esses meninos em sala de aula (Entrevista realizada com José Erison Lima Pereira, concedida a Ana Cristina de Sales, em 22/03/2021).

O entrevistado, assim como uma grande parte dos professores das redes municipal e estadual, até hoje enfrentam dificuldades para encontrar materiais nos livros didáticos que abordem a História local. No entanto, o IMOPEC buscou suprir essa lacuna de uma forma diferenciada. Em vez de trazer um conteúdo pré-estabelecido de fora para dentro da sala de aula, o Instituto estimulou os professores a identificar elementos históricos presentes em suas próprias comunidades ou em pequenas cidades, como Alto Santo.

Essa metodologia permitiu aos professores explorarem e trabalharem com seus alunos temas e eventos históricos locais. Sobre isso, Simone Pereira destacou:

Acho que era uma forma do IMOPEC chegar nos lugares mais distantes, mobilizar as pessoas mais distantes que às vezes não tinham acesso ao conhecimento, às vezes queria estudar, queria conhecer, mas não tinham essa possibilidade, então assim, eu vi nos encontros – conheci muita gente mesmo que aprendeu muito enquanto conhecimento da localidade e principalmente de seu papel enquanto cidadão (Entrevista realizada com Simone Pereira da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 05/07/2021).

Desse modo, o IMOPEC teve um impacto significativo ao possibilitar que pessoas que, de outra forma, poderiam ter sido excluídas ou ignoradas, obtivessem acesso a processos educativos e informações pertinentes, fornecendo exemplos concretos relacionados à sua realidade local. Nesse contexto, a entrevistada enfatiza que o trabalho do Instituto não se limitava apenas a levar conhecimento a áreas remotas, mas também possibilitava que os sujeitos tivessem autonomia, capacitando-os a desempenhar um papel ativo em suas comunidades e a compreender sua função enquanto cidadãos.

Cada grupo tinha seu próprio ritmo para finalizar os módulos e a revista. “Então,

veja só, para um grupo terminar uma revista não tinha prazo certo, era o prazo do fôlego de cada grupo. Terminar uma revista era um certificado, muitos professores faziam porque eles precisavam de certificação” (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, em 16/06/2021, concedida Ana Cristina de Sales). A ausência de um prazo definido para a conclusão dos módulos da revista permitia que os grupos tivessem controle de seu próprio tempo.

No entanto, a certificação só era concedida após a conclusão integral da revista, cada revista – um certificado. O certificado fornecido pelo IMOPEC frequentemente fazia referência ao patrimônio cultural. Segundo Cristina Holanda, as horas de atividades corresponderiam a um bom número de horas, considerando tanto as atividades teóricas quanto as práticas, o Instituto teve como sugestão unificar todos os certificados em um só.

Os grupos que conseguiram fazer duas ou três revistas acabavam juntando dois, três, quatro, cinco certificados. O IMOPEC ao final de suas ações, estava com uma ideia de juntar os certificados em um único certificado de muitas horas/aula. Porque era isso, cada revista correspondia, eu não sei, devia ser uma coisa bem boa, devia ser uma coisa assim, talvez de umas 80 horas, porque tinha o momento de leitura coletiva, de escrita e a parte prática (Idem).

Ao considerar a duração e a carga horária de cada atividade, o IMOPEC reconhecia o esforço e o tempo dedicados pelos participantes. A unificação dos certificados em um único documento contribuiria para enriquecer o currículo dos cursistas.

Durante o curso, além das reflexões e discussões já mencionadas, houve também uma iniciativa prática sugerida pelo Instituto e realizada pelos participantes. Um grupo de 33 professores de diversas áreas do conhecimento se uniu durante dois dias, em 5 e 6 de março de 2005, para criar e propor três jogos pedagógicos: o “Bingo Cultural do Ceará”, “Descobrimo o Ceará” e “Trilhas da Cultura Cearense”. Os jogos objetivavam estimular estudantes e professores a explorarem, defenderem e preservarem os lugares de memória de seus municípios e do Estado do Ceará, discutimos esta iniciativa no decorrer do capítulo em questão.

Para finalizar o conjunto de ações desenvolvidas pelos cursistas, lembramos da criação das duas Casas da Memória em Jaguaratama (2005) e Porteiras (2007). O IMOPEC contribuiu nessas Casas – no intermédio de seminários e oficinas, e principalmente, no entendimento de que “a memória popular não cabe num único local”. Além das peças, das fotografias, das poesias e das entrevistas gravadas e publicadas, há muitas memórias cultivadas nas mentes humanas e muitas outras que “se perdem” (Ratts, 2003, p. 05).

A ação formativa do curso à distância do IMOPEC rendeu frutos, durante nove anos de trabalho pedagógico na segunda versão do curso, teve os seguintes resultados: 13 seminários municipais e 08 encontros estaduais, fóruns, organização de museus comunitários, campanhas de conscientização, entre outras. O curso mobilizou 877 participantes, distribuídos em 215 grupos, presentes em 48 municípios do Ceará, e objetivou qualificar lideranças para o desenvolvimento das ações de descoberta, respeito e divulgação do patrimônio cearense (Silva, 2015, p. 04). Essa ampla abrangência geográfica nos revela o alcance e o impacto das ações formativas, atingindo diferentes localidades e envolvendo um número considerável de pessoas, demonstrando a importância atribuída à valorização do patrimônio cultural como elemento essencial na construção da identidade coletiva e na promoção do desenvolvimento local.

5.2 A história dos povos cearenses a partir dos Jogos Pedagógicos do IMOPEC

As escolhas que fazemos ao longo da vida são, muitas vezes, difíceis, porém, definidoras de nosso perfil. Coube ao IMOPEC definir sua proposta de atuação no campo da cultura, desde sua fundação, em 1988. Caminho árduo, nem sempre claro, pois são múltiplas e complexas as expressões da alma do povo (Raízes, 2006, n. 54, p. 01).

No trecho, o IMOPEC destaca seu papel no campo da cultura, reconhecendo que compreender e promovê-la é um caminho difícil e complexo. Ao ser mencionado como “expressões da alma do povo”, o fragmento sugere que a cultura é uma demonstração intrínseca às identidades coletivas, refletindo as experiências, valores e visões de mundo de uma comunidade. Já o termo “povo”, defendido pelo Instituto, refere-se aos indivíduos que são considerados agentes ativos, produtores e partícipes de sua cultura, homens e mulheres que carregavam consigo características e manifestações próprias. Ao evidenciar as características e manifestações próprias das comunidades cearenses, o Instituto buscou entender e preservar as tradições, saberes e valores que permeiam a cultura do Estado. Essa busca se estendeu a diversos âmbitos, incluindo as publicações dos boletins e revistas, documentários, folders, etc. Além disso, o IMOPEC também direcionou seu olhar em relação à cultura para as escolas públicas.

Por diversas vezes, o Instituto chamou a atenção para a situação precária enfrentada pelos educadores nas escolas, denunciando as remunerações que não condizem com a importância e o impacto do trabalho que desempenham. Além da questão salarial, a falta de equipamentos e instrumentos pedagógicos adequados também criou/cria obstáculos

para a promoção de um ambiente estimulante ao ensino-aprendizagem, muitas vezes limitando o potencial de desenvolvimento dos alunos.

Pensando em espaços para a construção do conhecimento nas escolas, o IMOPEC elaborou uma proposta de levar a essas instituições, através de jogos pedagógicos, dados e informações sobre a memória e o patrimônio cultural cearense. A proposição era de que o jogo funcionasse prazerosamente, em que educandos e educadores fossem “convidados a fazer um passeio instigante pelos lugares da memória do Ceará, descobrindo estratégias para enfrentar o desafio de caminhar com as próprias pernas, de pensar com a própria cabeça, buscando, assim, sua própria identidade” (Raízes, 2006, n. 54, p. 05).

Ao propor um jogo que estimula a explorar os lugares de memória do Ceará, o IMOPEC reconheceu a importância de “conectar” as pessoas com o passado, permitindo que elas vivenciem de maneira mais imersiva e significativa as experiências históricas, mediante uma compreensão contextualizada da memória e do patrimônio cultural. Desse modo, o jogo educativo apresentado pelo Instituto intuía a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento histórico. Considerando que a história não é um conjunto de fatos estáticos, mas um processo dinâmico que envolve diferentes interpretações e narrativas, ao convidar estudantes e professores “a pensarem com suas próprias cabeças”, a proposta do IMOPEC estimulava o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de análise histórica.

A elaboração dos jogos se deu em dois momentos, o primeiro em 2005 e o segundo em 2006, nos encontros estaduais do curso de formação à distância. O Instituto lançou a proposta aos cursistas e após os debates chegaram à definição dos jogos, são eles: Bingo Cultural do Ceará; Trilha da Cultura Cearense e Descobrimo o Ceará. No processo de criação, os participantes do curso à distância consideraram uma série de questionamentos para melhorar e ampliar a experiência educacional fornecida pelo jogo. Por exemplo: quais personagens históricos são relevantes para a narrativa do jogo? Como representar a diversidade cearense, considerando a inclusão de personagens que representam diferentes grupos étnicos, sociais, de gênero, entre outros? Quais são os objetivos pedagógicos relacionados aos personagens escolhidos? Como equilibrar os temas históricos e a atração dos jogadores? Como os personagens podem estimular o pensamento crítico e a reflexão histórica no Estado do Ceará? Essas problemáticas foram pertinentes à proposta educativa da brincadeira.

Os jogos foram projetados para despertar o interesse dos participantes pelo patrimônio cultural do Ceará. Por meio de desafios, perguntas, enigmas ou outras atividades interativas, os jogadores foram estimulados a aprender mais sobre a história e a cultura local,

promovendo uma maior conscientização e preservação do patrimônio, ocasionando um despertar para o senso de pertencimento e responsabilidade em relação aos espaços e as pessoas que circulam nele.

Esses jogos procuravam incentivar os participantes a reconhecerem e estabelecerem conexões entre os lugares históricos e os seus municípios correspondentes. Contribuindo assim, para a compreensão dos conteúdos de geografia histórica da região, da formação dos espaços urbanos e rurais, e da relação entre patrimônio cultural e localidades específicas, ou seja, de um conhecimento aprofundado da história local e preservação da memória social do Ceará.

Os jogos objetivavam: “Conhecer o patrimônio cultural (material, imaterial e natural) do Ceará para valorizá-lo e preservá-lo; estimular o educando ao conhecimento e à preservação do patrimônio cultural cearense; identificar e relacionar lugares de memória do Ceará aos respectivos municípios” (Raízes, 2006, n. 54, p. 04). Desse modo, os jogos buscavam proporcionar aos participantes um maior conhecimento sobre a diversidade cultural. Eles abrangeram elementos materiais, como monumentos, arquitetura e fatos históricos, além de elementos imateriais (manifestações culturais, tradições, festividades, lendas e costumes). Ao se familiarizarem com esse patrimônio, os jogadores eram incentivados a valorizá-lo e a contribuir para a sua preservação.

Assim, a utilização dos jogos nasceu na perspectiva de serem usados como ferramenta pedagógica capaz de diversificar a prática docente.

Sobre os jogos, a ideia foi do IMOPEC. Como os grupos já produziam muito material, seria agora de pensar material que fosse produzido para alcançar o grande público e que pudesse ser usado nos espaços escolares e sobre o Ceará, por quê? Porque lembro que em um dos encontros a gente falava que não tinha materiais sobre o Ceará, das dificuldades de material didático que falasse sobre os nossos municípios, sobre o próprio Ceará como um todo. Lembrando que muitas das pessoas que acompanhavam o curso à distância eram professores, outros eram líderes comunitários, artistas, mas tinha muito estudante e professor. Então, assim, diagnosticar essa ausência de material didático foi algo recorrente, e aí surgiu a ideia de fazer os jogos (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

Pelo que foi mencionado na entrevista com Joaquim dos Santos, a ideia de criar os jogos educativos sobre o Ceará surgiu a partir da constatação da ausência de materiais didáticos que abordasse a história e a cultura do Estado. Durante os encontros, debateram sobre a dificuldade de acesso a materiais que falassem sobre os municípios dos participantes e sobre o Ceará como um todo. Essa ausência de material didático adequado era percebida tanto por professores quanto por estudantes, líderes comunitários e artistas que acompanhavam o

curso à distância. Diante desse diagnóstico recorrente, surgiu a ideia de desenvolver jogos educativos como uma forma de preencher essa lacuna e proporcionar um meio de aprendizado mais envolvente e acessível.

A proposta do IMOPEC era utilizar o potencial dos grupos envolvidos, que já produziam bastante material, para criar recursos que alcançassem o grande público, incluindo os espaços escolares. Com os jogos educativos os professores usariam o lúdico e a interatividade na hora de ensinar sobre história, cultura e geografia do Ceará.

Nesse sentido, Giacomoni e Silva (2021, p. 279) salientam que “o jogo, enquanto é emulado em ato concreto e imaginativo ao mesmo tempo, dá origem a uma narrativa, potencialmente viva, dinâmica e imprevisível, que tem a duração do ato de jogar, quando não extrapola a ação virando memória e história”. Nesta compreensão, durante a partida, os jogadores interagem com as regras, com os desafios e as possibilidades oferecidas pelo jogo. Eles tomam decisões, enfrentam obstáculos e criam estratégias, tudo isso, de forma ativa e participativa. Essas ações geram uma narrativa única e original, ao serem moldadas pelas escolhas e ações dos jogadores. Além disso, a narrativa do jogo pode transcender ao momento do ato de jogar. Ela pode se tornar memória, ser lembrada e relembra pelos jogadores mesmo após o término da partida.

Da mesma forma, a experiência vivida durante o jogo deixa marca na mente dos jogadores, que podem compartilhar suas histórias e lembranças com outras pessoas, transformando a narrativa do jogo em história. Quando os jogadores monitoram suas experiências e vivências, elas podem ser registradas e transmitidas para outras pessoas, tornando-se parte do patrimônio cultural e histórico. Assim, a narrativa do jogo pode contribuir para a construção de uma memória coletiva, preservando os eventos e as experiências vividas durante o jogo ao longo do tempo.

A condição de existência dessa narrativa é uma mecânica de jogo que articula em suas possibilidades e limites as possibilidades e limites do recorte histórico que se deseja ensinar. Seu funcionamento, a partir de suas regras e da ação dos jogadores, marca que tipo de narrativa aflorará em cada partida jogada (Giacomoni; Silva, 2021, p. 279).

Desse modo, a condição de existência de uma narrativa dentro de um jogo, se acentua na interação entre as possibilidades e limitações do jogo e as possibilidades e limites do recorte histórico que se planeja ensinar. O formato do jogo, suas regras e ações dos jogadores são fundamentais para determinar que tipos de narrativas serão construídas em cada partida, a depender da estrutura do jogo e da participação ativa dos jogadores na criação da

narrativa histórica durante a brincadeira. Nesse direcionamento, Giacomoni e Silva (2021) nos auxiliam no entendimento das possibilidades que os jogos propostos pelo IMOPEC puderam oferecer para o aprendizado histórico, especialmente em relação aos temas da memória, cultura e patrimônio. Para provocar o aprendizado, é importante como os jogos foram estruturados e a dinâmica que deles emerge para a construção do conhecimento histórico.

Assim, a mediação do professor é fundamental para garantir que os jogos sejam usados de forma produtiva e que os alunos compreendam como as experiências de jogos estão relacionadas aos conceitos históricos e aos objetivos educacionais. O professor pode fornecer orientações, facilitar discussões, fazer conexões com o conteúdo curricular e estimular a reflexão crítica sobre as informações desenvolvidas nos jogos.

A utilização de jogos no ensino de maneira geral tem se tornado cada vez mais comum nas salas de aula. Os professores estão explorando cada vez mais a criação ou o uso de jogos e até mesmo a gamificação em suas práticas educacionais. A partir dessa compreensão o Boletim Raízes acentuou,

Partindo de concepções teóricas de que crianças e adolescentes têm curiosidade por jogos e brincadeiras e através deles se relacionam com o meio físico e social, resta agora usar da ludicidade enquanto ferramenta pedagógica capaz de provocar a apropriação dos saberes e fazeres produzidos historicamente pela humanidade (Raízes, 2006, n. 54, p. 06).

A criação dos jogos gerou nos grupos do curso de formação à distância expectativa quanto ao impacto que eles causariam nas escolas.

Podemos perceber que aquele material por nós elaborado, tem um significado maior do que imaginávamos. A qualidade do material e a riqueza de conteúdo das cartilhas dos três jogos superaram as expectativas e todas as dúvidas e incertezas geradas na oficina anterior. Essas inquietações foram substituídas pelo desejo e anseio de compartilhar aquela experiência com os alunos em sala de aula. No decorrer do encontro, já era claro o entusiasmo dos professores ao identificar nos jogos elementos culturais significativos para a sua localidade. A partir de agora, alguns referenciais de memória seriam reconhecidos como parte integrante da riqueza cultural do nosso Estado, do nosso município ou localidade (Idem, p. 06).

O boletim Raízes, ao mencionar a surpresa diante do significado e da qualidade do material elaborado, sublinha que os jogos surtiram efeito além das expectativas iniciais. Segundo consta no Raízes, os três jogos se destacaram na sua apresentação visual, despertando curiosidade e interesses dos discentes e docentes. Ao passo que o jogo diverte – ele informa e educa à medida que incentiva o aluno a conhecer e explorar mais sua história. O IMOPEC apresentou os jogos a partir de quatro características, a saber: o conteúdo, a

dinâmica, a criatividade e o espírito de solidariedade. Em relação ao conteúdo, o boletim destacou:

dois mapas do Ceará auxiliam na articulação dos conhecimentos geográficos com a história, as manifestações culturais e o meio ambiente. O conteúdo é inteiramente voltado para a realidade física e cultural do Estado do Ceará, eles trabalham personalidades contemporâneas, vultos históricos de significado incontestável como a da Beata Maria de Araújo, Padre Ibiapina, Patativa do Assaré, Adolfo Caminha, Rachel de Queiroz, dentre outros. Os alunos passam a dominar conhecimentos sobre as áreas de proteção ambiental (APAs) do Ceará, sobre o semiárido e o litoral, as causas e as consequências do desmatamento, das queimadas e da desertificação. A pluralidade cultural do Estado se apresenta com todo vigor: ceramistas, literatura de cordel, artesanato em palha e em couro são algumas das expressões artísticas exploradas nos jogos (Raízes, 2006, n. 54, p. 04).

Pelo que consta na informação difundida pelo Raízes, o conteúdo dos jogos tem⁵⁵ uma abordagem interdisciplinar, a qual possibilita uma conexão entre os conhecimentos geográficos, históricos, culturais e ambientais. Essa perspectiva visava proporcionar aos alunos uma compreensão da realidade física e cultural do Estado do Ceará. Ao trabalhar com personalidades e figuras históricas notáveis, como as que foram citadas, os jogos convidavam os alunos a mergulharem nas histórias de indivíduos que deixaram suas marcas na identidade e na cultura da região.

Ao explorarem áreas de proteção ambiental (APAs), o semiárido e o litoral, bem como as questões do desmatamento, das queimadas e da desertificação, os alunos eram envolvidos em uma análise das complexidades ambientais, contribuindo para a compreensão da relação entre a geografia e o meio ambiente do Ceará. Além disso, os estudantes eram apresentados a manifestações artísticas, como a cerâmica, a literatura de cordel, o artesanato em palha e couro, o que os faziam conhecerem as riquezas da cultura local e também reconhecerem sua importância como parte intrínseca da identidade cearense.

Nesse sentido, a dinâmica dos jogos foi pensada seguindo as trilhas dos lugares onde tinham grupos participantes do curso à distância, como se vê no Raízes,

os jogos foram sendo trabalhados em caráter experimental, o que se observou é que os jogos procuraram contemplar todas as regiões do Ceará – litoral, Cariri, sertão central, sertão dos Inhamuns, região da Ibiapaba, serra de Baturité e região da Ibiapaba. O enfoque maior foi dado nos lugares onde tinham participantes no curso (Idem, p. 04).

O enfoque estratégico em abranger as regiões as quais os cursistas faziam parte permitiu que o IMOPEC se conectasse diretamente com a realidade e experiência dos

⁵⁵ Os jogos ainda existem, podem ser encontrados nos arquivos da Casa da Memória de Porteiros; Na Universidade Estadual do Ceará – campus de Limoeiro do Norte e em acervos particulares.

participantes. Além de promover o engajamento com a diversidade geográfica do Ceará, os jogos também forneceram uma oportunidade para os cursistas e em seguida aos jogadores de explorarem a história, a cultura e os desafios específicos de cada região. Os jogos, para atrair a atenção dos discentes, eram/são criativos e flexíveis em relação a sua utilização,

os jogos possibilitam a utilização de seu conteúdo de várias maneiras. Assim é que o professor pode animar os alunos a realizarem pesquisas e debates que complementem e ampliem as informações contidas nas cartilhas. A proposta, além de inovadora, é provocadora de novas situações. Ela não é acabada e definitiva, devendo ser ampliada e adequar-se à realidade de cada município ou região (Idem, p. 05).

Provocar novas situações é uma das características marcantes dos jogos, desafiando os métodos tradicionais de ensino. Visto que a proposta dos jogos não se limitava a uma estrutura rígida e fechada, ela, ao contrário, segundo consta no Raízes e nas entrevistas, estimulava a criação de novos contextos que podiam ser explorados considerando as particularidades culturais, históricas e sociais.

Nesse aspecto, a proposta dos três jogos apresentava-se dinâmica e criativa, tornando o processo educativo contextualizado e contínuo. Os jogos, nesse sentido, eram um ponto de partida, um recurso que podia ser moldado e expandido de acordo com as necessidades e interesses dos alunos e professores. Além disso, a proposição contemplava o espírito de solidariedade nas partidas dos jogos:

nas cartelas com as instruções sobre cada jogo, recomenda-se, de maneira especial, o cuidado com o espírito de competição. É importante estimular nos alunos a curiosidade, o desejo de conhecer outras realidades, a ajuda mútua, a convivência harmoniosa por ocasião do jogo, evitando-se o sentimento que leva à derrota do companheiro e à sua superação. As equipes são estimuladas a colaborar com aqueles que enfrentam dificuldades (Raízes, 2006, n. 54, p. 05).

Nesse contexto, as equipes eram incentivadas a colaborar entre si e a oferecer auxílio aos colegas que podiam estar enfrentando dificuldades na análise do jogo. O IMOPEC dava ênfase na construção de um ambiente de aprendizagem baseado na cooperação e na solidariedade, no qual o desenvolvimento mútuo era valorizado tanto quanto o resultado final. Dessa forma, os jogos se tornaram não apenas um ambiente competitivo, mas também um espaço para a troca de conhecimentos, de construção conjunta de soluções e o fortalecimento dos laços entre os participantes. A atenção ao espírito de “competição saudável”, aliada à promoção da colaboração e do respeito mútuo, contribuía para a formação de indivíduos mais

conscientes, empáticos e engajados, capazes de enfrentar desafios de maneira construtiva e ajudar positivamente suas comunidades e a sociedade como um todo.

Cada jogo vinha acompanhado de um catálogo com informações que aprofundavam os conteúdos trabalhados. De início era apresentado o sumário contendo cada tema enfatizado. No primeiro catálogo intitulado “Bingo Cultural do Ceará”, foram listados 99 conteúdos. O material indicou que o jogo era adequado para ser aplicado em sala de aula, destinado a estudantes a partir de 14 anos (Figura 16).



Figura 16. Imagem das cartilhas dos três jogos pedagógicos. Acervo pessoal.

Já o catálogo do jogo de número 2 “Descobrimos o Ceará” traz em suas primeiras páginas o público-alvo do jogo, que são estudantes a partir de 12 anos. O catálogo abrange 24 conteúdos tratando de diferentes aspectos da cultura, história, literatura e geografia do Ceará. No mesmo sentido, o catálogo do jogo 3 “Trilha da cultura cearense” também é elaborado considerando alunos a partir dos 12 anos como o grupo principal de destinatários. Este jogo oferece uma proposta ainda mais ampla, contendo um conjunto de 50 conteúdos. Os assuntos estavam balizados a partir das definições de “lugares de memória” e patrimônio cultural. “Os “lugares de memória” seguindo as prerrogativas do IMOPEC estavam apoiados em pontos de referência, consoante as tradições, os costumes, lendas e mitos, as paisagens, as datas, os personagens, a música, a culinária, a arquitetura, os odores, o folclore, etc.” (Raízes, 2006, n. 54, p. 05).

A brincadeira e o estudo foram organizados com base na retirada da pedra, a qual estava apresentada a numeração que correspondia ao conteúdo listado no catálogo (Figuras 17 e 18). Ao folhear as páginas do catálogo, os jogadores e professores visualizam imagens de

algum patrimônio. Por exemplo, a pedra de número 1 estava relacionada à igreja matriz do Alto Santo. Ao lado da gravura da igreja, havia uma descrição que detalhava os dados da construção da capela, a identificação do doador do terreno, as imagens de santos presentes, e outros pontos relevantes.

B I N G O				
1 Igreja Matriz de Alto Santo ALTO SANTO	23 Capoeira	41 Museu do Ceará FORTALEZA	62 APA do Lagamar do Cauape CAUCAIA	86 Procissão
3 Igreja Matriz de São José de Ribamar AQUIRAZ	27 Maneiro Pau	42 Altar de Umbanda (Triho) FORTALEZA	68 Literatura de Cordel	90 Teatro São João SOBRAL
7 Fachadas de Azulejos ARACATI	30 Dragão do Mar	IMOPEC	71 Pastoril	95 Vaqueiro
11 Pé de Tambor FARIAS BRITO	33 Museu Histórico CRATO	53 Igreja Matriz de Santa Rosa de Lima JAGUARIBARA	76 Corredor Ecológico do Rio Pacoti	97 Bica do Ipu IPU
18 Casa do Capitão Mor SOBRAL	35 "Rezo" (Caretas) ALMOFADA	59 Grupo de Teatro de Rua "Alto-Arte" ALTO SANTO	78 Casa de Repouso São José QUIXADÁ	98 Xilogravura

Figura 17. Cartela do jogo pedagógico “Bingo Cultural do Ceará”. Acervo pessoal.



Figura 18. Jogo pedagógico “Bingo Cultural do Ceará”. Acervo pessoal.

O professor de História em formação a época – Assis Daniel Gomes, da Universidade Regional do Cariri-URCA, no ano de 2011, participou do projeto de extensão “Brincando com a História”, coordenado pelo professor Cícero Joaquim dos Santos. O projeto tinha a finalidade de aplicar nas escolas públicas e privadas do Cariri cearense os jogos pedagógicos do IMOPEC. A experiência se deu no município de Santana do Cariri com o uso do jogo “Bingo Cultural do Ceará”, segundo ele,

a interação com os alunos a partir do jogo nos permitiu observar a variabilidade de formas com os quais os alunos podiam compreender e processar os conteúdos. Cada cartela nos favorecia ir além daquela estrutura tradicional do ensino, de uma aula mais dinâmica, de trocas de experiências entre alunos e professores. As relações entre as realidades vivenciadas pelos alunos e vista nas cartelas do jogo, acabavam por esclarecer ainda mais sobre elementos simbólicos presentes na sua cidade, esclarecendo e problematizando lugares, tradições, ritos, dentre outras coisas. Na aplicação do jogo, também percebíamos que a curiosidade sobre a história dos locais e o significado dos símbolos era mais importante que vencer a competição, sendo através dessa forma lúdica que eles descobriam e ampliavam seus conhecimentos (Gomes, 2012, p. 1877).

A fala do professor Assis Daniel coaduna com a proposta dos jogos, ou seja, segue os elementos do conteúdo, da criatividade, da dinamicidade e solidariedade entre os pares. No contexto da aplicação do jogo, segundo retratado pelo professor, ficou evidente que o interesse dos alunos em compreender a história dos locais e o significado subjacente aos símbolos superou a busca pela vitória na competição. Nesse sentido, o jogo entretinha os estudantes e também enriquecia o processo educativo.

Cada jogo possuía suas próprias peças, e no caso do jogo “Descobrimo o Ceará”, as peças assumiam um formato peculiar, as quais foram criadas a partir de tampas de garrafas pet, complementadas com textos impressos em papel (Figura 19).



Figura 19. Peças do jogo pedagógico “Descobrimo o Ceará”. Acervo pessoal.

Ainda seguindo as prerrogativas de Gomes (2012, p. 1877), quando os lugares se distanciavam de suas localidades, “os facilitadores desta atividade tinham um maior grau de dificuldade na explicação dos mesmos, mas também eram os que mais provocavam a imaginação e a curiosidade das crianças”. Simone Pereira destacou em entrevista que os jogadores tinham que unir a descrição da peça do jogo ao material da cartilha. Caso os

estudantes não tivessem tido acesso ao tema, dificultava a resposta, o que não tornava a experiência inviável.

Desse modo, os jogos proporcionaram aos docentes e aos alunos refletirem sobre os desafios e dilemas enfrentados pelo Ceará ao longo do tempo.

Lembro que tinha um em que você tirava uma determinada imagem e tinha outro que era equivalente, tipo o cartão que tinha falando sobre. Aí você tinha que saber do que se tratava, você tinha que unir a imagem muitas vezes a descrição. E se você não conhecesse a história, não tinha como responder esses jogos, motivando os professores a trabalharem os temas antes de cada partida (Entrevista realizada com Simone Pereira da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 05/07/2021).

A iniciativa dos jogos tinha como objetivo fornecer ferramentas e instrumentos para os educadores, principalmente da rede pública, a fim de discutir temas históricos que não apareciam nos livros didáticos. Nessa prerrogativa, Antônio José assinalou:

Nesses encontros estaduais construímos uma proposta de jogos pedagógicos em Juazeiro, eles têm os instrumentos e tal, ali foi uma ideia, embrião, para que a gente começasse a prover os educadores, principalmente da rede pública, que normalmente não tinha muitos instrumentos, ferramentas para discutir, principalmente esses temas da história, que parece ser tão abstrato, surreais às vezes para algumas pessoas. E aí, a gente desenvolveu aqueles três jogos, as três cartilhas, eles foram desenvolvidos coletivamente por esse grupo. Claro que eles estão lá como jogos pedagógicos do IMOPEC, mas não há como você dizer que foi apenas autoria do IMOPEC (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Através desse processo colaborativo, os três jogos foram desenvolvidos. Embora tenham sido criados no âmbito do IMOPEC, o entrevistado ressaltou que a autoria não pode ser atribuída exclusivamente ao Instituto. “O IMOPEC coordenou o processo, contou com a participação desses especialistas no campo e com a criatividade das pessoas que vinham das suas práticas educativas, principalmente em sala de aula, a turma que é professor da rede pública principalmente” (Idem). O resultado foi uma produção que traz as experiências e saberes compartilhados pelo grupo, fornecendo recursos para os educadores abordarem a história de maneira mais acessível e envolvente. Nessa mesma perspectiva, Francisca Malvinier Macêdo destacou em entrevista (29/04/2021) que os jogos proporcionavam “uma forma lúdica de ensinar história, e a importância de preservar a memória, de conhecer essa história. O que eu achava lindo nos jogos é que era uma coisa lúdica, dava vontade de você ficar brincando com aquilo, de ficar fazendo aquele jogo, jogando”.

Na elaboração dos Jogos Pedagógicos, os professores tiveram a oportunidade de participar ativamente de sua criação. Essa participação permitiu que os jogos fossem

adaptados e contextualizados conforme a realidade específica de cada região, tornando-os ainda mais adequados e relevantes para o ensino. Sendo assim, Joaquim dos Santos pontuou:

Os Jogos Pedagógicos do IMOPEC são maravilhosos, incríveis e não foram contratados por uma empresa para produzir discursos sobre o Ceará, não. Foram os próprios membros do curso à distância que elaboraram, que participaram da construção, com o IMOPEC. Essa construção, essa documentação, organização de acervo e publicização, marcada por essa construção coletiva, é um grande diferencial do IMOPEC (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

Na entrevista, Joaquim dos Santos afirmou o valor dos Jogos Pedagógicos do ponto de vista de sua criação e sua distinção em relação a outros materiais produzidos sobre o Ceará. Ao contrário de discursos encomendados por empresas, os Jogos Pedagógicos foram elaborados pelos participantes do curso à distância em colaboração com o IMOPEC, como já havia sido ressaltado por Antônio José.

A elaboração coletiva e participativa na construção dos jogos é um aspecto importante que diferencia o IMOPEC. Em vez de receberem informações prontas, os membros do curso estiveram ativamente envolvidos no processo de documentar, fotografar e partilhar os materiais. Logo, os partícipes tiveram a oportunidade de contribuir através de seus conhecimentos e experiências, enriquecendo o conteúdo final dos jogos.

Por meio dos jogos do IMOPEC, a historiografia cearense foi enriquecida com novas perspectivas e narrativas. Os jogos foram pensados inicialmente para serem desenvolvidos a alunos de escolas públicas, no Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio, com faixa etária de idade a partir dos 12 anos. Entretanto, o alto custo de produção tornou inviável a continuidade da iniciativa, como ressalta Joaquim dos Santos:

A princípio, ele foi pensado para estudantes do Ensino Fundamental e Médio, era um material para ser usado nas escolas, essa era a proposta, já que sentimos falta de material didático sobre História do Ceará, Patrimônio Cultural do Ceará. Esse foi um primeiro encontro de definição de quais seriam os jogos, como eles seriam elaborados. O outro que aconteceu no ano seguinte, se eu não estou enganado, 2006, foi para testar o material que já tinha sido produzido. Os mesmos grupos, nos reunimos para avaliar o material que já tinha sido produzido, o protótipo, antes da publicação, quer dizer, eu não lembro se foi o protótipo ou se já era o material pronto. Mas acho que já era material pronto mesmo, para testar, avaliar e ver os próximos encaminhamentos, foi quando os grupos levaram os jogos para os seus municípios, para testar nas escolas, testar nas comunidades e também aplicar um questionário com as pessoas, porque primeiro foi elaborado, depois testado. Só que os jogos saíram muito caros, não foi um material barato, se você olhar, é um ótimo material, um produto caro para o IMOPEC. Depois, o IMOPEC não teve condições de produzir mais números ou ampliar, mesmo as avaliações feitas, elas não foram implementadas diretamente no material, que não foi feito mais (Idem).

Apesar das avaliações positivas e das perspectivas promissoras, o entrevistado salientou que a produção dos jogos foi dispendiosa. Embora a qualidade e o potencial educativo tenham sido reconhecidos, os recursos financeiros limitados do IMOPEC impediram uma expansão mais abrangente, não permitindo que eles fossem amplamente distribuídos e utilizados, conforme planejado originalmente. Joaquim dos Santos, continuou a fala a respeito dos impedimentos financeiros que limitava algumas ações do Instituto.

Penso que os Jogos Pedagógicos do IMOPEC alcançam uma lacuna e eles preenchem um pouco esse nosso vazio sobre um material que seja didático para um grande público e, ao mesmo tempo, que seja prazeroso, que as nossas aulas sejam com brincadeiras. Esse era o desafio quando o IMOPEC pensou os jogos, que poderiam ser, por exemplo, livros didáticos, não precisavam ser jogos sobre o Ceará. Os desafios financeiros impediram a continuidade e a expansão do projeto, destacando a necessidade de apoio e investimentos na produção de recursos educativos de qualidade (Idem).

A história dos jogos pedagógicos do IMOPEC a partir da fala de Joaquim dos Santos nos lembra dos desafios enfrentados pelos professores, quando levam recursos diferentes para a sala de aula, especialmente quando os recursos financeiros são uma barreira. Aponta ainda para a necessidade urgente de direcionarmos nossa atenção para o ambiente escolar, a fim de compreendermos a maneira como diversos fatores e forças interagem e influenciam na escola. Esta narrativa também evidenciou a necessidade contínua de valorizarmos e apoiarmos projetos que buscam tornar a aprendizagem uma experiência mais envolvente para estudantes de todas as idades. Nesse entendimento, o entrevistado Diego César ressaltou que o material dos jogos se destacava por ser pedagógico e lúdico.

Proporcionava ao aluno ter contato com a História do Ceará de uma forma lúdica, envolvendo os alunos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, facilitando o ensino e aprendizagem, e era um material que chegava pronto ao professor, era uma riqueza de material, já vinha com roteiro. O material do IMOPEC trazia o ensino com um aspecto lúdico, era muito bom para o professor aquilo dali – aquele material era para ter sido comprado a ideia pela Secretaria de Educação da época. Uma experiência fora do comum (Entrevista realizada com Diego Cesar dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 15/06/2021).

A fala do narrador corrobora com a dos outros entrevistados e das fontes consultadas que evidenciam que os jogos ampliaram as oportunidades de os alunos entrarem em contato com a História do Ceará. Diego Cesar traz a importância desse recurso educativo ter sido reconhecido pela Secretaria de Educação da época, por ser um material de qualidade, pré-estruturado e com um enfoque lúdico, o que poderia ter gerado resultados positivos tanto para os professores, ao facilitar seu trabalho, quanto para os alunos, ao tornar a aprendizagem mais envolvente e acessível.

A ideia de pensar os jogos era justamente pensar um material que alcançasse esse público estudantil e trouxesse conteúdo sobre o Ceará, sobre memória, sobre História, sobre paisagem, sobre Geografia, sobre Literatura. Os jogos, eles não falam só de história, eles trazem referências a memória, da História e do Patrimônio Cultural do Ceará, tem passagens que trazem a cena do desmatamento nas matas do Ceará, que fala da poluição dos rios no Ceará. Não é para celebrar o passado do Ceará ou para celebrar uma memória de destaque do Ceará. Talvez por isso, não tenha interessado alguns setores das políticas estaduais, porque a crítica social também está lá. Então, fala sobre os monumentos do Ceará, fala sobre a destruição do Patrimônio Arquitetônico do Ceará, fala sobre a Literatura, sobre os lugares de memória, personagens, acontecimentos, paisagens, descaso, destruição, esses elementos perpassam nos jogos (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

Assim sendo, esses jogos tinham uma abordagem multifacetada, abarcavam temas como história, memória, história, patrimônio cultural, paisagem, geografia e literatura. Para o narrador, essa postura crítica e engajada nos jogos pode ter gerado certa resistência ou desinteresse por parte de alguns setores das políticas estaduais, uma vez que as temáticas tratadas confrontavam questões sociais e problemas enfrentados pelo Estado. No entanto, essa perspectiva crítica é fundamental para uma historiografia que busca compreender e problematizar a sociedade cearense, além de estimular a reflexão sobre seu passado.

Do ponto de vista historiográfico, a introdução dessa discussão sobre os jogos do IMOPEC acentua a necessidade de se abordar a história do Ceará de maneira abrangente, relacionando-a com a memória, o patrimônio cultural e outras áreas do conhecimento. Os jogos, ao incorporarem elementos sociais e críticos, levavam a uma compreensão reflexiva da história cearense, promovendo a conscientização sobre os problemas enfrentados e estimulando o debate acerca de soluções e mudanças necessárias.

Nesse sentido, a produção e a utilização desses jogos como recurso educativo trazem à tona questões relevantes para a historiografia cearense. Isso nos leva a questionarmos: Como os jogos podem contribuir para a formação de uma consciência histórica crítica e reflexiva? Como eles podem promover a preservação do patrimônio cultural e ambiental do Ceará? Como uma abordagem multidisciplinar pode enriquecer a compreensão da história local? Ao responder a essas perguntas, a historiografia do Ceará é desafiada a repensar suas metodologias e práticas, especialmente os estudantes, no estudo e na valorização da história e cultura cearenses. Os jogos do IMOPEC representam uma importante contribuição nesse sentido, ao estimularem o pensamento crítico, a participação ativa e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse ponto de vista, Joaquim dos Santos salientou:

a ideia era oferecer material sobre o Ceará que possa ser usado de uma forma dinâmica, prazerosa, criativa, mas que tenha também uma consequência. Não é fazer o jogo para a gente brincar e pronto, mas um jogo que seja consequente, ou seja, que provoque formação de consciência. Quando você for folhear as cartilhas dos jogos, perceberá que diferentes paisagens do Ceará aparecem, diferentes episódios da História do Ceará aparecem, autores e autoras, diferentes comunidades. Por exemplo, comunidades ribeirinhas que lutam pela posse da terra ou que lutam contra a poluição e destruição dos mangues, tudo isso aparece no material. Penso que esse material, ele é muito funcional, ou seja, tem uma utilidade e ele é viável, e é muito simbólico para nós, porque ele demarca a criação da necessidade de criação de materiais alternativos para o Ceará, de materiais que lancem uma crítica social para esse Ceará e que possibilitem a formação de sujeitos com experiências prazerosas e críticas. Por isso, a relevância, a importância desse material, desses jogos, que hoje estão espalhados pelo Ceará, vários grupos possuem. Lembrando, além disso, a lógica utilizada era de que jogos fossem interdisciplinares, você pode trabalhar língua portuguesa com os textos; geografia, porque alguns jogos tem os mapas, tem um mapa do Ceará, dividido por regiões, por municípios, localizando, por exemplo, o Caldeirão da Santa Cruz, na cidade do Crato; Os indígenas Tremembés em Almolândia, a dimensão territorial e espacial do Ceará aparece junto com os episódios da História; As paisagens dessa divisão, com base nas paisagens, e os problemas sociais, junto com Literatura. Tem referência à Literatura Cearense, seja a Literatura de Cordel ou uma Literatura aprofundada, nas obras de literatura clássica, os autores como José de Alencar (Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 17/06/2021).

Neste mesmo direcionamento, “os jogos, eles têm esse caráter interdisciplinar, para trabalhar com diversas áreas - os estudos regionais, História, Língua Portuguesa, Geografia, Literatura, Estudo Sociais, enfim, existem diferentes formas de se trabalhar com os jogos, a própria Educação, no sentido amplo” (Idem). No entanto, é importante salientar que, apesar de todo potencial dos jogos, conforme foi relatado, nem sempre as políticas educacionais apoiam implementar práticas pedagógicas inovadoras e questionadoras. Isso fica evidenciado na fala de Cristina Holanda, quando pontuou que Célia Guabiraba chegou a levar a proposta dos jogos para a Secretaria de Cultura do Estado, mas a sugestão não foi aceita.

Lembro da Célia batendo na porta do secretário Alto Filho tentando o projeto dos jogos. Ele não disse não, mas quando chegou no FEC – Fundo Estadual da Cultura, eles avaliaram e quem navalhou disse “olha, isso aqui não é um projeto cultural, isso aqui é um projeto da área da educação, tem que apresentar na Secretaria de Educação, não é para Secretaria da Cultura” (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, concedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021).

A dificuldade em categorizar e enquadrar os jogos como um projeto cultural ou educacional é um indicativo das divisões institucionais, que muitas vezes são encontradas nas políticas públicas. No caso específico mencionado, a avaliação do Fundo Estadual da Cultura de que os jogos não se enquadram como um projeto cultural e que deveriam ser apresentados à Secretaria de Educação coaduna com a separação existente entre as áreas da cultura e da educação, quando na realidade ambas estão intrinsecamente ligadas.

Mesmo os jogos tendo sido pensados e elaborados para os níveis de ensino fundamental e médio, Cristina Holanda fez uso destes nas aulas de Educação Patrimonial no curso de História da Universidade Vale do Acaraú (UVA). Desse modo, esses materiais podem ser aplicados em diferentes contextos educacionais. “Usei os jogos nas minhas aulas na UVA, na disciplina de Educação Patrimonial no curso de História. Muitas vezes fui à casa da Célia pegar os jogos para usar com os meus alunos da graduação, eu diria para você que os jogos seriam muito atuais mesmo hoje” (Idem). Essa experiência reforça a ideia de que os jogos podem ser ferramentas valiosas para a construção do conhecimento histórico. A utilização deles em sala permitiu à professora Cristina Holanda explorar diferentes fontes e perspectivas históricas, certamente para uma compreensão plural e crítica do passado.

Fantástico, é impressionante como o pessoal na graduação não conhece nem a geografia do Ceará, quanto mais o patrimônio cultural. As pessoas falam de patrimônio mais hoje do que antes, mas eu diria assim, que isso não significa que elas conheçam o patrimônio cultural, elas não sabem nem identificar, elas ainda têm uma visão de patrimônio muito ainda da pedra e cal, muito distanciada da perspectiva de patrimônio integral de hoje (Idem).

O interesse crescente pelo patrimônio cultural atualmente reflete uma maior conscientização sobre a importância da preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural de uma sociedade. No entanto, conforme mencionado, essa conscientização nem sempre está relacionada a um conhecimento aprofundado sobre o assunto. Muitas vezes, as pessoas têm uma visão limitada do patrimônio cultural, associando-o apenas a monumentos históricos e construções antigas, negligenciando outras formas de expressão cultural e da memória social. Nesse sentido, a experiência prática dos jogos no ensino superior passou a ser também uma possibilidade, de maneira particular nos cursos de ciências humanas.

No primeiro semestre do ano de 2006, foi realizada a Oficina de Jogos Pedagógicos em Juazeiro do Norte, que contou com 53 professores de escolas públicas. A oficina teve como objetivos: divulgar e experimentar os instrumentos pedagógicos construídos coletivamente para o debate das questões da memória e do patrimônio cultural cearenses e oferecer, a título de empréstimo, o material da Oficina para as Escolas interessadas em repassar aos seus professores e alunos (Raízes, 2006, n. 54, p. 02). Do mesmo modo, os jogos foram experienciados em outras localidades. Trouxemos as falas dos professores escritas no boletim Raízes. José Erison Lima Pereira, do grupo de Alto Santo, escreveu sobre a aplicação na escola em que trabalhava.

Ao chegar à escola, tive a preocupação de mostrar, primeiramente, a um grupo de professores por ocasião de um planejamento mensal, até porque era necessário

envolver mais alguém no processo de aplicação dos jogos. E, de imediato, houve adesão à ideia e disposição de alguns em ajudar no trabalho. Em Alto Santo, na Escola Francisco Nonato Freire, onde os jogos já foram trabalhados em várias turmas de Ensino Fundamental e Médio, é notório o interesse dos alunos em participar da atividade, observando as imagens, fazendo as leituras do conteúdo da cartilha, identificando nesta, locais de memória do seu e de outros municípios cearenses, participando de discussões, etc. Sem dúvida, está sendo prazerosa essa experiência que torna a aula dinâmica e participativa. Certamente, esses jogos contribuirão para um maior intercâmbio cultural entre os municípios cearenses, uma vez que trabalhados na comunidade, tornam acessíveis os locais da memória que antes pareciam irrelevantes (Idem, p. 06).

Na fala do professor José Erison, destacamos vários elementos importantes relacionados à implementação dos jogos: primeiro a preocupação em envolver os professores desde o início do processo. Segundo os professores aderiram à ideia e se mostraram com disposição para participar da experiência. Terceiro, a experiência de usar jogos na educação estava sendo prazerosa, tornando as aulas mais dinâmicas e participativas. Quarto, assim como os professores, os alunos demonstraram interesse na dinâmica. E, por último, a contribuição dos jogos para um maior intercâmbio cultural entre os municípios cearenses.

O grupo de Barbalha também expressou em palavras como se deu a aplicação, Diego Cesar dos Santos comentou no boletim Raízes,

Todos sabemos as dificuldades encontradas pelos professores e alunos no dia-a-dia em sala de aula. Além dos baixos salários, a escola pública é marcada pela falta de estrutura com bibliotecas (as que existem têm acervo pequeno e defasado), os alunos têm um acesso restrito a material didático, o que força a buscar meios (xerox) para sanar, mesmo que de forma parcial, tal problema. No ensino de história e geografia a situação se agrava quando o professor trabalha em suas aulas a realidade local, contemplando a temática do patrimônio cultural. São poucas as produções didáticas que enfocam o contexto dos alunos, e as que existem, em sua maioria, não trazem de forma adequada as discussões sobre a necessidade de se conhecer e preservar o patrimônio cultural. Neste sentido, o IMOPEC oferece uma contribuição enorme ao trabalho do professor. Pois, além de suprir a carência de obras didáticas, leva ao aluno de forma simples e divertida, o conhecimento sobre o nosso patrimônio. No entanto, é preciso que trabalhemos de algum modo para que a Secretaria de Educação atente para a necessidade de se reproduzir este material. Só assim teremos o efeito desejado (Idem, pp. 06-07).

O professor Diego César, em sua fala no Raízes, trouxe diversas questões relacionadas ao ensino público, como as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, em especial aquelas ligadas à falta de estrutura e acesso limitado a material didático. Essa situação piora, segundo ele, quando os professores discutem a realidade local e a temática do patrimônio cultural nas aulas de história e geografia. Por outro lado, Diego Cesar ressaltou que o IMOPEC ofereceu uma contribuição significativa ao trabalho dos professores para suprir a falta de obras didáticas e produzir conhecimento sobre o patrimônio cultural. O trecho conclui trazendo a importância da Secretaria de Educação reconhecer a necessidade de

reproduzir o material desenvolvido pelo IMOPEC. Isso garantiria que mais alunos tivessem acesso ao jogo.

Já o Grupo REMOP de Porteiras escreveu o seguinte depoimento a respeito da experiência dos jogos.

Com jogos pedagógicos que refletem o patrimônio cultural dos cearenses, acreditamos que professores e alunos terão um importantíssimo instrumento no auxílio aos estudos regionais e locais, o que tende a facilitar a compreensão de nossa realidade, como também de nossas identidades culturais, ampliando, assim, nossos olhares. Percebemos hoje a necessidade de uma educação patrimonial. A falta de conhecimento sobre nossos bens culturais, muitas vezes leva-nos a perdas de referências culturais significativas do nosso Ceará, como é o caso da Festa dos Caretas, em Porteiras. Por sua vez, na medida em que há a construção de conhecimentos a esse respeito, acreditamos no fortalecimento dos ideais afetivos de pertencimento, valor e identidade. Pensando dessa maneira, cremos que nós, cearenses, cientes de nossa riquíssima diversidade cultural, teremos cada vez mais prazer em dizer “somos cearenses” e passaremos a valorizar e a defender de uma forma mais significativa o patrimônio cultural, fruto de nossos olhares e de nossas ações. Estamos felizes em participar da elaboração dos jogos e de sabermos que, juntos, estamos construindo um novo amanhã (Raízes, 2006, n. 54, p. 07).

O grupo discutiu no texto a importância dos jogos, tanto para professores quanto para alunos, no fortalecimento da educação patrimonial e da identidade cultural regional. Do mesmo modo, argumenta que o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural podem fortalecer os ideais afetivos de pertencimento, valor e identidade entre os cearenses.

O grupo de Juazeiro, por meio de Brígida de Sousa Bezerra, Flaith Bezerra Sales Xavier e Josefa Leonila de Sousa, deixaram o seguinte depoimento:

A participação na oficina de jogos sobre Patrimônio Cultural do Ceará, promovida pelo IMOPEC, com a finalidade de “levar às escolas, através do lúdico veio contribuir de forma relevante para o nosso crescimento profissional, possibilitando uma maior interação entre ensino e aprendizagem capaz de desenvolver a contextualização histórica do patrimônio cultural do povo cearense entre as diversas realidades de nossa gente, como também facilitar a aquisição de conhecimentos e promover a interdisciplinaridade. O estudo com a utilização dos jogos possibilitará uma maior integração entre professores e alunos na realização de um desejo comum, que é a alegria de aprender por meio de atividades significativas, além de estimular o educando a buscar informações; a fazer pesquisas; a refletir; a expor suas ideias e emoções a respeito dos lugares de memória do seu município, promovendo, assim, a construção de relações significativas entre os diversos lugares da memória do Ceará, como também ampliando sua inserção no espaço em que vive. Os jogos serão trabalhados na cidade de Juazeiro de Norte, na Escola CERE, através de oficinas que serão multiplicadas pelos professores participantes que os aplicarão em suas salas de aula. O objetivo da oficina é promover um estudo de nossa realidade estabelecendo relações entre a história de nosso Estado e a vida cotidiana do educando, construindo o conhecimento a partir de uma visão crítica dos aspectos históricos e sociais, tornando-o capaz de promover um movimento de consciência, de reflexão e ação (Idem, p. 07).

As falas das três colaboradoras focaram no âmbito profissional, destacando os jogos como uma ferramenta relevante para melhorar a qualidade do ensino, promovendo uma

maior interação entre ensino e aprendizagem. Elas apresentam os jogos como facilitadores da aquisição de conhecimentos e promotores da interdisciplinaridade, enfocando a construção de relações significativas com a memória local e o estímulo à reflexão crítica dos educandos. Além disso, elas ressaltam a importância de multiplicar o impacto das oficinas por meio dos professores participantes.

Portanto, a aplicação dos jogos em vários municípios pelos grupos indicados foi bem recebida e os professores demonstraram em suas falas o impacto positivo desse material sobre o patrimônio cultural do Ceará, promovido pelo IMOPEC.

Ainda nessa discussão de aplicação dos jogos, estes foram avaliados por 95 professores e 159 alunos, abrangendo 28 escolas em 7 municípios. A avaliação revelou resultados significativos. Segundo os dados apresentados no Raízes (2006), 96% dos participantes afirmaram que gostaram dos jogos. Isso indicou uma receptividade positiva por parte dos educadores e dos estudantes em relação ao recurso metodológico. No entanto, é importante notar que 4% dos participantes apresentaram algum grau de insatisfação. Essa parcela pôde fornecer pontos detalhados para aprimorar ainda mais os jogos e torná-los mais práticos como ferramentas de aprendizado. O IMOPEC buscou investigar as razões dessa insatisfação, que incluíam questões como dificuldade na hora da aplicação e desconhecimento de alguns elementos do jogo.

Elaboramos dois quadros para expressar as respostas dadas à avaliação, pontuando as dificuldades durante a aplicação e sugestões para melhorias (Quadros 16 e 17).

Quadro 16: Avaliação dos Jogos Pedagógicos pelos professores.

Os jogos ajudam a despertar no aluno o interesse pela cultura cearense.
Os jogos ajudam a fixar os lugares de memória.
São dinâmicos, aguçam o senso investigativo porque os alunos decidem coletivamente.
A “Trilha” foi uma festa só! Esqueceram até de mim na sala de aula! Levaram tão a sério que o jogo durou duas horas! Abriu novos horizontes para a aprendizagem. Já formamos um grupo para confeccionar um bingo com informações de Jaguaretama”.
Despertam a curiosidade e ajudam a trazer de volta a memória e a cultura do povo cearense.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023) a partir do boletim Raízes (2006).

Os professores observaram em sua avaliação que os jogos despertavam o interesse dos alunos pela cultura do Ceará, auxiliavam na fixação dos lugares de memória e eram

dinâmicos, estimulando o senso investigativo, já que os alunos tomavam decisões coletivas. Além disso, mencionaram experiências positivas, como uma partida do “Trilhas” que durou duas horas, abrindo novas perspectivas de aprendizagem. Os jogos também despertavam a curiosidade e forneciam informações para “resgatar” a memória e a cultura do povo cearense.

Além dos professores, dois estudantes responderam à avaliação, o primeiro ressaltou: “Os jogos permitiram que cada um conheça um pouco sobre a cultura cearense”. Já o outro, pontuou: “O material é nota 10! É uma maneira de auxiliar no entendimento do conteúdo”. Essas duas ponderações sublinharam como os jogos envolveram e inspiraram os alunos, por meio de uma experiência de aprendizado dinâmico que combina informação com experiência prática.

O Raízes (2006) também evidenciou que os docentes sugeriram alguns pontos com a finalidade de melhorar os jogos, a partir das dificuldades enfrentadas na aplicação destes (Quadro 17).

Quadro 17: Dificuldades e sugestões apontadas pelos docentes

Dificuldades na aplicação	Sugestões
Os alunos não tinham muito conhecimento sobre a História e a cultura cearense	Ampliar o número de lugares da memória e o acervo do patrimônio de outras regiões ou municípios.
O Bingo Cultural do Ceará exige muito tempo para a sua aplicação.	No Bingo, o aluno devia marcar apenas uma linha ou uma coluna, em cada partida.
Perguntas longas, dificultam a compreensão.	Reduzir o número de pedras para 75.
Falta de cuidado dos alunos com as peças do jogo, o que implica na necessidade de conscientização para seu manuseio.	Promover atividades de conscientização sobre a conservação dos jogos.
Dificuldade de compreensão de algumas palavras da cartilha.	Trabalhar os conteúdos antes da aplicação dos jogos.
	Chamar o bingo pelas frases e depois pelos números.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales (2023) a partir do boletim Raízes (2006).

As dificuldades apontadas pelos professores lançam luz sobre alguns elementos que precisam de melhorias significativas. Isso inclui a ausência de conhecimento prévio dos alunos em relação à História e cultura cearense, o tempo excessivamente exigido pelo

primeiro jogo, a complexidade de perguntas longas que prejudicam a compreensão dos estudantes; a necessidade de conscientização dos alunos sobre o cuidado com as peças. Essas observações enfatizaram a necessidade de melhorar a acessibilidade dos jogos, de modo a torná-los mais envolventes para os alunos.

Como sugestões, os docentes indicaram que para melhorar a experiência com os jogos, devia ser aumentando a variedade de locais e acervo; simplificar as regras do primeiro jogo permitindo que os alunos marquem uma linha ou coluna por partida; redução do número de pedras para 75 ainda do primeiro jogo; promoção de atividades de conscientização sobre a conservação dos jogos e a realização de um pré-trabalho de conteúdo antes da aplicação para melhor preparar os alunos.

Desse modo, embora os jogos tenham apresentado uma ferramenta poderosa para o ensino e a compreensão da cultura cearense, as dificuldades registradas pelos professores reforçaram a necessidade de uma revisão cuidadosa na forma como esses materiais foram estruturados e implementados. Giacomi e Silva (2021, p. 279) a respeito do uso de jogos apontaram,

Há uma conclusão primeira que evidencia o cuidado para que o jogo tenha um nível de complexidade adequado para a faixa etária. E entendemos também que, juntamente com um processo de utilização dos jogos para o ensino de História, há possibilidades (e por vezes a necessidade) de um letramento na linguagem dos jogos: jogar significa compreender um conjunto de mecânicas e compreender como se relacionar com aqueles que dividem a brincadeira conosco, tanto como colaboradores quanto como oponentes.

Para esses pesquisadores, deve-se ter cuidado para os jogos serem adequados ao nível de complexidade apropriado para a faixa etária dos jogadores. Isso significa que os jogos devem ser projetados de maneira a desafiar os jogadores relacionadamente à sua idade e nível de desenvolvimento, para garantir que sejam envolventes e educativos. Do mesmo modo, apontaram para a necessidade de um “letramento na linguagem dos jogos”, ou seja, além de usar jogos como ferramenta de ensino, é importante que os jogadores compreendam sua mecânica e saibam como interagir com outros jogadores, seja colaborando ou competindo. Dessa forma, os jogos podem proporcionar uma experiência educacional enriquecedora, ao mesmo tempo em que incentivam o desenvolvimento de habilidades sociais e a compreensão das dinâmicas específicas de cada jogo.

Os Jogos Pedagógicos do IMOPEC segundo constam no boletim Raízes foram registrados no Cartório Melo Júnior, em Fortaleza, sob o n. 295400 no dia 05 de junho de 2006. Essa ação evidenciou a seriedade da instituição em proteger seus recursos pedagógicos

e, ao mesmo tempo, proporcionar aos educadores e alunos a garantia de que esses jogos foram devidamente reconhecidos e registrados. Assim, os jogos do IMOPEC se constituíram a partir de um caminho profícuo na sala de aula, especialmente, no ensino de ciências humanas. Os resultados alcançados foram muitos e para além do ato de competir.

5.3 O enfraquecimento do grupo e o anúncio do fim

Partimos da premissa de que os movimentos sociais assessorados pelo IMOPEC desempenharam uma (re)configuração nas comunidades em que atuaram. Os sujeitos ao perceberem as situações de opressão que enfrentavam e ao se considerarem como agentes principais e construtores da história, tomaram medidas para transformar essas situações, possibilitando a construção de outros cenários, vínculos e memórias. Compreendemos tais (re)configurações como fruto da busca pelas mudanças protagonizadas por diversos agentes.

Nesse processo, visualizamos uma dimensão educativa, no que se refere à percepção da necessidade de, coletivamente, problematizando, intervindo e não apenas aceitando o que é proposto, mas percebendo que a mudança que necessitavam perpassava por esse exercício de reflexão de suas práticas, das ações e soluções que eram apresentadas. “É no contraponto das adversidades que o movimento se movimenta. Aprender e ‘desaprender’ com os seus vividos é valoroso frente à força bruta que violenta enquanto sorrir” (Propostas Alternativas, 2014, p. 05). Logo, o IMOPEC deixou a importância da necessidade de enfrentarmos as adversidades, de aprendermos com as experiências vividas e estarmos interessados a desaprender antigas concepções, a fim de resistirmos às forças opressivas e buscarmos um movimento de crescimento.

Para participar do IMOPEC, as pessoas tinham que gostar de se envolver em projetos ligados à história e a educação, ter um interesse e cuidado com os mais necessitados.

Claro que precisa gostar muito de história, para se embrenhar num trabalho desse, tem de gostar muito de educação e precisa ter muita paciência. Um longo processo, não temos a possibilidade de enfiar um chip na cabeça de uma pessoa e, a partir desse chip, as ideias se conformarem em ideias melhores, do nosso ponto de vista. Até porque, se fosse assim, não seria um processo educativo. Penso que a importância desse trabalho deixa uma contribuição enorme na preservação de determinados patrimônios, na construção de novos olhares das pessoas em relação a isso (Entrevista com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Segundo Antônio José, o processo de educar e construir conhecimento histórico não é algo que possa ser feito de forma rápida ou instantânea. Requer tempo e dedicação para

que as ideias sejam compreendidas, assimiladas e internalizadas pelas pessoas. Para ele, a educação é um processo contínuo e gradual, que exige paciência por parte dos educadores e dos aprendizes. Ao mencionar que não é possível “enfiar um chip na cabeça de uma pessoa” para que suas ideias se conformem em ideias melhores, o entrevistado está destacando a importância da reflexão crítica e do desenvolvimento do pensamento próprio. Nesse entendimento, a educação não se resume a uma simples transferência de informações, mas envolve o estímulo ao pensamento crítico, à análise e à formação de opiniões embasadas.

Ainda é possível inferirmos da fala, a contribuição significativa desse trabalho na preservação de patrimônios históricos e na formação de novas perspectivas nas pessoas. O entrevistado enfatizou que o projeto de intervenção e as ações realizadas tinham um objetivo claro de atuação voltado para a classe popular, ou seja, a experiência educativa tinha como foco principal os sujeitos populares e suas vivências.

Para nós, povo, no meu modo de ver, era a classe popular, nós tínhamos o nosso projeto de intervenção de atuação muito claro, que o sujeito das nossas ações eram os sujeitos populares e que trabalharíamos com o resgate da memória na perspectiva popular. Foi assim que fizemos na luta de Jaguaribara, no curso à distância, foi assim que fizemos nos documentários sobre o Jangurussu. Não eram lutas na perspectiva da classe dominante ou da história contada como ela é nos livros até hoje, se bem que já mudou um bocado, a proposta era exatamente de dar voz às lutas populares (Idem).

Na visão do entrevistado, o termo “povo” se refere à classe popular, composta por indivíduos marginalizados ou esquecidos nos discursos históricos. Ao citar as lutas em Jaguaribara e a produção de documentários sobre o Jangurussu, Antônio José indicou que essas iniciativas não adotaram a perspectiva da classe dominante ou a história convencionalmente contada nos livros. Em vez disso, o objetivo era “dar voz” às lutas populares, reconhecendo a importância dessas narrativas e experiências. O IMOPEC fez uma crítica à narrativa histórica tradicional, influenciada pelos interesses e visões da classe dominante. “Dar voz as lutas populares”, para ele, que dizer justiça social e combate a marginalização e a invisibilidade enfrentadas por esses grupos ao longo do tempo.

Que tipo de gente participava do IMOPEC? Que tipo de gente apoiava? De modo geral – professores universitários da área de História e Geografia, esse era o perfil, vamos dizer assim, mais predominante, e apaixonados por história. O IMOPEC foi um espaço de acolher as pessoas apaixonadas por histórias, são capazes, por exemplo, de olhar um objeto e não vê nele apenas um objeto em si, mas conseguir perceber toda a carga de significado para a vida, para história das pessoas, das comunidades, esse tipo de gente foi se aproximando, outros foram demorando mais, outros menos (Entrevista com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

O perfil predominante das pessoas que participavam do chamado núcleo duro do IMOPEC era composto por professores das áreas de História, Sociologia e Geografia. Os membros, por possuírem conhecimentos e formação nessas disciplinas, encontraram um espaço propício no Instituto para compartilhar e aprofundar seus interesses pelos temas históricos e sociais. O IMOPEC também atraiu pessoas apaixonadas por história, independentemente de sua formação acadêmica. Essas pessoas eram caracterizadas pela capacidade de olhar para um objeto e enxergar além de sua forma física, mas fazendo a devida crítica. Era esse olhar atento e sensível que permitia uma compreensão profunda da história, da memória e do patrimônio cultural cearense.

Para a manutenção das atividades do IMOPEC, ele contava com parcerias internacionais como já discutido por nós no primeiro capítulo desta tese. Entretanto, o financiamento a partir das agências cooperantes estrangeiras encerraram sua contribuição com o Instituto, o que dificultou a permanência das atividades.

Como funcionou o IMOPEC tanto tempo lá na Dom Manoel? A sede do IMOPEC sempre foi aquela parte da frente da casa da Célia e da Teresa, que é irmã dela, cedida, foi sempre cedido ao Instituto. Tínhamos duas salas na frente e uma salinha menor onde deixávamos mais as coisas da administração, era aquele espaço que a gente tinha – para a biblioteca, centro de documentação e reuniões. Nós não tínhamos condições de fazer eventos lá, por isso, para os eventos fazíamos parceria com outras organizações, nós tínhamos um telefone da época que telefone era coisa muito cara, sido cedido por um amigo nosso, que era do começo do Instituto e quando foi embora deixou o telefone dele para o Instituto. A máquina também foi doada, calculadora dessas de mesa que consegui de doação na organização onde eu trabalhava, porque recebemos doações. As coisas eram muito arrumadas dessa forma, não tinha uma estrutura/superestrutura, folha de pagamento, nunca tivemos folha de pagamento, quando o máximo que tínhamos era ajuda de custo para alguns profissionais que se dedicavam em algumas atividades – ah... vou passar o fim de semana em Jaguaribara numa oficina, está aqui uma ajuda de custo, além de transporte, alimentação, hospedagem e tivemos grana daqueles projetos que falei para realização dos encontros estaduais (Idem).

O espaço disponível, segundo narra o entrevistado, não permitia que o IMOPEC realizasse eventos próprios. O entrevistado citou que o telefone utilizado pelo Instituto foi cedido por um amigo que fazia parte dos primeiros anos do Instituto. Além disso, a máquina e a calculadora utilizadas eram doadas e a instituição recebia doações em geral. A organização nunca teve uma folha de pagamento regular para seus colaboradores. Sem o estabelecimento de redes de contato, as atividades seriam inviáveis, principalmente relacionadas às questões financeiras, pois as dificuldades eram:

enormes, não tínhamos grana para publicar, sem grana não publica. Como publica sem grana? O resto era mantido por doações nossas. Salvo engano, acho que a última anuidade estava em torno de 60 reais para cada associado, esse dinheiro não pagava ninguém. Assim, para trabalhar, pagava despesas correntes para o

funcionamento do Instituto. De certa forma, a gente era associado na Associação Brasileira de ONGs-ABONG, participávamos de assembleias e nós nos articulávamos com as ONGs aqui de Fortaleza. O IMOPEC tinha articulação com as demais organizações aqui, inclusive a gente realizava trabalhos em parceria. Esse último caderno da pesquisa, realizamos reuniões com o Instituto TERRAMAR, outra ONG que trabalha no litoral, cederam espaço para a gente se reunir, equipamento. No ESPLAR a gente realizou muita coisa em parceria com o Centro de Pesquisa Assistido, que ainda hoje atua, com sede no Benfica. O IMOPEC foi uma instituição que não tinha grana, boa vontade não faltava (Idem).

Por meio das parcerias com outras ONGs, a instituição realizou trabalhos conjuntos, buscando potencializar seus recursos e compartilhou conhecimentos e espaços físicos. Além das dificuldades financeiras, outro fator ocasionou o encerramento das atividades do Instituto, Antônio José acentuou:

a questão financeira acabou não sendo uma barreira, ela atrapalhava porque a gente ficava muito tempo às vezes sem circular as coisas, mas eu acho que faltou para nós para a gente poder seguir adiante, foi exatamente não termos conseguido despertar e formar novas lideranças, que pegassem essa questão da memória e topasse levar adiante, até porque as relações, elas passaram a ser virtuais demais nos últimos tempos para cá, e o Instituto exigiam interação mais que virtual, a gente poderia avançar com as tecnologias, mas acho que a gente precisava mesmo de se encontrar, de se ver, se perceber, trocar ideia e juntar energias (Idem).

A falta de recursos financeiros atrapalhava o fluxo de atividades e projetos do Instituto, levando a momentos em que as coisas não conseguiam avançar. No entanto, o entrevistado sugeriu que o principal obstáculo para o progresso do Instituto foi a incapacidade de despertar e formar novas lideranças comprometidas com a preservação da memória e os objetivos do IMOPEC. Essas lideranças seriam aquelas que assumiriam a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho do Instituto. Por exemplo: os participantes do curso à distância. Mencionou ainda que, nos últimos tempos, houve uma mudança para relações mais virtuais, ou seja, interações realizadas principalmente por meios digitais. No entanto, o Instituto exigia uma interação mais do que virtual, a partir da necessidade de encontros presenciais, “de se ver, se perceber, trocar ideias e reunir energias”. Essa interação e conexão pessoal eram vistas como fundamentais para o avanço e a permanência do trabalho do Instituto.

Porque não tinha mais recurso financeiro, não tinha mais financiador. Porque, com o advento do Plano Real, quando as coisas começaram a se estabilizar um pouco no Brasil, a cooperação internacional foi ficando mais escassa. Como não se conseguia novos financiadores, não conseguimos mais recursos e não se conseguia mais renovar com quem já vinha financiando, porque já vinha financiando há muito tempo. As agências de cooperação queriam diversificar também, e o mundo vai mudando. Essas coisas dos recursos ficaram difíceis. Célia também já não tinha mais o mesmo fôlego. Nós, acho que o grupo todo já não tinha mais aquela energia para ir correr atrás de um financiador, porque para conseguir novo financiador você tem que comprovar quem é você, provar pôr A mais B que o seu trabalho é bom, que tal e tal, ou então ser apresentado por alguém, ou ser recomendado, isso não estava

mais tão fácil, porque estava difícil para todo mundo (Entrevista com Francisca Malvinier Macêdo, concedida a Ana Cristina de Sales, em 29/04/2021).

Com a estabilização econômica no país, observou-se uma redução na disponibilidade da cooperação internacional, o que conseqüentemente resultou numa diminuição dos financiamentos acessíveis. A escassez de novos financiadores trouxe consigo a complexidade de garantir recursos adicionais e renovar as colaborações com aqueles que historicamente deram suporte ao Instituto. Além desse cenário, as agências de cooperação passaram a adotar uma abordagem de diversificação dos investimentos, o que agravou ainda mais o desafio de angariar fundos.

À medida que o tempo avançava, a energia do grupo, incluindo a própria fundadora do Instituto, Célia Guabiraba, foi gradativamente se atenuando, influenciada também pelo fator da idade. Esse declínio energético dificultou a capacidade do grupo de empreender uma busca ativa por novos financiadores, uma tarefa que exigia a habilidade de demonstrar a excelência do trabalho executado, apresentação de evidências concretas de sua eficácia e, frequentemente, depender de recomendações ou limitações para estabelecer novas conexões financeiras. Diante de um contexto desafiador como esse, a capacidade de manter e atrair financiamento para uma instituição requer não apenas a qualidade do trabalho, mas também uma estratégia bem elaborada para se destacar em um ambiente competitivo e em constante evolução no campo de captação de recursos.

Cristina Holanda era uma das pessoas que ficava imbuída de análise dos editais. Para ela, tiveram várias possibilidades para pensar o anúncio do não mais financiamento das cooperantes estrangeiras.

São várias vertentes, se pode pensar quando a solidariedade socialista parou de investir no IMOPEC, foi financiador por muito tempo e você imagina está fazendo as coisas dependendo de ir atrás de edital, o qual é uma coisa pontual, coisa de alguns meses, a previsão de um edital, mas robusto é um ano e olhe lá. A solidariedade socialista resolve redirecionar os seus investimentos e diz “olha, desculpa, mas em memória eu não vou mais investir, é muito legal o trabalho de vocês, adoramos e queremos que vocês continuem conosco, mas a gente quer que vocês administrem os projetos de segurança alimentar”. Essa era uma razão forte, querendo ou não, era um trabalho muito missionário. Imagina se toda instituição, toda ONG tem esse trabalho missionário, não tem, tem escopo de ONG de todo jeito, que não foi o caso do IMOPEC, elas sempre foram muito certinhas, pessoas de convicções firmes, convicções políticas firmes (Entrevista com Cristina Rodrigues Holanda, concedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021).

A situação descrita por Cristina Holanda, refletiu uma realidade comum enfrentada por muitas organizações e instituições que dependiam de financiamento externo, especialmente aquelas que operavam na área social e cultural. A transição de um modelo de

financiamento contínuo para a dependência de editais passou a ser uma situação complexa e desafiadora. Embora o apoio à Solidariedade Socialista fosse uma fonte estável de recursos, a busca por editais passou a ser mais incerta e competitiva. Como disse a entrevistada, os editais são processos pontuais, muitas vezes com cronogramas limitados e a obtenção de recursos por meio deles pode levar meses ou até mais de um ano.

A mudança na orientação dos investimentos por parte da Solidariedade Socialista, redirecionando o foco de apoio do IMOPEC para projetos de segurança alimentar, ilustrou como as prioridades das organizações financiadas podem mudar ao longo do tempo. Essa decisão é baseada em uma variedade de fatores, incluindo mudanças nas situações políticas, sociais ou econômicas, do mesmo modo, na reavaliação das áreas de maior impacto ou necessidade. A menção ao trabalho “missionário” realizado pelo Instituto traz uma instituição que se dizia fiel aos seus objetivos iniciais, impulsionados por valores profundamente enraizados, o que refletia as convicções e prioridades de seus fundadores e membros. Nesse sentido, a captação de recursos é uma habilidade essencial para garantir a sustentabilidade das organizações, mas também requer flexibilidade, inovação e capacidade de alinhar os objetivos da instituição com as prioridades dos financiadores disponíveis.

O IMOPEC passou a depender da política de editais, ou seja, de instrumentos formais lançados por organizações governamentais, não governamentais e instituições filantrópicas, com o objetivo de oferecer financiamento para projetos específicos que se encaixem nos critérios previstos. Os editais de financiamento foram/são uma das principais formas de acesso a recursos para diversas iniciativas, abrangendo áreas como cultura, educação, pesquisa, desenvolvimento social, tecnologia, meio ambiente, entre outras. A captação de recursos por meio de editais envolve diversas etapas e requer estratégias para conseguir o recurso. O primeiro passo é a identificação dos editais disponíveis que se alinham com o escopo e os objetivos do projeto que se pretende financiar. Cabe ao grupo analisar as diretrizes, requisitos e critérios de avaliação de cada edital para garantir que a iniciativa seja possível. Segundo, é a elaboração de um projeto detalhado, que descreve de forma clara e objetiva o propósito do projeto, seus objetivos, metodologia, cronograma, equipe envolvida, impacto esperado e orçamento. Cada edital pode ter seus próprios critérios de formato e conteúdo. E por último, é fundamental apresentar um orçamento bem estruturado que inclui todos os custos associados ao projeto, a saber: despesas operacionais, recursos humanos, materiais, logística e outros gastos.

Desse modo, seguindo o que apontaram os entrevistados, o problema financeiro, o angariar recursos por meio de editais e a falta de pessoas engajadas para darem continuidade

aos objetivos propostos pelo IMOPEC, foi o que motivou o anúncio do fim das atividades em 30 de setembro de 2015. A decisão de fechamento do Instituto foi tomada por unanimidade pelos membros presentes na assembleia de encerramento, conforme registrado na Ata de extinção, ao qual transcrevemos na íntegra.

Ata de dissolução do Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC. No dia 30 de setembro de 2015, às 17 horas, reuniram-se na sede social do Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC, situado na Avenida Dom Manuel, 1197, Fortaleza – Ceará os associados da entidade representando a maioria de direito a voto, e quites com suas obrigações, conforme carta convocatória para esta finalidade, para deliberarem a respeito da extinção das atividades da associação, assumindo a presidência dos trabalhos a senhora Francisca Malvinier Macedo, sendo secretariada por mim, Nádja Maria de Moraes Soares, deu-se início da Assembleia-geral, constatando quórum legal e necessário de mais de 50% dos associados quites e com direito a voto, conforme determina o artigo 16, parágrafo único dos Estatutos Sociais. A Sra. Presidente deu uma breve, mas detalhada explicação a respeito da situação atual da associação, tanto na parte estrutural como financeira, que está absolutamente inviável devido as baixas contribuições dos associados e à existência constante de fundos para a realização das ações previstas em seus objetivos. Por decisão unânime, foi deliberada a extinção da associação, que não dispõe de bens remanescentes. Assim, por nada mais deve ser tratado, a Sra. Presidente deu por encerrada a assembleia, sendo a ata devidamente lavrada no livro próprio, sendo colhidas as assinaturas de todos os presentes.
Fortaleza, 30 de setembro de 2015 (Ata de extinção do Imopec, 30/09/2015).

A Ata de dissolução registrou a conclusão de uma jornada. A decisão, tomada por unanimidade pelos sócios presentes na assembleia, refletiu a realidade complexa enfrentada pela IMOPEC naquele momento. Entretanto, o encerramento das atividades não diminuiu o impacto positivo que a instituição teve em sua trajetória. Ao contrário, ressaltou a importância de considerar os desafios que muitas organizações enfrentam, da mesma maneira a necessidade de se construir modelos de funcionamento que garantam a realização contínua de objetivos e metas. Embora o encerramento do Instituto tenha representado o fim de uma época, também abriu portas para reflexão sobre o impacto e a experiência educativa que a instituição proporcionou ao longo de sua existência.

Foi uma decisão unânime. Não havia mais condição, sem financiamento, pouco material humano para o trabalho diário, sem estrutura, pois também não tínhamos sede, o local era cedido, pela própria Célia e sua irmã. Todos os pontos citados, eram fundamentais para que o IMOPEC seguisse. Boas ideias, sempre tivemos, a dificuldade era aplicá-las, sem pessoal, sem espaço /estrutura, sem financiamento (Entrevista realizada com Nádja Maria de Moraes Soares, concedida a Ana Cristina de Sales, em 06/05/2021).

No início dos anos 2000, um cenário de transformações significativas se desenvolveu em toda a América Latina. O período foi marcado pelo avanço da

redemocratização dos Estados nacionais após décadas de regimes autoritários e ditatoriais. Esse processo de redemocratização representou uma etapa crucial na história dos países latinos, caracterizada por luta e pela consolidação dos direitos civis, políticos e sociais que foram historicamente restringidos em muitos países (Ferraz, 2019, p. 02). A década de 2000 no Brasil, com a eleição do PT em 2002 e 2006, com um raio de aliança que abarcou os setores de direita e centro-esquerda, mesmo mantendo o projeto neoliberal intocável, deu um caráter mais social à coisa pública e tratou a questão social de outro modo, repercutindo positivamente na vida das classes mais empobrecidas. Em consequência disso, o IMOPEC apontou que essas mudanças levaram os movimentos sociais a uma acomodação nunca vista na história do país (Propostas Alternativas, 2010).

Por outro lado, os movimentos sociais cumpriram um papel decisivo ao denunciar a invisibilidade social e as profundas desigualdades enfrentadas por grupos historicamente marginalizados e sub-representados na sociedade. Durante o processo de redemocratização e a busca pela consolidação dos direitos civis, políticos e sociais na América Latina, uma série de movimentos ganharam destaque, focando na visibilidade e na justiça para comunidades frequentemente negligenciadas. Entre esses grupos, destacam-se as mulheres, a comunidade LGBTQIA+, os afrodescendentes, os quilombolas e os povos indígenas.

Esses movimentos sociais, cada um à sua maneira, lançando luz sobre as disparidades profundas e promovendo um diálogo sobre igualdade, diversidade e inclusão, são exemplos marcantes da força transformadora da mobilização coletiva na luta pela justiça social, direitos humanos e equidade. Suas demandas e ações contribuíram para mudanças legislativas, culturais e sociais importantes na América Latina e em todo o mundo.

Gonh (2013) empregou o termo “política de identidade” para descrever esse momento em que os movimentos sociais reivindicaram seus direitos e a visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Mediante uma série de lutas persistentes e incansáveis, esses movimentos alcançaram conquistas significativas, incluindo a implementação de programas públicos e a criação de conselhos e secretarias dedicadas a atender às necessidades específicas destes, nas políticas de saúde, educação e assistência social.

Várias mudanças ocorreram nas práticas, na organização e nas lutas dos movimentos sociais que antes seguiram princípios ou referências das décadas de 1970 e 1980. Essas mudanças decorrem dos novos papéis e das novas relações entre o Estado e a sociedade. O IMOPEC apresentou oito pontos na Revista Propostas Alternativas (2010) que recebeu maior ênfase nessa conjuntura.

Quadro 18: Fatores de mudança nos movimentos sociais.

01	A queda de referenciais que orientaram as lutas sociais na década de 80 (o socialismo, as grandes mobilizações sociais – greves, ocupações, passeatas, atos públicos, etc.), as políticas neoliberais gerando desemprego, aumento da pobreza e muita violência urbana e rural, desmobilizam os movimentos sociais e quebram sua capacidade de luta, fazendo crescer o desinteresse pela transformação social e o espírito apaixonado que marcou as lutas e a defesa das bandeiras sociais dos anos 70 e 80.
02	A troca da utopia, dos desejos, pelo “realismo político” é um fato que caracteriza a nova conjuntura dos movimentos sociais, que se fragmentam em seus interesses e bandeiras, espalhando o sentimento de que as mudanças ou os processos sociais só apresentam resultados quando assumidos, sendo orientados por uma racionalidade instrumental e pela necessidade imediata; há, portanto, uma mudança nos objetivos e nas pautas dos próprios movimentos, que trocam os projetos estratégicos por conquistas imediatas de direitos, tomados de forma quase sempre específica.
03	Novos atores políticos e sociais; as ONGs despontam como atores políticos e sociais, assumindo a mediação entre o estado e a sociedade, ficando os movimentos em segundo plano, desestruturados do ponto de vista político-organizativo.
04	A troca de protagonismo popular pela representação político institucional é uma prática cada vez mais exigente no contexto das relações entre o estado neoliberal e a sociedade, prática essa que passa a ser normatizada e controlada pelo próprio estado, através da criação de um marco legal para as ONGs e Organizações de Interesse Social.
05	O desaparecimento das mobilizações e greves torna-se cada vez mais comum e estas formas de luta são consideradas ultrapassadas no contexto neoliberal, produzindo retração e acomodação nos movimentos, que passam a buscar o espaço institucional como caminho para travar suas reivindicações e propostas. Nesse sentido, muitos movimentos passam a ocupar os espaços de discussão, elaboração e fiscalização das políticas, programas e projetos, assumindo uma postura propositiva na sociedade, evidenciando que a relação com o estado passa de uma relação de confronto e conflito para uma relação de parceria e cooperação, embora pautada na crítica ao projeto liberal e na luta pela defesa de direitos.
06	Muitas lideranças passaram a ocupar cargos no poder público, influenciando a dinâmica dos movimentos e provocando um certo esvaziamento nos mesmos.
07	Novas formas de atuação se destacam e ganham força; redes, fóruns, agendas amplas;

	novos aliados e/ou competidores aparecem na luta pela conquista dos direitos.
08	O aparecimento de novos movimentos, ligados a temáticas e demandas específicas: ecologia, gênero, etnia, raça, dentre outros.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales a partir das informações presentes na Revista Propostas Alternativas, 2010.

O Instituto abordou várias mudanças nas dinâmicas dos movimentos sociais ao longo do tempo, dentre elas: as políticas neoliberais levaram ao desinteresse e à desmobilização devido ao desemprego, pobreza e violência, resultando na perda do espírito de transformação social. Nessa direção, os movimentos passaram a buscar conquistas imediatas de direitos em vez de projetos estratégicos, priorizando a racionalidade instrumental e necessidades imediatas. Com isso, as ONGs se tornaram mediadoras entre o Estado e a sociedade, relegando os movimentos sociais para um papel secundário e desestruturando-os politicamente.

As formas de luta como aquela utilizada pelo IMOPEC tidas como referência a década 80 são consideradas ultrapassadas no contexto neoliberal. Além disso, muitas lideranças passaram a ocupar cargos no governo, afetando a dinâmica dos movimentos e causando esvaziamento. Com toda essa dinâmica surgem novos movimentos e demandas, voltados a questões específicas, como ecologia, gênero, etnia e raça. Esses fatores, conforme identificados pelo Instituto, desembocaram para a falta de continuidade das atividades da instituição, refletindo uma mudança de ânimo na relação com os movimentos sociais que marcaram as décadas de 1970 e 1980.

Por outro lado, alguns fatos e situações, indicam que permanecem as formas de organização e a luta dos movimentos sociais, tomando-se como referência a década de 80. É bem verdade que cada momento histórico apresenta suas questões e desafios, exigindo dos movimentos sociais e da sociedade posicionamentos diferentes. Apesar de a conjuntura ser outra, alguns fatos e situações demarcaram o que permanece na trajetória e luta dos movimentos sociais (Quadro 19).

Quadro 19. Fatores de permanência nas lutas sociais.

01	A permanência e aumento da crise (interna) dos movimentos sociais: a crise dos movimentos sociais no final dos anos 80 se acirrou nos 90 e 2000, crise essa decorrente de problemas que os mesmos já carregavam em seu bojo vinculada ao processo contínuo de crescimento, contradições e transformações. Os
----	--

	principais fatores apontados para a crise são: a revoada das assessorias, falta de autonomia, institucionalização das práticas e dos processos de luta, baixo financiamento por parte da cooperação internacional, cooptação do movimento por órgãos governamentais, induzindo as lideranças à defesa de interesses imediatos e conseqüente abandono das lutas anteriores pela conquista da cidadania.
02	A busca de construção de novas estratégias de atuação: apesar da crise e da desmobilização, os movimentos sociais vêm buscando construir outras formas de atuação, uma vez que a atuação original não responde aos desafios e demandas apresentadas nas décadas de 90 e 2000. Essa busca constante por renovação e novas atualizações, em conformidade de se darem dentro do contexto imposto pelo neoliberalismo, revela que os movimentos têm capacidade de repensar seus direcionamentos e suas práticas, buscando compreender as especificidades do contexto sócio-político mais recente e encontrar caminhos de retomada das lutas sociais e do projeto de transformação social.
03	Capacidade de criar novas pautas e agendas: permanece também a capacidade de construir novas agendas, pautas e novos direitos, processo que pode ser constatado pela luta dos novos movimentos sociais, que hoje trabalham questões de gênero, etnia, raça, geração, ecologia, etc., e têm procurado construir e monitorar políticas públicas. Essa mesma capacidade pode ser vista na luta – institucional – dos movimentos para interferir nas administrações públicas, buscando democratizar a gestão pública e redirecioná-las para os interesses coletivos e sociais, o que não tem sido fácil dada a sua própria dinâmica e seu controle pelos grupos políticos e econômicos dominantes.

Quadro elaborado por Ana Cristina de Sales a partir das informações presentes na Revista Propostas Alternativas, 2010.

Pelo que foi posto pelo IMOPEC no periódico, os movimentos sociais passam por uma crise contínua desde os anos 80, agravada nas décadas de 90 e 2000. Esta crise envolveu a perda de autonomia, a institucionalização das práticas e o abandono das lutas originais em favor de interesses imediatos, sob influência governamental. No entanto, os movimentos sociais apresentaram novas estratégias de atuação ao contexto neoliberal. Eles ajudaram a criar agendas e direitos, explorando questões de gênero, etnia, raça e ecologia, enquanto também se envolviam na luta institucional para democratizar a gestão pública em prol do bem

coletivo, apesar dos desafios impostos por grupos políticos e econômicos dominantes. Esses esforços assinalam a importância contínua dos movimentos sociais como agentes de mudança e a sua capacidade de se reinventar para enfrentar os desafios contemporâneos.

Mesmo com o encerramento das atividades em 2015, o Instituto permanece presente nas lembranças e ações das pessoas que fizeram parte ou que o IMOPEC tenha cruzado, através de cursos ou parcerias. Sobre a presença constante do IMOPEC, Antônio José acentuou:

Com certeza, ele continua, continua na ação de cada pessoa que pesquisa isso, que resgata uma luta e tenta entender por que o povo reagiu daquela forma, aquele momento de opressão, sobretudo, porque o que está em jogo e não abro mão dessa perspectiva é que o que está em jogo são as lutas populares. Qual é o registro que a gente faz delas e qual é o resgate que a gente faz delas para alimentar novas formas de organização? Claro que hoje moldadas pela internet, pelas relações mais virtuais, mas sobretudo isso, acho que em qualquer lugar desse Estado que ocorra organização comunitária, organização popular numa perspectiva de melhorar a vida da população local, eu acho que a ideia do IMOPEC, o espírito do IMOPEC estará presente, seja nos movimentos culturais, seja nos movimentos ambientais, nos movimentos políticos locais, tem tanta coisa que pode ser pesquisado, pode ser estudada toda essa efervescência cultural, por exemplo, lutas antigas que podem nos alimentar hoje é uma saída, até mesmo as disputas propostas por alguns grupos (Entrevista com Antônio José Cunha da Silva, concedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Antônio José, acredita que o Instituto permanece, não do ponto de vista formal, mas na dimensão simbólica, nas publicações, na força das ações individuais dos membros do curso à distância, na memória do povo de Jaguaribara e tantas comunidades assistidas, na Casa da Memória de Porteiras através da Biblioteca Célia Guabiraba, nas pesquisas como a nossa e nas outras que serão desenvolvidas a partir da instituição.

Mesmo a dinâmica das lutas sociais sendo reconfigurada, na maioria, pelo ambiente digital e pelas relações virtuais, a essência do IMOPEC, a sua filosofia, se fazem presente. Este espírito pode ser encontrado em qualquer local deste Estado onde haja esforços de organização comunitária e movimentos populares voltados para a melhoria da qualidade de vida da população local. Nesse sentido, reconhecemos que o IMOPEC continua vivo e pulsante em sua capacidade de inspirar e alimentar movimentos de transformação, moldando o presente e o futuro das lutas sociais e da organização comunitária em nosso Estado. A entrevistada Francisca Malvinier Macêdo, a respeito dessa questão, falou sobre a representatividade do IMOPEC.

O principal legado – é, em primeiro lugar, a defesa da Democracia e dos direitos, uma coisa está ligada a outra, a luta pela inclusão social. Quando se trabalha sobre

povos indígenas, a questão dos povos de religião de matriz africana, comunidades de pescadores, comunidades periféricas. A integração social, a partir da necessidade que esse país tão injusto com sua população, se precisa trabalhar a inclusão social. Não se tem uma nação digna se ela não trata de forma justa todos os seus habitantes, quer sejam nativos ou que tenham vindo de outros países. Precisamos ser uma nação justa antes de mais nada, e o IMOPEC brigou muito por isso. Essa era uma questão de fundo, outra coisa – a luta contra as destruições promovidas pelo capitalismo, porque o capitalismo ele vai só olhando para frente e lá na frente tem um cifrão em dólar. O capitalismo vai atrás desse lucro, desses royalties, dessas commodities, então, isso é uma coisa que o IMOPEC também pautou. Os danos causados pelo capitalismo com suas megas obras, com o descaso com o meio ambiente, descaso com as populações que estão nas comunidades. A luta por uma sociedade justa - é um legado do IMOPEC. Outra coisa – a importância de se preservar a memória para saber quem fomos, quem somos e quem seremos. A preservação da história do lugar onde a gente nasceu (Entrevista com Francisca Malvinier Macêdo, concedida a Ana Cristina de Sales, em 29/04/2021).

Malvinier Macêdo foi a última presidenta do IMOPEC e, segundo ela, a representatividade do IMOPEC transita por diversas searas, podendo ser incluído a busca por uma sociedade justa e inclusiva, a preservação da memória como uma ferramenta necessária para compreender nossa história, nossa identidade atual e o que almejamos ser no futuro. Além disso, a preservação da história local e das raízes culturais para manter viva a conexão entre as gerações e garantir que as lições do passado orientem nossos passos no presente e no futuro. O Instituto ainda chamou atenção para os danos causados pelo capitalismo, seja por meio de megaprojetos de infraestrutura, seja pelo desrespeito ao meio ambiente e às comunidades locais. Portanto, o IMOPEC ao longo de sua existência desafiou e questionou as estruturas que perpetuam a injustiça, reforçando a necessidade premente de um compromisso com as causas dos menos favorecidos.

Contudo, caso o Instituto tivesse continuado do ponto de vista formal, algumas adaptações deveriam ter sido realizadas no tocante às tecnologias digitais, como sublinhou Malvinier Macêdo.

Hoje, o IMOPEC teria um papel de aperfeiçoar cada vez mais a importância da luta democrática, da luta por direitos tão violados, da preservação da memória. Se o IMOPEC não tivesse encerrado suas atividades, ele teria feito adaptações para continuar a busca por seus objetivos. Para sobreviver, o IMOPEC teria que ter na equipe pessoas da área de comunicação para fazer essa parte das redes sociais. Quanto às Fake News, decerto ficaria atento. Fazer checagem de fontes, dados diversos. E a equipe do IMOPEC, até onde ele atuou, tinha rigor na mensagem a ser transmitida. O IMOPEC ia ter que ter um jornalista para produzir material para essas plataformas virtuais, para essas redes virtuais, ia ter que se adaptar (Idem).

Seguindo o que disse a entrevistada, na era das Fake News o Instituto traria grandes contribuições por meio de uma equipe dedicada à verificação de fatos e à análise

crítica de informações para bem informar o público leitor. Continuando seu compromisso na promoção da justiça social, dos direitos humanos e da preservação da memória, tudo isso, com adaptações importantes. Assim, o IMOPEC se manteria relevante no enfrentamento aos desafios da era digital.

Para concluirmos a discussão sobre a continuidade e a presença do IMOPEC, Cícero Joaquim dos Santos trouxe uma série de ponderações extremamente valiosas para o entendimento da situação.

O IMOPEC fechou entre 2015 e 2016, enquanto instituição, posso falar de dois modos, no que diz respeito à minha relação e a relação que o vejo num sentido amplo, como um todo, como sociedade. No que diz respeito a mim, o IMOPEC se faz presente na minha personalidade, no meu modo de ser, no modo de atuação como profissional, como professor, como pesquisador, como militante LGBT, porque atualmente eu me coloco nesse lugar, embora não fosse algo construído no IMOPEC. O IMOPEC não lidava com essas questões, mas a consciência crítica lançada e essa reflexão que faço sobre sujeitos e a atuação social sobre posicionamento político vem muito do IMOPEC. Então, as lutas que travo hoje, as bandeiras que levanto hoje, vêm dessa formação de consciência. Assim, o IMOPEC se faz presente no meu corpo, no meu modo de ser, no meu modo de lidar com o mundo, nas minhas relações, na minha escrita, aprendi muito a escrever academicamente com o IMOPEC, porque os nossos textos eram corrigidos, eles pediam para gente ampliar, para gente mudar, para cortar, para fazer aquilo. O IMOPEC está na minha casa, tem um cantinho do IMOPEC, nos livros, nas publicações, o IMOPEC se faz presente na historiografia do Ceará, não enquanto objeto, mas tudo que o IMOPEC publicou sobre, e nesse caso, o IMOPEC é um dos principais materiais sobre Porteiras, ao ser o canal de divulgação, esse livro (levanta o livro “Passado Alumiado”, de sua autoria), ele nasceu nessa trajetória com o IMOPEC, não foi em outra. Por isso, eu fiz questão de que a Célia Guabiraba escrevesse a apresentação dele. Então, faz-se presente na História de Porteiras, na comunidade de Porteiras, do que presenciei, do que acompanhei, a Casa da Memória continua e o IMOPEC está lá, faz parte das mídias digitais, na nossa memória afetiva, da nossa memória crítica, faz parte do meu posicionamento ético também. Do ponto de vista da sociedade como um todo, eu acho que o IMOPEC está na memória de Jaguaribara, na memória da população de Jaguaribara, na memória dos indígenas Tremembé de Almofala, na memória das comunidades ribeirinhas alcançadas, na trajetória da Irmã Bernadete que você entrevistou, na trajetória de vida de pessoas, intelectuais, de artistas, de músicos. Se faz presente nessa produção de um material inédito sobre o Ceará, em uma produção que não nasceu a partir de um projeto na Universidade, mas que nasceu com base nos movimentos. O IMOPEC se faz presente nos movimentos, acho que o IMOPEC está presente nesse corpo simbólico do Ceará, sobretudo, desse Ceará que por muito tempo foi silenciado, foi marginalizado, desse Ceará das lutas sociais, desse Ceará que requer valorização do Patrimônio, nesse Ceará que requer justiça social. O IMOPEC se faz presente nas Casas da Memória, mas não só nas Casas de Memória, muitos dos jovens, por exemplo, que vivenciaram a experiência na Casa da Memória de Jaguaribara trilharam seus caminhos na docência, nas artes, em outras áreas. O IMOPEC marcou um tempo na vida dessas pessoas e na própria história de vida do Ceará. Bem como, nessa história escrita disso que foi produzido sobre o Ceará. O IMOPEC possibilitou que Rufina ganhasse o mundo, que Rufina nascesse para a historiografia, a partir dele que despertei o meu olhar para pensar na Cruz da Rufina como objeto de estudo. Penso que o IMOPEC está hoje presente em muitos aspectos da nossa vida social, da nossa vida cultural, da nossa vida intelectual, das lutas e bandeiras que travamos, porque é aquela coisa, a experiência não dura para sempre, acaba

(Entrevista realizada com Cícero Joaquim dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, 17/06/2021).

Cícero Joaquim compartilhou sua perspectiva pessoal e uma visão geral em relação ao IMOPEC. Ele enfatizou como a instituição influenciou sua identidade e ação como profissional, professor, pesquisador e militante LGBTQIA+. O Instituto ainda deixou sua marca em sua escrita acadêmica, através da orientação rigorosa dos textos produzidos. Para a comunidade de modo geral, segundo o entrevistado, a influência do IMOPEC também se estende às comunidades atendidas, aos jovens que passaram por ele, exercendo um papel importante na valorização do patrimônio, nas lutas sociais e na busca pela justiça social no Ceará. Além disso, deixou uma produção de material inédito sobre o Ceará, que não se originou de projetos acadêmicos, mas sim de movimentos sociais.

Assim, o Instituto é uma lembrança constante de que, mesmo quando as organizações formais encerram suas atividades, seus impactos continuam a ecoar nas vidas daqueles que foram tocados por sua missão e nos esforços contínuos para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Desse modo, “embora acabe do ponto de vista institucional, formal, mas o fruto disso está aí, está em mim, está na Cristina Holanda, no Diego, nas pessoas, na Casa de Memória, nas publicações, nos jogos. O IMOPEC está no mundo, está no Ceará, está em nós, isso é o mais importante” (Idem). Portanto, o IMOPEC não se extinguiu, se transformou, integrando-se à memória coletiva e ao tecido social da história do Ceará.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que nos aproximamos do encerramento da escrita desta tese, fica evidente que ainda há muito a ser analisado e estudado sobre o Instituto da Memória do Povo Cearense e sua importância enquanto instituição e força de resistência diante das condições adversas, tanto em relação à mobilização social, quanto à preservação da memória e trajetórias sociais. Ao longo do processo de atuação o IMOPEC produziu uma grande diversidade de materiais, os quais tivemos acesso. Contudo, durante nossa jornada de pesquisa, fizemos escolhas ao selecionar os títulos que melhor abordam nossa problemática de pesquisa. Em outras palavras, nossa análise se concentrou em uma pequena parcela do vasto conteúdo produzido e documentado pelo Instituto.

O IMOPEC, atuou no Estado do Ceará durante 27 anos, constituindo redes de contato e de apoio aos diversos movimentos sociais. Elos que se fizeram em consonância a lutas políticas ligadas aos trabalhadores em associações de moradores, centros de assessoria e de documentação, dentre outros.

Pelo que pudemos analisar no material de pesquisa, o Instituto se envolveu em várias frentes de luta com o objetivo de fortalecer politicamente os movimentos sociais, compartilhando o desejo de um projeto social no qual o povo pudesse fazer parte do processo, tendo como consequência a busca por direitos, estruturas e modos de representação, a transformação das condições de vida impostas e a reivindicação do direito à história e à memória.

Partimos da concepção de que as causas defendidas pelo IMOPEC, fazem parte do forte engajamento de seus membros nas lutas desde os anos 70-80 do século passado, em especial Célia Guabiraba e sua irmã Fátima, ao qual legaram à sociedade cearense a importância da constituição de uma sociedade democrática. Nesse sentido, uma parte do grupo já vinha lutando, mesmo antes da institucionalização do IMOPEC, através de enfrentamentos que dizem respeito aos desafios apresentados pela globalização econômica e pelo modelo neoliberal, os quais ocasionaram e ocasionam questões urgentes, como o desemprego e a exclusão social. Assim, a luta do Instituto incorporou os princípios dos movimentos sociais dessas duas décadas, os quais promoveram a organização das pessoas e as colocaram como as protagonistas desse processo, que se caracterizou simultaneamente como uma resistência à ordem neoliberal imposta, além de ser uma instituição de ordem democrática fundamentada no reconhecimento dos direitos de cidadania.

O Instituto foi elaborando um projeto social com amplas expectativas de intervenção na sociedade cearense. Percebemos, ao longo da investigação e escrita da tese, que o IMOPEC teve alguns momentos que marcaram o seu percurso. Destacaram-se aqueles aqui trabalhados. A primeira grande causa foi a luta contra a construção da barragem do Castanhão, no início das atividades do Instituto. Essa causa exigiu um grande esforço por parte do IMOPEC, envolvendo discussão teórica e trabalho prático através de palestras, seminários e inúmeras reuniões em Jaguaribara e em outros locais dentro e fora do Estado do Ceará. Isso também resultou na produção de documentários e na realização de oficinas, enfim, um modo de organização que rendeu e frutificou. Um dos principais frutos, foram as Casas da Memória de Jaguaribara (1998), e, posteriormente, em Jaguaretama (2005) e Porteiras (2007), experiências analisadas no capítulo três (quarto tópico da tese).

Em relação ao segundo grupo de trabalho, destacamos o material impresso produzido pelo Instituto, que engloba folders, 64 boletins (Raízes), 17 revistas (Propostas Alternativas), livros e catálogos. Esses materiais trataram dos significados da movimentação e organização do grupo, que representou um trabalho sólido em prol dos diversos sujeitos sociais. Eles se configuraram como fontes importantes de informação, aprendizagem e conhecimento político, como nos diz Eder Sader (1988) quando trata dos novos personagens entrando em cena. Além do material, indicamos o terceiro grupo de atividades, o qual foi o Centro de Documentação Patativa do Assaré. O CEDOC funcionava como biblioteca e arquivo. Guardava o próprio material que produzia, mas também aqueles que se dedicavam aos movimentos sociais. Os livros que compunham o acervo se destinavam principalmente aos temas das ciências humanas, tendo em vista que a maioria dos livros foram doados pela fundadora do IMOPEC e a mesma tinha formação em História.

O quarto grupo de atividades tratadas por nós, foi o curso de formação à distância, que na primeira versão se destinou à região do Vale do Jaguaribe em 1999, e na segunda, em 2001, ao Estado como um todo. A segunda versão atendeu 215 grupos espalhados na capital e interior do Ceará. O Instituto reunia os grupos nos Encontros Estaduais que aconteciam uma vez ao ano em Fortaleza. Os encontros tinham uma metodologia baseada no aprofundamento das realidades dos cursistas com o conhecimento teórico dos temas aprofundados. A memória e o patrimônio cultural foram os que mais apareceram, devido à problemática da qual o curso tratava.

O quinto e último grupo de atividades, enumerados por nós, são os Jogos Pedagógicos, uma proposta de ensino interdisciplinar que propõe aos professores e alunos aprenderem sobre o Ceará e suas populações, de modo lúdico e contextualizado. O material

pedagógico se deu a partir dos grupos do curso à distância, principalmente aqueles que eram professores e sentiam a necessidade de materiais sobre a história do Ceará. O material elaborado em 2005 e 2006 rendeu três jogos: “Bingo Cultural do Ceará”, “Descobrimo o Ceará” e Trilhas da Cultura Cearense”.

Essas lutas foram significativas, em razão de que, modificaram o rumo de certos acontecimentos em um dado momento, lugar e características específicas. O que demonstrou o poder dos grupos quando fortalecidos, desenvolvendo práticas a partir de seus cotidianos e de suas próprias vivências, experiências de trabalho e engajamento (Fenelon, 2004). Esses grupos quando organizados são capazes de se articular, organizar e propor estratégias, entrecruzando experiências de vida no interior daqueles espaços construídos e daquelas lutas travadas.

Essas estratégias se apresentam na apropriação e produção de memórias como elementos fundamentais dessa luta, enraizando-se em um processo de comunicação criativo que se desdobrou em diversas formas. Dentro desse contexto comunicativo, desenvolvido sob condições específicas, o compartilhamento de experiências ocorria, resultando na construção de um aprendizado político que transcendeu os anos 1980, 1990 e 2000, retrocedendo a vivências passadas que, naquele momento, foram recuperadas pelos indivíduos em uma reapropriação de memória e narrativas. Essas histórias ganharam amplitude nas relações que conectaram lutas e espaços distintos. Por outro lado, as experiências não se limitaram aquele período, uma vez que são dotadas de um poder transformador no cenário atual, quando as pautas e reivindicações que o IMOPEC nutria continuam atuais e urgentes.

Dessa forma, buscamos compreender ao longo do texto como os diferentes agentes se articularam nessa conjuntura e como nela conjecturaram, propondo ações e desenvolvendo práticas variadas de intervenção no processo histórico. Do mesmo modo, intentamos, a partir das formas impressas produzidas nessas relações, como elas assumiram um papel necessário para a divulgação de ideias e mobilização de variados sujeitos engajados na luta em movimentos sociais desse período. Por fim, procuramos entender, mediante essas articulações e criação de parcerias, como se fez da memória um campo privilegiado para a luta, o que incluiu pensarmos os movimentos de incorporação, elaboração e apropriação dessas memórias.

Buscamos não perder de vista o debate a partir da História Social, sobretudo, de pensarmos os processos históricos por meio de suas marcas no campo das disputas e tensões, das relações sociais vividas e de como os sujeitos tensionavam esse processo, a partir de conquistas e derrotas, utopias e desilusões.

O IMOPEC criou estratégias de intervenção por meio de contatos estabelecidos, de cursos de formação, seminários, assembleias, exibição de vídeos-debates, discussões em associações, tudo isso, no desejo de transformação da realidade em um cenário local e no fortalecimento das lutas dos movimentos sociais da cidade e do campo. Assim, a compreensão da experiência educativa organizada e desenvolvida pelo IMOPEC, objetivo de nossa tese, perpassa uma experiência alinhada a um perfil progressista, com a intenção de “trabalhar na perspectiva da libertação”, através do processo de conscientização das práticas de educação popular desenvolvidas numa realidade local. Essas práticas educativas contribuíram com o desenvolvimento da “consciência da práxis”, ou seja, de uma abordagem crítica do mundo que leva à autoconsciência da prática transformadora, a partir de um contexto de “consciência comunitária” - o descobrir-se enquanto comunidade (Machado, 2012).

A crítica que se faz a essas organizações, a exemplo do IMOPEC, é que embora demonstrem uma preocupação com a libertação e a transformação social, suas abordagens tendem a se concentrar mais na conscientização local do que na compreensão mais ampla das estruturas de exploração e dominação presentes na sociedade capitalista. Tendo em vista que as experiências educativas levam a mudanças e avanços locais, mas são vistas como incapazes de desencadear transformações do sistema social de forma ampla. Em conformidade a essa questão, Gadotti (2004) traz a necessidade da conquista de uma sociedade em que haja o domínio dos interesses dos trabalhadores sobre o capital, ou seja, da transformação do sistema social. Para isso, “a classe trabalhadora e sobretudo as camadas mais oprimidas da população necessitam adquirir um grau cada vez mais elaborado de consciência da opressão” (Gadotti, 2004, p. 188).

Nessa perspectiva, a experiência educativa voltada à consciência comunitária contribui para o avanço da cidadania numa sociedade de classes, mas ainda é insuficiente para promover uma direção cultural e ideológica que contribua de forma efetiva com a hegemonia das classes subalternas (Machado, 2012). Diante desse desafio, surge a necessidade premente de aprimorar e ampliar as estratégias educativas, para além do fortalecimento da consciência comunitária, na qual se estabeleça uma base sólida capaz de fomentar a emancipação das classes historicamente subjugadas, delineando assim um caminho em direção à transformação do sistema social. Uma vez que, a Educação Popular, crítica e emancipatória, intenta contribuir com o processo de conscientização voltado à libertação da opressão, bem como, busca desvelar a realidade estrutural para contribuir com a transformação social, ou seja, a transformação do próprio sistema capitalista, visto que nele não é possível a hegemonia das classes subalternas (Idem).

Por outro lado, é inegável o papel do IMOPEC na formação de agentes culturais, seja em espaços pequenos ou amplos, no olhar para o outro e, em diálogo, na ampliação da consciência crítica. Essa história, conforme evidenciamos, em muitos casos, não é abordada no contexto escolar nem nos livros didáticos, mas se configura como capítulos fundamentais para compreender as nossas historicidades. Isso se torna significativo ao considerarmos a importância de uma educação contextualizada, problematizadora e crítica, conforme propõe a Educação Popular.

Diante dos elementos apresentados ao longo da tese, foi possível refletirmos sobre como o trato com as memórias dos movimentos sociais, em particular os evidenciados pelo IMOPEC, se configuram como uma forma de resistência e luta contra as tentativas de apagar histórias e memórias da luta social. Discutir sobre memórias e narrativas de eventos como a resistência do povo de Jaguaribara contra a construção da barragem do Castanhão, por exemplo, não apenas fornece às gerações subsequentes o conhecimento de suas histórias e memórias, mas também facilita a compreensão de aspectos que desenvolveram para as (re)configurações do espaço ao qual pertence. Além disso, possibilita a problematização da existência de direitos e ressalta a importância de lutar para garantir esses direitos. Evidenciamos que, diante das medidas divulgadas pelo Estado, o povo de Jaguaribara dialogava e manifestava suas posições. Nesse sentido, compreendemos as lutas como um espaço de experiências educativas e interpretamos esses posicionamentos como reflexos dos aprendizados adquiridos sobre seus direitos. Isso contribui para que se possa pautar em soluções que atendam às suas necessidades.

Visualizamos, mediante as fontes, que à medida que o aprendizado se consolidava, considerando as aprendizagens que se construía, interviam, questionavam, contribuía para tensionar o Estado e (re)configurar o lugar social considerando as realidades, necessidades e trajetórias dos sujeitos. Do mesmo modo, a tomada de decisões, a ênfase no diálogo, na problematização, no entendimento de que a realidade poderia ser transformada, possibilitava que as próprias ações de resistência fossem sendo (re)configuradas, construídas, considerando a análise dos novos cenários.

Assim, entendemos que os achados evidenciados nos permitiram confirmar o argumento central da tese de que, o IMOPEC através de seu trabalho político e pedagógico se voltou para as populações empobrecidas do Ceará, num exercício sensível na transformação social destas populações, com ênfase na formação social e política desses sujeitos, contribuindo para o desenvolvimento de suas potencialidades e luta pela cidadania.

Ao chegarmos ao final da escrita da tese com a sensação e cientes que muito ainda precisa ser dito e estudado sobre a experiência educativa do IMOPEC, esperamos que as reflexões apresentadas e as informações dispostas a partir da pesquisa documental e da memória oral possam contribuir para que outras pesquisas e problematizações acerca das organizações não governamentais em parceria com movimentos sociais sejam realizadas. Considerando este aspecto e as questões que surgiram durante o trato com as fontes e pesquisas sobre o IMOPEC, vislumbramos que existe uma série de outras questões que podem ser exploradas em estudos futuros, dentre as quais: o aprofundamento sobre museologia social, a partir das Casas da Memória (Jaguaribara, Jaguaretama e Porteiras), uma vez que, cada casa tem suas especificidades e rendem inúmeras projeções de pesquisa; o curso de formação à distância traz também uma gama de possibilidades para se pensar a metodologia do curso, os cadernos de atividades, a construção dos aprendizados pelos cursistas, dentre outros. Os materiais educativos através dos jogos têm potencialidade para interdisciplinaridade entre as diferentes áreas do conhecimento.

Além do aprofundamento dessas questões, podemos enumerar uma série de pesquisas que podem surgir com o material produzido pelo IMOPEC, principalmente numa perspectiva da história ambiental, a qual é uma das frentes de luta proposta pela instituição. Do mesmo modo, os temas da cultura popular; da religiosidade; das relações de gênero; das comunidades indígenas e negras; da política e da educação. Todos esses temas perpassam modos de organização, diálogos e enfrentamentos sociais nutridos pela esperança de uma sociedade justa e democrática. Acrescentamos a estas questões, as formas atuais de organização dos movimentos sociais e possíveis ressonâncias das aprendizagens construídas a partir dessas vivências na luta; a continuidade da atuação ou não dos agentes externos como aqueles que colaboraram com financiamentos e apoio às lutas do IMOPEC.

Assim, esperamos que as discussões apresentadas nesta tese acerca da experiência educativa desenvolvida e organizada pelo IMOPEC possam inspirar a construção de um olhar atento e inquieto para o local ao qual pertencemos, de ver nesses espaços e nos indivíduos que o integram, indícios que possam direcionar a construção de outras leituras de mundo e interpretações a partir de outras histórias e realidades possíveis.

FONTES

1. ATAS E ESTATUTOS

Ata de Fundação do Instituto da Memória do Povo Cearense, documento de 31 de maio de 1988.

Ata de extinção do Instituto da Memória do Povo Cearense, documento de 30 de setembro de 2015.

Estatuto de Fundação do Instituto da Memória do Povo Cearense, documento de 07 de junho de 1988.

Estatuto social consolidado do Instituto da Memória do Povo Cearense, documento de 03 de fevereiro de 2003.

2. BOLETINS CONSULTADOS

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). Raízes: **Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense**. Fortaleza, n. 01, fev/abril. 1992.

_____. n. 02, – maio/jun de 1992.

_____. n. 03, – ago/out de 1992.

_____. n. 04, – nov/dez de 1992.

_____. n. 05, – jan/mar de 1993.

_____. N. 06, – abr/jun de 1993.

_____. n. 07, – jul/set de 1993.

_____. n. 08, – out/dez de 1993.

_____. n. 15, – jul/set de 1995.

_____. n. 19, – jan/mar de 1997.

_____. n. 23, – jan/mar de 1998.

_____. n. 28, – jul/set de 1999.

_____. n. 29, – out/dez de 1999.

_____. n. 31, – abr/jun de 2000.

_____. n. 34, – jan/mar de 2001.

_____. n. 37, – abr/jun de 2002.

_____. n. 42, – abr/jun de 2003.

_____. n. 56, – out/dez. 2006.

_____. n. 44, – out/dez de 2003.

_____. n. 48, – out/dez de 2004.

_____. n. 51, – jul/set de 2005.

_____. n. 64, – jan/jun de 2015.

3. CATÁLOGOS

Instituto da Memória do Povo Cearense. **Jogo Pedagógico: Bingo Cultural do Ceará**/Fortaleza, 2006, 66 p.

Instituto da Memória do Povo Cearense. **Jogo Pedagógico: Descobrindo o Ceará**/Fortaleza, 2006. 28 p.

Instituto da Memória do Povo Cearense. **Jogo Pedagógico: Trilhas da Cultura Cearense**/Fortaleza, 2006. 46 p.

4. DOCUMENTAÇÃO ORAL

Alex Alves de Oliveira – Entrevista realizada em 20 de junho de 2021.

Alex Ratts - Entrevista realizada em 05 de agosto de 2021.

Antônio José Cunha da Silva - Entrevista realizada em 24 de março de 2021.

Cristina Holanda - Entrevista realizada em 16 de junho de 2021.

Cicero Joaquim dos Santos - Entrevista realizada em 17 de junho de 2021.

Diego César dos Santos - Entrevista realizada em 15 de junho de 2021.

Francisca Judite Maia Chaves - Entrevista realizada em 09 de agosto de 2023.

Francisca Malvinier Macêdo - Entrevista realizada em 29 de abril de 2021.

Jesus Jeso - Entrevista realizada em 23 de março de 2021.

José Erison Lima Pereira - Entrevista realizada em 22 de março de 2021.

Maria Bernadete Neves - Entrevista realizada em 01 de junho de 2021.

Nadja Maria de Moraes Soares Goes - Entrevista realizada em 06 de maio de 2021.

Neldiana Nonato de Oliveira - Entrevista realizada em 13 de abril de 2023.

Océlio Teixeira de Souza - Entrevista realizada em 15 de julho de 2021.

Simone Pereira da Silva - Entrevista realizada em 05 de julho de 2021.

5. REVISTAS PROPOSTAS ALTERNATIVAS

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). **Revista Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 01, 1992.

_____. n. 02 - 1994.

_____. n. 03 - 1994.

_____. n. 04 - 1995.

_____. n. 05 - 1998.

_____. n. 06 - 1999.

_____. n. 07 - 2000

_____. n. 08 - 2001

_____. n. 09 - 2002.

_____. n. 10 - 2002.

_____. n. 11 - 2003.

_____. n. 12 - 2004.

- _____. n. 13 - 2005.
 _____. n. 14 - 2006.
 _____. n. 15 - 2007.
 _____. n. 16 - 2010.
 _____. n. 17 - 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marta. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. *In*: SOIBERT, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34-48.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pensamentos, palavras e obras. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria. (org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 63-82.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. São Paulo: Alameda, 2020.
- BERGER, Christa. BERGER, Christa. **A Comunicação Emergente**: Popular e/ou Alternativa no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- BÍBLIA, N. T. Lucas, 24,13-25. *In*: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3. ed. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.
- Bizerril, Benedito de Paula. **O Mutirão (1977/1982)**: Fragmentos da Memória da Resistência Democrática e Popular. ed. Anita Garibaldi, 2019.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar/2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular na escola cidadã. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. 3. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 318).
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República do Brasil**, Brasília, DF. 9 jan 1991.
- BRUNOW, Vanessa de Oliveira. **Os Trabalhadores e o CERIS(Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais)**: Igreja Católica, política e filantropia na década de 1980. Niterói/RJ, 2010. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

- BURKE, Peter. **O historiador como colunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CAMARGO, Célia. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. *In: SILVA, Zélia Lopes (org.). Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1999. p. 49-64.
- CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. *In: CAMARGO, Célia et al. CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. p. 21-44. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1350.pdf>. Acesso em: 27/08/2023.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CARVALHO, Regina Vasconcelos Accioly. A Igreja popular e a questão do Nordeste: um outro discurso regionalista? *In: O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais*. CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). Campinas, SP, Pontes, 2009.
- CARVALHO, Regina Vasconcelos Accioly. Notas sobre a participação da igreja nas eleições estaduais de 1986. *In: O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais*. CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). Campinas, SP, Pontes, 2009.
- CASSOL, Daniel. **Brasil de Fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise**. 2010. 159 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- CASTRO, Hebe de. História Social. *In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. *In: Encontro Internacional de Ecomuseus, 2., 2000, Rio de Janeiro. Caderno de textos e resumos*. Rio de Janeiro: Noph/Minom/Icofom Lam, 2000. p. 12-17.
- CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social, 2014, Chapecó/Santa Catarina**.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura / Marilena Chauí – 2. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021**.
- CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, pp. 147-165, 2012a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em 20/04/2021.
- CHUVA, Marcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012b. pp. 67-78.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. SP: Estação Liberdade: Editora da UNESP,

2017.

COLL, César, MONEREO Carles. Educação e aprendizagem no século XXI novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. **Psicologia da Educação Virtual**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COUTINHO, Joana. As ONGs: origens e (des)caminhos. **Recherches Internationales** n. 73, 2004.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio**: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. Campinas/SP, 2018. Tese de doutorado pelo Programa em Antropologia Social da UNICAMP, 2018.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: **Arquivo Nacional**, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em 20/04/2023.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004. 314 p.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social. Historiografia e pesquisa. **PROJ. HISTÓRIA**, São Paulo, dez, 1993. 73-90p.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p. 265-276, set.92/ago.93.

FERNANDES, RUBEM CÉSAR. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**, João Pessoa, n.2, 2012. p.56 – 67. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial - inventários participativos: manual de aplicação. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Brasília-DF, 2016.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e Educação Popular. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e

Terra, 2018.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Educação popular: utopia latinoamericana**. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004.

GIACOMONI, Marcello Paniz; SILVA, Lucas Victor. O jogo como fonte e objeto de pesquisa: possibilidades da pesquisa sobre o uso de jogos no ensino de História. *In*: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Andrade e Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. / São Leopoldo: Oikos, 2021.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHN, Maria da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GONH, Maria da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONDIN, Linda M. P. “Os governos das mudanças” (1987-1994). *In*: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaíde (orgs). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GOMES, Alexandre; VIEIRA, João Paulo. A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. **Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social**, 2014, Chapecó/Santa Catarina.

GOMES, Assis Daniel. O ensino de história e o “tempo presente”: uma vivência. *In*: XI Encontro Cearense de História da Educação e I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação, Fortaleza, 2013. **Anais [...]** ISBN: 978-85-8126-016-7.

GONÇALVES, Adelaide. Raízes, um instrumento de combate. **Boletim Raízes**,/ Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, n. 34, jan/mar de 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. vol. 2, 3 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUABIRABA, Célia. Uma ferramenta de resistência. **Boletim Raízes**,/ Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, n. 64, jan/jun de 2015.

HADDAD, Sérgio. Paulo Freire e o papel das Agências de Cooperação Europeias no apoio à

Educação Popular no Brasil. **Pro-Posições**. v. 25, n. 3 (75), p. 123-141. set./dez. 2014.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

JUCA, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2 ed. Fortaleza: Premius, 2011.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. *In*: FENELON, Déa et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

KHOURY, Yara Aun. O diálogo na construção de solidariedades na luta por democracia. *In*: SALES, Telma Bessa; FREITAS, Antonio Jerfson Lins de (org.). **História oral**: diálogos com a obra de Alessandro Portelli no Brasil./ Sobral- CE: Sertão Cult, 2021.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão impossível. Rio de Janeiro, 1993. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LANDIM, Leilah. **Sem fins lucrativos**: as organizações não governamentais no Brasil. Rio de Janeiro, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad.: Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 6. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111–153.

MACHADO, Aline Maria Batista. Percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. *In*: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – **Anais Eletrônicos** – ISBN 978-85-7745-551-5.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Organizações não governamentais-ONGs**: trajetórias, concepções e práticas em Educação Popular. João Pessoa/PB, 2009. Tese de doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. Ed. Brasiliense, 1ª edição.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTE, Távila Correia. **Parcerias entre ONGs e empresas**: uma relação de poder? Um estudo de casos em Recife, 2004. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE.

MOURÃO, Fernando A. A. A cooperação internacional e as relações entre países. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 53-60, dez, 1987.

NEVES, Gildivan Francisco das. **Movimentos sociais do campo, práticas educativas e (re)configurações do território**: leituras a partir da luta do Povo de Alagamar. João Pessoa, 2022. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo: a história e a cultura da memória. *In*: SOIHET, Rachel et al. **Mitos, projetos e práticas políticas**: Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.21-33.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**. v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969/15603>.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

OLIVEIRA NETO, V. “As ONGs e o fundo público”. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. IBASE/PNUD. Rio de Janeiro, 1991.

PARENTE, Josênio. O Ceará dos “coronéis”. *In*: SOUSA, Simone de (org). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

PARENTE, Josênio. Organização e expressão política da burguesia: os industriais do Ceará. *In*: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). **O Ceará na década de 1980**: atores políticos e processos sociais. Campinas, SP, Pontes, 2009.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Movimentos Sociais. *In*: **Anais do 8º Seminário Internacional de Educação**, FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, 2005.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PEREIRA, Rosa Maria Martins. Colher memórias é uma forma de seguir em frente. **Boletim Raízes**, Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, n. 64, jan/jun de 2015.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia Comunitária. **Comunicação & Sociedade**, v. 30, p. 141-156, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como a arte da escuta**. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. *In: Muitas memórias, outras histórias*. Tradução Helen Hughes e Yara An Khoury. São Paulo: Olho D’Água, 2004, p. 296-313.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História 22**, revista do Departamento de História, junho, 2001, p. 9-36.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral, “Depoimento”. **Projeto História 15**, revista do Departamento de História, PUC-SP, abril, 1997, p. 13-49.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine** Vol.6, 2010.

PORTELLI, Alessandro. Prefácio de Alessandro Portelli. *In: SALES, Telma Bessa; FREITAS, Antonio Jerfson Lins de (org.). História oral: diálogos com a obra de Alessandro Portelli no Brasil./ Sobral- CE: Sertão Cult, 2021.*

PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *In: ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. (org.). História oral: desafios para o século XXI [online]*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Casa da memória: habitantes do presente. **Boletim Raízes**,/ Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, nº. 42, abr/jun de 2003.

RESOLUÇÃO N. 8.041, DE 1º DE ABRIL DE 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

ROQUE, Átila. **Cooperação internacional e democracia: agências não governamentais europeias e ONGs no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação de Mestrado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Universidade Cândido Mendes.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e abusos da história oral*. Rio de janeiro: FGV, 2000, pp. 93-

101.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1988.

SALES, Telma Bessa. História Oral “e toda essa engenharia de trocar pneu com o carro andando”, segundo nos conta profa. Ada Pimentel. *In: SALES, Telma Bessa; FREITAS, Antonio Jerfson Lins de (org.). História oral: diálogos com a obra de Alessandro Portelli no Brasil./ Sobral- CE: Sertão Cult, 2021.*

SANTOS, Cícero Joaquim dos. A construção da Casa da Memória de Porteiras/CE (2004-2007). *In: XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE, III Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação – ENHIME e III Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais – SINECGEO; Anais [...] ISBN 978-85-8126-065-5.*

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **Passado alumiado: representações históricas de Porteiras**. Fortaleza: IMOPEC, 2011.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural. **Políticas Culturais em Revista**, 1(6), p. 54-70, 2013 - www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

SANTOS, Olinda Maria Marques dos. Conflitos de terra no Ceará na década de 80: atuação da igreja (o trabalho de “base”- CPT e CEBs). *In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas, SP, Pontes, 2009.

SCIFONI, S. Patrimônio como negócio. *In: CARLOS, A.F.A. et al. (org.). A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 209-225.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Antônio José Cunha da. Conhecer e agir coletivamente: o curso de formação à distância memória e patrimônio cultural do Ceará. **Boletim Raízes**,/ Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, n. 64, jan/jun de 2015.

SILVA, Antônio José Cunha da. Casa da Memória: uma experiência de Educação Popular. *In: Boletim Raízes*,/ Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, n. 42, abr/jun, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Zélia Lopes da. A organização de acervos no tempo presente: a memória em papel e seus desafios. *In: PELLEGRINI, Sandra de C. (org.). Patrimônios culturais e museus: impasses e perspectivas*. Maringá: Museu Bacia do Paraná; UEM, 2010. p. 57-85. CD-ROM.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. “Jaguaribara: uma cidade, uma história”. **Revista Propostas Alternativas**/ Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, n. 08, 2001.

SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de: **Noticiando o sagrado:** o Jornal A AÇÃO e a crise dos padres na diocese do Crato-CE 1960-1980. Campina Grande/PB, 2014. Dissertação de mestrado em História na Universidade Federal de Campina Grande/PB.

SOUZA, Fabiana Ferreira Nascimento de. **Entre o desejo e a contradição:** os (des) caminhos na busca de uma igreja nova. Recife, 2013. Dissertação de Mestrado em Letras na Universidade Federal de Pernambuco/PE.

SOUZA, H. Depoimento sobre a participação na JEC. *In:* PAIVA, V. (org.). **Catolicismo, educação e ciência.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. **A experiência do trabalho:** as práticas da Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999). Curitiba, 2004. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

VIEIRA, João Paulo. Estação da Parangaba: memória, conflito e mobilização social. **Boletim Raízes,**/ Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: IMOPEC, n. 58, abr/jun de 2007.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Tradução de Waltemir Dutra.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa:** A árvore da liberdade, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. v. I.

THOMPSON, E. P. Introdução: Costume e cultura. Costumes em comum. **Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centro de documentação.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Projeto Como Fazer, n. 09).

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.